

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ANAIIS
DO
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

XV

VOLUME COMEMORATIVO DO IV
CENTENÁRIO DO RIO DE JANEIRO



1965

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ANAIIS
DO
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

XV

VOLUME COMEMORATIVO DO IV
CENTENÁRIO DO RIO DE JANEIRO



1965

BIBLIOTECA DO M.H.N.
EXEMPLAR-RESERVA

596

12.09.1979

SUMÁRIO

| | <i>Págs.</i> |
|--|--------------|
| JOSUÉ MONTELLO — Apresentação | 3 |
| GUSTAVO BARROSO — “A França Antártica” | 5 |
| JENNY DREYFUS — “A Quinta da Boa Vista — Uma Dádiva Generosa” | 13 |
| HERCULANO GOMES MATHIAS — “O Palácio do Catete” .. | 29 |
| NAIR DE MORAES CARVALHO — “O Nascimento da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro” | 63 |
| ANTÔNIO PIMENTEL WINZ — “Notas Históricas sobre Nossa Senhora de Copacabana” | 87 |
| GILDA MARINA DE ALMEIDA LOPES — “Uma rua chamada Marrecas” | 221 |
| CLOVIS BORNAY — “Estácio de Sá — Primeiro conquistador e fundador desta terra e cidade” | 231 |
| THEREZINHA DE MORAES SARMENTO — “Breve relato sobre a Igreja do Carmo” | 241 |
| MARFA BARBOSA VIANNA — “Antiga Fazenda Real de Santa Cruz — um pouco de história e lendas” | 267 |

Fotos: João de Oliveira Rocha.

O Museu Histórico Nacional associa-se com êste número de seus Anais às comemorações do quarto centenário de fundação da cidade do Rio de Janeiro.

Duas razões justificam esta iniciativa: uma, de ordem geral, relacionada ao sentido nacional da efeméride; outra, de ordem particular, relacionada à circunstância de estar o Museu Histórico vinculado à cidade, tanto por sua própria história como por sua localização na velha Casa do Trem.

Pareceu-nos que, a esta homenagem, não deveria faltar a contribuição de Gustavo Barroso, a quem devemos, de par com uma larga obra de escritor e erudito, o sonho da criação do Museu Histórico Nacional, por êle também organizado, com o melhor de sua competência, de seu entusiasmo e de seu espírito público.

Os oito estudos que fazem seqüência ao trabalho sôbre a França Antártica, de Gustavo Barroso, constituem pesquisas de seus autores, todos êles integrantes do quadro de técnicos do Museu Histórico Nacional.

Dêsse modo, a homenagem desta instituição, obra exclusiva de seus servidores, testemunha bem o interêsse de todos êles pela comemoração de uma data da maior importância na História do Brasil.

Celebrada por suas belezas naturais, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro adquiriu com o tempo uma dimensão política, social e cultural que lhe permitiu prosseguir na sua missão histórica, sem solução de continuidade, depois que se transferiu para o Planalto Central, com a fundação e a construção de Brasília, a Capital da República.

O que o Rio de Janeiro significou no passado, como elemento de coesão da unidade brasileira, por fôrça de sua posição estratégica e de sua importância na geografia política do País, ainda significa no presente, mercê de nume-

rosas peculiaridades, tanto administrativas como sociais, que participam de sua substância urbana.

Assistindo ao transcurso de seu quarto centenário como unidade autônoma entre as demais unidades da Federação, o Rio de Janeiro continua a desempenhar um papel relevante, de expressão nacional, que não se perderá com o tempo, antes com êle se há de aprimorar.

JOSUÉ MONTELLO

Diretor do Museu Histórico Nacional

A FRANÇA ANTÁRTICA

GUSTAVO BARROSO

A Guanabara abandonada -- O Cavaleiro de Villegaignon e seu papel na História do Brasil — A ilha que conserva seu nome — A espada do carrasco.

No dia 10 de novembro do ano da Graça de 1555 aportava à Baía da Guanabara, ainda desocupada pelos portugueses, não obstante estarem estabelecidos na Bahia e em S. Vicente, em “vida segura e conversável”, segundo o expressivo dito de MARTIM AFONSO, a expedição protestante dirigida por Villegaignon e destinada a criar no Brasil a França Antártica.

GAFFAREL entende que Nicolau Durand de Villegaignon foi um dos homens mais interessantes do século XVI: soldado, marinheiro, historiador, polemista, idealizador de projetos, agricultor, industrial, erudito, mesmo filósofo enfim, *un homme universel*. Francês de Provins, na Champanha, era filho dum procurador do Rei, o que faz pensar fôsse sua nobreza de *toga* e não de *espada*, embora contasse como tio o célebre Grão-Mestre de Rodes, isto é, da Ordem de Malta, Villiers de l'Isle Adam, heróico batedor de turcos. Companheiro de Calvino na Universidade de Paris, Cavaleiro Professo da Ordem de Malta, um dos heróis da famosa expedição do Imperador Carlos V contra os piratas barbarescos de Túnis e Argel, onde foi ferido, guerreador da turcalhada na Hungria, oficial de Guilherme du Belley na campanha do Piemonte, comandante dum navio de guerra na expedição francesa de Strozzi e Montalembert à Escócia, rompendo o bloqueio inglês e trazendo Maria Stuart sã e salva a Brest, guerreiro e polemista em Malta. Vice-Almi-

rante da Bretanha, afinal um dos líderes do grande partido protestante ou huguenote de Coligny, de fato, Villegaignon dá com essa vida movimentada, aventureira e variada certas razões à entusiástica afirmação de Gaffarel. Nicolau Durand de Villegaignon escreveu dois livros em latim: “Caroli V Imperatoris expeditio in African et Argieram” e “De Bello Melitensi ad Carolum Caesarem et ejus eventu Gallis imposito commentarius”.

Fechados por diversas circunstâncias os horizontes de sua ambição na Europa, o fidalgo aventureiro decidiu procurar a expansão de sua atividade nas novas terras descobertas pelos portugueses além do Mar Tenebroso. Na sua “História do Calvinismo”, diz Maimbourg que êle se apresentou ao Almirante Coligny e lhe propôs a idéia que concebera de estabelecer uma colônia protestante na América do Sul, de onde se poderiam tirar grandes vantagens, constituindo ela, ao mesmo tempo, seguro refúgio para as vítimas de qualquer perseguição religiosa. Esta era uma espada de Damocles suspensa sempre sôbre a cabeça dos calvinistas em França.

O plano foi accito e êle veio, trazendo os elementos da projetada colonização. Fêz boas pazes e melhor aliança com os naturais, ocupou e fortificou a Ilha de Serigipe, dos Tamoios ou das Palmeiras, na qual se perpetuaria até hoje seu nome e a memória da efêmera França Antártica. Ali durou cinco anos a sua fundação, desde o início envenenada pelos dissídios pessoais e as querelas religiosas. Tais desavenças mataram no ovo a idéia de Villegaignon.

Em 1560, apesar dos reforços trazidos por Bois le Comte em 1557, os franceses tiveram de abandonar aos lusos vitoriosos a pequena ilha, na qual o Governador Geral do Brasil, Mem de Sá, mandou arrasar o forte nela construído e denominado Coligny. No entanto, a expulsão definitiva dos francêses só se deu em 1567, isto é, 12 anos após a chegada de Villegaignon à Guanabara, com a tomada das trincheiras de Uruçu-mirim, na atual Praia do Flamengo, e de Paranapucu, na Ilha dos Gatos, depois do Governador, pelas tropas compostas de Voluntários da Bahia, Pôrto Seguro, Espírito Santo e S. Vicente, bem como gente vinda de Lisboa e os frecheiros índios de Araribóia. Foram, então, feridos mortalmente Estácio de Sá e o Capitão de Mar e Guerra Gaspar Barbosa.



AQUI JAZ ESTACIO DE SA.....

As cinzas do vencedor dos franceses e fundador da cidade repousam atualmente na Igreja de São Sebastião

Graças a Villegaignon, os portuguezes tiveram sua atenção despertada para as maravilhas naturais da Guanabara. Conheciam-na desde a viagem de Gonçalo Coelho, mas nela não haviam tentado qualquer estabelecimento. A criação da França Antártica despertou-lhes o interêsse. A fortificação calvinista forçou-os à luta. Como para essa não houvesse a gente vinda da Bahia, do Espirito Santo, o Padre Nóbrega trouxe em canoas a de S. Vicente, brancos e frecheiros índios. Foi o primeiro elo da coesão brasileira que se haveria de multiplicar pelo tempo afora. A fim de tomar posse definitiva do lugar, os vencedores fundaram a cidade de S. Sebastião. E duas das mais antigas e circunstanciadas páginas de nossa vida e de nossa história, depoimentos êsses de primeira ordem, foram escritas graças à vinda dos francezes em função da idéia da França Antártica, — o livro de JEAN DE LERY e o livro de ANDRÉ THEVET: “Histoire d’un voyage fait à la terre du Brésil outrement dict de l’Amérique” e “Singularitez de la France Antarctique”.

A destruição do estabelecimento francês da Guanabara teve influência capital na expulsão ulterior da gente gaulesa das terras meridionais americanas. Capistrano de Abreu desta sorte esquematiza os fatos subseqüentes: “Expulsos do Rio de Janeiro, abrigaram-se no Rio Grande do Norte; expulsos do Rio Grande do Norte, abrigaram-se no Ceará e no Maranhão; expulsos do Maranhão e Ceará, abrigaram-se na Guiana. Se dai não foram expulsos, como planejou Filipe III, quando concedeu a Capitania do Cabo do Norte a Bento Maciel, deve-se à independência de Portugal, à guerra holandesa e a fatos supervenientes.

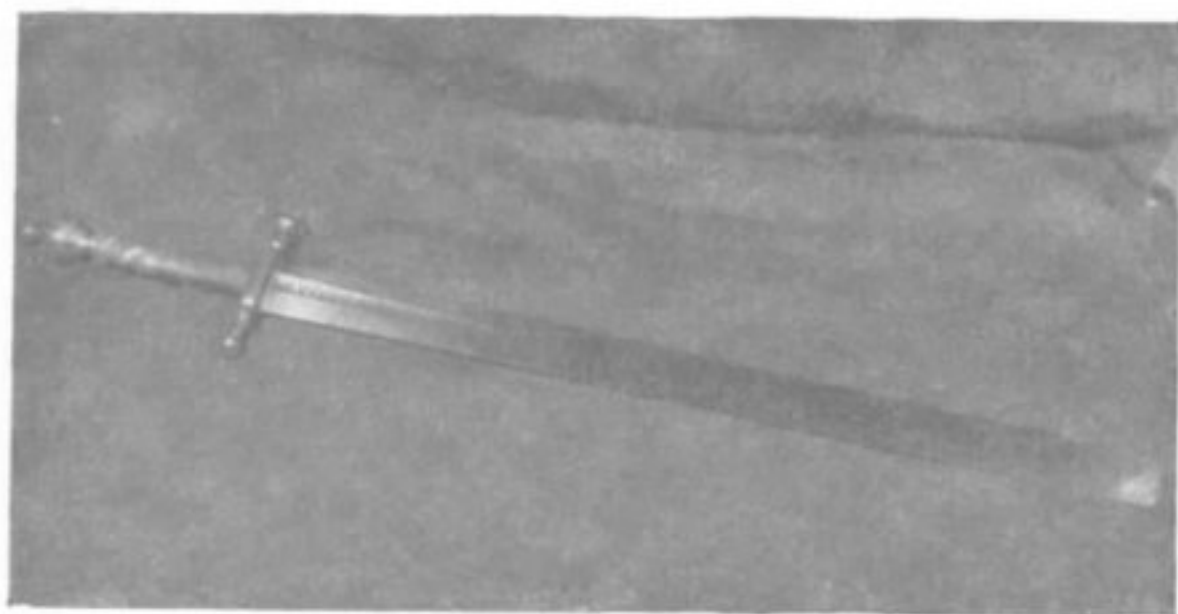
A essas palavras do mestre pode-se acrescentar que, no reinado glorioso de D. João VI em nossas plagas, conquistamos e ocupamos a Guiana, incorporando-a ao nosso território, somente a restituindo à França em 1817, em virtude do artigo 107 do Ato Final do Congresso de Viena de 1815. A diplomacia joanina, obedecendo às instruções do soberano, tudo fêz para que não abrissemos mão daquele trato de terra que integra o Brasil nos seus lindes naturais; mas não conseguiu o que desejava. Não foi por culpa nossa que o perdemos.

Esqueceu Capistrano de Abreu de se referir à grande influência que os francezes tiveram nas costas de Sergipe, o Rio Real, e da Paraíba, onde longamente traficaram com

o indígena e conseguiram mantê-la algum tempo. Ela, porém, foi à garra, como a de outros sítios, destruído o foco implantado na Guanabara por Villegaignon. Depois, somente no século XVIII viriam os corsários da França tentar um desagravo tardio e ainda mais efêmero do que a colônia protestante: as expedições de Duclerc e de Duguay Trouin em 1710 e 1711.

A ilha de Villegaignon, hoje infelizmente transformada numa quase península, recorda aos brasileiros o plano gozado da França Antártica enxertada no coração do Brasil, na sua mais bela paisagem, pela audácia de Nicolau Durand de Villegaignon. Da fortificação que ele levantou nada poderia ficar. Era de paliçada e terra. Outras lhe sucederam no tempo, após o arrasamento ordenado por Mem de Sá. A que serve de base ao atual edifício da Escola Naval data simplesmente do século XVIII. De 1760 a 1761, o governador Gomes Freire de Andrade nivelou as duas colinas da ilha e levantou nela o forte de S. Francisco Xavier, ao qual, em 1761, se acrescentou uma bateria em roda.

Todavia há muitos anos, quando se fizeram ali escavações para obras do Quartel de Marinheiros Nacionais, se encontrou uma grande espada francesa de execução, com punho alto para ser manejada pelas duas mãos do carrasco, a figura d'êste na lâmina empunhando uma balança, e o distico textual: *Vive la Justice*. É tudo o que resta do malôgro da França Antártica.



TUDO O QUE RESTA da malograda França Antártica é esta espada, que foi encontrada em escavações feitas para obter o Quartel de Marinheiros que existiu na ilha de Villegaignon, muito antes de lá se erguer o edifício da Escola Naval. A paliçada que os franceses tinham na ilha foi arrasada por ordem de Mem de Sá.

A QUINTA DA BOA VISTA — UMA DÁDIVA GENEROSA

JENNY DREYFUS

Chefe do Museu da República

AUTO DE SEQUESTRO FEITO NA FAZENDA DE SAM CRISTÓVÃO ETERRAZ AELLA PERTENCENTES

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesv Cristo de mil setecentos e sincoenta e nove annos aos nove diaz de mez de Novembro do dito anno neste sítio, e fazenda chamada de Sam Cristováo, onde veyo o Dezembargador de Aggravos da Relação, desta cidade o Doutor Manoel de Afonsequa Brandáo commigo o Escrivão da Conservatoria dos Mocdeiros ao Diante nomeado, Co Meirinho do Campo Jozeph Tavares, para emvirtude da ordem do Il-Lustrissimo, e Excellentissimo Conde de Bobadella Governador da mesma Relação, e Capitão Gemmeral desta capitania do Rio de Janeiro e Minas geraes expedida em virtude, eexecução das ordéns de Sua Magestade, fazer sequestro, einventario em tudo o que achasse pertencente a esta fazenda, e nas maiz aque serefere a mesma ordem ese faz menção no auto de sequestro, aque primeiramente seprocedeo no Ingenho velho, tanto nos béns moveiz, como de raiz, rendas ordinarias, epençóens, escravos, egados, pertencente tudo aos Padrez da Companhia, epór tudo em rigorozo Sequestro como melhor sedeclara na dita ordem que se juntou ao referido primeiro sequestro feito no Ingenho Velho,

deque seextrahio acopia ao diantejunta; edepoiz de fazer recolher ao Collegio os Padrez, que achou rezidindo na dita fazenda, asaber o Padre Julio de França Superior e Padre Joaquim de Moraes sacerdote, edoente de mal de Sam Lazaro, e Gaspar Ribeiro Cupista, Henrique Haring Recollete, mandou proceder a sequestro, einventario emtodoz os referidos béns, tirando-oz da administração, epoder do dito colegio para ficarem emdeposoto em mão de pessoa chaán segura, cabonada na forma da Ley, que delles dé conta quando selliepedir, eos administre enquanto o ILLustrissimo, e Excellentissimo Conde Governador não mandar o contrario. Quando tambem no entanto emguardar, custodia os béns da Igres, capella dadita fazenda, e Quinta o mesmo ILLustrissimo, e Excellentissimo Conde Governador não dá outra melhor providencia, como mais justo lhe parecer. Eporquepareceo aelle dito Dezebargador necessario avaliar os escravos, egado vacúm, ecavillos, mandou senotificassem dous Oméns praticos, cdeboa, e saán conciencia para logo nadescripção dos ditos béns avaliarem os mesmoz nos preçoz racionaveis, que interessem comattenção aos acharquez novoz, evelhoz cassimidades, es capacidadepara o serviço deque tudo mandou fazer este auto, emque assignou; ceu Ignacio Glz. de Carvalho oescrevy eassigney.

Ignacio Glz. de Carvalho.
Brandáo.

* * *

Após o seqüestro dos bens dos padres jesuitas conforme documento inicial, foram essas terras arrematadas por particulares, sendo que grande parte por Elias Antônio Lopes, português aqui chegado com a finalidade de tentar a sorte no comércio.

Prosperou rapidamente em bens e em honrarias conseguindo a graduação de Capitão do Rebelim do Moinho de Vento da Fortaleza da Ilha das Cobras por patente de 12 de outubro de 1790. Não gozando de sôldo algum, pas-

saria em troca a receber honras, privilégios e liberdades inerentes à investidura (Arquivo Nacional-Ordens Régias — Liv. 40 — fls. 64 e seg.).

Possuindo grande parte dos terrenos da extinta Fazenda de S. Cristóvão, resolveu iniciar em 1803 a construção de uma vivenda campestre naquele sítio que ia da Praia de S. Cristóvão à praia da Gambôa, descortinando-se panorama privilegiado como atestava seu nome de Boa Vista.

Consta que ao construí-la profetizara que ainda abrigaria o Rei, quando se passasse para o Brasil; tal se deu cinco anos após.

Ao chegar a côrte de D. João ao Rio, grandes foram as dificuldades de hospedagem encontradas aqui, dada a precariedade da construção existente. Foi mesmo um Deus nos acuda, pois muitos habitantes se viram desalojados de um dia para o outro, sem mesmo saber para onde ir.

Diante de semelhante situação, apressou-se Elias em oferecer ao Príncipe Regente sua morada de S. Cristóvão, sem dúvida a melhor que existia nesta cidade de S. Sebastião.

Segundo (ULISSES DE AGUIAR — *O Rio Desaparecido*) in "Rev. da Semana" de 3-8-935 — "êsse ato generoso de Elias foi talvez antes de alguma aposentadoria, preferindo fazer boa figura a triste ante exigência do quero, posso e mando".

De posse do palacete de Elias, o príncipe D. João, por Aviso de 31 de agôsto de 1808, mandou que fossem avaliadas as chácaras e prédios limítrofes à Quinta, afim de serem desapropriados e pagos pelo justo valor, procurando o Real Senhor apossar-se logo das demais moradas naquele sítio encantador.

Pensou logo D. João em melhorar suas instalações pois internamente não apresentava o confôrto desejado. Para Debret "Viagem pitoresca e histórica ao Brasil", era uma simples habitação com uma extensa varanda com 20 colunass possuindo um 1.º andar, verdadeiramente excepcional para uma propriedade particular.

De fato, a simples chácara do Elias não era suficiente para moradia de um Real Senhor, por essa razão foram imediatamente executadas algumas adaptações internas "com ornamentação mais rica, das dependências reservadas

à Sala do Trono e Sala do Conselho, para que se transformasse na *Versalhes Brasileira* e assim a pouco e pouco por sucessivas reformas, foi se adaptando às suas novas funções e adquirindo linhas de maior nobreza”. (GASTÃO CRULS — *Aparência do Rio de Janeiro* — pgs. 247 e segtes).

Novas obras foram feitas em 1810 por Manoel da Costa executor das anteriores, com o fim de prepará-lo para o casamento do Príncipe D. Pedro Carlos com D. Maria Tereza, filha de D. João.

Seis anos mais tarde, isto é, em 1816 outras modificações sofreu aquela mansão executadas pelo arquiteto inglês John Johnston, que resolveu modificar a fachada e construir dois pavilhões góticos.

Johnston que começara sua vida servindo a Côrte Portuguesa como mestre canteiro, acompanhou o Príncipe D. João ao Brasil, prestando no Rio de Janeiro vários serviços como arquiteto, acabando por lhe ser entregue as obras que o Paço da Boa Vista carecia naquele momento.

Teve assim a idéia extravagante de fazer duas alas em estilo gótico. Tais críticas recebeu seu trabalho que Manoel da Costa se viu obrigado a demoli-las em 1821.

Foi igualmente Johnston quem colocou, no parque a grade modelada na de Sion House que o Duque de Nothumberland oferecera a D. João.

E assim sucessivamente se foram executando novas obras, para o casamento de D. Pedro, as quais não chegaram a ser terminadas. Ainda uma vez confiadas a Manoel da Costa que encetou-as, porém, falecendo antes de terminá-las teve por sucessor José Pedro Pézerat, artista francês especialmente contratado por D. Pedro, confeccionando entre outras cousas a bela planta do parque, ajardinado posteriormente por Glaziou, admirado ainda hoje, embora muito tenha sofrido com as excrescências que ora existem por lá.

Seria fastidioso continuarmos enumerando as sucessivas obras ali executadas que vieram desde D. João até o fim do reinado de Pedro II. Nesses longos oitenta e um anos, por lá passaram artistas de grande nomeada; entre os quais poderemos citar: Agostinho José da Mota, M. Bragaldi, Genty, Pradié et Bandon, Manoel dos Santos Carramona, L. Aubret, Paul Louis Simon e muitos outros (Mordomia da Casa Imperial — Reg. de Ordens — Museu Imperial).

Já em 1860 o Palácio era considerado uma das mais ricas mansões do Brasil.

Por êle passaram três gerações de monarcas, tal como disse Magalhães Corrêa em seu artigo (A Quinta da Boa Vista monumento Nacional — Correio da Manhã — 6-10-935) — D. João organizou o Paço Real e a Quinta, D. Pedro I ampliou e D. Pedro II embelezou”.

Com o advento de nossa Independência, pelo tratado de seu reconhecimento, foram indenizados os bens pertencentes aos príncipes portugueses, passando então a Quinta a pertencer ao Estado mas em usufruto da Corôa “ex-vi” do art. 115 da Constituição de 1824.

Proclamada a República passou a cargo do Ministério do Interior e por êste administrada até maio de 1890, transferida então para o Ministério da Fazenda, sendo instalado no Palácio o Congresso Nacional. Em 1892 tornou-se a sede do Museu Nacional o qual ali se conserva até hoje.

A generosa dádiva

Como dissemos acima, Elias Antônio Lopes ofereceu sua casa de campo afim de que o Real Senhor pudesse descansar das fadigas do govêrno, respirando um ar mais puro e mais saudável.

Tão logo a dádiva foi aceita mandou colocar na frente do prédio as armas reais.

D. João maravilhado com tanta generosidade, procurou imediatamente corresponder à gentileza do reinol. Assim foi que a 13 de maio de 1808, data do quadregésimo primeiro aniversário de S.M., recebeu Elias a Comenda da Ordem de Cristo “em virtude do notório desinterêsse e demonstração de fiel vassalagem que além de tributar a Minha Real Pessoa, no oferecimento que me fez de um Prédio situado em S. Cristóvão de distinto e reconhecido valor, em benefício de minha Real Corôa” (Rui Vieira da Cunha — Jornal do Comércio — 3-3-935).

Logo a seguir, em setembro do mesmo ano, deu-lhe um lugar de Deputado da Real Junta do Estado do Brasil e Domínio Ultramarinos.

Não satisfeito em lhe outorgar tantas honrarias, em 19 de outubro de 1810 “atendendo aos serviços que me tem feito Elias Antônio Lopes, natural da cidade do Pôrto, filho

do Capitão Antônio Lopes Guimarães” deu-lhe o fôro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, com moradia de 1\$600 por mês e um alqueire diário de cevada pago segundo a Ordenança .

Foi-lhe ainda entregue a quantia 21:929\$000, como pagamento das obras feitas além de uma mensalidade para a conservação do imóvel.

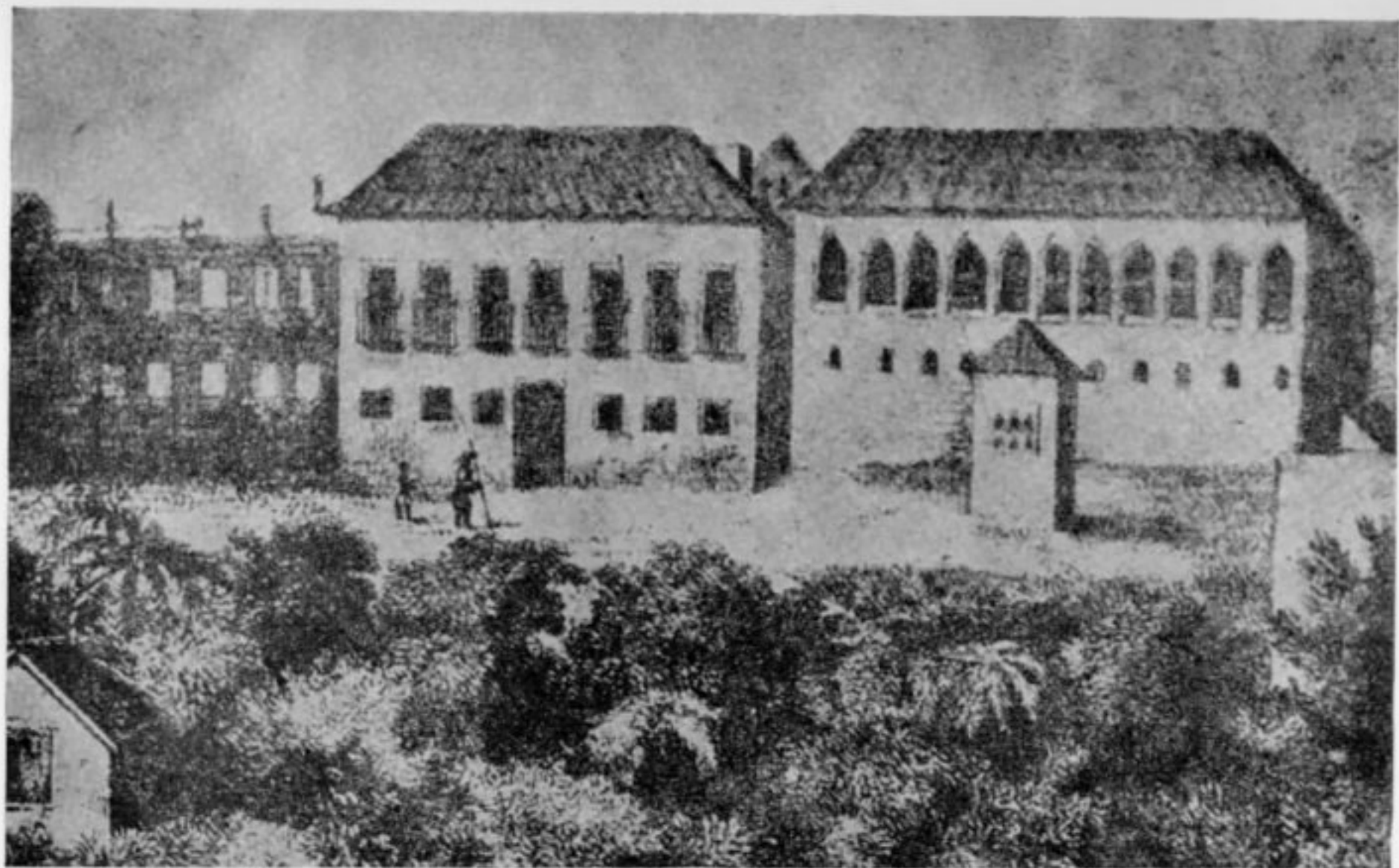
Por Decreto de 29 de agosto de 1810, gratificou-o outra vez o Príncipe Regente, fazendo-lhe mercê em sua vida da Alcaidaria-Mór e do Senhorio de Vila S. José del Rei, na Comarca do Rio de Janeiro “pelo zêlo e honra com que tem desempenhado as obrigações de um útil e bom vassalo nas diferentes incumbências do Seu Real Serviço de que publica e particularmente o tem encarregado e muito especialmente pelas generosas demonstrações de afeto, que consagra a Sua Real Pessoa, dando assim as mais evidentes provas dos seus honrados sentimentos, e de que continuará a servi-lhe com a mesma distinção e fidelidade como até agora tem praticado e muito a seu contentamento” (Citação de RUI VIEIRA DA CUNHA — mesmo artigo).

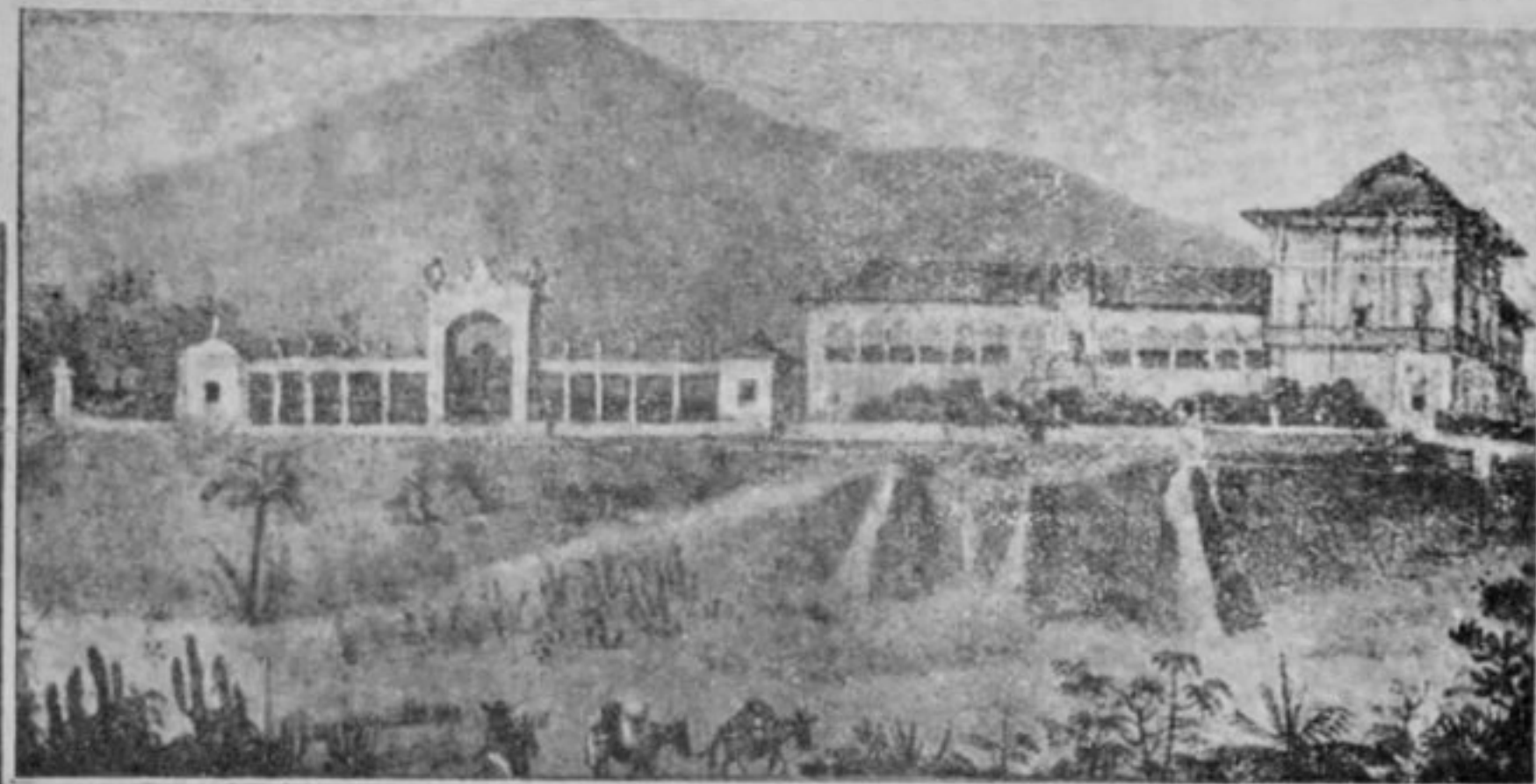
Como se vê pelo exposto, Dr. João cumulava-o de benemerências, mostrando sua gratidão, digamos, até exagerada. Quanto maiores eram as honrarias feitas a Elias, maiores exigências apresentava a S.A., chegando a conseguir em 1812, o ofício de Provedor e Corretor da Casa Junta do Comércio, o que lhe deu o título de Conselheiro e o direito a tratamento de Senhoria a precedência nos Tribunais Régios e Juntas.

O doador se beneficiou de sua doação enquanto pôde. A êle foi confiada a administração da Real Quinta da Boa Vista de 25 de março de 1808 a 31 de maio de 1813” tempo em que foi aliviado dêste emprêgo por Aviso Régio da Secretaria d’Estado datada de 28 de maio de 1813” (Inventário de Elias Antônio Lopes — Arquivo Nacional — Armário 3 — liv. 10).

Durante sua gestão sempre prestou contas ao Real Senhor e as últimas concernentes ao período de 1 de março de 1811 a 31 de maio de 1813, encerradas a 21 de junho, acusaram um saldo de 2:056\$350 a favor de Elias, que o cedeu em beneficio do Estado.

Tudo nos leva a crer que sua administração terminou por ter se indisposto com D. João. Após se beneficiar dos





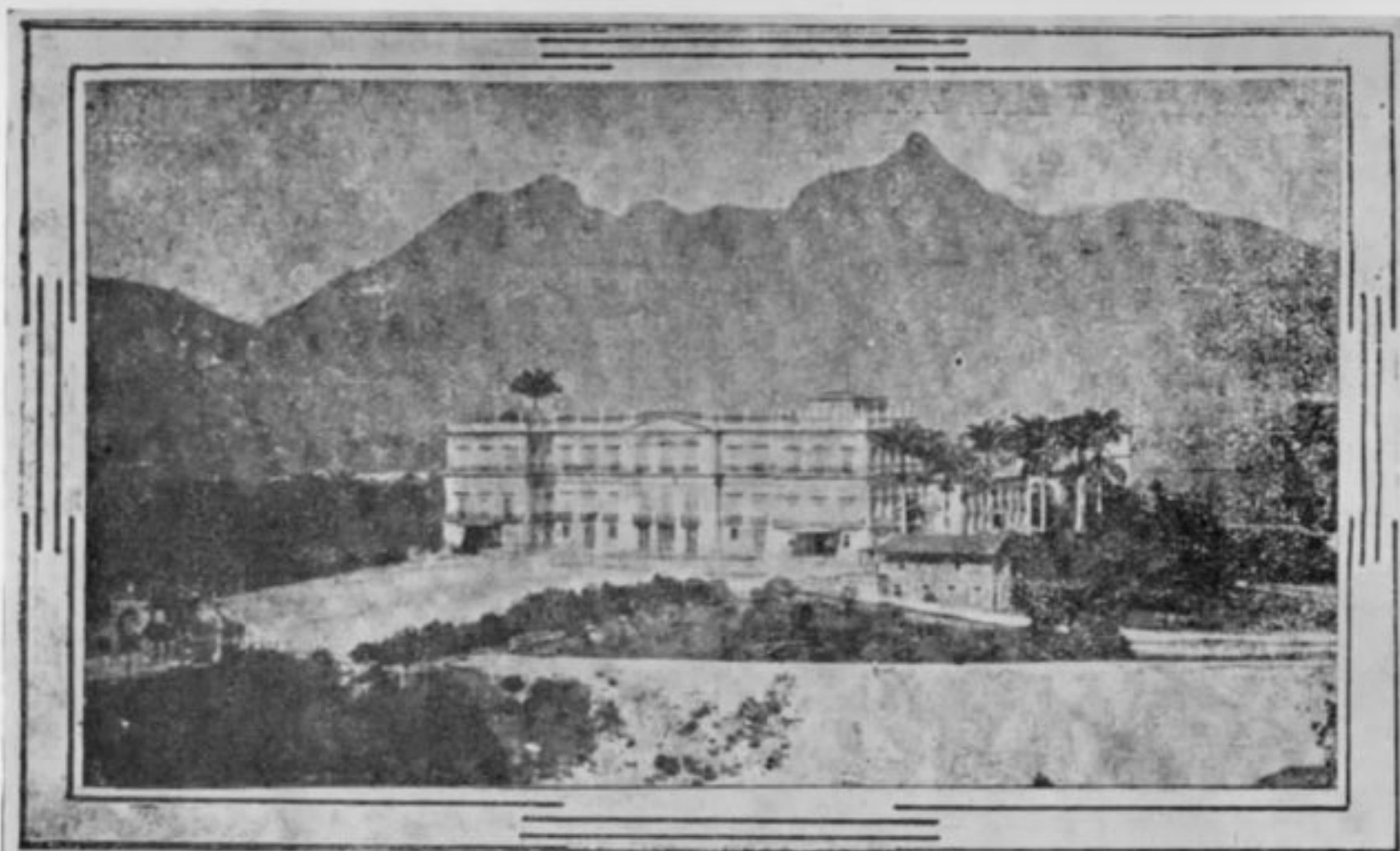
A REAL QUINTA DA BOA VISTA.

São notáveis as transformações da velha casa que se amplia e procura ganhar a imponencia de um palacio.



QUINTA IMPERIAL EM SÃO CRISTOVÃO

1822



PALACIO DA QUINTA IMPERIAL DA BOA VISTA. — Já agora um edificio imponente e de grandes proporções. Toda a Quinta está transformada n'um bello parque.

maiores favores, consta que Elias reclamou a paga da *dáviva generosa*. É de ver que o Príncipe não podia concordar com semelhante desfaçatez.

OLIVEIRA LIMA — *D. João VI no Brasil* — 1.º vol. 184-185 assim se refere ao fato: “A generosidade de Elias Lopes foi um tanto comercial, pois que o doador mais tarde apresentou a conta ao presenteado”. Por sua vez (PEREIRA DA SILVA — *História da fundação do Império do Brasil*) informa que o Capitão depois Conselheiro Elias Antônio Lopes, no próprio tempo do Príncipe Regente, requerera a entrega da cedida Quinta. No curso da reclamação Elias faleceu, vítima de um insulto apoplético”.

Assim que Elias faleceu, D. João mandou arrecadar-lhe os bens e liquidou-os nomeando para isso uma comissão.

Pelo exposto se conclue que houve de fato pagamento; liquidação importa em resgate.

Depois de tantas benemerências e usufruir de tão altos postos, faleceu Elias Antônio Lopes em fins de 1815, em um das pequenas casas que ladavam a Quinta.

O Coadjutor da Freguezia de Nossa Senhora da Candelária, lançou apenas no livro de óbitos: “O Conselheiro Elias Antônio Lopes — Aos oito dias do mês de outubro de 1815 nesta freguezia faleceu da vida presente repentinamente e por isso sem sacramento o Conselheiro Elias Antônio Lopes, filho natural do Capitão Antônio Lopes Guimarães e de Maria Antonia, natural e batizado na freguezia da Vitória da Cidade do Pôrto, solteiro, foi amortalhado em habito Caleiro (sic) encomendado solenemente pelo Reverendo Pároco, e mais sacerdotes, e sepultado na Ordem Terceira do Carmo de que fiz êste assento. O coadjutor José Ribeiro Fa.”.

Muito mais poderíamos escrever sôbre a Quinta da Boa Vista, porém o que nos interessa sobretudo no momento é descobrir se houve de fato uma simples doação ao Príncipe Regente ou se foi uma desonesta transação por parte daquêle súdito português. Continuaremos nossas pesquisas em bem da verdade esperando chegar a uma solução honrosa sôbre a generosa doação de Elias Antônio Lopes.

O PALÁCIO DO CATETE

HERCULANO GOMES MATHIAS.

Chefe da Divisão de Documentação e Divulgação

O Palácio do Catete, residência de Antônio Clemente Pinto, Barão de Nova-Friburgo, foi projetado e construído sob a orientação do arquiteto alemão Gustav Waehnelde.

O primeiro ensaio de colonização europeia no Brasil, para substituir o braço escravo, com aproveitamento de estrangeiros, teve como resultado prático a fundação, na fazenda do Morro Queimado, da colônia de Nova-Friburgo, erigida em vila a 3 de janeiro de 1820.

Os suíços contratados pelos esforços conjugados dos representantes de D. João VI e do aventureiro Sebastião Nicolau Gachet não conseguiram fazer da colônia aquilo que se esperava. Três ou quatro anos depois da chegada já se haviam dispersado, em grande quantidade, para outras regiões chegando alguns até o atual sítio de Itaocara nas margens do Paraíba. Coube a D. Pedro I enviar um reforço de alemães, em 1824, para compensar o malôgro do contingente suíço. Era a época em que a onda verde dos cafezais começava a tomar conta das terras fluminenses. A região conhecida desde os tempos do famoso Mão-de-Luva sob o nome de Cantagalo abrangia tôdas as terras de serra acima a partir das vertentes do Macacu até atingir os limites da província de Minas.

Para elas convergiram aquêles que procuravam conseguir na lavoura a fortuna, o que daria mais tarde origem aos numerosos barões do café.

Um dêsses pioneiros foi o primeiro Barão de Nova Friburgo, Antônio Clemente Pinto, português, que, com a ajuda do Barão de Ubá, João Rodrigues Pereira de Almeida, a quem prestara auxílio por ocasião de um acidente, conse-

guiu tornar-se o mais opulento de todos os fazendeiros da região.

Nascido a 6 de fevereiro de 1795 na freguezia de Ovelha do Matão, veio a casar-se, no Brasil, com D. Laura Clementina da Silva Pinto.

A imensa fortuna despertou-lhe, naturalmente, a idéia de construir, no Rio de Janeiro, onde já era estabelecida a sua firma comercial (Friburgo & Filhos), um palácio que fugisse dos moldes acanhados e tradicionais da cidade. A escolha do local recaiu no bairro do Catete, onde as velhas chácaras do Caminho de Botafogo iam cedendo lugar aos novos arruamentos, fracionando as grandes propriedades do princípio do século XIX. O trecho compreendido entre as ruas do Príncipe ou Bela do Príncipe (atual Silveira Martins) e Princesa do Catete (atual Correia Dutra) era ocupado por várias dessas propriedades na faixa entre a Praia do Flamengo e a rua do Catete.

Nesse local, junto ao Largo do Valdetaro, adquiriu o Barão as casas e terrenos de que necessitava para dar início à construção. Os prédios da rua do Catete n.º 159 e o número 18-A da Praia do Flamengo foram comprados por êle em 1858 a D. Violante Ribeiro da Fonseca e os de ns. 161 e 163 da rua do Catete, em 1864, a D. Ana de Jesus Maria de Lacerda.

O projeto e a fiscalização das obras, especialmente na parte artística, deve-se ao arquiteto alemão Gustav Waehnelde cujos descendentes residem hoje no Rio de Janeiro.

A família Nova-Friburgo doou ao Museu da República grande parte dos documentos de comprovação das despesas efetuadas com a construção do magestoso prédio. O exame desse precioso arquivo revela a presença constante de Waehnelde na fiscalização das várias etapas da obra especialmente na parte artística propriamente dita onde contou com a cooperação de alguns pintores de nomeada, sobressaindo-se, entre êles, Emilio Bauch, autor do quadro do casal Nova-Friburgo, que figura no saguão de entrada do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Escragnolle Doria, -- "O palacete Nova-Friburgo" - cita, apenas, os nomes dos pintores Tassani e Bragaldi. A contribuição principal deste dois artistas, conforme apuramos, se encontra no chamado Salão Nobre em cujo teto e paredes pintaram diversas cenas mitológicas.



*O Barão e a Baronesa de Nova-Friburgo — Quadro de Emilio Bauch —
No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*

Noronha Santos atribuiu o plano ao Barão ressaltando, contudo, o trabalho material do projeto arquitetônico que teria sido alterado no decurso da construção. Carlos Von Koseritz, em suas "Imagens do Brasil" afirmou, apenas, que o projeto era devido "ao senso artístico de um arquiteto de Berlim", sem declinar-lhe o nome.

A estranha colocação do imóvel no ângulo formado pelas ruas Silveira Martins e Catete, quando havia um terreno imenso onde poderia ser colocado, com vantagem, em ponto central, é atribuída a uma exigência da baronesa que não teria concordado em viver reclusa como já acontecia em suas fazendas de Cantagalo e de Friburgo e desejava manter contato direto com a cidade e sua vida agitada.

FERREIRA DA ROSA (*O Rio de Janeiro em 1905*) é de opinião, compartilhada mais tarde por Noronha Santos e Escagnolle Doria, que o prédio, em sua primitiva forma cúbica, constituía, apenas, o primeiro corpo saliente de um grande palácio projetado para ocupar todo o espaço entre as ruas Silveira Martins e Ferreira Viana. Nesse caso, a objeção da baranosea seria mera fantasia literária ou anedótica.

Pelos documentos em poder do Museu Histórico sabe-se que as obras iniciaram-se em 1858 prosseguindo até 1867. O prédio do palácio propriamente dito — ns. 159 a 163 da rua do Catete, ficou sujeito ao pagamento da décima urbana, no valor de 90\$000 por semestre, vencíveis em 30 de março de 1867. Esse imóvel, segundo anotações por nós coligidas no Departamento de História e Documentação do Estado da Guanabara, nos livros fiscais aí depositados, foi ocupado a partir de 1 de julho de 1866. (nota 126, fls. 151-v — ano 1866) Os serviços executados a partir desta última data até princípios do ano seguinte consistiram, apenas, em trabalhos de acabamento.

O aproveitamento de material foi facilitado, em parte, pela proximidade das famosas pedreiras da Candelária (rua Bento Lisboa) e da Glória (rua Pedro Américo), de onde foi retirado o granito utilizado na fachada em combinação com o mármore rosa. Contudo, a pedra lavrada veio, quase toda, de Portugal, conforme se verifica examinando os documentos da construção.

A mão de obra utilizada pelo Barão também não foi muito onerosa pois aproveitou grande quantidade de es-

cravos, pedreiros e carpinteiros trazidos das fazendas de Cantagalo e de Friburgo. No acabamento artistico-decorativo trabalharam várias pintores de nomeada chefiados pelo alemão Emilio Bauch.

Em frente ao palácio havia um chafariz que fôra inaugurado a 7 de setembro de 1854 e que, posteriormente, sofreu reformas sendo nêle colocadas as iniciais B.N.F. em homenagem ao Barão. Esse chafariz acabou removido para o interior do parque em 1896 tendo sido acrescido com a adição da estátua denominada “O nascimento de Vênus”.

Quanto ao preço total da construção nada se pode asseverar de concreto. Ferreira da Rosa fala em 3.000 contos; Brasil Gerson (“História das ruas do Rio de Janeiro”) assina simplesmente “maís de mil contos”; o mesmo diz Escragnolle Doria. Von Koseritz vai muito além — “Um Nova Friburgo (rico plantador brasileiro) constrói para si um palácio por 8.000 contos (16.000.000 de marcos); Noronha Santos escreve que ficou por mais de 1.000 contos. Essa flutuação de estimativas não permite uma opinião fundamentada sôbre o assunto.

A título de curiosidade podemos informar que os comprovantes das despesas efetuadas com a construção, conforme os documentos em poder do Museu Histórico Nacional, atingem a soma de 220 contos, estando excluídas as cifras relativas à aquisição dos terrenos, da pedra lavrada, do mármore e das peças de arte.

Uma vez concluída a obra divergiram as apreciações sôbre o seu valor arquitetônico ou artístico. Agenor de Roure, em 1896, (“Au Jour le Jour” — A Notícia, de 23-9-1896), assim se manifestou: “... a compra do palácio Friburgo mereceu a aprovação de tôda a gente e despertou mesmo o entusiasmo geral de todos quantos possam pretender ou esperar residir ali no imenso casarão do Catete. Apesar da sua aparência exterior de caixão, apesar da sua desgraciosa forma cúbica, o palácio Friburgo tem, contudo, aparência mil vêzes superior à do chatíssimo palácio da rua Larga (Itamaraty), além de estar colocado em local muito mais distante e aprazível — no bairro aristocrático da Capital Federal”. “O aspecto exterior, a forma pesada do palácio e o fato de viver êle sempre fechado estão exigindo que se lhe dê, à semelhança da White House (Casa Branca) de Washington, o significativo nome de Sad House (Casa

O Sr. Agente fará pagar ao Sr.
Emilio Bauch a quantia de 300\$000
a conta das pinturas que o mesmo pintor está
executando de encomenda no palácio do
Lago do Videtur. *J. F. F. F.*
Rio de Janeiro 9 de Dez. de 1865.

Procedi do Sr. Sr. Barão de Nova Friburgo
a quantia de 300\$000.

Emilio Bauch

Conta de despesas efetuadas na decoração do Catente, com os autógrafos
de Wahneldt e do pintor Emilio Bauch.

Triste), salvo se viermos a ter presidentes capazes de mandar pintar aquilo de amarelo claro com as janelas verdes (côres nacionais) e de deixar perceber que ali dentro está o Chefe da Nação”!

Contrastando com o rigorismo e a irreverência de Agenor de Roure, Von Koseritz define a construção como “verdadeiro palácio de fadas”. E, mais: “A 15 de setembro irei a um baile dado pelo Visconde de São Clemente (filho do falecido Nova Friburgo) em seu palácio, neste palácio quase romano, de forma sem igual em qualquer outra casa da América do Sul. Não deixarei de aceitar o convite pois nos brilhantes salões do grande palácio se ajuntará naquele dia festivo tudo o que o Rio tem de aristocrático pelo nascimento, pelo dinheiro e pela inteligência e vale a pena ver isto de perto”.

Joaquim Nabuco, estivera presente, anos antes, a uma dessas festas e deslumbrado com o que vira, publicara no “Globo”, de 19 de setembro de 1875, as seguintes apreciações:

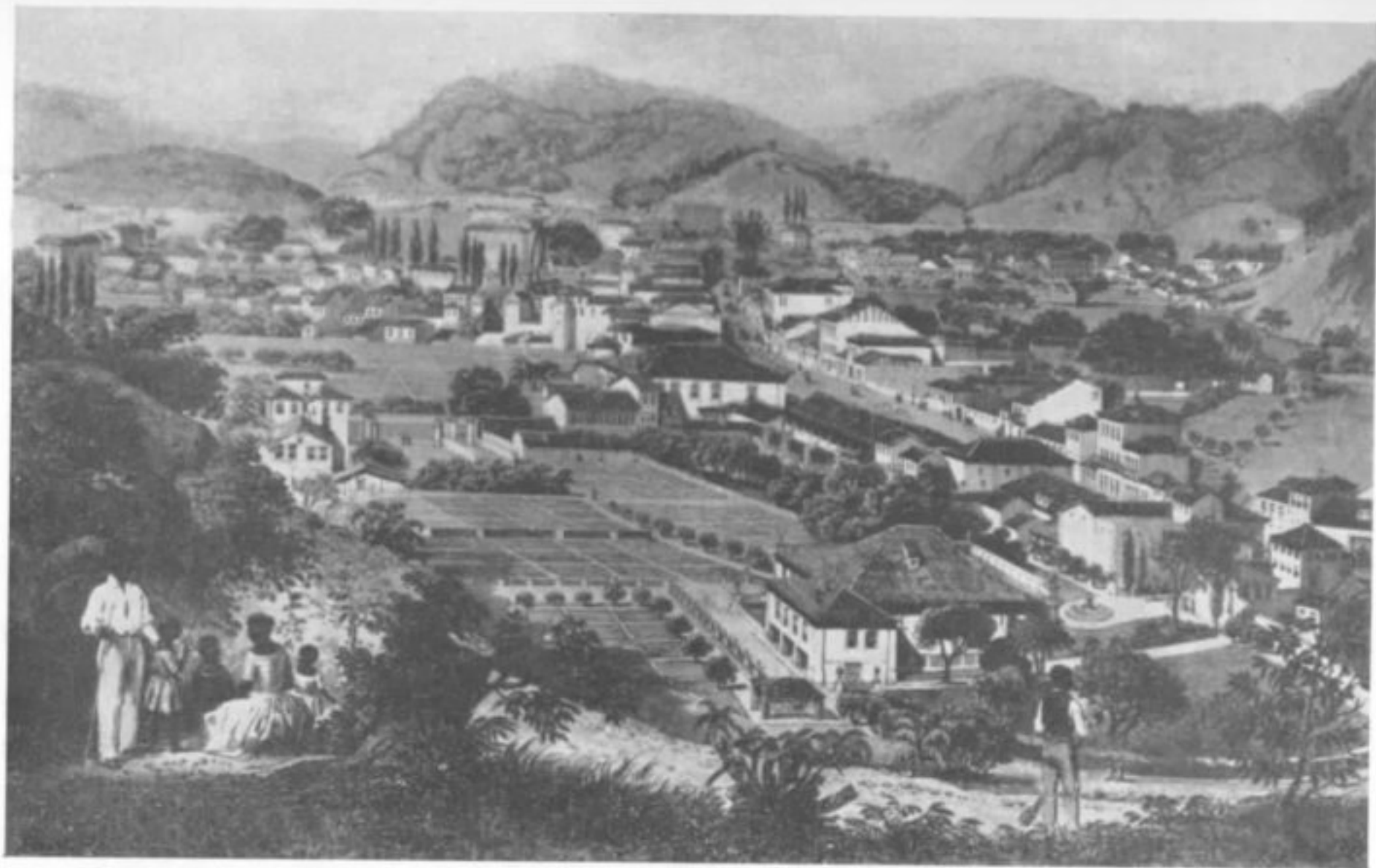
“O que me faz, ainda que em duas palavras, falar da festa dada no palácio Nova Friburgo é a magnificência do edifício.

Durante horas tive ali uma das ilusões mais completas da minha vida: aquela escadaria suspensa de bronze dourado em dois lances sob seus degraus de mármore branco, a galeria aberta do segundo andar, cuja balaustrada cortada por grandes colunas estava carregada de vasos de flores; o vermelho dos vidros e da pintura; os frescos das muralhas; as portas de pau-cetim embutidas de prata; as paredes forradas em tôda a altura de espelhos que multiplicavam as velas sem número dos enormes lustres de cristal; a abundância de flores; os móveis suntuosos, tudo combinava-se para exercer sôbre a vista e sôbre a imaginação a impressão mais nova e mais agradável. Já não era a Caserta à sua coluna de mármore, à sua escadaria manumental guardada pelos leões de Canova, que eu me remontava; era a Renascença, ao tempo das festas deslumbrantes. Nas vilas de Roma eu não compreendi tão bem a vida do luxo, o prazer da nobreza de sentar-se à mesa carregada dos mais finos cristais, um horizonte, alargado pelos espelhos, frescos, de alegorias de mármore. Eu creio que o espírito das donas da casa aumentou-me a ilusão, mas, se me ti-

vessem deixado só nesse palácio iluminado eu tê-la-ia ainda sentido. Ah! se uma noite êsse enorme edificio de mármore côr de rosa e de varandas de finos balaustres se iluminasse todo, se abrissem-lhe a porta de bronze, deixando ver as colunas dos vestibulos, se multiplicassem as luzes da escadaria para dar-lhe maior realce, não mais para um baile comum, em que as casacas pretas haviam de contrastar com a abundância dos tons vermelhos, com o brilho dos espelhos, com as pinturas murais, com todo êsse jôgo de luzes e côres, mas para um baile de fantasia eu quero crer que o Rio de Janeiro havia de ver uma festa como na Europa não se poderia dar mais esplêndida. Quem possui um palácio dêsses tem nas suas mãos o meio de viver com êle. Qualquer que seja a sorte de um tal edificio, durante os séculos que êle conservar-se de pé, a tradição virá recolher sobretudo a lembrança dos que primeiro o habitaram; a Baronesa de S. Clemente tem por aí o privilégio de saber hoje que dentro de alguns trezentos anos, seus gostos, seu caráter, seu espirito, serão objeto dos estudos do cronista do seu atual palácio. Ser-me-ia muito desagradável ofender-lhe a modéstia, mas como não pensar que uma dessas festas célebres, dadas dentro de um, dois, três ou mais anos, no momento escolhido por ela só, havia de acrescentar ao seu nome um nôvo brilho e ligá-lo ainda mais aos destinos do seu palácio? Quando à animação que reinou na última festa que também foi a primeira, basta dizer aos curiosos que, quando ela acabou, o sol tinha-se levantado sôbre as montanhas, o que me fez escrever no meu diário, adiante de 15 de setembro: a noite mais curta do ano!”

Escragnolle Doria traduziu, em poucas palavras, a sua apreciação — “a maior e a mais suntuosa das casas particulares cariocas”. (“O palacete Nova-Friburgo” — in Revista da Semana, de 14 de janeiro de 1928).

WANDERLEY DE PINHO, em sua conhecida obra “Salões e damas do Segundo Reinado”, transcreve algumas opiniões sôbre o palácio. Uma delas é a de Quesada: “Descreve maravilhado aquêle palácio que seria na República a sede do govêrno nacional, desde a escadaria, os vitrais, a decoração em estilo pompéiano, os bronzes, os relevos da balaustrada, às passadeiras de veludo azul, e os sete salões do primeiro andar, ainda não definitivamente mobiliados, com arandelas de bronze e de cristal, altissimos espelhos, trabalhadas



O Bairro do Catete anos antes da construção do Palácio 1854. Litografia de Desmons

portas...” “Que palácio! Que esplendor!... “Solo recuerdo el palacio del Principe Giovanelli em Venecia que puede servir de comparacion... Es un palacio de principe. Haritoff me decia: es preciso ser franco, hay pocos palacios de particulares en Europa que ostentan ese boato”.

Noronha Santos deu a sua apreciação em termos comparativos: “Para a velha cidade, com seus casarões inestéticos e sombrios, constituiu de certo grande acontecimento a ereção dêsse palácio que destoava da pesada e rotineira visão dos mestres de obras da época. Deveria ter, de acôrdo com o primitivo projeto, três corpos, dos quais dois salientes, inclusive o atual edificio e um recuado do logradouro”. Cita um comentário de Vale Cabral — “Este palacete é monumental e vistoso, mas, por ficar na esquina de uma rua nota-se-lhe a falta de elegância, que de certo, deveria ter se porventura estivesse erguido no centro de uma área vasta e cuidadosamente arborizada”. Conclui Noronha Santos: “Dos mais ricos e suntuosos edificios particulares que se construíram na cidade, o portentoso prédio demarcou evidentemente, uma época de fecundas iniciativas materiais”. (Pasta “Palácio do Catete” — Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Um autor do nosso tempo, ALBERTO LAMEGO, em sua esplêndida obra “O Homem e a Serra” julgou a construção com as seguintes palavras: — “de linhas tão sóbrias e equilibradas, verdadeira síntese de austeridade e fino gosto arquitetônico a revelar o apurado espírito de seu idealizador”.

* * *

O Barão e a Baronesa pouco tempo residiram no palácio. O Barão faleceu no Rio de Janeiro, a 4 de outubro de 1869 e a baronesa, logo a seguir, em Nova Friburgo, a 9 de janeiro de 1870.

Com a morte dos pais, os dois filhos — Antônio Clemente Pinto (barão, visconde e conde de São Clemente) e o Dr. Bernardo Clemente Pinto Sobrinho (segundo barão, visconde e conde de Nova Friburgo) ficaram na posse de todos os bens que compreendiam não só o palácio do Catete, como prédios em vários pontos da cidade do Rio de Janeiro, quinze fazendas na Provincia do Rio de Janeiro, entre as quais a do Gavião (“talvez o mais imponente dos

solares rurais brasileiros” — Alberto R. Lamago), Areias e Córrego, em Nova Friburgo e Cantagalo, que eram trabalhadas por 2.500 escravos e colonos (Noronha Santos).

A fortuna deixada pelo construtor do palácio levou Ternaux Compans a chamar o filho (2.º barão) de “verdadeiro imperador do Brasil” (Carta a seu amigo Raymond, datada de Petrópolis, 15-6-1876).

A estrada de ferro de Cantagalo (Niterói-Cantagalo), atual Leopoldina, foi planejada em vida do primeiro titular e concluída graças aos capitais fornecidos pelos seus herdeiros. Essa estrada destinava-se ao escoamento da produção das fazendas de café de Cantagalo, Cordeiro e regiões vizinhas onde, ainda segundo o testemunho de Ternaux-Compans que as visitou a convite do futuro Conde de Nova-Friburgo, possuía a família quatorze fazendas, com 2.000 escravos, produzindo, todos os anos, em média, 3.000.000 de quilos de café.

Para que se tenha uma idéia real dos recursos da família Nova-Friburgo, proprietária do Palácio do Catete, transcreveremos a seguir alguns trechos de uma carta dirigida pelo ministro Antônio de São Clemente ao Dr. Alberto Ribeiro Lamago para publicação em sua obra já citada: “Dos grandes latifúndios deixados pelo 1.º barão de Nova Friburgo e ampliados por seus filhos, ficaram alguns nomes de fazendas que para documentação histórica não deveriam ser esquecidos. Do Conde de São Clemente foram as fazendas de Santa Rita, Itioca, Areias, Boa Sorte, Poço d’Antas, Boa Vista e Jacutinga, em Cantagalo, e as do Córrego Novo, Córrego Velho, São Lourenço e Córrego d’Antas em Nova Friburgo, além do Parque São Clemente com a sua chamada “Casa Grande”, hoje Câmara Municipal — e de várias propriedades nesta cidade.

“Ao Conde de Nova Friburgo pertenceram a Estrada de Ferro de Cantagalo, as fazendas do Gavião-Velho e do Gavião-Novo, onde está o célebre solar do Gavião, parcialmente demolido, e as de Aldeias, Água-Quente, Mata-Porcos e Cafés em Cantagalo. Em Itiocara ainda possuía êle as fazendas de Laranjeiras, onde hoje existe uma usina de açúcar e a da Serra, além de outras propriedades. Em Nova Friburgo, além de uma grande extensão de terras que pela serra abaixo alcançavam as imediações de Cachoeiras de Macacu, na Vila Nova de Cachoeiras, as quais eram atraves-



*O Engenheiro Gustav Waehneldt e Família — Fotografia tirada em Berlim —
Cortesia da família Waehneldt do Rio de Janeiro.*

sadas por ótima estrada de rodagem, reservou-se o Conde um recanto das terras que pertenciam ao Parque São Clemente, onde, em lugar elevado e aprazível, construiu grande casa, estilo chalé, dividida em numerosos aposentos e salas, propriedade esta que era conhecida por "Barracão" e onde agora se acha instalado o Sanatório da nossa Marinha de Guerra". Esse prédio e os terrenos adjacentes foram vendidos ao Governo da União por 150 contos, em 1909.

O Visconde de São Clemente ocupou o palácio depois da morte dos pais e aí viveu durante alguns anos. Em 1882 e 1883 realizavam-se grandes festas em seus salões. Uma delas foi a do casamento do ex-ministro do Rodolpho Epiphânio de Souza Dantas com a filha do visconde. Em julho de 1883 houve grande baile em homenagem aos recém-casados Antônio Clemente Pinto e Georgina Faro, segundos barões de São Clemente.

Os descendentes do barão de Nova-Friburgo não esperaram pela Lei de 13 de maio de 1888 para libertarem seus escravos. Com grandes festas campestres, principalmente na fazenda do Gavião, concederam alforria a algumas centenas dos que ainda não tinham atingido a idade fixada pela Lei Saraiva-Cotegipe (Sexagenários). O Imperador concedeu-lhes, por esse motivo, os títulos de Conde de Nova-Friburgo e Conde de São Clemente.

A Proclamação da República veio encontrar o palácio desocupado. O Conde de São Clemente vendeu-o, em princípio de 1890, por 1.800 contos, à Companhia Grande Hotel Internacional que planejara transformá-lo em estabelecimento de primeira ordem. A Companhia adquiriu, igualmente, alguns imóveis junto ao palácio. A tremenda crise provocada pelo Encilhamento fez fracassar a empresa e, em consequência, todo o seu acervo foi parar nas mãos do Conselheiro Francisco de Paula Mayrink que aproveitou o prédio para sua moradia. Envolvido, contudo, em grandes negócios, não lhe foi possível manter a posse do imóvel por muito tempo. Num encontro de contas com o Banco da República do Brasil transferiu o Conselheiro Mayrink àquêl banco a propriedade de seu palácio.

A Lei Orçamentária para o exercício de 1896 autorizou o Governo Federal a receber do Banco da República do Brasil, por conta do débito deste para com o Tesouro, imóveis situados no Distrito Federal, os quais se destinariam

à instalação de repartições públicas. Entre os referidos imóveis figurava o Palácio do Catete, transferido para o Patrimônio Nacional, pelo valor de três mil contos em escritura lavrada a 18 de abril de 1896.

Destinado desde logo para substituir o Itamaraty como Palácio Presidencial, tornou-se necessário executar grandes reformas no Catete para melhor adaptá-lo à sua nova finalidade. Coube ao Dr. Aarão Reis a direção geral dos trabalhos tendo como ajudante imediato o engenheiro Carvalho de Almeida e, na parte decorativa, o artista Araripe de Macedo. Os jardins foram reformados por Paul Villon, engenheiro que trabalhara com Glaziou no Parque da Aclamação. Como ponto saliente da reforma houve a instalação de luz elétrica, considerada, na ocasião, a principal obra do gênero no país e executada sob a direção técnica dos engenheiros Adolpho Aschoff, Mario Braga e Alfredo Eye. A iluminação compreendia, nessa época, 561 lâmpadas de oito velas, 563 de 16 velas e 117 de 32 velas, além de 116 de 16 velas no anexo e 103 de 16 velas nas demais dependências.

Impressionado, em sua visita ao palácio, com êsses detalhes da iluminação, Agencor de Roure, no artigo citado, expandiu-se com espírito: “Como se vê, não será por falta de luz que os nossos presidentes hão de andar às tontas e às escuras! Impossível que tão bem iluminado, o antigo Palácio Friburgo continue a ser uma Sad House (Casa Triste). Que Deus e mais o Cristo e mais a Virgem da sala de despachos iluminem o caos que porventura possa existir na organização cerebral dos nossos governos, já que o Diabo não mais os poderá tentar com a nudez das estátuas do palácio disfarçada por uma trança de cabelos ou por uma fôlha de parreira”.

Nas reformas internas trabalharam com grande dedicação os já consagrados pintores Antônio Parreiras e Décio Villares.

A disposição e o aproveitamento das dependências internas e externas do palácio sofreram constantes transformações desde a sua construção. Os caprichos individuais contribuíram bastante para essas alterações frequentes que chegaram até nossos dias. Dos três pavimentos que constituem o corpo principal do imóvel apenas o segundo, onde se encontram os salões nobres, mereceu certo respeito dos



Palácio do Catete com as estátuas colocadas pelo Banco da República do Brasil em 1896

responsáveis pelo valioso prédio. As pinturas e os trabalhos de estuque foram várias vezes alterados, mesmo naqueles salões, onde se encontram obras executadas por artistas do princípio deste século e alguns contemporâneos. Acrescentaram-se os símbolos republicanos como elemento decorativo, inclusive na fachada, e completou-se o mobiliário sensivelmente desfalcado pelas sucessivas mudanças de proprietários. As exigências ditadas pela expansão dos serviços forçaram a construção de várias dependências nos jardins e, também, a supressão de outras, como, por exemplo, as antigas cocheiras, galinheiros, carvoeiras, etc.

Uma velha fotografia de Leuzinger, reproduzida em gravura na “Viagem ao Brasil — 1865-1866”, de Luiz e Elizabeth Agassis, nos mostra a rua do Príncipe (Silveira Martins), aparecendo, no fundo, o palácio Nova Friburgo. Na cimalha destacam-se as águias de latão imitando bronze que foram retiradas por um dos proprietários. O presidente do Banco da República do Brasil, Francisco Rangel Duval, adquiriu na Europa, em 1896 (Val d’Osne — França), as estátuas que foram colocadas no lugar das águias e que permaneceram na frontaria da cimalha e nas faces laterais até fins de 1910, então substituídas por igual número de águias de bronze. As estátuas representavam — “A República”, “A Agricultura”, “A Justiça”, “A Primavera”, “O Outono”, “O Inverno” e “O Verão”. As duas últimas davam para os fundos.

Da mesma época e da mesma procedência são as estátuas de “Cristóvão Colombo”, no jardim da rua do Catete, “O Nascimento de Vênus”, de que já falámos ao tratar do chafariz do parque, além de outras espalhadas na parte interna, como “A Leitura”, “A Escrita”, “A Europa”, “A Ásia”, “A África”, “A América” e “A Oceânia”, assim como os bustos da “República”, “Washington” e “Crepúsculo”. A famosa jarra “Beethoven”, de Bordalo Pinheiro, também ornamentou o Catete antes de ser removida para o Museu Nacional de Belas Artes.

Terminadas as obras de adaptação, cuidou o governo da mudança para a nova sede. Encontrando-se doente e licenciado em Teresópolis o Dr. Prudente de Moris, coube a seu substituto legal, o Dr. Manuel Vitorino Pereira o privilégio de ter sido o primeiro Chefe do Poder Executivo

a se instalar no Catete. Até essa data, 21 de fevereiro de 1897, o Itamaraty abrigara os Presidentes.

A transferência efetuou-se em meio a grandes festas que provocaram críticas de vários órgãos da imprensa.

Um dos periódicos governistas da época o “Dom Quixote”, de Angelo Agostini, — dedicou grande parte de sua edição de 6 de março de 1897 a êsse acontecimento, defendendo as autoridades contra a irreverência dos que tinham procurado ridicularizar o espetáculo festivo com que havia sido celebrada a transferência.

“Dentro do palácio, resplendente de luzes, ornado festivamente, a aglomeração de convidados era enorme; e certo que a alegria comunicativa que entre todos reinava, recordava no espírito dessa multidão que jamais, em tempos do decaído regime, houvera festa semelhante, em que representantes de tôdas as classes confabulam amistosamente com o chefe do Estado, aliando-se a êle e às autoridades para comemorar a data solene da proclamação da carta constitucional. Práticas democráticas, essas festas são mais uma prova da excelência do sistema que nos rege, e têm o valor de um estímulo para mais avigorar na consciência pública o amor e a dedicação à pátria e mais profundo e sincero tornar-se o respeito às instituições livres que nos regem”. “O brilho da festa, a pompa de que se revestiu, tem sido motivo para censuras dos que tudo vêem com olhos vesgos, e que se comprazem em opor à solenidade festiva do palácio as dificuldades com que luta a população... Preferem a taciturnidade e a tristeza que foram a nota característica da passada monarquia, e desconhecem que tais festas são necessárias para a educação cívica do povo, e que os governos carecem de exhibir êsse aparato, elemento preponderante de seu prestígio e da influênciã que devem exercer sobre as massas. O que é de estranhar é que haja quem êsso estranhe”.

O autor dessas apreciações fez, contudo, reparos contundentes ao valor das obras de adaptação que haviam sido realizadas no prédio externando-se, no mesmo artigo, da seguinte forma:

“Em nossa opinião ainda não é o palácio do Catete o tipo da casa destinada ao govêrno, porque a incompetência de quem se encarregou de o preparar e ornamentar, banii



No dia 24 de Fevereiro.

Vice-Presidente — Creio que deve estar satisfeito, agora que tem um bello palacio, vinhos nobres e
República — Isto é muito bom sem duvida; mas de que me serve tanta luxo se para a minha
subsistencia não me dá o que preciso?

*Desenho de Angelo Agostini — publicado no "D. Quixote" — 6 de março
de 1897 — Manuel Vitorino e a República durante a festa
do dia 24 de fevereiro.*

dali o gosto artístico, inutilizando o que no palácio encontrou de melhor e introduzindo-lhe novidades que podem despertar a atenção pela sua fatura à la diable, jamais porque nelas se encontre a mais simples manifestação da Arte. É de esperar, porém, que ainda haja quem se lembre de remediar o mal feito, e obre de acôrdo com a sensata convicção de que um diretor de banco pode e deve ter um grande espirito financeiro — mas de nenhum modo é obrigado a possuir um elevado gosto artístico...”.

O diretor de banco era, como já citamos, Francisco Rangel Duval, e, entre os artistas que trabalharam nas obras de reforma e adaptação, estavam Décio Villares e Antônio Parreiras...

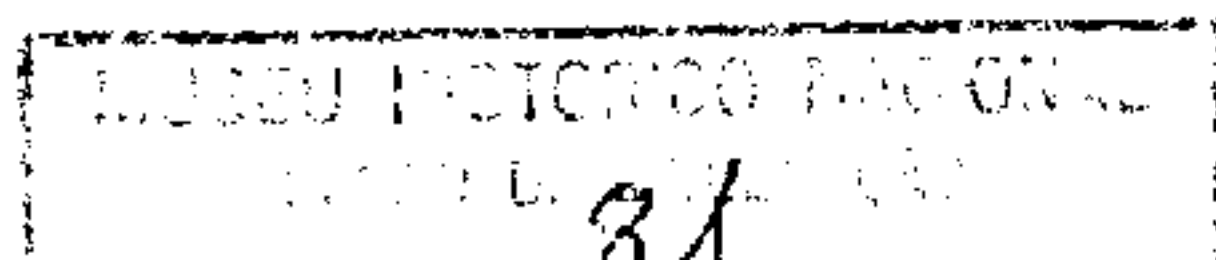
O sisudo “Jornal do Commércio” deu ampla cobertura às festas da instalação do Govêrno no palácio, a começar com a descrição minuciosa de tôdas as suas dependências, publicada na primeira página da edição de 20 de fevereiro de 1897.

Os fatos relativos às solenidades mereceram especial destaque a partir do dia 24 dêsse mês. Ficamos sabendo que houve grande recepção a que estiveram presentes não só as autoridades principais da época, como, também, o corpo diplomático e a fina flor dos escritores nacionais, sendo mencionados expressamente, entre outros, Machado de Assis, Arthur Azevedo, José Veríssimo, Guimarães Passos, Pedro Rabelo, Olavo Bilac, Coelho Neto e Filinto de Almeida.

O buffet, cujo cardápio também foi divulgado, lembrava o do famoso baile da Ilha Fiscal realizado nos últimos dias do Império, e o seu preparo esteve a cargo da Confeitaria Paschoal que, por curiosa coincidência, fizera o mesmo serviço na festa da monarquia...

O número de carros para conduzir os convidados ultrapassou 200. A orquestra compunha-se de 28 professores sob a regência do maestro Joaquim P. Carvalho. Do mar, em frente à Praia do Flamengo, o cruzador “Benjamin Constant” dirigia seus holofotes sôbre o prédio do palácio.

A nota pitoresca, segundo êsse mesmo órgão, foi dada pela retirada prévia “graças ao bom gosto do Chefe do Estado, de uma das salas do palácio, de um gracioso par de



macacos que a estética decoradora colocara ali como obra de arte. Os dois macacos empalhados, conservando ainda a graça natural das caras grotescas, que a vida amava, destoavam sem dúvida do luxo principesco do palácio republicano...”.

O “Jornal do Brasil” entre outras considerações, comentava que a guarda do Palácio não procedia corretamente e que ainda “há poucos dias viu ali dois soldados que estavam o coçar os pés...”.

Quanto à festa acima referida, a “Gazeta de Noticias” citou vários fatos curiosos ocorridos durante a sua realização: “Alguns convidados distintos e encasacados não quiseram deixar a esplêndida e oficial festa sem carregar para a casa — como lembrança — vários bibelôs de valor. Esta notícia foi tida como um “canard” e desmentida oficialmente.

Quase todos os embrulhos eram doces e outras iguarias sem importância, o que é muito comum na nossa alta e mesmo baixa sociedade”.

A ocupação oficial do palácio transformou-o, desse momento em diante, no ponto de convergência dos acontecimentos políticos nacionais. Cunhou-se a expressão “Catete” para designar, de modo geral, os atos emanados diretamente da nova sede presidencial. O casarão tornou-se o principal alvo das maiores ambições no jôgo dos conchavos e esquemas sucessórios.

“O palácio do Catete é talvez o ponto do Rio de Janeiro mais conhecido e mais falado no Brasil inteiro” (Escragolle Dória; artigo citado).

Prudente de Moraes, ao regressar de sua licença, dirigiu-se ao palácio reassumindo imediatamente as suas funções, fato ocorrido quando do falecimento do pai de Manuel Vitorino.

Campos Sales, seu sucessor, ausentou-se do palácio por alguns dias para visitar a República Argentina, retribuindo o gesto do presidente Julio Roca. Ao deixar o Govêrno, mal compreendido pelo povo, em razão de sua drástica política de recuperação econômico-financeira, foi alvo de manifestações de desagrado.

O presidente Rodrigues Alves, nos dias negros da revolta contra a vacina obrigatória (1904), embora aconselhado a resguardar-se dos perigos que o ameaçavam, encas-



*Palácio do Catete com as Águias que substituíram as Estátuas
no Governo de Nilo Peçanha*

telou-se firmemente no palácio respondendo aos avisos com a frase que se tornou histórica: “Aqui é o meu lugar!”.

A 25 de agosto de 1905 inaugurou-se vizinha ao palácio a Escola Rodrigues Alves, construída na gestão do prefeito Pereira Passos.

Afonso Pena de uma das sacadas assistiu em 1908, a passagem do entêrro de Machado de Assis. Meses depois, a 11 de junho de 1909, era o próprio Presidente que aí falecia. Logo após a sua morte o ministro Tavares de Lyra incumbia o major Afonso Monteiro, ajudante de Ordens da Presidência, de comunicar ao Vice-Presidente Nilo Peçanha o passamento do Chefe de Estado, convidando-o a comparecer a Palácio.

Durante o govêrno de Wenceslau Braz, nêle foi assinada, em 1917, a declaração de guerra à Alemanha. O ex-presidente Nilo Peçanha participou do ato, na qualidade de Ministro das Relações Exteriores.

A 15 de novembro do ano seguinte, logo após a tremenda devastação causada pela gripe “espanhola”, num dia frio, segundo o testemunho de FERREIRA DA ROSA (*Memorial do Rio de Janeiro*), o presidente Wenceslau Braz entregou o poder ao Vice-Presidente eleito, Dr. Delfim Moreira, que, no mesmo dia, foi visitar o presidente enfêrmo, Dr. Rodrigues Alves, em sua residência da rua Senador Vergueiro. Êste faleceu em janeiro de 1919, sem ter podido tomar posse do cargo.

As novas eleições resultaram na investidura do jurista Epitácio da Silva Pessoa. Coube-lhe recepcionar, em 1920, os reis da Bêlgica, Alberto e Elizabeth. Em junho do mesmo ano houve grande recepção em homenagem aos representantes do comércio, indústria e dos poderes constitucionais.

Em 1922, com as grandes festas comemorativas do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, o Catete foi visitado pelas missões especiais estrangeiras destacando-se a representação portuguesa, chefiada pelo próprio Presidente da República, Dr. Antônio José de Almeida. O palácio, viveu, nessa ocasião, os seus maiores dias com as grandes festas que aí se realizaram.

O presidente Washington Luiz, nas festas nacionais de 7 de setembro e 15 de novembro, além de receber nos salões as missões diplomáticas, membros do Congresso e convi-

dados, mandava franquear os jardins à visitação pública. A revolução de outubro de 1930 colheu-o no palácio Guanabara, sua residência, que era, antes de seu governo, reservado para os hóspedes ilustres que nos visitavam.

O Presidente Getúlio Vargas utilizou-o tanto para residência como para sede dos despachos. Os acontecimentos de maior importância durante o seu governo tiveram como palco, ora o palácio do Catete, ora o Guanabara. Seu sucessor, o general Dutra, residiu algum tempo no Catete.

Em 21 de agosto de 1951, no quarto ora reconstituído do terceiro pavimento, suicidou-se, coagido pela força das circunstâncias, o presidente Getúlio Vargas. Seu corpo ficou em exposição pública antes de ser removido para sua cidade natal no estado do Rio Grande do Sul.

O Vice-Presidente Café Filho, investido na chefia do Governo, utilizou o palácio somente para fins oficiais, residindo em seu apartamento de Copacabana.

Seu sucessor, Juscelino Kubitschek, preferiu a residência do palácio das Laranjeiras.

Com a transferência da capital para Brasília, marcada para o dia 21 de abril de 1960, foi necessário dar destino ao antigo palácio Nova-Friburgo. O decreto n.º 47.883 criou, no Museu Histórico Nacional, a Divisão de História da República e reservou-lhe a utilização do imóvel da rua do Catete.

Transferida a Capital para o planalto goiano, iniciaram-se as obras de adaptação do tradicional palácio às suas novas finalidades. Tratando-se de imóvel tombado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi solicitada a cooperação dos técnicos daquele órgão, cabendo aos conservadores e documentaristas do Museu Histórico a parte relativa à organização do Museu.

Ao ocupar o antigo palácio Nova-Friburgo procurou a direção do Museu recolocar as suas diversas dependências, sempre que possível, na mesma disposição a que obedeciam antes de sua aquisição pelo governo republicano. Por outro lado, para adaptá-lo à nova destinação tornou-se necessário efetuar substanciais obras de restauração, principalmente nos elementos artístico-decorativos, gravemente prejudicados por dezenas de anos de utilização e conservação negligentes.



*Canto do Salão de Banquetes do Palácio do Catete.
Pinturas murais de Emílio Bauch*

No dia 15 de novembro de 1960, realizaram-se as cerimônias da inauguração do Museu da República, com a presença do presidente da República e de grande número de convidados.

Desde essa data o seu índice de visitação é dos mais elevados sendo ultrapassado, nesta cidade, apenas pelo Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. Exerce o cargo de chefe desse importante setor do Museu Histórico a professora D. Jenny Dreyfus.

O aproveitamento das salas de exposição é feito da seguinte forma:

1.º pavimento — Sala da Fundação da República, Sala da Consolidação da República, 1.º Salão Presidencial, 2.º Salão Presidencial, Sala dos Ministros das Relações Exteriores, Sala Ministerial, Sala Filatélica, Sala do Côche, 3.º Salão Presidencial, 4.º Salão Presidencial.

2.º pavimento — Galeria, Sala da Capela, Salão Azul, Salão Nobre, Salão Pompéiano, Salão Amarelo, Salão Mourisco, Salão de Banquetes, Sala dos Leques, Passagem para o Cinema e Cinema.

3.º pavimento — Quarto onde morreu o presidente Getúlio Vargas, Sala Floriano Peixoto, Sala Juscelino Kubitschek, Sala Epitácio Pessoa, Sala do Mobiliário Presidencial, Sala das Pratas, Sala das Porcelanas, Sala Religiosa, Quarto do Papa, Sala Nilo Peçanha, Gabinete do Presidente Vargas e Sala Artur Bernardes.

Dependências anexas — andar térreo — Gabinete do chefe do Museu, Sala das Recepcionistas, Sala dos Conservadores, 2.ª Sala das Recepcionistas, Secretaria, Biblioteca (Sala Josué Montelo) e Sala do Zelador.

No teto do corpo principal pousou, durante algum tempo, um helicóptero, que era utilizado pelo presidente Juscelino Kubitschek.

Nos jardins do palácio, do lado da praia do Flamengo, funciona um play ground muito freqüentado pelas crianças das redondezas.

Ainda dentro da área pertencente ao palácio do Catete está montada uma usina geradora de luz e a garage

utilizada pela presidência do Conselho de Segurança Nacional e pelo Serviço Nacional de Informações; a Diretoria de Expediente da Presidência da República; a Tesouraria do Grupo de Trabalho de Opção; a CADE e 3 moradias destinadas a funcionários da vigilância do Museu.

O NASCIMENTO DA CIDADE DE S. SEBASTIAO DO RIO DE JANEIRO

NAIR DE MORAES CARVALHO.

Conservadora Nível 17-A Coordenadora
e Professora do Curso de Museus

Muito embora as dúvidas existentes sobre o seu comando, composição e escalas, é fato indiscutível a presença de uma esquadra lusa nos mares da então Terra de Santa Cruz, mais ou menos, um ano após o seu descobrimento por Pedro Alvares Cabral. Aliás, um grande mistério, ainda não elucidado através da hermenêutica da escassa documentação a respeito, envolve as primeiras explorações do litoral brasileiro. Depois de estudá-las, conclui o professor Duarte Leite que “desde data incerta de 1501 até 22 de junho do ano seguinte, sulcou o Atlântico uma frota portuguesa, comissionada para explorar regularmente a costa brasileira”.

Antes de rumar do seu ancoradouro da baía Cabralia para a Índia, o descobridor do Brasil enviara a Lisboa, sob o comando provável de Gaspar de Lemos, o navio dos mantimentos de sua esquadra, levando as notícias do achado. Ele navegou para o norte, ao longo da orla marítima, e dela se afastou, talvez na altura do cabo de S. Roque. Sabia-se, portanto, em Portugal, que a terra novamente encontrada aos 17.º graus de latitude, medidos por Mestre João, físico da armada cabralina, se prolongava até aquela ponta, além da qual corria já para noroeste. A expedição de 1501 viria completar seu conhecimento no rumo oposto, para sul e sudoeste.

Os cronistas da época, João de Barros, Castanheda, Gaspar Correia e Osório guardam completo silêncio a esse respeito. Todavia, Antônio Galvão, na 2.ª parte do “Tratado dos Descobrimentos Antigos e Modernos”, abrangendo-os

até o ano de 1550, intitulado “Descobrimento das Antilhas, e Índias pollos Espanhoes feitos”, escreve: “ neste mesmo ano de 1501, e mez de Mayo partirão tres navios da cidade de Lisboa por mandado del Rey D. Manoel, a descobrir a costa do Brasil, e forão a ver vista das Canarias, e dahi o Cabo Verde, tomarão refresco em Bezequiche, passada a linha da parte do Sul, forão tomar terra no Brasil em cinco graos daltura, e forão por ella até trinta e dous pouco mais ou menos, segundo sua conta, donde se tornarão no mez de Abril por haver já lá frio, e tormenta, pozerão neste descobrimento e viagem quinze mezes, por tornarem a Lisboa na entrada de Setembro”. Confirmam estas palavras de Antônio Galvão as Cartas de Américo Vespúcio e a Relação do Piloto Anônimo, como é chamada a narrativa de tudo quanto ocorreu com a grande armada cabralina, em sua viagem redonda, ida e volta da Índia. Dois de seus navios, no regresso, estando a refrescar no porto africano de Bezequiche, o Dacar atual, nele os encontraram os que iam explorar a costa do Brasil. Américo Vespúcio nos dá conta disso e CARLOS MALHEIRO DIAS, em face do que documentadamente se sabe, afirma categórico: “Que Vespúcio tenha viajado no ano de 1501 numa flotilha portugêsa que se dirigia ao Brasil, é fato que pode considerar-se definitivamente comprovado”.

Lê-se a primeira noticia dessa tão discutida expedição na carta que, a 10 de setembro de 1502, o opulento cremonês residente em Lisboa Giovanni Francesco La Faitada ou Affaitadi dirigiu ao *Oratore*, ou Embaixador de Veneza junto à côrte madrilenha, Piero Pasqualigo, então em Sevilha: “... e le caravele mandate l'anno passá a sceprir la terra di Papagá over di Santa Croce, a di 22 ludio erano ritornate; et il capetanio referiva aver scoperto piu di 2500 mia di costa, e dite caravele é venute charge di verzi at di cassia, ne altre specie hanno portato...”.

Não pode haver mais dúvidas sôbre a realização de pelo menos uma viagem de exploração costeira do Brasil, efetuada do cabo de S. Roque para o sul, de 1501 a 1502, o que comprovam as alterações e os acréscimos na toponímia do famoso planisfério de Cantino, feito em Portugal.

Admíte-se geralmente que a flotilha na qual embarcou Américo Vespúcio, mandado buscar pelo Rei D. Manuel, em Castela, onde se achava, foi comandada por André Gonçalves, e também que a extensão literânea percorrida tenha

tido seus principais accidentes topográficos batizados de acôrdo com as efemérides cristãs do calendário relativas às datas em que os navegantes os avistavam, ou reconheciam. A lista, como se verá, é muito interessante e começa no dia em que, após a travessia do oceano, a terra se apresentou surgindo do horizonte:

1501

- 16 de agosto — cabo de S. Roque.
- 18 de agosto — rio de Santa Helena, o Comandaituba.
- 28 de agosto — cabo de Santo Agostinho.
- 11 de setembro — rio de S. Jacinto.
- 29 de setembro — rio de S. Miguel.
- 30 de setembro — rio de S. Jerônimo.
- 4 de outubro — rio de S. Francisco.
- 21 de outubro — rio das Virgens.
- 1 de novembro — baía de Todos os Santos.
- 13 de dezembro — rio de Santa Luzia, a baía de Vitória.
- 21 de dezembro — cabo de S. Tomé.

1502

- 1 de janeiro — rio de Janeiro.
- 6 de janeiro — angra dos Reis.
- 20 de janeiro — ilha de S. Sebastião.
- 22 de janeiro — pôrto de S. Vicente.
- 29 de fevereiro — pôrto de Cananeia (?)

Tudo leva a supor que os navios da expedição de André Gonçalves não penetraram as águas da baía que descobriram e os tamoios denominavam *Iguacá-mbará*, seio ou Enseada do Rio, ou do Mar, ou ainda *y-i-leroi*, Água-que-se-esconde, Água parada, Mar-morto. André Gonçalves limitou-se a reconhecer a alcantilada costa e a entrada da barra. Daí a suposição de que se encontrava diante da embocadura dum grande rio, o que fêz dar-lhe o nome até hoje conservado de Rio de Janeiro.

É possível, no entanto, que a 2.^a expedição enviada de Portugal ao Brasil tenha transposto a barra e demorado no interior da baía. O cronista Damião de Góis resume em poucas palavras essa nova viagem de exploração costeira: “D. Manuel enviou Gonçalo Coelho com seis naus à terra de Santa Cruz, com que partio do porto de Lisboa aos dez dias do mez de Junho de (1503), das quaes por ainda terem

pouca noticia da terra perdeu quatro, e as outras duas trouxe ao regno, com mercadorias da terra, que então nam eram outras, que pao vermelho, a que chamam Brasil, bogies, e papagaios”. Sobre essa expedição, temos o testemunho sempre contraditório de Américo Vespúcio, que dela participou. É a última viagem a que se refere na *Lettera* a Soderini, de 4 de outubro de 1504. Enquanto Damião de Gois dá a saída de Lisboa a 10 de junho, êle diz que foi a 10 de maio, o que é mais accitável em face do avanço da estação natural de partida em junho.

Essa frota que deixava Lisboa, em busca do Brasil, demonstrava o interêsse da Coroa de Portugal na exploração e maior conhecimento da vasta região sul-americana descoberta em 1500, pois 1503 fôra ano de fome no Reino pela escassez das colheitas, com tôdas as dificuldades supervenientes. Contudo, calculam-se em mais de 60 os navios saídos da metrópole para os diversos mares singrados pelas velas portugúêsas. Mandara-se u’a armada a socorrer Veneza e outra a atacar o ninho de piratas argelinos de Mazalquebir. Enviaram-se os navios de Antônio Saldanha ao mar Roxo, a fim de afundar os barcos dos peregrinos de Meca. Duas naus haviam seguido para a Terra dos Bacalhous em busca dos irmãos Corte-Real. Mais seis levaram Francisco e Afonso de Albuquerque para a Índia.

Capistrano de Abreu accita a vinda da esquadra de Gonçalo Coelho: “Em 1503, escreve, veio de fato uma frota de 6 embarcações, reduzidas logo à metade pelo naufrágio da capitânea junto à ilha depois chamada Fernão de Noronha, e pela defeccão de Vespúcio...”. Saindo do Tejo, as naus rumaram a Cabo Verde, de onde velejaram para Fernando de Noronha, alcançando depois a Bahia. Foi nas proximidades daquela ilha que afundou, provavelmente por um êrro de manobra, em águas e terras desconhecidas, a capitânea de Gonçalo Coelho. Vespúcio pôde, pois, por sua conta e risco, continuar a derrota para o sul. É o que Capistrano de Abreu denomina sua defeccão.

Da Bahia de Todos os Santos, diz o florentino na *Lettera*: “Navegamos mais para diante duzentas e sessenta léguas até chagarmos a um porto, onde determinamos fazer uma fortaleza, como com effeito fizemos... Está esta terra além da Equinocial 18 graus, e 37 mais ao Ocidente de Lisboa, segundo mostraram os nossos instrumentos”. Que

porto seria esse? A 18.^o de latitude estaria um pouco abaixo de Caravelas, mas a longitude desta de Lisboa é de 31.^o. Em virtude de terem os tripulantes da nau “Bretôa”, em 1512, encontrado em Cabo Frio vestígios de um fortim abandonado, desde Humboldt, os historiadores accitam em geral ter sido aquêle o porto referido por Vespúcio, apesar de sua latitude ser de 23.^o e 42’ sul, com a longitude de 37.^o a oeste de Lisbôa.

“É inverossímil, opina um historiador, que, demorando tanto tempo em Cabo Frio, os navegadores tivessem ignorado a vasta baía da Guanabara, de que Vespúcio não faz menção”.

Como se admite que a expedição de Gonçalo Coelho tenha descoberto a ilha dos Patos, depois de Santa Catarina, passando adiante dela, naturalmente tocou no Rio de Janeiro, penetrou suas águas e nelas demorou algum tempo. Tanto assim que Fernão de Magalhães, segundo a relação de Pigafetta, ali encontrou entre a indiada, gansos, galinhas e cana de açúcar que o navegador luso deixara. Rio Branco é de opinião que elle tenha construído um forte, “destruído pouco tempo depois pelos tamoios”. Teria sido esse o primeiro estabelecimento português na Guanabara? Na verdade, Thevet, que esteve no Rio de Janeiro, de 1550 a 1555, noticia nas suas “Singularitez de la France Antarctique” a destruição do forte levantado em Cabo Frio, e Crespín, na sua “Histoire des Martyrs”, em 1597, a de outro, este de pedra, no Rio de Janeiro: “une tour de pierre en la riviére... de Januário”.

Em 1515, na demanda do Rio da Prata, Juan Diaz de Solis esteve no Rio de Janeiro. A 13 de dezembro de 1519, os navios de Fernão de Magalhães, “La Trinidad”, Sant’ Antônio”, “Concepcion” e “Victoria”, entraram na Guanabara, lançando ferros em uma de suas encadas, desembarcando, fazendo aguada e lenha, e demorando 14 dias. Deu-lhe o grande navegador, por causa da data, o nome de baía de Santa Luzia. Era seu piloto-mór um grande conhecedor da região, o antigo piloto da famosa nau “Bretôa”, que viera ao Cabo Frio em 1512 a resgatar páu-brasil, João Lopes de Carvalho. Diz Gaspar Correia que levou consigo um filho havido duma índia do Rio de Janeiro, o qual foi o primeiro mestiço brasileiro a dar a volta ao mundo. Celebrou-se missa em terra, a que os selvagens assistiram

com veneração. Grandes canoas contendo de 30 a 40 selvagens navegavam entre as margens e as ilhas. Numa delas tinha vivido um tal João de Braga, considerado como um dos homens deixados no fortim da expedição de Gonçalo Coelho. A 27 de dezembro, Fernão de Magalhães levantou ferros e rumou para as costas da Patagônia.

Os portugueses voltaram ao Rio de Janeiro com Martin Afonso de Souza. Trazia este, em nome de El Rei D. João III, poderes latos e extraordinários: Capitão-mor da armada dirigida à *terra do brasil*, e de tôdas as mais que viesse a achar, ou descobrir, com jurisdição plena sobre as pessoas que o seguissem, ou as fossem habitar, tanto no crime como no cível, sem apêlo, nem agravo, podendo mesmo proferir sentença de morte; poderia tomar posse de novas terras, meter-lhes padrões e nomear autoridades que as regessem em seu nome, concedendo sesmarias a quem as quisesse povoar. Sua navegação desde Lisboa e ao longo da costa brasileira está minuciosamente descrita no diário de seu irmão, Pero Lopes de Souza: *Navegação q̃ fez p.º lopez de souza no descobrimento da costa do brasil militando na capitania de marti a.º de souza seu irmão na era da encarnação de 1530.*

Foi num sábado, 3 de dezembro de 1530, que a armada deixou o Tejo rumo a sudoeste: a nau capitânea, a “S. Miguel”, o galeão “S. Vicente” duas caravelas “Princesa” e “Rosa”. Reconheceu Tenerife, avistou a Gomeira, navegou pelas alturas do cabo Bojador, do das Barbas e do Branco, passou pelas ilhas caboverdeanas do Sal, Boa-Vista e Maio, pelo Natal, indo refrescar no pôrto da Praia, na de S. Vicente, a 28. A 29, fundeia no da Ribeira Grande, de onde larga a 3 de janeiro de 1531. A 30, apresou duas náus francesas ocupadas no resgate do pau-de-tinta, uma diante do cabo de Percauri, a outra ao sul do de Santo Agostinho. No dia 2 de fevereiro, toma uma terceira perto da ilha de Santo Aleixo. A frota dispersada nessas operações de policia do litoral, reúne no pôrto de Pernambuco, de onde as duas caravelas seguem para o Maranhão e uma nau francesa para a metrópole. A Capitânea, o “S. Miguel” e outra nau francesa batizada como “Nossa Senhora das Candeias” rumam para o sul, a 1.º de março.

Chegam à ponta do Padrão, na Bahia de Todos os Santos, no dia 13, ali demorando até 17. Reconhece a boca



do Tinha e arriba de nôvo à Bahia, de onde só parte a 25. A 21 de abril, está nos Abrolhos, a 29 no Cabo Frio e a 30 no Rio de Janeiro. A armada levara um mês e três dias para vir da Bahia à entrada da Guanabara. A propósito, narra Pero Lopes de Souza: *sabado XXX dias d'abril no quarto dalva eramos cõ a boca do Rio de Jan^o e por nos acalmar o vêto surgimos a par de hũa ilha ã esta na êtrada do dito Rio em fundo de Xb (15) braças d'area limpa, ao meio dia se fez o vêto ao mar, e entramos dentro com as naos. este rio he mui grande tem dentro oito ilhas e asi muytos abriguos faz a êtrada norte sul tomada da quarta ao noroestesueste. tem ao sueste duas ilhas e outras duas ao sul e tres ao sudueste e entre ellas podem navegar carracas he limpo de fundo XXI braças. no mais baro sem Restingua nenhũa e o fundo limpo. na boca de fora tem duas ilhas da banda de leste e da banda da loeste tem quatro ilheos. a boca nõ he mais ã de hũ tiro d'arcabuz tem no meo hũa ilha de pedra Rasa cõ o mar. pegado com ella ha fundo de Xbiij (13) braças d'area limpa. esta em altura de 23 g e hum quarto. como fomos dêtro mandou o capitam fazer hũa casa forte com cerqua por de Rador e mãdou sair a gente em terra e por em ordem a ferraria pera fazermos cousas de ã tinhamos necessidade. daqui mandou o capitam quatro ho-mêes polla terra dentro e foram e vieram em dous meses e andaram polla cxb (45) leguoas e as lx (60) dellas foram por montanhas mui grandes e as l (50) foram por hũ campo muj grande e foram até darem com hũ grande Rey Senhor de todos aquelles campos e lhes fez muijta honrra e veo cõ elles até os entregar ao capitam e lhe trouxe muito chris-tal e deu novas como o Rio de Paraguay avia mujito ouro e prata. o capitam lhe fez muita honrra e lhe deu muitas dadivas e o mandou tornar pera suas terras. a gente deste Rio he como a da baia de todos los santos senão quanto he mais gentil gente. toda A terra deste Rio he de montanhas e serras muj altas. as melhores agoas ha neste Rio ã podeni ser. aqui estivemos tres meses tomando mâtimêtos pera hã año pera ccc (300) homês ã traziamos..." Durante êsse tri-mestre, foram construídos os bergantins com que Martin Afonso de Souza procuraria explorar o Rio da Prata.*

A descrição do diário de Pedro Lopes de Souza é a primeira que se tem do Rio de Janeiro, compreendendo a

parte fora da barra e o interior da baía entre altas montanhas. A própria indicação sucinta dos 4 homens mandados ao interior do território está de acôrdo com a fisionomia dèste: primeiro a vasta baixada, depois as grandes serranias. Mas onde situar o local em que os expedicionários ancoraram, desembarcaram, levantaram ranchos, abrigos, forja e estaleiros? Referindo-se à cidade do Rio de Janeiro, escreve Gabriel Soares no seu “Roteiro-General”: “Na ponta desta cidade e ancoradouro dos navios, que está detraz da cidade, está uma ilheta, que se diz a da Madeira, por se tirar dela muita; a qual serve os navios que aqui se recolhem de concertar as velhas. E desta ponta a uma legua está outra ponta, fazendo a terra em meio uma enseada, onde está o pôrto que se diz Martin Afonso”. Até hoje não pôde ser localizado, ante os têrmos vagos da descrição, muito embora a indicação da ilha da Madeira, que é a atual das Cobras.

Estando naquele tempo a cidade no morro do Castelo, a ponta onde ficava a ilheta da Madeira, ou das Cobras, seria a de S. Bento, ou a do Calabouço, entre as quais se situa. Dai, reza o texto, à outra ponta distante uma légua havia no meio uma enseada. Não diz se para o norte, ou para o sul, se para o lado da barra, ou para o interior da baía. Não seria crível ancorassem as náus muito distante da barra, nem afastadas de boa água. Esta reflexão nos leva a admitir que o pôrto de Martin Afonso fôsse a enseada, ou saco da Glória, tendo êle construído sua casa forte e estaleiro na foz do rio mais tarde denominado da Carioca. Fôra essa a tão falada Casa de Pedra, atribuída por alguns a Gonçaldo Coelho, que o indigena na sua fala chamou *cari-oca*, a casa do branco.

Desistindo de sua missão principal que era explorar e colonizar o Rio de Prata, e tendo fundado S. Vicente, a primeira vila do Brasil, Martin Afonso de Souza nunca mais voltou à Guanabara, até retirar-se definitivamente para Portugal.

O retôrno dos espanhois foi marcado pela primeira execução de pena de morte de que se tem documentada notícia, nas margens da Guanabara. No dia 30 de novembro de 1535, chegava à baía a expedição do 1.º Adeantado-mor, Capitão General e Governador do Rio da Prata, D. Pedro de Mendonza, que se destinava à conquista e povoamento daquela região, entrando por ela até o Peru. Na véspera,

depois dum processo sumário e secreto, em que se não permitiu a menor defesa ao réu, fôra condenado a receber punhaladas, ou estocadas "até que a alma lhe saísse das carnes" o Mestre de Campo do terço de infantaria embarcado nos navios, Juan Osorio.

Provavelmente a armada espanhola deu fundo na enseada onde estivera antes Martins Afonso de Souza. Pela manhã de 3 de dezembro, executou-se a sentença pronunciada a 29 de novembro, antes de transposta a barra. Desembarcaram tropas e na praia dourada de sol, agrilhado e algemado, o infeliz foi atravessado várias vezes pelas espadas dos seus próprios Capitães Juan de Ayolas e Galaz de Medrano.

O Capitão General D. Pedro de Mendonza, autor dêsse cruel feito, saindo do Rio de Janeiro, foi fundar a cidade de Buenos Aires. Em 1537, regressou enfermo à Espanha e morreu hidrófobo, vista das Canárias.

De 24 de maio a 4 de julho de 1532, vindo de S. Vicente, Pedro Lopes de Souza, estacionou no Rio de Janeiro seguindo para Lisboa. Martin Afonso de Souza partiu para a Índia a 3 de março de 1534, deixando na regência de suas terras, sua mulher, D. Ana Pimentel. Durante vinte anos, jazeu esquecida de nautas e colonizadores a baía de Guanabara. Os principais núcleos de povoamento resultantes da epopéia dos litorais surgiram e cresceram ao norte e ao sul: Itamaracá e S. Vicente. Entre essas duas balizas extremas da América Portuguêsa de então, criara-se com o Govêrno Geral um fiel da balança" a cidade do Salvador, capital do Estado do Brasil. O Rio de Janeiro, compreendido num dos quinhões da donatária de Martin Afonso de Souza, nem dele, nem do primeiro e segundo Governadores Gerais, Tomé de Souza e Duarte da Costa, recebeu a menor atenção até que os francêses, freqüentadores da costa desde longos anos, escolheram o local para um estabelecimento permanente.

À cata do pau-brasil, normandos e bretões, pelo menos de 1504 em diante, surgiram nas angras e estuários a comerciar com a bugrada, que os apelidava *aiurujubas*, os papagaios amarelos, ou *maires*, os que vivem longe. Davam-se os índios tupis muito bem com êles. Carijós foram à França. Tabajaras dansaram perante a côrte dos Valois. Dêsse conhecimento da terra e dessas relações com os seus

naturais veio a Nicolau Durand de Villegaigon, Cavalheiro de Malta e Vice-Almirante da Bretanha a idéia de fundar uma colônia no Rio de Janeiro, que se intitularia a França Antártica, serviria de refúgio aos calvinistas francêses ou huguenotes, muito perseguidos no seu país, e de base a futuras expansões imperialistas.

A expedição colonizadora de Villegaigon entrou a barra da abandonada baía do Rio de Janeiro, no dia 10 de novembro de 1555. Compunha-se de dois navios de guerra e um transporte. Saindo do Havre, fôra obrigada a arribar a Dieppe com perdas. Dali tomara o rumo da travessia do oceano. O cronista Jean de Léry diz que o primeiro ponto onde os francêses desembarcaram foi o ilheu Ratier, depois chamado ilha da Lage. André Thevet, sacerdote católico que acompanhara os expedicionários, embora na maioria calvinistas, contraria êsse depoimento, mostrando ser impossível a tentativa de qualquer estabelecimento naquêle rochedo batido de vento e mar. O certo é que Villegaigon desembarcou e se fortificou definitivamente na ilha denominada Sergipe pelos índios e das Palmeiras pelos portugêses, a qual, até hoje, conserva seu nome. Levantou um forte que denominou Coligny, fêz aliança com os tamoios que habitavam a orla marítima e eram afamados canoeiros, e cobriu-se com algumas cârcas, ou entrincheiramentos: uma avançada, para fiscalizar o oceano, onde se fêz o primitivo forte de Nossa Senhora da Guia, no lugar da atual fortaleza de Santa Cruz; outro na praia do Flamengo, na foz do rio Carioca, do Catete, ou das Laranjeiras, que lhes fornecia água, estendendo-se talvez até a colina da Glória, denominada Uruçumirim; e um terceiro na ilha do Governador, chamada então Paranapecu, Paranaçuã, ou dos Gatos, isto é, dos Maracajás, como os tamoios apelidavam os temiminós que lá moravam. Assim tinham defendidos os flancos de qualquer ataque proveniente dos litorais já anteriormente freqüentados pelos portugêses. Não realizariam, porém, o projeto de fundação duma cidade que se chamaria Henriville, em honra do Rei Henrique II, apesar do refôrço, em 1557, por Bois-le Comte: três navios, 300 homens, 18 peças de bronze, 30 berços, ou peças menores de ferro, e muitos mosquetes.

Nicolau Durand de Villegaignou deu à região que pretendia colonizar o nome de França Antártica. Era um fidalgo e um sonhador. Sobrinho do famoso Villiers de l'Isle



Litografia de Chavane segundo o desenho de Gudin

A da esquerda representa "Victoire des Français sur la flotte Anglaise devant Brest — 23 Avril 1513", e a da direita, "Le chevalier de Villegagnon entré dans Rio Janère — 10 Novembre 1555".

Das coleções do Museu Histórico Nacional.

Adam, Grão Mestre da Ordem Soberana de Malta, nasceu em Provins, em 1510, e faleceu em Beauvais, a 9 de janeiro de 1571. Participara da expedição primitiva do Imperador Carlos V contra as regências barbarescas, sendo ferido em Argel. Comandara esquadras francêsas nas costas da Inglaterra e, em 1548, conduzia da Escócia à França a Rainha Maria Stuart. Assinalava-se no Mediterrâneo em tôdas as campanhas da Ordem de Malta, da qual era cavaleiro. Antes de iniciar sua aventura no Brasil, escrevera duas obras em latim: “Caroli V imperatoris expeditio in Africam ad Argieram” e “De Bello Melitensi ad Carolum Cesarem et ejus eventu Gallis imposito commentarius”. Sua formação católica e seu espírito de disciplina criado no seio duma ordem monástico-guerreira, de longa tradição, dentro em pouco entraram em conflito com os protestantes que o seguiam e muito especialmente com a bôrra da expedição, homens tirados das prisões para se regenerarem no degredo longínquo. Êsses elementos queriam o gôze duma liberdade absoluta nas terras virgens do nôvo continente, abusando do estado primitivo dos indígenas que os rodeavam. Nessa luta intestina, Villegaignon apoiou-se em seu sobrinho Bois-le-Comte, no seu secretário Nicolau Barré e no frade André Thevet. Os pastores calvinistas chefiaram a oposição contra êle. Desgostoso, retirou-se para a França, entregando o comando do forte Coligny a Bois-le Comte.

D. Duarte da Costa, 2.º Governador Geral do Brasil, ocupado na luta contra os índios da Bahia e do Espirito Santo, nada pôde fazer para obstar o estabelecimento dos francêses no Rio de Janeiro. As reclamações contra a permanência dessa perigosa cunha plantada entre a Capitania de S. Vicente e a cidade do Salvador, capital do Estado do Brasil, chegaram aos ouvidos da Córte de Lisboa e não tardaram as providências para expulsão dos intrusos. A 23 de junho de 1557, era nomeado 3.º Governador Geral o Desembargador Mem de Sá, Conselheiro d’El Rei, Fidalgo da Casa Real, “homem de grande coração, zelo e prudência, culto e experimentado na paz e na guerra”, segundo opinava por escrito o Bispo-Conde de Coimbra. Nomeado por três anos, dedicaria, no entanto, os 14 que lhe restariam de vida, laboriosa, dedicada e honestamente ao serviço da pátria, falecendo e sendo sepultado na Bahia, a 2 de março de 1572. Ali desembarcara, vindo de Lisboa, no dia 4 de janeiro de 1558, “oitava dos inocentes”, segundo o Padre Blasques.

Dois anos levou o nôvo Governador Geral nos aprestos para expelir os francêses. Mandou seu filho Fernão de Sá submeter os índios do Espirito Santo rebelados contra o donatário Vasco Fernandes Coutinho, assessorado pelo valente Vasco Rodrigues Caldas. Era necessária a submissão da indiada para que pudesse fazer frente aos intrusos sem perigos de ataques pelas costas. Fernão de Sá morreu na árdua luta, mas os rebeldes foram submetidos. Mem de Sá veio da Bahia para o Espirito Santo, onde achava que se devia fundar uma cidade semelhante à do Salvador. Dali enviou Vasco Rodrigues Caldas bater os indígenas sublevados de Ilhéus, enquanto aguardava os reforços pedidos à Metrópole.

Só em novembro de 1559, chegaria à Bahia a frota mandada de Portugal sob o comando do Capitão-mór Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha. Auxiliado pelo Bispo do Brasil, D. Pedro Leitão, que a elle se reuniu, e pelo Padre Manuel da Nobrega, concentrou suas fôrças no Espirito Santo: 2 náus de guerra e 8 embarcações pequenas com suas tripulações, provisões e munições, 120 arcabuseiros portugêses e 140 frecheiros índios aliados. De S. Vicente deveriam vir ao seu encontro um bergantim e muitas canoas com a gente de guerra e os indígenas auxiliares que fôsse possível arrebanhar. Era a primeira vez que na colônia nascente homens de várias procedências, tanto do norte, como do sul, se reuniam contra um perigo comum.

A 21 de fevereiro de 1560, a expedição comandada por Mem de Sá cruzava a frente da barra do Rio de Janeiro, à espera dos reforços de S. Vicente. Reunidos êstes, desembarcou na chamada Praia Vermelha, junto ao Pão de Açúcar e ao morro Cara de Cão, de onde mandou intimar aos francêses que se rendessem. Não sendo atendido, preparou-se para atacá-los. As operações de guerra foram iniciadas a 15 de março. As fôrças portugêsas ocuparam as praias em frente à ilha de Serigipe, bombardeando o forte Coligny com os canhões assestados do morro, depois chamado do Castelo. Após dessa preparação de artilharia, que não só abriu brechas na cêrca da fortificação como inutilizou a ação dos navios inimigos, na noite de 16 para 17, Mem de Sá desembarcou sua gente na ilha. Pela manhã, os portugêses e seus aliados indígenas atacaram os francêses e os tamoios, tomando-lhes as trincheiras, incendiando-lhes o

paíol, matando, ferindo, aprisionando a muitos e obrigando à rendição tanto a fortaleza, como uma nau de guerra. Os inimigos escapos à luta fugiram, refugiando-se no seio das tribos tamóias das margens orientais da baía.

O Governador Geral, após essa rápida vitória, não dispondo de elementos para ocupação definitiva das posições conquistadas, ordenou o arrasamento das cêrcas e o transporte para sua esquadra da artilharia capturada. Em seguida, dirigiu-se a S. Vicente, onde chegou a 31 de março e de onde foi ao Espírito Santo, antes de regressar à cidade do Salvador. Na Guanabara, de nôvo em abandono, mal cessaram os ecos da rápida e bravia luta, os francêses refugiados entre os índios voltaram aos pontos em que antes se tinham fortificado e restauraram as suas defesas. Ao mesmo tempo, o grande prestígio do famigerado chefe Cunhambebe iniciava a Confederação do Tamóios, que, em 1562, se tornou grande ameaça ao domínio português, sendo a paz difficilmente obtida pela intervenção dos Padres Nóbrega e Anchieta, que conseguiram um armistício, permanecendo o último dêsses jesuitas como refém nas mãos dos selvagens até se firmar a paz definitivamente. Da Bahia, Mem de Sá insistia junto ao Govêrno Real pelo envio de meios com que se colonizasse o Rio de Janeiro, de modo que “também no melhor pôrto do sul houvesse outra cidade salvadora dessas paragens”, conforme suas próprias palavras. Como se vê, deve-se a fundação do Rio de Janeiro a uma idéia do Governador Geral.

Enfim vieram os reforços de Portugal. Trouxe-os o Capitão-mór Estácio de Sá, sobrinho do Governador Geral, com a missão de expulsar definitivamente os franceses das suas posições. Depois de haver tocado na Bahia e em São Vicente, para receber mantimentos e auxílios, chegou ao Rio de Janeiro e desembarcou sua gente na Praia Vermelha, onde, entre o morro da Cara de Cão e o Pão de Açúcar, estabeleceu seu acampamento. Nessa pequena várzea que se abre para o mar e para o interior da Guanabara, como ato significativo da posse permanente da região pela Coroa de Portugal, lançou, a 1 de março seguinte, os fundamentos da cidade de S. Sebastião. Foi-lhe dado êste nome em homenagem ao santo soldado e martir que era seu patrono e ainda em honra ao Infante, herdeiro do trono, que os máus fados destinavam a morrer no campo de batalha de Alcacer-quebir. O lugar prestava-se muito bem a essa fun-

dação inicial, em face dos inimigos que não cessariam de atacar até que sua gente passasse à ofensiva. Do lado de terra, defendia-o o grande penhasco; do lado da barra, o morro agreste de aparadas ribanceiras. Fácilmente se comunicava com os navios no oceano e dispunha de larga visão sobre os contornos da baía. Mais para dentro, as terras estavam ocupadas ou freqüentadas pelos insubmissos tamoios, aliados à francesada.

A coberto de estacadas que logo fêz levantar, abriram-se cacimbas, construíram-se moradias e depósitos, ergueu-se uma capela. Formou-se, assim, um arraial fortificado, cabeça de ponte da campanha que se ia desenvolver, semente da urbe futura. Terminadas as obras, afastados os navios para tirar aos expedicionários qualquer veleidade de fuga, ou defeecção, meses depois, em data até hoje não determinada, deu-se posse solene ao Alcaide-mór Francisco Dias Pinto, primeira autoridade do Rio de Janeiro nascente, de acôrdo com os meios e circunstâncias do momento. Conta-a desta sorte Baltasar da Silva Lisboa: "... detendo-se o Governador com as mais pessoas presentes à porta principal da Cidadela e Fortaleza, lhe disse — que cerrasse as portas — o que fêz o Alcaide-mór com as suas próprias mãos, bem como os dois postigos sobrepostos nelas com suas aldravas de ferro; e ficando Estácio de Sá fora das portas e muros, lhe perguntou o Alcaide-mór, que estava dentro, se queria entrar e quem era êle? Ao que respondeu que queria entrar, e que era o Capitão da Cidade de São Sebastião em nome de El Rei Nosso Senhor, e imediatamente lhe foi aberta a porta, dizendo o Alcaide-mór que o reconhecia por seu Capitão em nome de Sua Alteza, cuja Cidade e Fortaleza era".

No decurso de mais ou menos dois anos, hostilizando e sendo hostilizado, o arraial foi se desenvolvendo naquele pequenino chão. Os tamoios apareciam com suas canoas em som de guerra, de todos os lados, mal esboçavam os lusos alguns ataques navais aos francêses, que recebiam constantemente reforços de Cabo Frio. Valentes capitães como Belchior de Azevedo e Francisco Velho distinguiam-se pela coragem nos combates e escaramuças em que os inimigos foram atacados, ou repelidos. Era necessário quanto antes que a Estácio de Sá trouxessem os auxílios precisos para consolidar definitivamente sua fundação. O venerável José de Anchieta informou Mem de Sá sobre a difícil posição em

que se encontrava o sobrinho e êle se apressou a solicitar o Reino novas fôrças de mar e terra, a fim de concluir a obra tão audaciosamente começada e teimosamente sustentada.

Em 1566, veio de Lisboa Cristovam de Barros, o terrível conquistador de Sergipe, com 3 galeões. A êles o Governador Geral juntou 2 náus e 6 caravelas, conduzindo as tropas que conseguiu reunir: um terço de infantaria, voluntários da Bahia e de Pôrto Seguro. Acompanhado do Bispo D. Pedro Leitão, dirigiu-se ao Espirito Santo, onde embarcou 200 frecheiros terminós, inimigos dos tamoios, sob o comando do famoso Martin Afonso Ararigboia; depois, foi a S. Vicente, e, a 18 de janeiro de 1567, se apresentava diante da Praia Vermelha. A 19, reunindo o seu conselho de guerra, decidia o ataque imediato e geral às posições dos francêses e seus aliados indigenas no seio da Guanabara. A 20, as tropas desembarcaram e fizeram junção com as de Estácio de Sá. O Bispo abençoou-as e se puseram em marcha pelos caminhos do litoral, a fim de alcançarem a atual praia do Flamengo, onde se erguia, defendendo a aguada do rio Carioca, a quase inexpugnável cêrca do Uruçumirim, que Frei Vicente do Salvador chama Ibiraquoçumirim. Talvez fôsse a primitiva aldeia indígena de Urauaçuê e possivelmente se estendia daquela foz ao fragoso e alto morro da Glória, em face de Villegaignon. Nesse entrincheiramento, como no de Paranapucu ou Paranapuã, ilha do Governador, os arcabuseiros francêses reforçavam os frecheiros indigenas. A luta foi cruenta. Morreram muitos índios de parte a parte e, segundo Simão de Vasconcelos, onze ou doze portugêses, entre êles Gaspar Barbosa, “capitão de mar e guerra, e também da jurisdição de Pôrto Seguro, homens de grandes partes, de muito esfôrço e virtude...” Mortalmente ferido por uma flecha no rosto, tomou no assalto à grande paliçada o Capitão-mór Estácio de Sá. No dia 23, a cêrca de Paranapucu era tomada por Cristovam de Barros.

Dominada, assim, a baía, pois o forte Coligny, anteriormente arrasado, se tornara insustentável com a tomada das fortificações que o cobriam, Mem de Sá transferiu, a 1.º de março de 1567, a cidade nascente da Praia Vermelha para mais estratégica posição. Obedecendo ao modelo português da colocação das cidades nos altos, defendidas por um rio, ou pelo mar, instalou-a na colina que veio a ter o nome de morro do Castelo, sita, em frente da barra, numa ponta

avancada entre o saco, ou enseada da Glória, e a praia posteriormente denominada de D. Manuel, que se chanfrava desde os arrecifes do Calabouço até o local que se tornaria mais tarde o terreiro do Paço. Do lado de terra, estaria, enquanto se não irradiasse do morro, defendida pelas lagoas do Boqueirão e de Santo Antônio, pelos pantanais e mangues das gamboas.

A 20 de fevereiro de 1567, em consequência da flechada recebida, morria Estácio de Sá, o fundador da cidade, à qual dera como atributo heráldico um molho de setas, em memórias do glorioso mártir, seu padroeiro, e das lutas travadas com os tomboios para sustentá-la. De fato, nascera e se criara sob as flechas dos contínuos ataques. Sepultado na humilde capela do arraial fortificado da Praia Vermelha, daí foram seus ossos transferidos, em 1583, para a igreja de S. Sebastião do morro do Castelo. A 16 de novembro de 1862, exumaram-nos e a 20 de janeiro de 1863, na presença do Imperador D. Pedro II e de alguns membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, restituíram-nos à mesma sepultura. Quando se começou a arrasar a colina histórica, em 1922, a pedra sepulcral e as cinzas do Fundador tiveram de ser levadas para a igreja dos Capuchinhos, na rua Haddock Lobo.

Voltando à cidade do Salvador, Mem de Sá deixou seu sobrinho Salvador Correia de Sá como Capitão e Governador do Rio de Janeiro. O registro da provisão respectiva é de 4 de março de 1568. A posse portuguesa estava definitivamente assegurada. Tanto que a 18 de fevereiro de 1550, 4 náus de guerra francesas foram repelidas ao tentarem atacar a cidade pela artilharia das cârcas e fortes da mesma, um no local onde se encontra a atual fortaleza de Santa Cruz, chamado de Nossa Senhora da Guia, outros nas espaldas do morro do Castelo e o que defendia o pôrto, denominado de Santa Cruz, no sítio exato da igreja da Cruz dos Militares. Mais 3 náus francesas, que traziam cartas de D. Antônio, Prior do Crato, pretendente ao trono de Portugal contra Filipe II de Espanha, também se viram impedidas, em 1581, de se aproximar do ancoradouro, pelos mesmos canhões. Após êsses episódios, os franceses somente voltariam ao Rio de Janeiro no princípio do século XVIII: Duclerc para ser vencido e aprisionado, Duguay-Trouin para por a cidade a resgate.



Mapa do Rio de Janeiro — 1624

A fundação da mui heróica e leal cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro garantira de vez o domínio de Portugal. E a Igreja pressentira sua futura importância, quando, a 16 de julho de 1675, pela bula *In Supereminenti*, o Papa Gregorio XIII a separou da diocese da Bahia, dando-lhe administração eclesiástica própria.

BIBLIOGRAFIA

- BARROSO, Gustavo — *Segredos e revelações da História do Brasil — O Cruzeiro — 1948-1959.*
- BARROSO, Gustavo — *A Lição de Villegaignon — Artigo publicado no jornal "A Manhã" — Rio, 7-3-1945.*
- CAPISTRANO DE ABREU — *Vaz de Caminha e sua carta.*
- CAPISTRANO DE ABREU — *O Descobrimento do Brasil.*
- CAPISTRANO DE ABREU — *Capítulos da História Colonial.*
- DE PARANHOS ANTUNES — *Estudos de História Carioca.*
- FLIUS, Max — *História da Cidade do Rio de Janeiro.*
- GABRIEL SOARES DE SOUZA — *Tratado Descritivo do Brasil. História da Colonização Portuguesa no Brasil*
- LEITE, Serafim — *Conquista e Fundação do Rio de Janeiro.*
- LÉRY, Jean de — *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*
Revista de Engenharia Militar — n.º 238 — Ano XXIII — Janeiro-Fevereiro de 1962.
- RIO BRANCO — *Efemérides Brasileiras.*
- SILVA LISBOA, Balthasar da — *Anais do Rio de Janeiro.*
- SOUTHEY, Robert — *História do Brasil.*
- THIVET, André — *Singularitez de la France Antarctique.*
- THIVET, André — *Les français en Amérique pendant la deuxième moitié du XVI siècle, le Brésil et les brésiliens.*

NOTAS HISTÓRICAS SÔBRE NOSSA SENHORA DE COPACABANA

ANTÔNIO PIMENTEL WINZ

(Conservador Nível 17 do M. II. N.)

CAPÍTULO I

HISTÓRIA E TRADIÇÃO

*Copacabana na época incaica - Yupanqui,
artista por devoção — Alguns milagres.*

No limiar da história do império inca, duas ilhas avultavam na imensidão do lago Titicaca, fronteiras à península de Copacabana. Da ilha maior, terra alta, desprovida de vegetação com seus contornos plenos de reentrâncias e angras, saíram em épocas muito remotas, Manco-Capac e sua irmã e esposa Mama-Oella, ambos filhos do Sol, com o fim de governar e levar a civilização para as tribos selvagens disseminadas naquele grande território. Manco-Capac levava uma vara de ouro dotada de poderes sobrenaturais que iria indicar o local onde seria estabelecida a capital do império a ser fundado. Após terem lentamente seguido a costa ocidental do lago, perlustrando terras áridas e alcantilados picos, atingiram um vale deslumbrante e acolhedor.

O prodigioso talismã desapareceu de suas mãos. Manco Capac, o primeiro dos incas, estava convencido ser êste o sitio eleito pela vontade dos deuses para erigir-se a futura sede administrativa, cultural e política da nação: Cuzco (que na língua quechua significa o umbigo do mundo), uma das mais antigas cidades da América pré colombiana.

CALDERÓN (1) na sua comédia *La aurora en Copacabana* fazia referências ao lago e à ilha através as seguintes palavras do conquistador Pizarro:

“... entre la peña
y la procelosa orilla
de una gran laguna que hace
el medio contorno isla”

A ilha Titicaca, de onde partiu Manco-Capac, ficou conhecida como do Sol e a outra vizinha, isto é, a de Coati, era alcunhada da Lua. Constituíram no tempo dos incas como presentemente, motivos de profundo respeito e veneração por parte dos habitantes do antigo império.

Após a conquista espanhola e a conseqüente derrocada da nação inca, restam apenas ruínas e escombros dos seus outrora imponentes monumentos. Na ilha de Titicaca, o edifício melhor conservado é o denominado *Palacio del Inca* (ou Pilco Kayma), que segundo a tradição serviu de residência para Manco-Capac antes de receber a sua missão divina. A ilha da Lua é também conhecida como Coati, palavra essa que, segundo o arqueólogo peruano José Toribio Polo apresenta analogias com o termo mexicano Coatl (serpente), procurando talvez nisso descobrir uma identidade cultural ou religiosa entre tais impérios. Nessa ilha se encontram ainda ruínas do templo da Lua que era habitado e cuidado pelas Virgens do Sol, sacerdotisas escolhidas entre as mais belas môças, segundo o depoimento de Garcilaso de la Vega (2).

A tradição nos fala da existência no santuário de duas estátuas: uma de ouro representando o Sol e outra de prata figurando a Lua.

Os vestígios encontrados na península de Copacabana são constituídos de trabalhos escultóricos em pedra dura e provenientes de uma época mais recente. Todo aquêlê passado grandioso ruiu com a conquista espanhola; os antigos

(1) CALDERÓN DE LA BARCA (Pedro Henao de La Barreda y Rjano) — Dramaturgo espanhol nascido em Madrid a 17-1-1600 tendo falecido a 25-5-1681.

(2) GARCILASO DE LA VEGA EL INCA — Historiador espanhol nascido em Cuzco (Peru) em 1539 ou 1540 tendo morrido em 1615 ou 1617.

habitantes outrora cidadãos livres, agora reduzidos à simples condição de colonos a que foram levados pelos novos senhores europeus, tiveram que abandonar os seus antigos ideais, costumes e até a própria crença.

De fato, se os seus inúmeros deuses, tão poderosos, tão temidos e respeitados, nada haviam feito contra êsses invasores, cujas armas terríveis trovejavam e espalhavam a morte em tôdas as direções, por que continuar a venerá-los quando nada mais podiam almejar, senão submeterem-se a vontade e a lei do vencedor? O trabalho catequético iniciado logo que foi ultimada a conquista, produziu inúmeros frutos, principalmente entre as populações mais humildes disseminadas por aquêles vastos territórios.

A cruz do Salvador alçada por Frei Fernando de Luque e os santos da metrópole passaram a ser venerados e invocados nos mesmos locais onde outrora tinham sido erigidos templos às diversas divindades, à princípio em confinados oratórios, passando depois para singelas e tôscas capelas que com o correr dos séculos se transformaram em ricos e famosos santuários, locais de inúmeras peregrinações atualmente.

Entre muitos exemplos, podemos citar a devoção a N. S. de Copacabana.

* * *

Segundo historiadores e cronistas do século XVI, existiam na localidade de Copacabana dois grupos de incas que não haviam chegado a um acôrdo para a escolha do padroeiro: os URINSAYAS desejavam São Sebastião e os ANANSAYAS voltavam-se para Nossa Senhora da Candelária.

No dia 2 de fevereiro de 1581 Francisco Tito Yupanqui, um índio nobre, descendente dos Incas, convertido ao cristianismo, recebeu em sonho a visita da Virgem Imaculada trazendo nos braços o Menino Jesus; estava ornada de estrelas e raios luminosos. Comunicou-lhe que fôra enviada pelo seu Divino Filho como Rainha e Padroeira de Copacabana, cabendo a êle, esculpir-lhe a imagem tal como apparecera. Yupanqui angustiado, pois não tinha a menor noção de escultura, lançou-se assim mesmo ao trabalho, tentando modelar no barro a sua “Mãezinha Candelária”. Após meses de árdua porfia, exibiu a imagem ao público. A reprovação foi total devido aos traços rudes e à desproporção

anatômica gritante. Desanimado, abandonou a empreitada; eis que a 6 de agosto de 1581 e a 2 de fevereiro de 1582, Nossa Senhora novamente se apresenta e renova o pedido feito durante a primeira aparição.

Resolveu então ir à cidade de Charcas (atual Sucre), sede do Bispado a cuja jurisdição pertencia Copacabana, com o objetivo de obter permissão para esculpir a imagem e fundar a Confraria de Nossa Senhora da Candelária.

Fêz a viagem a pé. Após ter atravessado planícies e altas montanhas, atingiu a cidade de Potosi, cujas inúmeras e inexauríveis minas de prata alimentavam o fausto da côrte madrilena. Sua fama despertara a cobiça de todos os aventureiros e desbravadores, não só oriundos das colônias espanholas sul-americanas, como também daqueles que per-lustravam as imensas regiões da América portuguesa, sedentos de fortuna através de um rápido enriquecimento. Tito Yupanqui empregou-se como operário numa Escola de Escultura, com o objetivo de adquirir os conhecimentos indispensáveis para levar a bom terno a modelagem da sagrada imagem.

Após ter concluído o trabalho, chega a Potosi um de seus irmãos chamado Paulo acompanhado por Dom Alonso Viracocha, Governador dos Anansayas de Copacabana. Conduzem-no juntamente com a imagem a Charcas a fim de obterem do Bispo a autorização e a bênção. A autoridade eclesiástica, porém, negou-se, apresentando como motivo a completa falta de expressão artística na escultura. Tito retornou a Potosi onde reiniciou uma terceira modelagem. O resultado foi o mesmo; novamente o Bispo negou-se alegando as razões anteriores.

Francisco Tito empreendeu então a viagem de retorno a Copacabana, transportando a sua venerada imagem; de passagem por La Paz, visitando o Convento de São Francisco, caiu em profundo êxtase e suplicou a Deus e à Virgem da Candelária o auxílio indispensável para ultimar a sua obra. Nossa Senhora da Candelária apresenta-se novamente e lhe dá as instruções necessárias para corrigir os erros existentes no modelo. Ali mesmo o inca incansável transformou a rude imagem em expresiva peça artística com todos os traços e características inerentes à mulher da sua etnia pequena, delicada, tez morena, olhos rasgados e levemente oblíquos. O Padre Francisco Navarrete, deslumbrado

TITICACA



Fig. I - - Mapa do Lago Titicaca — Na península de Copacabana, onde está a cidade do mesmo nome, encontra-se o santuário da Virgem, no qual teve início a devoção. As regiões circunvizinhas estão ligadas à história do Império Inca e desse culto tradicional. (O mapa foi extraído da Enciclopédia Espasa — Calpe — Volume 62 - - (pg. 138)

(Foto: João Oliveira Rocha)

com o milagre que presenciara, abençoou a imagem que foi trasladada para Copacabana, numa distância de 150 quilômetros.

A 2 de Fevereiro de 1583 foi entronizada solenemente na pequena capela, já então transformada no Santuário de Nossa Senhora da Candelária que passou a ser mais conhecida como Nossa Senhora de Copacabana.

A exigüidade do templo, insuficiente para conter peregrinos vindos de tôdas as regiões limítrofes e o extraordinário desenvolvimento da Confraria de Nossa Senhora da Candelária, obrigou o povo, o clero e as autoridades a tomarem as medidas necessárias para a edificação de um grande santuário. O vice-rei do Peru, Conde de Lemos, determinou que o arquiteto espanhol Francisco de Següenza traçasse os planos “sem deter-se em considerações de ordem financeira, uma vez que não se estimariam recursos para a sagrada obra”. Em 1670 foi inaugurado o nôvo templo, a atual Matriz de Copacabana, ocupando quase dois quarteirões juntamente com o convento.

Nossa Senhora de Copacabana foi coroada solenemente no dia 2 de agosto de 1925, justamente por ocasião dos grandes festejos comemorativos do primeiro centenário da emancipação política da Bolívia.

Como corolário dessas ligeiras digressões sôbre a Virgem protetora da terra boliviana, transcrevemos uma interessante descrição inserta na Enciclopédia Espasa Calpe:

“Copacabana (Etim. — Del quechúa *copac*, azul, y *cabana*, mirador ú observatorio). (También *Copacauana*).

Ciudad de Bolivia en la península de este nombre, sobre el lago Titicaca, à los 16°19'56" Lat S, y 71°23'12" Long O, á 3.850 m. de altura. Mina de carbon á 11kms. El istmo es muy estrecho y se llama de Yunguyo. El puerto está en una bahía del mismo nombre de COPACABANA, habilitado como puerto franco. El canton tiene 8.000 habits., de los cuales un quinto hay en la poblacion. Pertence al dep. de La Paz, prov. de Omasuyos.

La península principia entre el rio Desaguadero y Pomata hasta el estrecho de Tiquina, que la separa de la península de Hachacache y es de forma

irregular, la mayor de las varias que hay en el lago, de 85 kms. de largo por 32 de ancho. El pueblo está dominado por una serranía que corre de S. á E, y tiene la laguna de Puno al O. La península de Copacabana está sit. en el territorio que se disputaron Bolivia y el Perú; es célebre por su santuario erigido en honor de Nuestra Señora de la Candelaria. Se llama popularmente santuario de la Virgen de Copacabana, y fué en un tiempo el más famoso y rico de los del Sur de America. Se cuenta que, poco después de la Conquista, un indio de la familia de los incas, llamado Yupanquí, natural de COPACABANA, y que habia abrazado el Cristianismo, sintió tan gran devoción á la Virgen, que decidió hacerse una sagrada imagen para dedicarla al culto y fundar una confradia. Era en el tiempo en que los piedosos católicos del Sur de América sentian particular fervor en su devoción tradicional á la Virgen de la Candelaria y todo parecia favorable á su propósito. Pero, á fuer de ignorante y torpe que era, necesitó años enteros de tenaz esfuerzo en Potosi y en La Paz para hacer la escultura. Al fin la obra fué acabada, describiéndole un fraile del convento como una figura de rostro agradable, hecho de magüey, dorada y cubierta de flores y dibujos de varios colores, corona de oro, y media luna de piedras preciosas á los pies, anillos en las manos, collar de perlas, pendientes de diamantes, y teniendo en brazos al niño Jesús, que también lleva corona de oro. Durante el periodo colonial estuvo á cargo de la orden de san Agustin, pero después de la Independencia pasó á las manos del clero parroquial y después á los franciscanos, estando al presente bajo la administración de la parroquia de COPACABANA. La iglesia está construida según el estilo colonial de la arquitectura española, ocupando una situación preeminente en la península siendo visitada todo el año por frecuentes peregrinaciones. Los vapores tocan regularmente en COPACABANA (La Ciudad Bendita), ciudad muy quieta, salvo durante las fiestas anuales que la dan mucha animación. Sus habitantes son casi todos indios, de origen aymará,

y la principal ocupación del pueblo es la agricultura.

Muy tranquilos y silenciosos ordinariamente, solo se comunican y divierten durante la gran festividad de la Virgen, que ofrece algo de pitoresco y típico, con los trajes de fiesta, de colores vistosos que usan los indigenas. Estos acompañan la procesión cantando himnos en lengua aymará, con la nota triste tan peculiar de su propia música. También bailan y danzan. El santuario de COPACABANA se dice que ocupa el lugar en que siglos atrás el inca Tupac Yupanqui fundó una ciudad para alojar á los peregrinos que venían de todas las partes del Imperio á visitar el templo del Sol y rendir homenaje á sua gran jefe. Desde el tiempo de su fundación este famoso sitio fué una ciudad sagrada, gozando especiales prerrogativas por órdenes del inca. Edificáronse en ella hermosas hosterías llamadas *Carpahuasi* e inmensos almacenes bien provistos de víveres para que los peregrinos no debieran ocuparse más que en sus plegarias. Desde la península á las islas del Sol y de la Luna hay poca distancia. Los templos y palacios que adornaban estas islas podían verse claramente desde tierra". (3)

* * *

Os milagres operados por N. S. de Copacabana foram tantos e em tão variados locais que logo a sua fama espalhou-se por tôdas aquelas populações que pertenciam à jurisdição do antigo império inca. Os historiadores e cronistas da época da conquista espanhola referem-se aos mesmos nas suas narrativas.

Muitos foram transmitidos através as velhas tradições. — As autoridades de Potosi, reclamando para si o direito de possuirem a sagrada imagem, visto ter sido a mesma esculpida naquele famoso centro mineiro, deliberaram trasladá-la da capela de Copacabana. No momento em que atingiam a porta do seu santuário, a pequena e delicada santa adquiriu tão incomensurável pêso que não foi possível carregá-la, a não ser de retôrno para o altar.

(3) Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana Espasa-Calpe S. A. Tomo XV pg. 359.

— Tempos depois, considerou-se que o local mais apropriado para a sua veneração seria a cidade de La Paz, centro importante e na qual o devoto Yupanqui havia ultimado a sagrada effigie. No exato momento em que a retiravam do altar, o céu que se achava luminoso e ensolarado, cobriu-se rápidamente de pesadas nuvens cinzentas; a terra tremeu e grandes rochas se precipitaram dos alcantilados cumes. As águas do lago Titicaca constantemente serenas, agitavam-se furiosamente, ameaçando alagar as planícies e conseqüentemente inundar La Paz que se encontrava em nível inferior ao do lago. Foi mais uma tentativa frustrada. Dentre os citados pelos antigos cronistas, existe interessante narrativa de um milagre que bem ilustra a intercessão da gloriosa santa. Foi o mesmo retirado do Tomo 2.^o da Crônica do Mestre Frei ANTONIO DE LA CALANXA.

“Exemplo — Refere o Mestre Fr. Antônio de Calanxa, no tomo 2.^o de sua Chronica, que em dia da Purificação da Santíssima Virgem obrou esta Senhora um admiravel prodigio: e foi que estando cinco Indios trabalhando em uma roça, abriu-se a terra e os deixou submergidos debaixo de muito lodo e pedra. Ignorou-se por alguns dias esta desgraça, porém vindo o povo ao conhecimento da falta dos Indios, determinou buscal-os, para o que trabalharão sessenta homens por espaço de oito dias. Vendo que os não achavão, perdêrão toda a esperanza, mas tendo um delles maior fé, requereu continuassem a diligência, pois a Santissima Virgem lhes havia de valer, e não permittiria que em um dia tão solemne se perdessem aquelles miseraveis. Continuarão a buscal-os tendo presente a Imagem da Senhora a quem pedião lhes valesse. Apenas ella chegou á mina, se ouvirão umas lastimosas vozes abrindo-se repentinamente um boqueirão. Entrarão animosos a buscar os Indios, os quaes, a poucos passos virão que ajoelhados oravão, invocando o admiravel patrocínio da Soberana Rainha. Tirarão-nos e perguntarão-lhes como se tinham sustentado com vida tantos dias debaixo da terra! Respondêrão que com viva fé recorrêrão á Senhora naquelle grande conflicto; que ella lhes valera, rodeando-os de uma celeste luz, e baixando

do Céu todas as noites a visital-os e animal-os, dizendo-lhes: “Não temais, que eu vos livrarei deste profundo logar em que vos vedes”. Que com Summa piedade os alimentára com os mais deliciosos manjares todo aquelle tempo. Em fim, sahirão com acclamações de todo o povo, e em procissão forão dar graças á Egreja de Nossa Senhora de Copacabana, onde se autenticou este prodigio, e ficou escripto para eterna memoria”. (4)

CAPÍTULO II

A DEVOÇÃO DE NOSSA SENHORA DE COPACABANA EM PORTUGAL

Consultando o Santuário Mariano, observamos preciosas indicações sôbre o culto de N. S. de Copacabana em várias regiões de Portugal.

As descrições de Frei Agostinho de Santa Maria são assás longas e um tanto enfadonhas com a transcrição de muitas passagens dos evangelistas e de outros doutores da Igreja. No tocante aos santuários e às imagens, são apenas informações valiosas; restringem-se muitas vêzes, devido à carência de dados sôbre o assunto. Resolvemos transcrever integralmente essas narrativas, pois nos apresentam um cunho especial a respeito de uma devoção tão singular em terras lusitanas, ao lado dos dados circunstanciados coligidos pelo autor e que são de grande valor para um melhor conhecimento e tentativa de elucidação de certas questões eivadas de dúvidas e controversias.

Livro II Título LXXV

Da Imagem de Nossa Senhora de Copacavana, que se venera em o Convento de nossa Senhora da Conceição dos Agostinhos Descalços do Monte Olivete.

No Real Convento de nossa Senhora da Conceição dos Padres Agostinhos Descalços do Monte Olivete, fundação

(4) A Triplice Devoção de Jesus, Maria, José isto é os três mezes de Junho, Maio e Março coordenada por Um Padre da Congregação da Missão — Fundada por S. Vicente de Paulo. 5.^a Edição H. Garnier, Livreiro-Editor — 1888 — pg. 249 a 251.

da Serenissima Senhora Dona Luisa de Gusmão, Mãe do Serenissimo Rey Dom Pedro o II que tanta gloria haja, em que lançou a primeira pedra o Senhor Rey Dom Affonso o VI em Mayo do anno de 1666, situado no valle de Nabregas, se venera huma devotissima Imagem da Rainha dos Anjos, com o título de Nossa Senhora de Copacavana; copia verdadeiramente da milagrosissima Imagem da mesma Senhora, que no Imperio do Peru he muito venerada em o Bispado da Paz, no partido de Omasuyo e governo de Chivisto, em o lugar de Copacavana, que em lingua Amarea, e dos Indios Peruanos significa lugar, e assento da Pedra preciosa. Mas que pedra mais preciosa, e peregrina, que Maria Santissima? Não he pedra dura, mas pedra tão doce, que produz mel; porque produzio o doce, e suave Jesus, Verbo do Eterno Pay, como diz João Geometra: *Petramelle, id est Verbo fluens*. A origem desta Soberana Imagem he tão moderna, que foy collocada naquella Igreja em o *primeiro de Novembro de 1706* (*) e os principios que teve, se podem ter por misteriosos, e por singular favor da Mãe de Deos, que sempre nos quer fazer os seus favores pela intervenção de suas Santissimas Imagens: porque como tudo recebemos pelas mãos de Maria ella nos está prevenindo por varios modos, para que dellas o consigamos.

Hum Religioso do mesmo Convento, por especial devoção que tinha à Senhora de Copacavana, desejava collocar nelle huma Imagem sua, e communicando acaso estes seus desejos a huma Senhora da Corte, passados alguns tempos lhe perguntou a mesma Senhora, se havia já mandado fazer a Imagem da Senhora de Copacavana. Respondeo-lhe o Religioso que não; por quanto ainda não tinha com que effectuar os seus desejos. Pois mande a fazer, que eu darey o que custar. Deuse o Religioso por entendido, de que era vontade da Senhora o fazerse a sua Imagem, e assim a mandou logo fazer com todo o cuidado; e acabada ella com toda a perfeição e com tudo o que era necessário para o seu adorno, se levou a casa da Excellentissima Senhora Condeça de Santa Cruz Dona Theresa de Moscozo Sandoval Espinola Gusmão e Roxas, e ella a levou na sua carroça ao Convento das Madres Agostinhas

* O grifo é nosso.

Descalças; e ao Menino Jesus, que havia de estar em os braços da Soberana Rainha, o levou em os seus.

Esperavão os Religiosos do Convento a Senhora às portas da Igreja, e tirando-a da carroça a collocarão em o Altar da Conceição, e nelle se benzeo com a benção que dispoem a Igreja, e logo lhe cantarão huma Salve. No dia seguinte de tarde, que foy Domingo vespera de todos os Santos, se levou a Soberana Emperatriz da Gloria em procissão para o Convento do Monte Olivete; e no seguinte dia se lhe fez a festa da sua collocação, com Missa cantada, e Sermão, em que se ponderarão as circumstancias do dia, e do titulo da Senhora. Logo se exercitou a fé, e a devoção para com ella, e algumas pessoas, que em suas molestias, e achaques se vião opprimidas, invocando o seu favor, experimentaraõ alivios, e favores; e como he Mãe da graça, e de graças, sempre no las communica, como diz o mesmo Geometra: *Gratia gratiarum, e Mater gratiarum* e no las communicará, e vay communicando a todos os que se valcm dos seus poderes, e da sua clemencia, e piedade. A sua estatura são cinco palmos; he de escultura de madeira na fórma das togadas, e copiada por outra q̄ veyo do Peru. Está obrada com grande perfeição; tunica branca semeada de flores de ouro, manto azul bordado de matizes de pedras e perolas: tem em a sua mão direita sceptro, e na cabeça coroa imperial de prata ricamente obrada; em o braço esquerdo ao Menino Deos, vestido de huma rica tela, e ambas as Imagens são de grande fermosura. O Menino está olhando para os que chegaõ à sua presença com tanta graça, que rouba os corações. A Senhora está sobre hum tronõ de nuvem com a Lua aos pés sobre huma represa, em quanto se lhe não faz o seu retabulo. A sua celebridade selhe faz em dous de Fevereiro, dia de sua purificação”. (5)

Pela descrição de Frei Agostinho, observamos que a imagem é quase contemporânea dêste primeiro tomo (datado de 1707), tendo sido entronizada solenemente no dia de Todos os Santos, a 1 de Novembro de 1706 no Convento

(5) SANTA MARIA. Frei Agostinho de — Sanfuario Mariano — História das Imãges milagrosas, etc — Tomo Primeiro, etc Dedicã a Maria Santissima Debayxo do seu milagroso titulo de CAPACAVANA, etc. Lisboa na Officina de Antonio Pedrozo Galvão — Anno de 1707 — pgs. 176 a 179.

do Monte Olivete. Diz aquêlê religioso que a mesma tem cinco palmos de estatura. O palmo era uma medida antiga de extensão equivalente a 8 polegadas ou 0m,225; portanto esta escultura terá aproximadamente 1m,125mm ou (1m,12,5cm). Adiante nos esclarece, “*he de escultura de madeira, na forma das togadas, e copiada por outra q̄ veyo do Peru*”. Togada vem do latim — *togatus* — que usa toga, isto é, o manto largo usado pelos romanos. Atualmente dizemos *panejamento* que significa o modo como está disposta a roupagem de uma estátua, seja ela de madeira, mármore ou qualquer outro material.

“Livro I Título XXIII

Da milagrosa Imagem de N. Senhora de Copacavana, que se venera no mesmo Convento.

A Grande devoção que tem com aquella pedra preciosa a Senhora de Copacavana, todos os que vão ao Imperio do Peru, foy a causa de voltando delle alguns dos Portuguezes que lá foraõ, para Portugal, lhe erigissem em seu louvor Ermidas, e Capellas, aonde cõ o mesmo titulo fosse invocada à misericordiosa Mãe dos peccadores^o porque he esta Senhora aquella Imagem de quem falla André Cretense; *Imago Divini Archetypi rectè descripta*; e a obradora de grandes, e soberanos prodigios. Já no primeyro Tomo desses nossos Santuarios tit. 75. tratamos desta Santissima Imagem; mas porque lá dissemos pouco, ou nada de sua origem, principios, e etymologia do seu titulo, será razão, que aqui o façamos, para consolação dos seus devotos, e para mayor honra da Senhora obradora das grandes maravilhas.

Conquistados os Reynos do Imperio Peruano pelos annos de 1525, se começou logo a ir introduzindo a fé, e prègando o Santo Evangelho pelas Sagradas Religiões, que para esse fim mandaraõ os Reys Catholicos, D. Fernando, e D. Isabel. Estava ainda (com toda a santa diligência daquelles fervorosos Operarios) em pé a principal Academia da idolatria, e doutrina do inferno, persistindo em o povo de Copacavana; e naquella penha em que o Demonio, como de cadeyra lia aos ignorantes Indios a ma-



Fig. II — Cópia fiel da imagem de N. S. de Copacabana, oferecida pela Bolívia em 1943 e presentemente no altar-mor da Matriz do mesmo nome, erecta na Praça Serzedelo Corrêa no bairro de Copacabana.

(Foto: João Oliveira Rocha)

teria de suas adorações, e sacrificios, em que craõ muytas as donzellas, e os meninos, que se sacrificavaõ ao Demonio. Compadecido Deos por sua infinita misericordia, de tantas almas, quantas se perdiaõ naquelles Reynos, lhes mandou a luz da razão por mevo dos Hespanhóes, e de Varões Santos juntamente, que lhe annunciáraõ a verdade de sua fé, e lhe mostráraõ a sua cegueyra, e os enganos do Demonio.

Coube aos filhos de São Domingos (huma das cinco Religiões, que mandáraõ os Reys Catholicos para a cultura daquella grande vinha) a Provincia de *Chicuito*, aonde estava o povo de Copacavana e aonde trabalhavaõ muyto mas os Clerigos com a ambição da prata, e riquezas, de que abundava aquella Provincia, começárão a litigar, de que a elles lhes pertencia o direyto daquellas Christandades; cedèraõ os Religiosos; porque só pertendiaõ salvar almas, e não ajuntar riquezas. Esta guerra foy astucia do Demonio, temendo já, que o haviaõ de derribar da sua cadeyra.

Tinha necessidade esta grande mata de indomitas bestas, de hum remedio muyto poderoso para as domar. E como par effeyto taõ grande não ouvesse outro melhor, que o de Maria Santissima; dispoz a Divina Providencia collocar alli huma Imagem sua, a cuja presença cahisse o idolo de Dagon o Demonio, e fosse lançado de todo, do seu throno; para que os feridos, e empestados com o veneno da idolatria, logo que vissem a Santa Imagem, cobrassem saude, o conseguissem a vida, Costuma Deos muytas vezes tomar, para utilidade dos homens, alguns meynos, que parecem adversos, regulados pelo curto entendimento, e miseria em que nos achamos: e com a sua alta Providencia nos ensina, como naquillo que nos parece taõ contrario ao que desejamos, se ache o bem que pertendemos. Isto mesmo succedeo aos Indios de Copacavana, que sendo vexadissimos por todo hum anno de neves, e geadas que abrazavaõ as suas sementeyras, foy este damno taõ horrivel para os Incas, seus Caziques, ou Reys, que instituiraõ huma solemnidade em honra do Sol; que era das quatro mais grandes, a terceyra em a sua ordem, a que elles chamavaõ *Cusquier simi*; offerecendolle muytos Cordeyros, ovelhas, e carneyros, entre bailes, e danças; para que mandasse à neve, e geada lhe não queymasse os milhos, seu unico, e principal sustento. Era-lhe já prohibida aos Indios esta festa, havendo já recebido muytos a Fé; e

assim os novos Christãos tratãraõ de se valer de Orações, erigindo tambem huma Confraria pelo conselho do seu Cura, para que com a intercessão de algum Santo conseguissem o bom despacho das suas rogativas.

Dispoz Deos, para mais acreditar a Imagem de sua Santissima Mãe, que nascesse huma grande discordia entre as persialidades de Urinsayas, e Anancayas, procedidos estes, de duas das muytas nações, que para aquelle povo trouxêrão os antigos Incas. Os primeyros elegerãõ a São Sebastião, os segundos a Virgem Maria nossa Senhora, com o titulo da Candelaria; e em todos foy com impulso do Ceo, para que huns vendo as suas searas izentas das chuvas, estando contiguas às outras, reconhecessem ser Maria Nossa Senhora, a que os favorecia, e defendia; e os outros advertissem o seu acerto, em se haver em chegado ao asylo da Igreja. Durando a contradicção dos Urinsayas, allegando a sua antiguidade, se começãrão a levantar alguns bandos, a que foy necessario acudir, mandandolhes que cessassem os Ministros da Justiça.

Era já ordem do Ceo, que a Imagem de Maria Senhora nossa se visse (para saude, e remedio daquelles Indios) collocada em o seu Templo, e assim influindo em hum singelo Indio, e de nobre coração, chamado D. Francisco Tito, do sangue dos Incas seus Monarcas, para que illustrasse a Copacavana sua patria com a Sagrada Effigie. Eemquanto se não descobria outra de toda a perfeição, se lhe representou formar huma de barro à imitação da Senhora da Candelaria, que vira, e se venera na Cidade da Paz. Porém como elle tinha mais devoção, que arte, não só foy admittida, mas desprezada por incapaz de se expor à veneração dos fics. Não desmayou o insipiente escultor; antes sofrendo com grande constancia os ludibrios, e escarneos, que delle se faziaõ, determinou buscar algum bom Escultor com quem aprender. Para isto se foy à Cidade do Potosi, que distava muyto mais de trinta legoas, aonde pedio a hum, que o ensinasse. Mas não aproveytou muyto, não por falta de applicação; mas porque Deos era o que queria afermosear este Simulacro de Maria, e darlhe os retoques da perfeição pelas suas Divinas mãos; e assim impedia que o Indio se adiantasse, para que depois conhecessem, não ter sciencia das mãos do Artifice a perfeição do seu retrato.

Deo o Indio D. Francisco principio à sua obra, e por mais que trabalhou, não pode fazer cousa, que sahisse como elle desejava: e como havia feyto promessa de dar àquelle seu povo de Copacavana huma Imagem de Nossa Senhora obrada pelas suas mãos, com o desejo de a satisfazer, clamava ao Ceo com jejuns, penitencias, e Orações. No meyo destas suas rogativas começou a fazer hum vulto, formado de pãos de Mangues, e deyxando-o ajustado em huma noyte quando veyo pela manhã o achou desfeyto, e cada hum dospãos para sua parte; e assim incapaz de serventia. Tres, ou quatro vezes lhe succedeo o mesmo. E chorando inconsolavelmente o successo, não perdia ainda o animo, nem desistia na sua perserverança, continuando os seus rogos, e supplicas ao Ceo, acompanhadas de lagrimas, e de suspiros. Mandou dizer huma Missa à Santissima Trindade, para que o alumiasse no acerto da sua obra; e assim deo principio a outro vulto: o que succedeo em 4 de Junho de 1582. Trabalhou o devoto, mas insipientissimo Escultor na obra com grande applicaçãõ; mas sahiolle tão imperfeyta, como das mais vezes; mas já pelo seu amor proprio se pagava della, parecendolhe que estava capaz de se pôr em publico: ou quiz Deos que elle se satisfizesse, para que assim se vissem as suas maravilhas.

Sahio o Indio D. Francisco do Potosi com a sua Imagem, e com ella se foy a Chuquiago, ou Cidade da Paz, aonde teve a noticia estava hum Pintor dourando hum retabolo, e com o desejo de que lhe encarnasse, e estofasse a Imagem se lhe ofereceo para o servir, e ajudar graciosamente. Mas aqui foy muyto grande a sua pena, e desconsolação; porque achou a Imagem toda quebrada, e maltratada, e quasi que esteve para desistir de proseguir em aquella obra. Começou novamente a grudalla, e a compolla, e nesta reformação gastou tres mezes; mas ainda della não sahio em fórmula, que parecesse bem aos mais, só o Indio seu Author se contentava.

No Convento de São Francisco, aonde se dourava o retabolo, se começou a aparelhar a Imagem da Senhora, nas horas que lhe ficavaõ de noyte ao Pintor e ao Indio D. Francisco Tito; e acabada, não com grande perfeycão (mas com grande gosto, e alegria do Indio, que já lhe não lembravaõ as muytas afflições, e penas que havia passado) a depositou na Cella de hum Frade de grande virtude, e

que mereceo ver os resplendores, que aquella soberana luz de Maria começou a espalhar; chamava se o Religioso Fr. Francisco Navarrete. Este todas as vezes, que na mesma Cella se recolhia a ter de noyte a sua Oração, via que a Sagrada Imagem, e de seu soberano rosto sahiaõ huns grandes resplendores; de que deo parte ao Indio, consolando o, e dizendolhe que por aquella sua Imagem havia de ter o Senhor muyto louvado. E assim com este successo, não cabia o Indio de alegria. Divulgouse a noticia, e já havia muytos, que querião comprar a sua manufactura, por saberem que os de Copacavana a não querião admittir em nenhum modo.

Achouse neste tempo em Chuquiago o Corregedor actual dos Omasuios D. Hieronymo Maranhão, que o era tambem de Copacavana; o qual com esta noticia das luzes soberanas, que se manifestavam na Sagrada Effigie da Senhora, sabendo as grandes contendias dos Urinsayas, e Anansayas, mandou se suspendessem; e que a Imagem, visto que se fizera para Copacavana; com effeito se levasse a ella. Não tem ponderação as muytas penas, contradicções, desconsoações, lagrimas que custou ao Indio poder ir a Imagem, mas permittio Deos, que ella fosse, como se executou no dia da Purificação da Senhora ou da Candelaria; o que succedeo milagrosamente, porque chegando o Corregedor, e sabendo que a Santa Imagem ainda não era chegada, mas que de industria a havião detido, mandou a toda pressa Indios ao povo de São Pedro, que distava cinco legoas para que a trouxessem. Sahiraõ os Indios a este effeyto ao Sol posto da vespera da Senhora, e em poucas horas chegarão; porque andava neste negocio a mão Divina. Computeraõ na em hum andor, o melhor que pudèrão, sahindo de madrugada; antes que o Sol nascesse, já estavam em Copacavana. E parece que Deos os levava voando: porque andar dez legoas em tão poucas horas, de noyte, e com a Santa Imagem aos hombros, em que forçosamente havião de ir de vagar, e com grande cuydado; porque não tivessem algum perigo; certamente Deos os levava, e tudo eraó maravilhas da Senhora. Succederão esta em 2 de Fevreyro de 1583.

Sahirão a receber a Senhora o Cura revestido, o Corregedor, que levava o Guiaõ da nova Confraria, que em louvor da Senhora se havia erigido, acompanhada de todos os Caciques, e mais nobres do povo, e do sangue dos Incas, que

manifestàraõ a sua devoção (a que tambem Deos os movia com grandes jubilos, e affectos interiores, e principalmente os Anansayas E D. Francisco Tito todo alegre, por ver effeytuados os seus desejos, e finalizados os seus trabalhos ao começar a Procissão entre as alegrias, e Catholicas prevenções, que tinham disposto, segundo a brevidade do tempo, os devotos servos da Senhora, transfigurou Deos a Imagem demancyra, que sendo nada bella, nem fermosa nas suas feyções do rosto, e o corpo sem arte, nem proporção todos os que a haviam visto antes, não podiam crer, que fosse a que se havia mandado deter no povo e Igreja de São Pedro, e assim admirados, e huns outros, ignoravaõ a mudança. O Padre Mestre Fry Antonio de la Calancha, na sua Chronica, fallando deste successo diz assim: *He hum assombro à natureza esta Imagem desde aquelle ponto; hum pasmo de humanos olhos, e hum extasi de qualquer entendimento, porque nenhum acaba de entender a grandeza, ou maravilha, que encerra em se aquelle rosto sobrenatural: por que em hum quarto de hora, que a estejão contemplando titubea a vista mais alienta e os mais cuydadosos vem raras transformações, senão be na materia be na forma soberana: porque cada instante vem mais aventejados primores de belleza, e mostra por momentos novas fermosuras aquelle rosto divinizado. Cousa que experimentão quantos o vem, e que se assombrão quantos o ouvem.*

O mesmo Padre Calancha, em outro lugar da sua Chronica, diz assim: *Quando o Indio acabou aquelle vulto da Senhora, ficou negro, e depois de encarnado, e estofado em Chuquisago ficou trigueiro, o pardo, tirando à cor aos Indios que he baça; mas mais branco. Acha-se naquelle rosto huma continuada maravilha, que não sey de q̃ Imagem se refira na Christandade. Ninguem a vê com devoção (aindaque seja por breve espaço) que se não admire dos visos, ou transformações, com que aos olhos se mostra, e aos desejos se pinta. Está humas vezes pallida com mil graças, outras encendidissima com magestade e talvez como huns campos de neve; hũas vezes parece que chora; outras que está rindo. Sempre parece hum Ceo, e toda he hã maravilha. Por curiosidade, ou devoção de algũas pessoas a quizeram retratar famosos Pintores; mas nenhum pode sahir com o seu intento, porque cotejando depois, o retrato, achãrão muyto differente o Original.*

Em confirmação do que temos referido, vem aqui a proposito, o que succedeo a Francisco Gomes Cirurgião, natural de Logronhon; o qual indo buscar a hum seu inimigo para o matar, passou por Copacavana, sem intento de visitar a Senhora. Chegou a tempo que se descubria aquella miraculosa Imagem com os repiques de sinos; e assim entrou na Igreja em companhia de muytos, que acudiraõ a venerar a Senhora. Estando pois este Cirurgião diante da Senhora, lhe sobreveyo huma dor de cabeça taõ intoleravel, que lhe parecia lhe metiaõ agudos punhaes, Sahio para fóra, e desaparecco a dor: tornou a entrar, e fixando a vista na Sagrada Imagem, se lhe renovou a dor muyto mais excessivamente, e trantando de se sahir, lhe succedeo o mesmo, não lhe ficando rasto de dor. Acabouse nestas entradas e sahidas a função, e depois de cubrirem a Senhora, lhe perguntaraõ os seus amigos, o que lhe parecera aquella prodigiosa Imagem da Senhora. Respondeo o mal intencionado peccador: Por certo Senhores, que não sey o que se louva nesta Santa Imagem; pois não acho nella fermosura que referem; porque eu a julguey com a forma de huma mulher velha, e de não muyto bom rosto. Concluido o seu discurso, que ouviraõ admirados os presentes, selhe trocou a depravada intenção, que depondo o mão intento que levava, com hum grande arrependimento, e boa confissão, que logo fez. E mostrando se muyto acaso outra vez a Santissima Imagem, reconhecco, quam differente estava, quando a vio peccador; porque a vio com hum rosto muyto fermoso, agradavel, e todo Celestial.

Só quero por remate referir huma grande maravilha, que referem muytos Authores, e entre elles, Felix Astolfo, Francisco Bencio, João Bonifacio, Ignacio de Ambieto, Diogo de Flores. Hippolyto Marrasio, e outros; o que foy nesta maneira.

Havia hum Indio dos que chamaõ Uros, Nação numerada entre as quarenta e duas ãcõduzirão os Incas para a Colonia, que fizeraõ Copacavana, quando augmentãrao a sua povoação, para culto, e mayor serviço do Templo do Sol. E aindaque Christão, por ser da gente mais boçal, e rude daquelles Reynos, ora muyto barbaro e tosquissimo por extremo. Ignorava ainda as duas primeyras Orações do *Pater noster*, e *Ave Maria*; porque não as podias apreen-

der, e nem benzer-se sabia. E sobre estes males estava enfermo, e tolhido, e andava como em quatro pés: porque se não podia endireytar. Ensinarão-lhe que para sair daquella molestia que padecia, fosse a Nossa Senhora de Copacavana. Abraços e remedio, que era conveniencia da saude: foy como pode de gatas, desde a sua Aldea (que estava junto da Alagoa de Chicuito, taõ grande, que tem oytenta legoas de circuito) distante quatro legoas de Copacavana, para là ter humas Novenas diante da Senhora.

Chegado ao Têplo da Senhora, e dando principio às suas Novenas, desde que as começou, se não quiz apartar de seu Altar, ou ao menos da Igreja, entre gozos, e favores q̃ da benigna Senhora recebia. No fim dos nove dias se alêtou, e poz em pé, não só com a saude do corpo, mas tambem com a saude da alma. Porque a Divina Mestra dos Doutores lhe apparecia todas as noytes, e tratando-o com muyto carinho, como o pudèra fazer hum amorosa Mãy com o filho que mais queria; e alli o instruhio, e ensinou em toda a doutrina; e tambem hum áevoto, e doloroso Cantico no seu idioma, e muyto ajustado segundo as regras, e medidas. Continha os Mysterios da Sagrada Payxão de Christo nosso Redemptor. E eraõ as palavras daquelles versos mais proferidas pela boca daquelle ditoso Discipulo, porque lhe cahiaõ as lagrimas com notavel sentimento, assim que começava a entoar ou cantar aquelle hymno do Ceo. A sua tradução, na fórmula que o traz o Padre Calancha, e o pode ajustar, he nesta maneyra:

Aquel hermoso Esposo
Sobre todo lo criado,
Que sin tener culpa alguna,
queridos le afearon.

Ay dolor! Ay dolor!
Su sangre derramò por nuestro amor

Los crudos, falsos fayones
Le tratan como inhumanos
Atandole a una coluna
Las manos, cuello, y braços.

Ay dolor! Ay dolor!
Su sangre derramò por nuestro amor

Descargan con fuerza açotes
En el cuerpo consagrado;
Y siendo esplendor de gloria,
Sus carnes hazen pedazos.

Ay dolor! Ay dolor!
Su sangre derramò por nuestro amor

Con juncos, duras espinas
Su cabeça taladraron,
Viva corria la sangre
Por el uno y otro lado.

Ay dolor! Ay dolor!
Su sangre derramò por nuestro amor

Al que dà la vida y gloria,
Honra, y vida le quitaren;
Tratando como o ladron,
Y pusierenle en un pale.

Ay dolor! Ay dolor!
Su sangre derramò por nuestro amor

Con biel amarga, y vinagre
En la Cruz le regalaron;
Con cruel lança le parten
El coraçon, y costado.

Ay dolor! Ay dolor!
Su sangre derramò por nuestro amor

Estes são os peregrinos principios da Sacratissima Imagem de Nossa Senhora de Copacavana, cuja etymologia do nome, Copacavana, na lingua Amarca, e Peruana he o mesmo que assento, o lugar da pedra preciosa: dispondo Deos, e sua Divina Sabedoria, que impuzessem àquelle sitio os mesmos infieis taõ grande nome; porque alli havia de resplandecer a pedra preciosa do Ceo, que dà saude com as suas luzes, e virtudes aos corpos, e às almas.

No pymeiro Tomo destes nossos Santuarios escrevemos, como já dissemos, da Imagem de N. Senhora Copacavana, que se venera no Convento de Nossa Senhora da Conceyção do Monte Olivete, dos Agostinhos Descalços da

Cidade de Lisboa. E como lá não demos plena noticia da origem desta Santissima Imagem, nos pareceo dalla neste lugar para que tambem no Bispado de Vizeu, aonde no tit. 8. fallamos da mesma Senhora, tenhaõ os Prègadores inteysra noticia de seus principios.

Com a devoção desta muyto milagrosa Senhora, dedicou no Convento de Nossa Senhora da Consolação dos muyto Religiosos Conegos da Congregação do Evangelista da Cidade do Porto, hum Antonio da Veyga, huma Cappella a Nossa Senhora de Copacavana, Santuario o mais celebre, e prodigioso de todo o Imperio do Perù. Recolheo-se este honrado homem à sua terra, e à Cidade do Porto, donde parece que era natural e morador na rua de São Miguel. Veyo este das Indias de Hespanha com bom successo, e muyto favorecido da Senhora, por cujos merecimentos chegou à sua patria, e não destituído de cabedaes. Lembrado Antonio da Veyga dos muytos favores, que havia recebido daquella misericordiosa Senhora, lhe quiz dedicar huma Cappella, (esperando que com este acto de agradecimento, ainda receberia da sua liberalidade outros mayores; e o principal, e da sua salvação, que he o mayor favor, e beneficio que devemos pedir, e esperar de Nossa Senhora) e collocar nella huma Imagem sua, que mandou fazer na mesma fórmula, em que esta aqui se vencia na Villa de Copacavana do Bispado da Paz, e Provincia de Chicuito, cuja copia, por onde a mandou fazer, trouxe com sigo das mesmas Indias.

Para isto comprou aos Religiosos Conegos do Convento de Nossa Senhora da Consolação, huma Capella na sua Igreja, que he a terceyra da parte do Euangelho, que adornou ricamente, e nella elegeo a sua sepultura. Porque até na morte quiz mostrar a sua grande devoção para com aquella milagrosa Imagem da Imperatriz da gloria. Foy a sua collocação no anno de 1648. He esta Santissima Imagem de escultura de madeyra estofada sobre ouro, e sobre o braço esquerdo tem ao Menino Deus. A sua Proporção, e estatura são cinco palmos; e he formada da mesma maneyra, da que no Perù se venera. E he invocada com o mesmo titulo de Copacavana, como se intitula a das Indias, ou do Imperio do Perù.

Fez lhe o seu devoto Antonio da Veyga hum perfeytissimo retabolo, e no meio delle dispoz hum nicho, em que

se vê collocada a milagrosa Imagem da Senhora. E nas ilhargas do retabolo se vem outros dous nichos, e nelles duas Imagens tambem de vulto estofadas de Santos Portuguezes, da parte do Euangelho huma de Santo Antonio, e da parte da Epistola outra de São João de Deos. He esta Santissima Imagem da Senhora de grande devoção naquella Cidade, e obra muytas maravilhas a favor de todos aquelles, que se valem do seu patrocínio, e merecimentos. Nas paredes da sua Capella se vem de huma, e outra parte alguns quadros de pintura, e nelles pintados os milagres, e mercês que a Virgem Senhora havia feyto aos que em seus trabalhos e necessidades a invocavaõ em seu favor e amparo. Não tem esta Senhora dia certo para a sua festividade: e assim se festeja quando os seus Padroeyros, ou os Administradores da sua Capella o ordenaõ; ou quando os seus devotos o fazem”. (6)

Frei Agostinho nos oferece uma minuciosa descrição do culto da Virgem peruana, desde as suas remotas origens, como foi executada sua veneranda imagem e vários milagres operados na região, citando sempre o depoimento dos cronistas dessas épocas iniciais entre os quais avulta a figura do Padre Mestre Frei Antonio de la Calancha. No fim do Título nos dá noticia da Capela a N. S. de Copacabana erigida por Antonio da Veyga no Convento de Nossa Senhora da Consolação da Cidade do Pôrto.

Pela leitura do trecho em questão, constatamos que este Antonio da Veyga foi um *peruleiro* que esteve no Perú onde conseguiu fortuna: “*Veyo este das Indias de Hespanha com bom successo, e muyto favorecido da Senhora, por cujos merecimentos chegou à sua patria, e não destituido de cabedaes*”.

A imagem foi collocada na capela mandada construir por aquele devoto e destinada exclusivamente ao seu culto, no ano de 1618. É esculpida em madeira estofada sôbre ouro; a sua altura é de cinco palmos e idêntica à venerada no Peru (atualmente território boliviano), conforme se depreende das palavras de Frei Agostinho: “*e he formada da mesma maneyra da que no Perú se venera*”.

(6) SANTA MARIA, Frei Agostinho de — Santuario Mariano — Tomo V — Anno 1716 — Livro I — Título XXIII — pgs. 56 a 70.



Fig. III — Nossa Senhora da Candelária — Imagem primitiva existente no altar-mór da igreja do mesmo nome no Rio de Janeiro. Segundo a história, foi essa a santa trazida pelo devoto Antônio Martins Palma quando da fundação da ermida por volta de 1630.

(Foto: João Oliveira Rocha)

Nesta capela existem ainda duas imagens de Santo Antonio e São João de Deus ladeando o nicho da Virgem peruana. Segundo ainda Frei Agostinho, a sua festividade não tinha data certa; era efetuada na época dos outros santos que se encontravam na capela ou quando os administradores ou os devotos resolviam celebrá-la.

“Livro II Título VIII

Da milagrosa Imagem de N. Senhora de Copacavana da Villa de Figueyrò da Granja.

Na Villa de Figueyrò da Granja, Bispado de Vizcu, he muyto celebre o Santuario de Nossa Senhora de Copacavana. Ve se este situado à parte do Norte da mesma Villa, e distará da Cidade de Vizeu seis legoas, aonde he venerada, e buscada de todos aquelles contornos huma muyto milagrosa Imagem da Mãy de Deos, copia daquella, que no Augustissimo Convento de Copacavana, em o Imperio do Perù, resplandece com muytas maravilhas. A origem desta Santa Imagem, que na referida Villa de Figueyrò se venera, se refere nesta maneyra.

Hum Clerigo chamado Simão do Soveral, natural da Villa de Fornos, foy às Indias de Hespanha, estando no Perù foy visitar a Casa de Nossa Senhora de Copacavana em a Provincia de Omusio, que fica em pouca distancia da Alagoa de Chicuito: Imagem prodigiosissima pelas maravilhas, que obra Deos por seu meyo, e invocação. E significa na lingua dos Indios Peruanos, lugar, e assento da pedra preciosa; que nos parece que já muyto de antemão dispoz a Divina Providencia sitio, e lugar à melhor pedra preciosa Maria Santissima, para remedio, conversão e salvação daquelles Indios. He venerada em hum Convento da Ordem dos Eremitas de meo Padre Santo Agostinho, do qual se tomou posse no anno de 1589, em 16 de Janeyro.

Vendo o Padre Simão do Soveral e Senhora de Copacavana, tão grande foy a devoção que tomou com ella, que sempre ainvocava em todos os seus trabalhos. Adoeceo gravemente este Padre de hũa perigosa enfermidade; e vendo-se apertado nella prometteo à Senhora, q se ella lhe desse vida, e o levasse à sua Patria, lhe edificaria nella huma Casa, em que collocasse huma Imagem sua. Deolhe a Senhora saude perfeytissima; e por não ser ingrato a este

beneficio mandou copiar a Imagem da Senhora em hũa lamina pequena, que recolheo em hum relicario de prata, q̃ trouxe consigo. Isto he o que se refere, que ordinariamente trazem os que vão àquelle Santuario, hum Oratorio de prata, em que vem esta Santissima Imagem da Senhora feyta de meyo relevo, humas mayores, e outras mais pequenas, na mesma fórma que là se vê (das quaes eu vi muytas) Vindo o Padre Simão do Soveral a Portugal, tratou logo de dar principio à Ermida em cumprimento do seu voto, e juntamente mandou fazer huma Imagem da Senhora para collocar naquella nova Casa, que lhe dedicava.

Feyta a Santa Imagem, a recolheo em sua casa, e para haver de a collocar na Igreja deo parte ao Abbade de Figueyrò, para que elle dispuzesse para o dia da collocação da Senhora, huma procissão com toda a solemnidade, e se fizesse tudo com a grandeza, e devoção que se lhe devia. Duvidou o Abbade de dispor a função, sem princyro ver a Santa Imagem. Foy a casa do Padre Soveral, e achou que a Sagrada Imagem tinha um rosto muyto feyo, e que assim não era capaz naquella fórma de se expor à veneração dos fieis, com que ficou suspensa a procissão. No dia seguinte (caso maravilhoso!) foy vista a Senhora com hum rosto de tão celestial formosura, e graça, que a todos os que nella punhão os olhos roubava os affectos, e os corações. Renovando aqui Deos a prodigiosa maravilha, que com a Santissima Imagem das Indias havia obrado, porque sahindo das mãos do Indio que a formou com muytas imperfeções, milagrosa, e divinamente appareceo tão formosa, e tão bella, que a todos causou admiração. Prodigio foy este verdadeyramente notavel, em que manifestou tambem Deos em Portugal as suas maravilhas, para confusão da nossa indevoção.

Collocada com grande alegria daquelle povo a Santissima Imagem, começou logo Nosso Senhor a obrar tantas maravilhas por seu meyo, que não têm número, como ainda ao presente se vê na multidão de memorias dos beneficios obrados a seu favor de todos aquelles, que se valião da sua piedosa intercessão, as quaes se vem pender das paredes daquelle Santuario, de q̃ referirèmos algũas. O tempo em que esta Santa Imagem foy obrada, e collocada, dizem fora no anno de 1650. Fizerão a Imagem da Senhora pelo copia, que das Indias havia trazido o Padre Soveral, com roupas compridas, e togadas, na fórma, que se pintão,

e obrão muytas de Castella. Tem Coroa na cabeça, Sceptro na mão direyta, Lua aos pès, e o Menino Jesus sentado sobre o braço esquerdo, e a sua estatura são quatro palmos. O dia de sua Festividade devia ser em dous de Fevreyro: mas esta em aquelle Santuario se faz, quando o Administrador o dispõem". (7)

Frei Agostinho inicia êste título com um longo panegirico à Virgem Santissima, sob a invocação de N. S. de Copacabana. No final refere-se à Vila de Figueiró, pertencente ao bispado de Vizeu onde se situa o paqueno santuário. Segundo o religioso, foi um portugûês, padre Simão do Soveral, o qual tendo permanecido algum tempo em terras peruanas e visitado o santuário da Virgem, inclusive testemunhado vários milagres, sendo um dêles em seu próprio benefício, que ao retornar à pátria, resolveu erigir uma capela em sua honra.

Trouxe inclusive uma pequena cópia da verdadeira imagem. Esta narrativa de Frei Agostinho é da mais alta significação, pois sabemos como aquêles que demandavam às terras da prata, traziam as imagens da santa dos antigos incas, em pequenos relicários com a sua representação em relêvo.

Nossa Senhora de Copacabana da Vila de Figueiró da Granja tem quatro Palmos de altura (900mm ou 90cm) "*com roupas compridas e togadas, na forma, que se pintão, e obrão muytas de Castella*". Foi colocada na ermida no ano de 1650. O dia de sua festividade variava de acôrdo com o Administrador do santuário.

Completamos com esta descrição a enumeração das capelas e cidades portugûêsas onde é venerada Nossa Senhora de Copacabana, segundo o depoimento do autor do Santuário Mariano, cuja obra remonta aos começos do século XVIII. Se existem outras ermidas e devoções particulares em terras lusitanas, estas são posteriores ao referido trabalho, cujos dez volumes foram por nós consultados página por página, durante vários dias, na Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional.

Ao nosso estudo, interessam principalmente o culto à Virgem peruana durante o século XVII com o fim de esta-

(7) SANTA MARIA, Frei Agostinho de — Santuario Mariano — Tomo V — Anno 1716 — Livro II — Título VIII — pgs. 176 a 178.

belecer uma comparação de datas prováveis do início dessa invocação na metrópole lusitana e na sua colônia do Brasil.

Fazendo um resumo dos dados, temos o seguinte quadro cronológico:

Portugal

1.º) Capela de N. S. de Copacabana no Convento de N. S. da Consolação da Cidade do Pôrto — Entronizada em 1648.

2.º) Capela de N. S. de Copacabana na Vila de Figueiró da Granja — Bispado de Vizeu — Entronizada em 1650.

3.º) Imagem de N. S. de Copacabana no Convento de N. S. da Conceição dos Agostinhos Descalços de Monte Olivete — Entronizada a I — II — 1706.

Brasil

1.º) Capela e altar de N. S. de Copacabana na Igreja da Misericórdia no Rio de Janeiro — Existente desde 1637. (8)

2.º) Capela de N. S. de Copacabana no Suruí (pertencendo atualmente ao Município de Majé — Estado do Rio de Janeiro) — Existente desde 1647. (9)

Pelo exposto, vemos que a devoção em terras brasileiras é anterior ao da metrópole lusitana, pois as datas presumíveis não são definitivas. Se lermos os assuntos sobre esta questão, tudo nos faz crer num recuo ainda maior do tempo, principalmente na Misericórdia que segundo as palavras de Frei Agostinho: “... *dondo se colhe que logo nos principios daquella Caza se collocou na sua Igreja a Imagem da Senhora*”. (10)

Concluimos que esta devoção teve o seu maior desenvolvimento enquanto permaneceu o ativo intercâmbio comercial entre os luso-brasileiros e os castelhanos (1580 a 1660). Restringiu-se após as medidas drásticas adotadas pelas autoridades espanholas que usaram a Inquisição como um instrumento de perseguição e castigo para os *peruleiros*

(8) Ver Capítulo IV o subtítulo — Na Ermida de N. S. da Misericórdia.

(9) Ver Capítulo IV o subtítulo — No Suruí.

(10) SANTA MARIA, Frei Agostinho de — Santuario Mariano — Tomo X — Ano de 1723 — Livro I — Título III — pg. 15.

portuguêses e brasileiros que estavam estabelecidos em terras peruanas, onde tinham adquirido grandes fortunas à custa do próprio trabalho e perseverança.

CAPÍTULO III

NA AMÉRICA PORTUGUÊSA

Sob o domínio de Castela — Nossa Senhora da Candelária — As mais antigas referências — Os Peruleiros.

A época da vinda do culto de N. S. de Copacabana para as terras brasileiras é mais ou menos contemporânea da união das Coroas ibéricas (1580-1640). Antes era vedado a qualquer estrangeiro, principalmente português, radicalizar-se nas colônias sulamericanas sob a jurisdição de Castela. Cessada esta situação quiseram logo os portuguêses obter licença para percorrer os domínios espanhóis, cuja fama de riqueza corria mundo, de conformidade com o Capítulo IX do “estado dos Povos” — “se habilitem os portuguêses para irem às conquistas dos Reinos de Castela, e os haja para êste efeito por naturais delas, havendo respeito aos outros naturais doutros Reinos vossos vassallos terem liberdade de poderem ir às Indias e conquistas de Portugal e nunca lhes ser defeso”.

Conforme atesta Manuel Múrias “os estados não tinham em Tomar representantes dos domínios ultramarinos”, “e deixavam-se por isso, vencer pelos interêsses comerciais: como desejavam poder enviar navios a commerciar nas Indias de Castela, por serem tão ricas já então de ouro, prata e pedrarias, não lhes importava de abrirem as portas dos domínios portuguêses às influências castelhanas”. (II)

Esta transferência de interêsses, desenvolveu-se de tal modo entre os habitantes daqueles domínios ultramarinos sulamericanos durante a união das coroas, que ao ser em 1641 no Brasil aclamado D. João IV Rei de Portugal, logo após a Restauração em 1640, muitos eram os espanhóis que viviam nas diversas cidades da colônia como bem assevera

(11) MANUEL MÚRIAS — *Apontamentos para a História dos Domínios Ultramarinos de 1580 a 1640*, in “Revista dos Centenários de Lisboa”, n.º 5, I, de 31 de maio de 1939, pgs. 1, 2 e 4.

Ilélio Vianna: “e em abril, apesar do excepcional episódio sem conseqüências de Amador Bueno, aclamava-se o Duque de Bragança em São Paulo, verdadeiro ninho de castelhanos”. (12)

* * *

Infelizmente não foi possível encontrar algum documento até o momento presente, que indicasse a época precisa da introdução dessa devoção para o Brasil e o nome do personagem que a divulgou.

Cabe aqui chamarmos a atenção para as seguintes considerações que serão desenvolvidas e abordadas no decorrer dos diversos capítulos:

1.º) *A imagem atualmente venerada na Igrejinha provisória contígua ao Forte de Copacabana é tida como a primitiva. Difere totalmente da imagem de N. S. de Copacabana vinda da Bolívia* (que é uma réplica fiel da primitiva lá existente) e que foi entronizada a 8 de agosto de 1943 no templo da Praça Serzedelo Corrêa em Copacabana, sob o orago do Senhor do Bonfim, porém conhecido como Matriz de N. S. de Copacabana.

2.º) *Nossa Senhora da Candelária, Virgem da Candelária ou Mãezinha Candelária* conforme vimos no Capítulo I, foram sempre as denominações dadas à imagem por Francisco Tito Yupanqui e pelos devotos, até ser entronizada no ano de 1583 em Copacabana, quando então passou a ser conhecida popularmente como *Virgem ou N. S. de Copacabana*, ficando o seu nome definitivamente ligado ao da cidade que a tomou sob sua proteção.

3.º) Ainda existe presentemente em Copacabana (Bolívia) a *Confraria de N. S. da Candelária* que remonta ao século XVI.

4.º) No início da conquista espanhola, os católicos e os convertidos nos domínios sulamericanos tinham uma particular devoção ao culto da *Virgem da Candelária*, prática muito disseminada na península ibérica e principalmente na côrte de Castela.

Candelária é a festa na qual a Igreja católica comemora o ato da purificação da Virgem Maria, após o parto de

(12) VIANNA, Ilélio — *História Administrativa e Econômica do Brasil* — pg. 34.

Jesus e a apresenação dêste no templo. A lei mosaica prescrevia o seguinte — uma mulher que tivesse um filho varão deveria considerar-se impura durante sete dias; só poderia ir ao templo para ser purificada após ter decorrido trinta e três dias e êste setenário ou sejam quarenta dias após o parto. Se fôsse menina, o tempo necessário seria o dôbre ou oitenta dias. Maria desejando submeter-se à lei de Moisés, foi ao templo com o menino Jesus; daí também ser conhecida tal festividade como da: *Apresentação de Jesus no Templo*.

Esta festa é celebrada pela Igreja no dia 2 de fevereiro. Na antiguidade, em Jerusalém, era no dia 14 do mesmo mês; durante a Idade Média em algumas ordens religiosas, como os carmelitas, era solenizada durante a oitava.

A celebração data dos começos do cristianismo. Durante a primeira metade do século IV, na Igreja de Jerusalém faziam uma procissão que percorria vários caminhos até a basílica da Ressurreição, erigida por Constantino.

Justiniano I em 542 a propagou por todo o Império Romano do Oriente, após ter cessado uma peste que grassava naquelas regiões. O papa Gelasio I (492-496) foi quem inaugurou e renovou esta festa na Igreja Romana.

A procissão com luzeiros era comum no Oriente desde os começos do século V. Na Europa medieval, já no século XI, era usual a bênção das candelas nos seus próprios locais. Na Espanha esta festividade é denominada *Las Candelas* e presentemente, após rezado o têrço, são bentas as candelas e em seguida distribuídas aos fiéis. Tem lugar logo após a procissão pelo interior do templo. Durante a mesma, entre vários cânticos litúrgicos, é entoado o famoso *Nunc dimittis servum tuum*, palavras pronunciadas pelo sacerdote Simeão ao receber Jesus em seus braços quando o foi apresentado naquele recinto sagrado dos Judeus, mistério êste que é o motivo da festa da Candelária.

Inúmeras cidades, povoados, lugarejos, etc., não só na Metrópole espanhola, como nas colônias sulamericanas, foram denominadas de Candelária.

No Brasil, as primeiras notícias sôbre esta devoção, remontam ao comêço do século XVII, quando por volta de 1630 ou um pouco antes foi fundada a ermida de N. S. da Candelária. Segundo Vieira Fazenda, Antônio Martins Palma, o seu fundador, se encontrava há muitos anos no Rio de Janeiro, pois o seu nome já aparece como piloto na me-

dição por parte dos Jesuitas, das terras da fazenda de Santa Cruz, num documento datado de 16 de Setembro de 1613. (13)

Consultando o Santuário Mariano, encontramos a seguinte indicação sobre a devoção de N. S. da Candelária na terra lusitana: “Da Sagrada Imagem de Nossa Senhora das Candeas da Parochia de São Julião. He esta Sagrada Imagem muito antiga, por isso não pude saber cousa alguma de sua origem; e sendo a Igreja de São Julião tão antiga, que foy sagrada por Dom João Pardo, sexto Bispo de Lisboa, em o anno de 1241, bem póde ser, que já naquelle tempo fosse no mesmo templo venerada”. (14)

Pelo exposto, Frei Agostinho situa essa devoção em terras portugêsas à época medieval, no século XIII, porém sem afirmar, por não ter obtido informes precisos. Percorrendo todos os tomos da sua monumental obra, notamos que são poucos os santuários sob essa invocação na mãe pátria, remontando os mais antigos a meados do século XVI.

* * *

Analisemos agora as mais antigas referências sobre a vinda da imagem de N. S. de Copacabana para as plagas cariocas no século da conquista.

A esquadra de Diego Flores Valdez — Esta frota era constituída de dezesseis navios e estava empenhada na caça do temerário corsario inglês Francis Drake, famoso por suas depredações e saques contra as cidades litorâneas do imenso império sulamericano sob a égide de Castela, bem como as pilhagens perpetradas aos navios espanhóis carregados de prata. A esquadra, após auxiliar ao governador geral do Brasil na conquista da Paraíba que estava em mãos dos franceses, fêz vela para o sul do continente, tendo aportado ao Rio de Janeiro em 24 de Março de 1582 com grande parte da tripulação enfêrma. O telheiro de pau a pique à beira mar armado às pressas para acolher tão grande número de doentes e os desvelos do grande José de

(13) VIEIRA FAZENDA, Dr. José — *A Candelária* — pg. 171 (in “Revista do Instituto Histórico e Geográf. Bras.” — Tomo 86 — Volume 140 — 1919).

(14) SANTA MARIA, Frei Agostinho de — *Santuário Mariano* — Tomo I — Livro II — Título XXXIII — pg. 366 — Ano 1707.

Anchieta no trato daqueles infelizes, constituiu o início do Hospital da Misericórdia.

Afirmam alguns, que em reconhecimento pelos cuidados dispensados aos ocupantes da fôrça naval, recebeu a população como gratidão entre outras deferências, uma relíquia com a imagem da santa Peruana. São suposições sem nenhum fundamento, pois os navios permaneceram no Rio de Janeiro até o dia de Todos os Santos (1 de Novembro de 1582), quando prosseguiram na sua derrota para o Estreito de Magalhães. (15) Como poderiam obsequiar com a relíquia de uma santa, cuja imagem ainda não tinha sido ultimada pelo devoto Tito Yupanqui e que só foi entronizada a 2 de Fevereiro de 1583?

A Primitiva Padroeira da Misericórdia — Ubaldo Soares, considera Nossa Senhora de Copacabana como a primitiva padroeira daquela igreja no seguinte parágrafo do seu trabalho: “Não padece dúvida que a primitiva padroeira da Misericórdia foi Nossa Senhora de Copacabana. Afirma-o, taxativamente, em manuscrito inédito, existente no Arquivo, o notável Vieira Fazenda. Diz êle: “A invocação da primitiva Igreja não foi dedicada a Nossa Senhora do Bonsucesso, mas, a Nossa Senhora de Copacabana”. (16)

Temos a impressão que Ubaldo Soares não leu todos os artigos do douto historiador carioca, pois se correremos as suas Antiquadhas, veremos justamente a opinião contrária a esta invocação, no seguinte trecho: “No frontão do nôvo hospital ostenta-se magnificamente executado o grande medalhão, representando a Senhora da Misericórdia

(15) SARMIENTO DE GAMBOA (Pedro) — Marinheiro e escritor espanhol do século XVI que fazia parte dessa expedição, no-lo descreve esta arribada à metrópole guanabarina. Dizia êle: “Pasado un mes, es decir, bien entrado Febrero, (1582) partieron de allí com rumbo á Rio de Janeiro, adonde aportaron el 24 de Marzo y permanecieron de invernada hasta Noviembre, conforme á las órdenes del Gobierno; contrastando aqui el celo y actividad de Sarmiento, para todas las cosas que debían prevenirse, con la inercia y la sórdida codicia de algunos de sus compañeros, Salieron, en fin, de Rio de Janeiro para Magallanes el día de Todos los Santos...” — Relación dirigida al Rey por P.S. el 1.º de Junio 1583 de lo sucedido á la Armada Real del cargo del general Diego Flórez Valdez, desde 27 de Septiembre 1581, que salió de Sanlúcar, hasta su retroceso al Janeiro, sin haber embocado el Estrecho, en 1583 — (Espasa Calpe Vol. 54 pg. 610 e 611).

(16) SOARES, Ubaldo — A Velha Igreja da Misericórdia — Achegas Históricas — 1955 — Rio de Janeiro — pg. 8.

pela maneira acima referida. E com razão *porque foi sob os auspícios desse título* que os fundadores da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro *levantaram de pau a pique a sua primitiva capella*" (17) (o grifo é nosso)

Vieira Fazenda, numa longa e documentada exposição, refuta e destrói a argumentação de Felix Ferreira, demonstrando inclusive ter sido Nossa Senhora da Misericórdia a primitiva padroeira daquela ermida, desde a sua fundação até princípios do século XVIII. Nossa Senhora de Copacabana sempre ocupou uma capela lateral porém nunca a capela-mór.

Corroborando as afirmações de Vieira Fazenda, temos o testemunho irrefutável do jesuíta Fernão Cardim na sua Carta escrita da Bahia a 16 de Outubro de 1585 narrando a viagem pela missão do Rio de Janeiro: "*Descembarcando viemos em procissão até á misericordia, que está junto da praia, (os grifos são nossos) com a reliquia debaixo do pallio: as varas levaram os da camara cidadãos principais, antigos e conquistadores daquella terra. Estava um theatro á porta da misericordia com uma tolda de uma vella, e a santa reliquia se poz sobre um rico altar em quanto se representou um devoto dialogo do martyrio do santo,... etc., por onde acabado o dialogo, por a nossa igreja ser pequena lhe preguei no mesmo teatro dos milagres e mercês... a qual acabada deu o padre visitador a beijar a reliquia a todo o povo e depois continuámos com a procissão e dança até nossa igreja (*) Bahia, 16 de Outubro de 1585*". (18)

Pela descrição de Cardim, vemos que a igreja sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia já existia desde 1585, certamente uma tósca capela, contígua ao hospital da mesma invocação erigido em 1582.

(17) VIEIRA FAZENDA, DR. José — Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro— A Sancta Casa V Capella — pg. 192 (*in* "Rev. Inst. Hist. Geo. Bras.". Tomo 89 Volume 143 — 1921.

(*) Igreja dos jesuítas no alto do morro de Castelo.

18) Narrativa Epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilheos Pôrto Seguro, Pernambuco, Espirito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente, etc. Desde o ano de 1583 ao de 1590 indo por visitador o P. Christovam de Gouvea Escripta em duas Cartas ao P. Provincial em Portugal pelo Padre Fernão Gardim etc. (*in* "Rev. Inst. Hist. Geo. Bras." Tomo LXV — Parte I — 1.º e 2.º Trimestres — 1902 — pg. 54).



Fig. IV — Nossa Senhora de Copacabana — Venerada na atual capela do Pôsto Seis em Copacabana — E' considerada a primitiva, já ocupando uma capela e altar na então ermida da Misericórdia, desde os fins do século XVI.

(Foto: João Oliveira Rocha)

Como ambas as capelas (a da Misericórdia no sopé e a dos inacianos no alto do Castelo) fôsem muito exíguas para conter todo o povo que acorreu, foram os festejos efetuados ao ar livre, conforme reza esta narrativa.

A ermida sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia manteve-se com êste título desde a sua fundação. A 20 de Setembro de 1652, Jeronymo Barbalho Bezerra fêz entrega de todos os bens da irmandade de N. S. do Bonsucesso para o santuário que tomou então para si esta festividade que se comemora no dia II daquele mês. Segundo Vieira Fazenda, sòmente a partir de 1714 passou N. S. do Bonsucesso a ser considerada padroeira da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia.

Um outro testemunho sôbre a existência da ermida da Misericórdia no século XVI encontra-se na narrativa de Antônio Knivet, companheiro do corsário inglês Thomás Cawendish que ao retornar para a Inglaterra o abandonou na ilha de São Sebastião, juntamente com outros companheiros enfêrmos. Após muitas peripécias entre os indígenas, entremeadas por tentativas frustradas de fuga do engenho dos Corrêa de Sá que eram os seus senhores, foi aquêlê míscrô mais uma vez capturado. Levado para o Rio de Janeiro onde desembarcou ou melhor foi lançado à água na *marinha da Piaçava*, (que nos principios do século XVII já era conhecida como *Pôrto dos Padres da Companhia*), fronteira à ermida da Misericórdia — “Uma vez em terra, e molhado como se achava, o prisioneiro encaminha-se através da multidão em busca da igreja alli proxima. “Sabendo, diz Knivet, que os portuguezes se achavam na igreja de Nossa Senhora, quiz entrar tambem no templo, mas não m’o consentiram elles pela razão de não ser eu *christão*”. (19

Cabe aqui uma informação: o Dr. Teodoro Sampaio elaborou o seu estudo baseado na tradução feita pelo Dr. José Hygino da obra de Knivet — “Narração da viagem que, nos annos de 1591 e seguintes, fez Antonio Knivet da Inglaterra ao Mar do Sul, em companhia de Thomaz Cawendish” (Tradução do hollandês, offerecida ao Instituto Histórico pelo traductor — Revista do Instituto Tomo XLI Parte 1.^a

(19) Peregrinação de Antônio Knivet no Brasil no século XVI — Estudo crítico para servir de contribuição a história e geographia do paiz pelo Dr. Theodoro Sampaio (in “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” — Tomo Especial Consagrado ao Prim. Cong. de Hist. Nac. Parte II — 1915 — pg. 359).

Volume 56 — 1878) — O Dr. José Hygino contesta a existência no século XVI de um templo na cidade de São Sebastião sob a invocação de Nossa Senhora. Com o fim de tirar as dúvidas podemos dizer o seguinte sobre as ermidas existentes no século I na cidade guanabarina e a sua provável localização:

— A *Capela de São Sebastião* estava ultimada em 1583.

— A *Capela e a casa conventual* dos padres da Companhia de Jesus em 1585 estavam com as obras bastante adiantadas, conforme testemunho do padre Fernão Cardim. Essas casas religiosas estavam no alto do Morro do Castelo.

— A *lôca ermida* sob a invocação de *Santa Luzia* já existia anteriormente a 1592; era conhecida também como *Capela da Piassava* e estava situada onde atualmente se encontra a igreja do mesmo nome.

— A *rústica capela* sob o orago de *Nossa Senhora da Conceição*, erigida por Aleixo Manuel, já estava assente no morro de S. Bento (então de Manoel de Brito) muito antes de 1590, ano em que os monges beneditinos tomaram posse daquela elevação.

— A *ermida de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda* já existia antes de 1590 e estava situada na atual Cinelândia.

— A *ermida de Nossa Senhora do Ó* já existia em 1581. A partir desse ano ficaram abrigados até 1590, os primeiros frades beneditinos que pisaram as terras cariocas. Estava situada onde hoje se encontra o edifício da Catedral Metropolitana (esquina da atual rua Sete de Setembro).

Como podemos constatar, a *única ermida próxima ao porto de desembarque naquele século era a da Misericórdia*, para onde se dirigiu Knivct antes de subir a ladeira contígua, também conhecida como Calçada da Sé e que dava acesso até a casa do governador situada no alto do morro do Castelo.

* * *

Os peruleiros — Faz-se mister um conhecimento prévio desta alcunha e qual a influência dos mesmos na história da América luso-espanhola.

A Enciclopédia Universal Espasa-Calpe assim define esta palavra: “Peruleiros --- Perulero (Etim. do latim *pirum*, vaso em forma de pera) Vasija de barro, angosta de suelo, ancha de barriga y estrecha de boca adj. Peruano

Persona que ha venido desde el Perú à España, y especialmente la adinerada”. A descrição ainda hoje é conservada na linguagem portugüesa como símbolo de opulência e exterior aprimorado, uma sobrevivência do lusitano do século XVII que corria o Perú, enriquecido pelo comércio da prata.

A fama do decantado Eldorado que os colonizadores portugüeses esperavam encontrar no Brasil, evanesceu-se muito durante o século XVI e a primeira metade da centúria seguinte.

Os núcleos coloniais lusos disseminados pelo litoral eram constituídos por pequenas cidades dotadas de arquitetura pobre, casas e templos modestos, despidos de alfaias. Sua população tinha como principais fontes de riqueza o amanho da terra, a pecuária, a caça do escravo índio, a nascente e desenvolvida indústria açucareira e uma escassa mineração do ouro que só iria tomar incremento no final do século seiscentista.

A decantada *Serra da Prata* e o império das riquezas se encontravam no interior do continente, no Peru, onde florescera a nação Inca. Aos conquistadores espanhóis, deparando com uma cultura próspera e muito rica, foi fácil após a ocupação daquele império, desenvolver as outras riquezas que estavam à flor da terra: as minas de prata e mercúrio cuja progressivo rendimento estendeu-se até meados do século XVII.

Era natural que a notícia dos tesouros se espalhassem rapidamente por todo o continente, não somente através os viajantes ocasionais oriundos daquelas regiões, como também pelos próprios administradores lusitanos que retornavam da metrópole castelhana.

As cidades de Lima, Potosi, La Plata (Sucre) e Cusco eram na época seiscentista, os grandes centros do comércio, das riquezas e da cultura em toda a América do Sul. A cidade de Lima comunicava-se pelo porto de Callao com o Panamá e daí com Sevilha. Pela estrada de Cusco, Potosi e Tucumã com Buenos Aires; tornara-se uma espécie de Meca, principalmente para os portugüeses, que desejavam grandes negócios com rápidos e polpudos lucros.

Durante a época da união das coroas ibéricas (1580-1640), conforme vimos no início deste capítulo, foi possível aos portugüeses o enorme intercâmbio clandestino com os espanhóis. Infelizmente o assunto ainda não foi estudado em profundidade; existe uma vasta documentação prático-

camente inédita nos arquivos brasileiros, peruanos, argentinos, paraguaios, equatoriano e bolivianos.

Surge então na época êste tipo curioso denominado *peruleiro*, também alcunhado *luso-peruleiro*. Espanhóis inicialmente se fixaram no Brasil, porém em menor parcela; somente em São Paulo contituiram parte apreciável na população da cidade.

Alguns eram apenas viajantes que iam ao Peru e retornavam ao Brasil em jornadas mais ou menos permanentes; não se fixavam no estrangeiro, exclusivamente comerciavam. Outros, ao contrário, radicavam-se em várias cidades peruanas onde conseguiam largos cabedais.

O autor do *Diálogo das Grandezas* cita duas vias de penetração do Peru, uma pelo Amazonas seguindo mais ou menos o roteiro da viagem que Pedro Teixeira empreendeu em 1637 e a outra por Mendoza (Mendonça). Jaime Cortezão cita duas vias de penetração paulista: uma de Assunção e Santa Fé, passando por Córdova, Buenos Aires até a grande estrada que galgando os Andes seguia por Potosi e La Plata conduzindo a Cuzco, Lima e Quito — era a via normal dos que iam se fixar por um longo tempo. A outra era muito perigosa atravessando o sertão pelas desoladas planícies do Chaco e do Paraguai. Iam diretamente a La Plata e Potosi, sendo utilizada para rápidas incursões, das quais traziam índios *serrano* e pouca prata.

Pedro Taques na sua *Nobiliarquia Paulistana* cita inúmeros paulistas e reinós que viviam há longos anos em várias cidades peruanas: "... chegavam ao Peru, donde traziam a prata, de que foi muito abundante a cidade de São Paulo, e nela houveram casas com copa importante no peso, mais de 40 arrôbas". (20)

A população portugêsa nas diversas cidades peruanas atingiu a tal número que em 1646 ultrapassava 6.000 em Lima. Em 1635 compreendia metade dos habitantes brancos da cidade que era de 11.500 pessoas (21). Em Buenos Aires, no ano de 1622, para 1.200 habitantes, existiam 370 portugêses. (22)

(20) ALMEIDA PAES LEME, Pedro Taques — *Nobiliarquia Paulistana*, ed. Taunay I — pg. 245.

(21) MEDINA, *Toribio* — *Historia del Tribunal del Santo Officio de la Inquisicion de Lima*, Santiago 1887 — II — pg. 48-49.

(22) R. DE LAFUENTE Machajin — *Los Portugueses en Buenos Aires*, Buenos Aires 1934 — pg. 86.

As autoridades espanholas não viram com bons olhos a intromissão lusitana nas suas ricas colônias; os portugueses passaram a ser sinônimo de “cristãos novos”. A partir de 1635 a Inquisição inicia violenta repressão; muitos desses negociantes foram condenados à fogueira, acusados de judaísmo ou de práticas judaisantes. Os arquivos do Santo Ofício possuem documentos muito copiosos e pela leitura dos mesmos, vemos que aqueles infelizes foram vítimas dos ciúmes comerciais e da insaciável cobiça da reação política antilusitana, conforme asseverou Medina: “pagaron en la hoguera el delito de haber-se enriquecido con su trabajo”.

José Valega cita uma frase do Vice-rei Marquês de Mansresa (1639-1648) sobre essas repressões, justificando-as: “que explicaba la finalidad politica de la persecucion (a los portugueses) amparada en la envidia par su prosperidad comercial”. (23)

Completando as notas que já vão se estendendo em demasia, citamos um tipo famoso de *peruleiro*, que teve grande atuação na vida da urbs carioca do século XVII: trata-se de Salvador Corrêa de Sá e Benevides.

De 1631 a 1637, provavelmente permaneceu em terras do Prata e do Peru em contáto com os poderosos burocratas espanhóis que muito contribuíram para marcar-lhe o tipo feudal, ibérico e senhorial que sempre demonstrou em todas as suas ações. Jaime Cortezão define bem esta individualidade que dominou o Rio seiscentista durante quase meia centúria: “Inteligência fria, calculadora, e astuta, êle próprio se vangloria de tudo haver notado sobre a estrada de Buenos Aires aos Andes. Tudo, como sabemos: as possibilidades do comércio do Peru, fazendo escoar pelo estuario platino a trôco dos negros de Angola, as grossas e cobiçadas palacas de oito reais de prata; a forma de dividir e enfraquecer as forças espanholas, servindo-se dos bandeirantes, sobre a grande linha meridiana do Prata-Paraguai; a conveniência da reconquista de Angola, cujos aborígenes forneciam a mão de obra indispensável à nascente economia sul-americana; e mais que tudo, criar no Brasil uma economia de tipo peruleiro, baseada na indús-

(23) JOSÉ M. VALEGA — El Virreinato del Peru, Lima, 1939 — pg. 69.

tria mineira do ouro e da prata. Eis o programa das suas atividades posteriores e das suas ambições de luso-brasileiro que nunca descurava os seus interesses pessoais. Fôsse como fôsse, é certo que Salvador Correia de Sá e Benevides, o *peruleiro*, definiu ou auxiliou a definir e a realizar certas diretrizes indispensáveis duma política inter e intra-continental: a expansão do Brasil em direção ao Prata-Paraguai; a fundação da Colônia do Sacramento; e, finalmente, a perulização das capitânicas do sul, pela exploração das minas do ouro e prata'. (24)

Num outro documento, tratava-se da fundação de uma povoação entre o Rio Grande do Sul e o Rio Paraguai, a qual seria erigida no local onde atualmente se encontra a cidade da Vacaria, com o fim de colocar os portugueses confinando com as posições castelhanas do Rio da Prata e destruir as reduções jesuíticas, conseguindo dêsse modo manter aberta a rota para as minas argentíferas de Potosi e outras regiões peruanas: "Por 4 razoes muito á Corôa de Portugal reduzir estas ditas aldeas á sua obediencia, as quaes chamam elles reduçoens. Primeira, porque é tomar posse do que he seu e restituir-se naquelle dominio, que se lhe tem usurpado, por quanto os Indios e o Paiz que abitão sem duuida alguma ficão nas terras de Portugal. Segunda porque ficão os Castelhanos desermados em todas as suas praças confinantes. Terceira porque conta *Amaro Fernandes* natural da cidade de Paragoai, o qual está cazado nestas villas e he morador na villa de Utû, que pagam a Elrey de Castella cada hum anno 40:000 patacas pagando huma pataca por cada Indio, o que hoje he muito mais o numero (o que os ditos religiosos encobrem com suas indústrias) e não permitem que entre hum só Castelliano em suas aldeias para embargarem toda a noticia com que se prezume que estam logrando ocultamente alguns aueres de prata ou ouro. Quarta porque com estes Indios podemos estender facilmente as nosas pouoações athe confinar com o Reino do Perú e auendo guerra entre huma e outra Corôa com os mesmos Indios, capitaneados pelos ditos Paulistas podemos infestar e saquear as praças fronteiras do Reino do Perú, por serem abertas em defensas". (25)

(24) CORTESÃO, Jaime — *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil* — Coleção Vida Brasileira — M.E.C. pg. 300 a 301.

(25) ("Notícias utilíssimas á corôa de Portugal e suas conquistas — Lisboa, 31 de Outubro de 1695 — in *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* — Volume XXXIX — 1917 — pg. 224).

Conhecido o problema dos *Peruleiros*, voltemos à questão de Nossa Senhora de Copacabana, a qual segundo alguns autores, foi levada para a cidade do Rio de Janeiro por um desses negociantes.

Se consultarmos o Santuário Mariano, veremos na seguinte passagem esta afirmação: “e porque nos não referirão nada della, digo o que se me representa e he: que como a Senhora he tida em todo o Imperio do Perù por hum grande prodigio pelos continuos milagres; que continuamente obra naquella sua Sagrada Imagem Peruana, *poderia bem ser a trouxesse de lá algum Portuguez, como a trazem muytas em huns relicarios de prata, e por ella poderia mandar fazer esta Santa Imagem, e por sua devoção a collocaria naquella Igreja*”. (26)

Não resta dúvida, que, fabricavam naquela época os ourives peruanos, belos e grandes relicários de prata, muitos de tamanho avantajado. Como exemplo idêntico, basta correr o catálogo sobre a Exposição de Arte Sacra Retrospectiva Brasileira (27) e veremos relicários de vários tipos e representativos da arte colonial brasileira — Santa Luzia (Busto relicário) de prata cinzelada, feito na Bahia em 1635 por Frei Agostinho da Piedade — Altura 51cm; êste mesmo artista fêz vários em barro cozido como Santa Margarida (53cm de altura), Santa Mônica (96cm), Santo Papa (61cm) todos de 1640. De outro tipo são os com a forma dos membros superiores e inferiores. Os mais conhecidos são: braço de São Bento de prata repuxada e cinzelada com 61cm de altura e pesando 1.500 grs. e o braço de São Sebastião também de prata repuxada e cinzelada com 62cm de altura e pêso de 1.400 grs. — Ambos da primeira metade do século XVII. Fernão Cardim na sua Narrativa Epistolar do século XVI menciona várias relíquias com esta apresentação.

Os defensores da tese afirmam que os *peruleiros* poderiam retornar ao Brasil por via marítima. Não resta dúvida. É preciso porém que saibamos, que naquela época, êste retôrno era igualmente muito penoso, arriscado e também bastante oneroso. Não existia passagem ligando o

(26) SANTA MARIA, Frei Agostinho de— *Santuário Mariano* — Tomo X — Ano 1723 — Livro I — Título III — Da imagem de N. S. de Copacabana da mesma Igreja da Misericórdia — pg. 45.

(27) Expos. de Arte Sacra Retrosp. Bras. 36.º Cong. Euc. Int. 1955 — Julho.

oceano Pacífico ao Atlântico; a rota pelo estreito de Magalhães era muito difícil e perigosa devido às tormentas e ao frio polar que assolavam aquelas desoladas paragens. Tinham que ir primeiro à Europa (Espanha ou Portugal) e de lá retornar via oceano Atlântico para o Brasil. Muitos desses aventureiros com processos e condenações no reino, não desejavam voltar, com receio de serem novamente encarcerados.

Por tôdas essas circunstâncias a rota terrestre era a mais utilizada, tanto pela região amazônica, como pelo rio da Prata; esta última, muito mais percorrida, principalmente pelos luso-brasileiros oriundos de São Paulo e outras regiões sulinas. Era uma viagem muito penosa e também perigosa. Se no mar deparavam com inúmeros navios de piratas, em terra encontravam as febres, as regiões paludosas e desérticas, os imensos matagais coalhados de animais peçonhentos e tribos de índios bravios que os acossavam constantemente. O equipamento que um viandante transportasse não poderia ser muito pesado, pois, após algumas léguas estaria completamente exausto e incapaz de prosseguir na jornada. Devido a essas circunstâncias, acreditamos, sem no entanto poder afirmar definitivamente, que a maioria dos que retornavam das minas peruanas, traziam pequenos relicários em cujo interior existia uma cópia em relêvo da santa peruana, trabalhada numa lâmina de prata. Aliás no Capítulo II, quando abordamos o seu culto em terras lusitanas, ao falar no padre Simão do Soveral, dizia Frei Agostinho: "*mandou copiar a Imagem da Senhora em hũa lamina pequena, que recolheo em hum relicario de prata, q̃ trouxe comigo. Isto he o que se refere, que ordinariamente trazem os que vão àquelle Santuario, hum Oratorio de prata, em que vem esta Santissima Imagem da Senhora feyta de meyo relevo, humas mayores, eoutras mais pequenas, na mesma fórmula que là se vê (das quaes eu vi muytas)*". (28)

A descrição deste sacerdote dispensa análises. Mais adiante corroborando seus comentários diz o seguinte: "*Fizerão a Imagem da Senhora pela copia, que das Indias havia trazido o Padre Soveral*". (obra citada pg. 178)

(28) *Obra citada* — Tomo V — Anno 1716 — Livro II — Título VIII — pg. 177.

Pelo exposto, tudo nos parece indicar que a imagem de Nossa Senhora de Copacabana venerada na então ermida de N. S. da Misericórdia, provavelmente desde os fins do século XVI, foi uma cópia mandada esculpir em madeira por um *peruleiro* português, que retornando das terras argentíferas do Peru, trouxe a sua representação em meio relêvo numa lâmina de prata contida num relicário do mesmo metal.

CAPÍTULO IV

A DEVOÇÃO DE NOSSA SENHORA DE COPACABANA NO RIO DE JANEIRO SEISCENTISTA

*Na ermida de N. S. da Misericórdia — No
Suruí — Enigma histórico.*

A primeira referência sobre a existência da imagem de N. S. de Copacabana na então ermida de N. S. da Misericórdia, data de 1637 ou 1638, quando aqui aportou vindo de Portugal o Padre Miguel da Costa. O Santuário Mariano refere-se a esta ocorrência na seguinte passagem: “Indo de Portugal para aquelle porto do Rio de Janeyro do anno de 1637 ou 38, o Padre Miguel da Costa. Presbytero do habito de São Pedro, levou em sua companhia hũa Imagem de Nossa Senhora, a quem havia imposto, ou venerava com o titulo do Bom Successo; *aqual Imagem (depois de estar já de assento naquella Cidade) colocou naquella Igreja com licença do Provedor, e Irmãos daquella Casa. E quando o fez (porque estavaõ as Capellas della já occupadas e não teria entãõ mais que as duas do corpo da Igreja) foy na Capella, e altar de Nossa Senhora de Copacavana, aonde esteve alguns annos*” (29) (*)

Pela leitura constantamos que a capela e altar de N. S. de Copacabana ocupavam uma parede lateral *no corpo da igreja* e não no mesmo pavimento do altar-mór. Na época

(29) SANTA MARIA, Frei Agostinho de — *Santuário Mariano* — Tomo X — Ano 1723 — Livro I — Título II — Da milagrosa Imagem de Nossa Senhora do Bom Successo da Cidade do Rio de Janeyro — pg. 12.

(*) Os grifos são nossos.

de Frei Agostinho (século XVIII) a igreja da Misericórdia possuía cinco capelas assim distribuídas: a capela mór, com uma de cada lado (tôdas três no mesmo pavimento do altar mór); no corpo do santuário as duas restantes face a face — “Tem cinco Capellas, e a mayor com hum retabolo dourado magestoza... Das referidas Capellas na primeira que fica à parte da Epistola, está a milagrosa Imagem de Nossa Senhora do Socorro. Esta Capella, e a que lhe fica em parallelo da parte do Evangelho, dedicada a São Thomé, ficaõ no mesmo pavimento do Altar mor: porque delle se desce por seis degrãos para o pavimento do corpo da Igreja... A primeyra Capella (como fica dito) depois da mayor, e que fica à parte da Epistola, dedicada à Rainha dos Anjos com o titulo do Bom Sucesso...”. (30)

Aliás, pela descrição dêste trecho, vemos que N. S. do Bonsucesso ocupava no pavimento do altar mór a Capella ão lado da Epístola fronteira à de São Tomé que estava no lado do Evangelho.

Nossa Senhora do Bonsucesso não permaneceu muito tempo no altar e capela de N. S. de Copacabana, pois com a ajuda de outros devotos e esmolas, ainda no tempo do padre Miguel da Costa, foi construída uma capela particular próxima à Capela mór para as suas festividades — “Estes devotos com as suas esmolas e de outros mais, que se lhes aggregaraõ, fizeraõ à Senhora outra Capella particular, que he a que fica referida, e se vê junto à porta da Sacristia, e próxima à Cappella mór”. (31)

Nossa Senhora do Bonsucesso começou a ser festejada a partir de 11 de Setembro de 1639. Conforme dissemos no Capítulo III, a confraria de N. S. do Bonsucesso dissolveu-se a 20 de Setembro de 1652; todos os seus bens passaram para a Santa Casa da Misericórdia, que assumiu a obrigação de continuar a festejar anualmente esta padroeira.

Coaracy comentando a transferência da invocação de N. S. da Misericórdia para N. S. do Bonsucesso naquela igreja, alude a êste fato no seguinte parágrafo: “Com o correr dos tempos e não se sabe em que época precisa, veio a Igreja da Misericórdia a ficar sob a invocação de N. S. do Bom Sucesso, debaixo da qual ainda hoje está. Sem irreverencia, pode-se dizer que é uma padroeira in-

(30) *Obra citada* — pg. 11.

(31) *Obra citada* — pg. 12.



Fig. V — Nossa Senhora do Bonsucesso — Segundo Frei Agostinho de Santa Maria, esta imagem provavelmente é a cópia da primitiva (trazida pelo Padre Miguel da Costa em 1637 ou 38) e foi mandada fazer pelo Governador Thomé Corrêa de Alvarenga que reger os destinos da Capitania do Rio de Janeiro de 11 de julho de 1657 a 1 de janeiro de 1660.

(Foto: João Oliveira Rocha)

trusa que se assenhoreou da casa onde fora reccebida como hóspede, pois originalmente estava a igreja sob a invocação de N. S. da Misericórdia, como é natural”. (32)

E Nossa Senhora de Copacabana? Após a vinda da Senhora do Bonsucesso, nenhuma referência é feita por Frei Agostinho, não tendo podido saber o dia de sua festividade nem o seu tamanho “*e assim poderá ser dos dous palmos e meyo como a Senhora do Bom Sucesso*”^L. (33) Teria de altura 562mm ou 56,2cm aproximadamente.

Retirada do altar que ocupava naquela ermida para dar lugar a outra santa “...*aonde a Senhora de Copacabana deu lugar no seu altar à Senhora do Bom Sucesso*...”. (34). Não sabemos qual o destino que teve: se permaneceu em outro altar provisório naquele santuário, se foi ter a algum oratório particular ou capela na cidade ou no denominado Recôncavo do Rio de Janeiro. Não existem documentos nem citações dos cronistas da época sôbre um fato de pouca relevância naquele tempo, mas que para os atuais pesquisadores do passado carioca, tem uma enorme significação, pois constitui uma data marcante para a história dessa devoção em terras brasileiras.

* * *

O território compreendendo atualmente o rio Suruí e as regiões circunvizinhas que se estendem até aos contrafortes da Serra dos Órgãos, como Majé, Pacopaiba, Inhomirim, etc., foi povoado desde os princípios da colonização portugêsa no século XVI. Muitos dos bravos companheiros de Estácio de Sá, que haviam se distinguido nas lutas contra os francêses e indígenas seus aliados, os quais ocupavam a Guanabara, receberam como recompensa vastas extensões de terras naquelas regiões.

Os livros de Sesmarias e Registros do Cartório do Tabelião Antonio Teixeira de Carvalho (35) nos fornecem dados suficientemente esclarecedores sôbre esta questão:

(32) COMAGY, Vivaldo — *O Rio de Janeiro no Século XVII* — 1944 — pg. 138.

(33) *Obra citada* — pg. 15.

(34) *Obra citada* — pg. 11.

(35) Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro, Extrahida dos Livros de Sesmarias e Registros do Cartório do Tabelião Antonio Teixeira de Carvalho. De 1565 a 1796 feita por Monseñhor José Pizarro de Souza Azevedo e Araujo (in “Rev. Inst. Geog. Bras.”, Tomo LIII — Parte I — pg. 93 a 153).

Livro 1.º

1565-1566

“Simão da Motta 600 braças ao longo dagoa e 1000 pela terra dentro no *Rio de Magepe* (36) em 7 de Setembro de 1565”. (pg. 91)

“João Gonçalves de Aguiar 3000 braças ao longo do mar e 6000 pela terra dentro em *Magepê* em 28 de Janeiro 1566”. (pg. 95)

“Christovão de Barros 4500 braças ao longo da goa e 7500 braças para o certão em *magépe* em 12 de Outubro 1566”. (pg. 96)

“Duarte Martins Mourão 600 braças ao longo, dagoa e 800 para o certão em *magépe* em 2 de Novembro 1566”. (pg. 96)

Livro 3.º

1567 até 1568

“Manoel da Costa 1000 braças de largo, e 1500 de Certão no *Rio Soroy* em 19 de Novembro 1567”. (pg. 98)

“João de Oliveira 1000 braças em quadra em *Magepe* em 3 de Janeiro 1568”. pg. 99)

Livro 4.º

1568 a 1569

“Ayres Fernandes 3000 braças de largo e 2000 para a certão e agoa em *Magepe* até entestar com João Carrasco em 18 de Agosto 1568”. (pg. 100 e 101).

Resto do Livro 7.º)

1571 a 1572

“Francisco de Miranda Brandão 9000 braças no *Rio de Magepe* na cabeceira de João Gonçalves de Aguiar em 15 de Dezembro 1571”. (pg. 102)

(36) Magepe, Magepe-guapi ou Mage (majé) como é atualmente conhecido, significam a mesma localidade, não passando de expressões corrompidas.

“André Lopes 600 braças ao longo e 1000 de comprimento no *Rio do Suruhy* (37) em 31 de Março 1572”. (pg. 102)

Resto do Livro 9.º

1573 e 1574

“Miguel Barboza 4500 braças em quadra entre os Rios de Jaguarão e *Sorohy* em 16 de Novembro 1573”. (pg. 103)

“Nuno Tavares 300 braças em quadra no *Rio Magé* em 15 de Janeiro 1574” (pg. 103)

Resto do Livro 12

1578

“Diogo Martins 600 braças em quadra no *Rio do Sorohy* na cabeceira de Simão Dias em 26 de Abril 1578” (pg. 104)

“Francisco Gomes 1500 braças em quadra no *Rio de Sorohy* em 29 de Abril 1578” (pg. 104)

Resto do Livro 13

1578 a 1579

“Christovão de Barros 3000 braças de cada banda do *Rio de Magé* ficando este em meio em 28 de julho 1579”. (pg. 105)

Livro 18

“Luiz de Faria Homem terras em *Suruhy* que foraõ dadas a André Lopes e João Francisco em 5 de junho 1596” (pg. 109)

Livro 20

1602 a 1606

“Francisco Gomes, terras, e sobejos em *Suruhy* em 22 de Outubro 1603” (pg. 112)

Livro 24

“Nicolau Baldim 1500 braças no *Rio de Suruhy* em 22 de Outubro 1614” (pg. 116)

(37) *Sururuí*, nome indígena que significa marisco de água. Com o nome do rio ficou conhecido o território da freguesia, segundo monsenhor Pizarro. Portanto *Sorei* (como se acha na sesmaria concedida em 10 de Setembro 1565 a Inácio de Bulhões), *Sorohy*, *Soroy*, *Suruí* etc. são corruptelas da expressão indígena original.

“Antonio Gonçalves e Diogo da Costa 3000 braças e 6000 para o certão no *Rio de Mage* em 23 de Março 1624” (pg. 118)

“Constantino Cardoso e Ignocencio Correa terras no *Rio de Magé* em 25 de Junho 1624” (pg. 118)

Livro 25

1628 a 1632

“Balthazar da Costa sobejos em *Sorohy* em 11 de Janeiro 1629” (pg. 119).

Pedro de Noronha, e Christovão de Noronha 6000 braças correndo para a banda do *Rio Suruhy* em 3 de Janeiro 1632”. (pg. 121)

“João Gonçalves, Salvador Gonçalves e Balthasar de Oliveira 6000 braças do sobejos pelo *Rio de Magé* a sima athe a serra dos Orgãos em 20 de Fevereiro 1632”.

Livro 27

1642 a 1649

“João Dantas sobejos em *Magé* em 31 de Janeiro 1643”. (pg. 121)

Livro 28

1649 a 1678

“Capitam Antonio Freire e Bartholomeu Guerreiro no *Rio de Suruhy* correndo para o certão com 6000 braças em 23 de Março 1657” (pg. 124)

“Manuel Cardozo Leitão sobejos entre os *Rios Suruhy e Magé* em 13 de Outubro 1668” (pg. 125)

Livro 29

1678 a 1696

“João de Campos e Mattos 3000 braças nas caxoeiras do *Rio de Suruhy* em 25 de Janeiro 1682” (pg. 129)

“Capitam João Monteiro da Fonseca e Pedro Gago da Camera no *Rio de Mageasu* athé a Serra que chamaõ *Magé* com todo o comprimento athé entestar de uma banda com a data dos Moradores de *Guapemerim* e de outra com as de *Suruhy* em 10 de Abril 1687”. (pg. 131)

“Francisco da Costa Moura. Terras entre os rios *Suruhy* e *Magé* até a Serra mais alta da cordilheira dos órgãos, em 27 de Fevereiro 1693”. (pg. 133)

Livro de Notas

Dos annos de 1717 a 1718

“João Rodrigues da Silva, 3000 braças em quadra nas cachoeiras de *Magé*, em 27 de Outubro 1717”. (pg. 137)

Livro de Registro de Sesmarias

1741 a 1763

“Bernardo Corrêa de Araujo 1500 braças de testada, e 3000 de sertão na Serra dos Orgãos, *distrito de Magé*, em 19 de Dezembro de 1760”. (pg. 151)

Livro de Registro de Sesmarias

1763 até 1772

“Francisco Alves da Cunha, 130 braças de testada, pouco mais ou menos com 750 do sertão, em *Suruhy*, confirmada por Sua Magestade em 5 de Junho de 1764”. (pg. 152)

Correndo esta relação de sesmarias, notamos o seguinte:

No século XVI foram doadas 9 em *Magé* e 7 no *Surui*.

No século XVII foram doadas 7 em *Magé* e 9 no *Surui*.

Temos a impressão, pelos dados fornecidos por monsenhor Pizarro, que a indústria açucarcira sofreu algum incremento nos dois primeiros séculos decaindo muito no final do século XVII, com a descoberta do ouro nas Gerais, o que acarretou o êxodo de muitos habitantes do denominado Recôncavo, tendo em vista um lucro fácil e imediato.

Monsenhor Pizarro iniciou as suas pesquisas em 1781. Os dois primeiros tomos apareceram em 1820; o terceiro, quarto e quinto em 1822 e assim por diante. Tomando por base suas anotações sobre as freguesias fluminenses em fins do século XVIII, temos a respeito da produção agrícola dêsses dois distritos os seguintes dados: “N. S. da Piedade de *Magépe* — Três engenhos de açúcar trabalham atualmente neste distrito, onde é mais freqüente a cultura da cana doce, mandioca, arroz, legumes, café e bananas, além

de outras frutas, como o cambucá, jaboticaba, laranja, etc. Apesar de montuoso o seu terreno, parece que há algum descuido em sua cultura; pois que pode só contar-se de exportação regular 14.000 sacos de farinha com o valor de 24:400\$000 ao menos; 700 de arroz descascado, a 3\$840, com o de 2:688\$; e 1.000 arrobas de café, com o de 5:000\$000". (38)

"S. Nicolau de Sururui — Acham-se presentemente levantados neste distrito duas fábricas de açúcar: ... Nenhuma há de aguardente, nem de louça. A lavoura geral do território se emprega na plantação de mandioca para farinha, arroz, legumes, bananas e algum café. Faz o cálculo da sua produção 100 duzias de cachos de bananas por dia, a 1\$120 por duzia, 10:880\$000; 5.000 sacos de arroz descascado a 3\$840, 19:200\$000; 4.000 sacos de farinha a 1\$600 ao menos, 6:400\$000; 1.000 arrobas de café, a 5\$000, 5:000\$000; e em lenhas, mais de 1:600\$000". (39)

Na mesma época a população de Magépe orçava por 8.100 almas e 600 fogos (x) de Sururui 1.150 pessoas sujeitas a sacramentos e 260 fogos.

A época áurea dessas regiões situa-se no século XVII, pois, muitos edificios, capelas e engenhos então florescentes, já não mais existem no fim da centúria seguinte.

Voltemos as nossas atenções para a Freguesia de São Nicolau de Sururui, importante pela presença naquelas terras, de uma capela sob a invocação de Nossa Senhora de Copacabana.

Monsenhor Pizarro embora não tenha encontrado nenhum documento autêntico sobre o fundador da paróquia existente naquele território, atribui a mesma ao Prelado Loureiro. (40)

(38) PIZARRO E ARAUJO, José de Souza Azevedo — *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* -- 3.º volume — pg. 138.

(39) *Obra citada* — pg. 70.

(*) *Um fogo* entende-se por uma propriedade ou casa, o qual pode ter tantos fogos quantas forem as famílias diferentes que nelas se accommodarem. No Brasil era adotado o número de 10 a 20 pessoas para cada fogo.

(40) O padre Antônio de Marins Loureiro foi nomeado para ocupar a Prelazia do Rio de Janeiro em 8 de outubro de 1643, tendo tomado posse da mesma a 8 de junho de 1644. Devido ao seu gênio e à intromissão nos assuntos da jurisdição Real, sofreu vários atentados, sendo obrigado a resignar ao cargo por ter enlouquecido. Sob

Sôbre a ermida sob a invocação da Virgem peruana, nos fornece Pizarro as seguintes anotações: “Informando sôbre ella o *Dr. Araújo* (x) depois da sua visita em 1737, disse — *Esta freguesia foi ereta há mais de 90 anos e foi a Igreja cuja invocação é de S. Nicolau, feita por Nicolau Baldim, possuidor e senhor que era da fazenda em que está situada, e foi reedificada no ano de 1709, a saber, o corpo da Igreja pelos fregueses e a capela mór por Águeda Gomes de Perada, senhora da mesma fazenda. Não consta com certeza quando principiou a ser freguesia; mas por informações de homens de 90 anos se sabe que, desde então, isto é, há 90 anos, que já era freguesia e se faziam. Os Santos Sacramentos em uma Capela de N. Senhora da Copacabana, sita nas terras, que hoje são do Reverendo Cônego Antônio Duarte Rapozo, onde inda se descobrem vestígios da dita Capela, e são as ditas terras do térmo desta Freguesia; donde se infere que o direito paroquial passou, daquela Capela pára esta Igreja, mas não se averigua, quando isto succedeu — Da presente Memória (única, à respeito desta Freguesia) se colige, que em 1647, ao menos, existia fundada a paróquia na Capela de N. Senhora da Copacabana, de cuja duração se acham documentos no ano de 1665, como consta do Li. A dos Óbitos da freguesia de São Sebastião, onde foi declarado, que Joanna Correa, falecida no mês de dezembro, mandára dizer algumas missas à N. Senhora de Copacabana, sita em Sururui; e no mesmo Liv. fol. 26v se vê o Assento de Óbito de Manuel Gonçalves, falecido a 16 de dezembro de 1658, concebido assim — Declarou, que seu corpo fosse enterrado na Ermida de N. Senhora de Copacabana; o que não teve effeito, por estar a Ermida em Sururui, longe da Cidade, e viagem de mar.*

Fôsse por decadência do templo (a quem o padre Francisco Gomes da Rocha doou uma sorte de terras no Rio de Sururui para a sua conservação e património, e mais 3 braças ao redor da Igreja, porém fora do seu adro, por escritura de 24 de setembro de 1669, celebrada na nota do Tabelião Antônio Teixeira de Andrade, o moço, em cujo Cartório serviu Antônio Teixeira de Carvalho), ou por

sua jurisdição foram erigidas várias paróquias como N. S. da Apresentação do Irajá; S. João de Mirij; S. Gonçalo, etc. Segundo Pizarro, já em 1653, o seu substituto, o padre Manoel de Araujo, benzia a pedra fundamental do Convento dos Capuchos de Angra dos Reis.

(*) Os grifos são nossos.

outros inconvenientes, daí mudaram a pia batismal para a ermida dedicada a S. Nicolau, e fundada no sítio chamado Goia, por Nicolau Baldim, pouco antes, ou no ano de 1628, em que, para se poder celebrar missa na mesma casa, lhe fêz patrimônio de 200 braças de terras de testada, com 1.500 de Sertão, ou o mais, que tivesse o seu título, pelo Rio Sururuí acima, arriba da Lagoa Maguariúba, por Escritura de 6 de novembro do ano dito 1628, lavrada na nota do sobredito Antônio de Andrade, cuja doação aceitou, por parte da ermida, o Prelado Mateus da Costa Aborim.

Que motivos obrigaram a *trasladar a pia batismal para outra ermida do mesmo título de S. Nicolau, fundada por Félix de Proença Magalhães com paredes de pedra e cal, em sítio sobranceiro ao Rio Sururuí, menos apto, pela excassez do terreno, porém cômodo, pela proximidade dêsse rio navegável, também se ignora; presume-se contudo, que fôsse causa a decadência da ermida ou a sua pequenez para o uso de Paróquia.* Em circunstâncias iguais de ruina se achava êsse Templo destinado últimamente a servir de Matriz; e para ter maior duração principiou Proença a reedificá-lo com faculdade do Bispo D. Francisco de S. Jerônimo, em despacho de 4 de agosto de 1709, cuja obra se concluiu depois do seu falecimento a 13 de dezembro de 1710, com o comprimento de 75 palmos, desde a porta principal até o arco cruzeiro, e largura de 35; dali, ao fundo da Capela môr com o comprimento de 44 palmos; e largura de 25. Ornam o interior do Santuário três altares e no maior dêles está o sacrário onde por todo ano se conserva e adora o SS. Sacramento.

Além das capelas mencionadas da Copacabana e de São Nicolau, houve a de S. Francisco, que Francisco Dias Machado e sua mulher Isabel Esteves fundaram na sua fazenda, doando-lhe tôdas as terras da mesma fazenda para seu patrimônio, por escritura de 27 de setembro de 1616, lavrada na nota do sobredito Andrade; mas desgraçadamente desapareceram tôdas, por desleixamento de seus administradores". (41)

Analisemos agora os trechos grifados.

— *Dr. Araújo, padre visitador das igrejas e capelas da Capitania do Rio de Janeiro, que no Suruí esteve no ano*

(41) PIZARRO E ARAUJO, José de Souza Azevedo — *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* — 3.º volume — pgs. 65 a 70 (Edic. do Inst. Nac. do Livro 1945).

de 1737, constando da sua "Informação de Visita". Monsenhor Pizarro no seu trabalho, baseou-se muito em tais anotações.

— Diz em seguida o Dr. ARAÚJO — "*Esta freguesia foi creta ha mais de 90 anos e foi a Igreja cuja invocação é de S. Nicolau, feita por Nicolau Baldim. e foi reedificada no ano de 1709...*" Se lermos mais adiante a descrição feita por Monsenhor Pizarro, veremos que a capela de S. Nicolau reedificada em 1709 (cuja obra se concluiu a 13 de Dezembro de 1710), foi a erigida por Felix de Proença Magalhães, próxima à parte navegável do rio Surui. Era este o templo que passou a servir de Matriz após as reformas efetuadas.

— "... há 90 anos que já era freguesia e se faziam os Santos Sacramentos em uma Capela de N. Senhora da Copacabana, sita nas terras que hoje são do Reverendo Cônego Antônio Duarte Raposo, onde inda se descobrem vestígios da dita Capela..." Conforme grifamos mais adiante, se conclui que desde 1647 (há 90 anos) já existia a paróquia na Capela de N. S. de Copacabana.

Aliás, Vieira Fazenda cita o seguinte trecho que, para os menos avisados os fará cair em dúvidas e contradições: "Por este tempo Nicoláo Baldim (22 de Outubro de 1614) obtinha de sesmaria 1500 braças em Suruhi e alli, em terras pertencentes depois ao cônego Antônio Duarte Raposo, foi fundada uma capella sob a invocação de Copacabana". (42) Ora, Nicolau Baldim erigiu uma ermida a S. Nicolau num sitio chamado Goia no Surui, por volta de 1628, que mais tarde serviu de matriz durante algum tempo. As terras do cônego Antônio Duarte Raposo, são outras e este sacerdote é contemporâneo do Dr. Araújo, quando da sua estada naquela região em 1737 e a capela sob a invocação de Nossa Senhora de Copacabana já era paróquia há mais de 90 anos; pelo menos desde 1647.

- - "*onde inda se descobrem vestígios da dita Capela*". Quando o Dr. Araújo passou por aquelas terras em 1737 só encontrou vestígios da Capela de N. S. de Copacabana, da pequena ermida não existia mais nada, apenas o local onde a mesma tinha sido erigida.

(42) VIEIRA FAZENDA, DR. JOSÉ — *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro* — A Egrejinha de Copacabana pg. 347 (in "Revista do Inst. Hist. Geog. Bras." — Tomo 86 — 1919).

— Continuando na nossa análise encontramos alguns documentos que nos esclarecem a provável época da duração da paróquia na capela de N. S. de Copacabana:

1.º) O livro 1 dos Óbitos da Freguesia de São Sebastião (a primeira freguesia do Rio de Janeiro criada pelo bispo da Bahia D. Pedro Leitão em 1569), no qual consta o Assento do Óbito de Manuel Gonçalves falecido a 16 de Dezembro de 1658 e desejando ser inhumado na *Ermida de N. Senhora de Copacabana*. Não teve efeito sua pretensão “*por estar a Ermida em Sururuí, longe da Cidade, e viagem de mar*”. Quais seriam as razões que teria Manuel Gonçalves, desejando ser amortalhado na singela capela, naquela época tão distante da cidade e de difícil acesso? Teria sido elle um dos fundadores daquela ermida? Seria algum *peruleiro*, que de lá trouxera uma daquelas Virgens peruanas num relicário de prata; tão comentado por Frei Agostinho de Santa Maria? Nada sabemos; o tempo encarregou-se de occultar tão curioso personagem do qual só possuimos o seu assento fúnebre. De qualquer forma, serve para provar que a capela ainda funcionava como paróquia.

2.º) No mesmo Livro, datado de 1665, Joanna Correa falecida em dezembro, deixava declarado que: “*mandára dizer algumas missas à N. Senhora da Copacabana, sita em Sururuí*”.

3.º) Pela Escritura de 24 de Setembro de 1669 o padre Francisco Gomes da Rocha doava terras para a capela de N. S. de Copacabana que estava situada na fazenda de sua propriedade. Este documento está transcrito por Vieira Fazenda na Revista do Instituto Histórico — Tomo 86 página 317 — 1919, porém apresenta várias incorrecções e omissões; daí termos apresentado o mesmo na íntegra, como foi copiado do original.

Ermida da Copacabana em Suruhy

“O R^o P.^e Fran^o. Gomes da Rocha, fez Doação a Igreja, e Ermida de N. S.^a da Copacabana cita na Sua fazenda em Soruhy de hua Sorte de terra no R^o de Suruhy q. comprou a Luiz Lopes Robalo, principiando a medir do pasto q foi de Gaspar de Marins atestada pelo R^o asima até intestar com o Mr^o de Estevão Gago e hira corrd^o o runo p^a a



Fig. VI — Diploma de Irmão Remido da Irmandade de Nossa Senhora de Copacabana.

(Foto: João Oliveira Rocha)

Carioca e mais 3 Braças ao redor da d^a. Igr^a. forado adro tanto p^a hua p^{te} como p^a outra p^o Escritura de 24 de 7b^{ro} 1669. f^o por Ant. de And^{re}. o mosso”. (43)

Pela leitura da escritura se depreende que a capela ainda funcionava como paróquia em 1669, pois aquêlê eclesiástico dono da fazenda onde se achava ereto o santuário, não iria doar terras, se no mesmo não tivessem curso normal os officios religiosos ali celebrados freqüentemente.

A partir desta data a capela de N. S. de Copacabana não é mais mencionada na vida religiosa da freguesia do Sururuí; sòmente 68 anos mais tarde o visitador Dr. Araujo em 1737 examinou os seus restos.

— A descrição de monsenhor Pizarro, nos esclarece em seguida que Nicolau Baldim pela escritura de 6 de Novembro de 1628, doava terras para a ermida de S. Nicolau por êle edificada. Esta doação foi aceita por parte da capela pelo padre Mateus da Costa Aborim. (44) Em primeiro lugar temos noticias que êste Nicolau Baldim já era senhor de terras no Surui desde 22 de Outubro de 1614, quando foi contemplado com uma sesmaria tendo 1.500 braças.

E ermida sob a invocação de S. Nicolau provàvelmente já existia antes de 1628 como uma simples casa devocional. A partir desta data adquire o direito de serem ali celebradas missas. Quando a capela de N. S. de Copacabana entrou em decadência depois de 1669 por motivos ignorados, a ermida de S. Nicolau passou a servir de paróquia com a mudança da pia batismal (segunda paróquia desta freguesia). Igualmente é desconhecido o tempo que a paróquia

(43) “Escrituras e notas de doação da igreja da Candelária, Inhaúma, Copacabana, Guaratiba, Surubi e outras” — Manuscrito pg. 10 a lapis e pg. 202 a tinta — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Arquivo Lata 17 — Manuscrito 1.102.

Nota — Na época que Vieira Fazenda copiou êste documento, o mesmo tinha o número 351 no arquivo.

(44) Mateus da Costa Aborim assumiu a prelazia do Rio de Janeiro a 2 de outubro de 1607. Em 1622 Aborim era provedor da Irmandade da Misericórdia. Morreu envenenado no dia 7 de fevereiro de 1629 na sua residência, à rua da Misericórdia. Possuindo muitos bens, deixou a maioria para a Santa Casa da Misericórdia e alguns legados à Irmandade do Santíssimo Sacramento, à igreja de S. Sebastião e à capela de N. S. do Deslêrro.

aí permaneceu, sendo transferida para outra ermida sob a invocação de S. Nicolau fundada por Proença. Esta terceira paróquia está bem desenvolvida no trabalho de monsenhor Pizarro.

Completando as ligeiras notas, detemo-nos na capela de São Francisco, fundada por Francisco Dias Machado e sua mulher Isabel Esteves. A escritura de 27 de Setembro de 1616 por nós encontrada no arquivo do Instituto Histórico, fornece dados interessantes a cerca daquela doação —
S. Francisco em Suruhy

“Fran^{co} Dias Machado, e Suam^{ra} Izabel Esteves Vincularão a Sua Ermida de invocação e Serafico Patriarca S. Fran^{co} q tinham feito com Licença do S. Admenistrador, na Sua Fazenda de Suruhy todas as terras digo as suas terras de Suruhy, todas as que cabião a d^a. Ermida e assim may toda a Sua fazenda, p^a aterem bem ornada dosnamen^{tos}, e mais fabrica p^a sedizerem nella os Officios Divinos desentem^{to}; como se declara na dita Escripta feita pelos. Tabelaõ Ant^o de And^e em 27 de 7br^o 1616 - - a fl 23”. (45)

Pelos documentos analisados, podemos concluir que a *capela de S. Francisco* é de 1616 ou mais remota, a de *S. Nicolau* (fundada por Nicolau Baldim) de 1628 e a de *N. S. de Copacabana* já era paróquia em 1617; portanto antecedia a este ano. Observamos que na primeira metade do século XVII, três ermidas coexistiam em terras do Suruí, provando o adiantamento agrícola daquela região.

* * *

Encontramo-nos diante de um enigma histórico após essas ligeiras notas sobre N. S. de Copacabana na capela da Misericórdia e no Suruí. São apenas hipóteses que estamos aventando, embora não tenham sido encontrados documentos comprobatórios. Baseamo-nos apenas numa certa proximidade de datas:

1.^a) A imagem de N. S. de Copacabana desde 1637 ou 1638 se encontrava no seu altar e capela na ermida da

(45) “Escrituras e notas de doação da igreja da Candelária, etc.” Manuserito pg. ns. 200 verso e 201 manuserita a tinta e a lápis ns. 8 verso e 9 — Inst. Hist. Geog. Bras. — Arquivo — Lata 17 — Manuserito 1.102.

Misericórdia; conseqüentemente devia estar ali há muito mais tempo, no entanto não podemos precisar datas. Após a colocação de N. S. do Bonsucesso no seu altar e capela ainda que provisoriamente, nada mais é citado sôbre a imagem da Virgem peruana. Tudo são hipóteses e formulações mais ou menos empíricas. Embora não possamos afirmar, apenas pelo simples confronto de datas, basearemos as nossas suposições.

2.^a) Em 1617 pelo menos já existia uma paróquia na Capela de N. S. de Copacabana no Suruí, portanto 10 ou 9 anos depois da ida de N. S. do Bonsucesso para o altar que aquela santa ocupava na ermida da Misericórdia.

3.^a) *O Livro dos Óbitos da Freguesia de São Sebastião* registra os assentos de Manuel Gonçalves falecido a 16 de Dezembro 1658 (21 ou 20 anos depois da vinda de N. S. do Bonsucesso para a Misericórdia) desejando ser enterrado naquela capela do Suruí e Joanna Correa falecida em 1665 (respectivamente 28 ou 27 anos depois) mandando dizer algumas missas na mesma capela. Quais as ligações devoçionais de Manuel Gonçalves com a santa de sua predileção, desejando se enterrado na ermida, agora tão longe da cidade onde vivera êste seu fiel servidor? Teria sido êle quem transportou a sua imagem da Misericórdia para o Suruí depois de 1637 ou 38? O construtor daquela capela? Como êle, muitos não se conformaram com a retirada da santa da sua devoção de um altar onde se achava há tempos para dar lugar a uma outra santa vinda da metrópole. Observamos que as datas mencionadas, baseadas em documentos autênticos e existentes, se encontram relativamente próximas; existe uma certa correlação nas mesmas.

4.^o) Pela escritura de 24 de Setembro de 1669 o padre Francisco Gomes da Rocha doava uma sorte de terras para a capela de N. S. de Copacabana situada no Suruí. Depois dêste ano não existem mais referências sôbre a capela; sômente 68 anos mais tarde, isto é, em 1737 o padre visitador Dr. Araujo examinou as ruínas da mesma "... onde inda se descobrem vestígios da dita Capela...".

Desde 1732, a ermida de N. S. de Copacabana edificada no rochedo da praia de Sacopenapan, era citada na Pastoral do Bispo D. Frei Antônio de Guadalupe de 2 de Setembro daquele ano, pelo estado de ruína em que se encontrava.

Observamos que a aproximação de datas é verdadeiramente surpreendente, embora nada possamos estabelecer ou afirmar de positivo. Pelas circunstâncias, tudo nos indica, porém com reservas, que a região do Suruí foi muito florescente desde os começos do século seíscntista, só decaindo após a corrida para as Gerais ao apagar das luzes dessa centúria, Sacopenapan continuava a ser uma praia desértica com pescadores eventuais e pertencentes aos grandes engenhos de açúcar, cuja atividade estava tôda concentrada nas regiões circunvizinhas da lagoa do mesmo nome (maistarde Rodrigo de Freitas) para os vales de Botafogo e Tijuca. Dai aventarmos a hipótese da imagem ter ido para o Suruí após 1637 ou 38 e sòmente nos começos do século XVIII ter sido transferida para a praia das Pescarias, devido às circunstâncias já relatadas acima e à distribuição de pequenas sesmarias nessa região.

CAPÍTULO V

AS PRIMEIRAS ÉPOCAS DE N. S. DE COPACABANA NA ANTIGA SACOPENAPAN

Praia de Sacopenapan ou das Pescarias — O episódio de Duclerc --- Durante o século XVIII.

Por ocasião da conquista da terra, era esta praia e suas circunvizinhanças ocupadas por tabas tamoias segundo o depoimento dos cronistas franceses e portugúeses. Para Teodoro Sampaio, a denominação indígena Sacopenapan ou Sacupenupan é uma corruptela de çoco-pê-nupã ou çoco-apê-nupan significando caminho batido dos socós, pernaltas muito abundantes nas margens da atual lagoa Rodrigo de Freitas, que por extensão teve igualmente aquela designação.

Desde o século quinhentista foi esta região doada em grandes sesmarias para vários companheiros de Mem de Sá que o haviam ajudado na reconquista e posse da Guanabara.

— Antônio Salema quando Governador do Rio de Janeiro (1575 a 1578) construiu o Engenho D'El-Rei, próximo à lagoa de Sacopenapan. No fim dessa centúria foi o mesmo vendido a Diogo de Amorim Soares.

— Afonso Fernandes recebeu do “Concelho” por aforamento “300 braças começadas a medir do Paão de Açúcar, correndo ao longo do mar salgado para a praia de João de Souza e para o sertão costa brava tudo o que houvesse”.

— Diogo de Amorim Soares passou o antigo engenho D’El-Rei já então denominado de N. S. da Conceição, ao seu genro Sebastião Fagundes Varela que obteve por aforamento em 22 de Junho terras que iam desde o Pão de Açúcar até Copacabana pelo prazo de nove anos.

— Esse mesmo Sebastião Fagundes já tinha obtido em 7 de Fevereiro de 1609, 1000 braças em quadra em Sacopenapan, conforme atesta monsenhor Pizarro. (46)

— Martin de Sá, Gonçalo Correa de Sá, Francisco de Pinna, e outros obtiveram terras naquela região e cercanias.

— Dos herdeiros de Fagundes Varela, as terras e o engenho passaram para a propriedade de Rodrigo de Freitas Castro, tendo permanecido nas mãos dessa família até 1825, quando D. Maria Leonor de Freitas Melo e Castro vendeu ao governo por 12:193\$430 a importante fazenda.

Como vemos, a lista de sesmeiros é muito extensa; êstes exemplos são suficientemente elucidativos quanto à questão da região na sua parte interna. A orla marítima permaneceu quase desértica durante todo o século XVII e nos começos da centúria seguinte.

Alexandre Passos (47) nos fala sôbre a pesca da baleia naquelas regiões, citando inclusive como reminiscências das mesmas a denominação de Arpoador ao local que mais tarde ficou assim conhecido, por ser talvez o preferido para o lançamento do arpão contra o cetáceo, conforme os métodos de pesca em uso naquele tempo. Nada encontramos com referência a esta atividade nos séculos dezessete e dezoito; nenhum documento por nós conhecido cita aquelas paragens como centro de atividades da pesca da baleia, por particulares através os “contratos” ou pela metrópole.

Em todo caso, existe uma passagem de Coaracy sôbre a praia de Copacabana durante o governo de Duarte Corrêa

(46) PIZARRO E ARAUJO, José de Souza Azevedo — *Relação das sesmarias, etc.* — “Rev. Inst. Hist. Geo. Bras.” — Tomo LXIII — Parte I — Pg. 113.

(47) PASSOS, Alexandre — *O Rio no tempo do “Onça”* — Col. Cidade do Rio de Janeiro — pg. 152.

Vasqueanos em 1645, quando este mandatário, com receio que navios holandeses estivessem no litoral e atacassem a cidade, proibiu edificações naquele sítio -- “Como corressem noticias de que navios inimigos cruzavam a costa, foi proibido aos pescadores que erguessem residência na praia de Sacopenapan (Copacabana)”. (48)

* * *

Quando da tentativa de invasão do Rio de Janeiro por Jean François Duclerc em 1710, o primeiro ponto visado foi a entrada da barra, da qual foi repellido pelo fogo da fortaleza de Santa Cruz. Segundo Monsenhor Pizarro, no dia 18 de Agosto de 1710 seguiram derrota para o sul, indo ter à ilha Grande, onde permaneceram até o fim desse mês; “e o Governador mandou guarnecer as Praias da Pescaria e Pedra...”. No dia 10 de Setembro velejaram a costa e tentaram desembarcar, porém foram repellidos: “os dois navios que saíram com a balandra, e sumaca, sondaram a costa nas praias de Sacopenopan, e da Lagoa, e na noite de 10 intentaram desembarcar duas léguas distantes da Cidade de S. Sebastião, e tinha o Governador unida toda a gente, foram rechassados só pelas Ordenanças que logo o Governador reforçou com dois destacamentos dos regimentos dos Coroneis João de Paiva Sotomaior, e Gregório de Castro de Moraes: porém quando estes chegaram, já os defensores tinham obrigado os inimigos a se retirar, a quem a aspezeza do sítio não favorecia...”. (49)

Pela descrição de Pizarro, os franceses sondaram apenas a praia de Sacopenapan sem desembarcar; ora, a praia distante duas léguas da cidade é justamente a atual de Copacabana (antiga das Pescarias ou Sacopenopan). A Lagoa citada é a de Jacarepaguá distante sete léguas da cidade, pois a então Lagoa de Rodrigo de Freitas estava apenas a uma légua e meia por via terrestre (estrada de São Clemente). Pelo exposto, achamos que monsenhor Pizarro estabeleceu uma certa confusão quanto ao local do desembarque frustrado dos gauleses tentando na praia de Sacopenapan.

Balthazar Lisboa vem confirmar as nossas palavras na seguinte passagem: § 12 “Tomarão depois disto nova reso-

(48) COARACY, Vivaldo — *O Rio de Janeiro no Século 17* — 1944 — pg. 117.

(49) PIZARRO E ARAUJO, José de Souza Azevedo — *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* — 1945 — Pgs. 62 e 63.

lução de voltarem à Cidade, embarcando para esse effeito a gente aguerrida nas lanchas defronte de Sacupenapan, occupando as suas praias; porém acommettidos pelos nossos no desembarque, perderão alguma gente, e se retirarão”. (50)

Frei Francisco de Menezes não confirma o desembarque ter ocorrido naquella praia. Como sabemos, êste religioso pertencia a uma família nobre e fôra militar antes de se ordenar. Frei Francisco comandou pessoalmente várias companhias de nobres, tendo tomado parte na luta contra os franceses de Duclerc que haviam acometido a cidade e porfiado êle próprio a ferro frio com imensa bravura.

“Pretenderam os Francezes deitar gente em terra em uma praia d’onde chamavaõ Sapopênopaõ, distante desta Cidade duas léguas, a qual tem muito maú desembarque assim, porque o mar e nella muito furioso e, saltando, não o podem conseguir sem se molharem, e as armas com muita segurança nossa os póde destruir e impedir. Os paizanos daquella praia sentindo-os, lhe fizeraõ alguns tiros, mas o certo que os inimigos não desembarcaram naquella noute, não por serem sentidos, mas confessa quefoi pela impossibilidade. Deste intento do inimigo se fez aviso ao Governador, que logo pôz gente pronta para hir tomar o encontro, para o que nomeou ao Mestre de Campo João de Paiva Sôto-Maior: como se retiravaõ foi escusado a marcha” (Carta de Frei Francisco de Menezes para o Duque de Cadaval, escripta do Rio de Janeiro, sobre a invasão de Duclerc datada de 6 de Novembro 1710). (51)

O depoimento dêste frade é categórico, pois foi um dos muitos que ajudaram ao dúbio Governador Francisco de Castro Moraes a expulsar os intrusos franceses da cidade de S. Sebastião. Segundo êle, os inimigos não desembarcaram, devido principalmente às más condições topográficas do local impróprio para êste fim, e nunca devido à resistêcia oposta pelos residentes daquelas imediações, considerada muito débil.

Um documento existente na Biblioteca da Ajuda e analisado por Augusto de Lima Júnior, nos fornece interessantes e minuciosos relatos, das ações belicasas que tiveram

(50) LISBOA, Balthazar da Silva — *Annaes do Rio de Janeiro* — Tomo V — Capitulo IV — pgs. 275 e 276 — 1835 — Bibliot. do Inst. Hist. Bras.

(51) *in* “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” — Tomo LXIX. (69) — Parte I — 1908 — pg. 56.

por palco as areias da praia de Sacopenapan, naquela época também conhecida como das Pescarias. — “Tocou-se novo rebate geral, as tropas correram para reforçar os postos e foi mandado o tenente Rodrigo de Freitas, com uma companhia de cavalos, para ajudar a de infantaria que estava há muitos dias de guarda na praia de Sacopenapã. Na quinta-feira, dia onze, pelas duas horas da madrugada chegou a Palácio em galope do seu cavalo, o tenente Rodrigo de Freitas, com o aviso de que seis lanchas e uma sumaca cheia de gente francêsa, queriam dar à praia, procurando lugar onde mais fraca fôsse a quantidade de nossa gente. Foram logo mandadas duas companhias de infantaria e uma tropa de cavalos para reforçar a praia de Sacopenapã, lá chegando êsse socorro ao amanhecer do dia. Estavam fundeadas em frente à praia duas náus e uma balandra, e já muito próximas de terra as duas lanchas e sumaca, trocando mosquetaria com nossa gente e correndo ao longo da costa, fingindo encostar aqui ou ali, para fatigar os que defendiam a terra. Quando mais se aproximaram da bôca da lagoa, os nossos fizeram fogo tão nutrido que diante dele e vendo chegar mais gente, resolveram os atacantes retirar para os seus navios que, depois de os recolherem, se fizeram de vela, desaparecendo no horizonte”. (52)

Êste pequeno episódio, veio provar que aquela praia na primeira metade do século XVIII ainda se encontrava desabitada; apenas pescadores eventuais se utilizavam da mesma ou os moradores das sesmarias que tinham por limite aquêlle cordão litorâneo.

* * *

A primeira referênciã da capela de N. S. de Copacabana na praia de Sacopenapan remonta ao ano de 1732, segundo nos informa Vieira Fazenda “caia em ruinas, como devemos depreender da *pastoral do Bispo D. Frei Antônio de Guadalupe, (de 2 de setembro)*, com a qual o prelado, sob pena de interdição, ordenava, dentro do prazo de quatro meses consertos no telhado, paredes e alpendres”. (53)

(52) LIMA JUNIOR, Augusto de — *Notícias Históricas* — A Batalha do Rio de Janeiro em 1710 (Relaçam da chegada da armada francesa em 16 de agosto de 1710 — Manuscrito existente na Biblioteca da Ajuda em Lisboa Pasta 52-X-2-n.II) Livros de Portugal S. A. 1953 — Pgs. 77 e 78.

(53) FAZENDA, DR. José Vieira — *A Egrejinha da Copacabana* — pg. 348 (in Rev. do Inst. Hist. Geog. Bras. Tomo 86 — 1919).



Fig. VII — Registro de Nossa Senhora de Copacabana — Vê-se a primitiva ermida, anterior às reformas executadas de 1885 a 1887.

(Foto: João Oliveira Rocha)

A pastoral vem confirmar que a ermida já estava construída há muitos anos naquele local, provavelmente na época de Duclerc ou nos começos daquela centúria.

Em 1747 o Bispo D. Frei Antônio do Desterro restaura a capelinha e constrói próximas casas pararomeiros. O prelado ao retornar de Angola com o fim de tomar posse da diocese do Rio de Janeiro, esteve em perigo fora da barra, devido a uma grande tempestade. Prometeu nas imediações da ilha da Cotunduba ao avistar à distância a capela de N. S. de Copacabana em ruínas, restaurá-la, caso escapasse ao naufrágio eminente. No dia 1 de Dezembro de 1746 o seu navio cruzou a barra guanabarina, tendo feito a entrada pública e oficial no dia 1 de Janeiro de 1747 no meio de pompa e festa popular conforme nos é descrito na Relação da Entrada feita pelo Juiz de Fora Luiz Antônio Rosado da Cunha e impressa no mesmo ano. (54) Vieira Fazenda nos dá igualmente essa versão segundo um manuscrito existente no Arquivo do Instituto Histórico; infelizmente após muita procura não foi localizado o citado documento nem a ficha do mesmo.

Encontramos da mesma época a primeira doação de terras a Nossa Senhora de Copacabana, cujo documento tem o seguinte teor: “Francisco Gomes Penna Doou 100 palmos de chaos delargo 200 de Comprido em Sacupenopan a N. S^{ra} da Copacabana a fl 192 do L. n.º 58 — 1746 e 1747”. (55)

O Alvará régio de 8 de Novembro de 1749 ordenava a criação de mais duas freguesias na cidade do Rio de Janeiro. Da Sé se originou a de São José e da Candelária saiu a de Santa Rita. Neste documento o monarca declarava ter atendido ao apêlo do Bispo do Rio de Janeiro...” a respeito de que aquella cidade cada vez se vay fazendo mais populosa e ter muita gente e muitos habitadores, com distancia grande e ser necessario muita vezes hir o viatico aos enfermos por mar por ser muito distante o caminho

(54) Relaçam da entrada que fêz o exmo. e Rymdo. D. Antônio do Desterro Malheiro, Bispo do Rio de Janeiro..., composta pelo dr. Luiz Antônio Rosado da Cunha, Juiz de Fora, Provedor dos Defuntos e Ausentes, etc. — Rio de Janeiro na Segunda Oficina de Antônio Isidoro da Fonseca, 1746”.

(55) “Escrituras e notas de doação da igreja da Candelária, etc.” — Arquivo do Hist. Hist. — Manuscrito 1102 — Lata 17 (pg. 13 a lápis e 205 a tinta).

por terra e ter só duas freguezias, huma da Candelaria e outra da Sé...” (56)

Balthazar Lisboa nos seus “Annaes” nos dá para aquella época (meados do século XVIII) a população da cidade “orçada em três mil setecentos e vinte e três fogos, os quais constituíam a de vinte e quatro mil trescentos e noventa e sete pessoas adultas...”. Sobre a recém criada freguesia de S. José nos fornece os seguintes dados: “Da freguesia da Sé se criou a de S. José, e o bispo lhe consignou mil e setenta e oito fogos e sete mil e quatrocentos e quarenta paróquianos, reunindo à sua estola as capelas filiais de N. S. da Cabeça, N. Senhora da Copacabana, N. Senhora da Conceição, S. Clemente e a Senhora da Gloria, cuja capela foi formada em um alto morro que senhoreia o mar, com casas pararomeiros, onde, por algum tempo, habitaram os capuchinhos italianos. É também muito freqüentada deromeiros a capela da Senhora de Copacabana, edificada em um aprazível lugar, regado por um rio ameno”. (57)

Em 1753 foi feita a demarcação e medição das terras do termo e sesmaria da cidade doada em 1565 por Estácio de Sá. Conforme sabemos, a primeira medição iniciada a 25 de Maio de 1667 não foi concluída favoravelmente; os jesuítas embargaram a mesma, provando por uns autos que alguns marcos se encontravam em terras pertencentes ao patrimônio da Companhia de Jesus. O ouvidor geral Dr. Manoel Dias Rapozo, principal responsável por aquella iniciativa, acabou sendo preso e encarcerado no forte de São Tiago; seus papéis e documentos foram contrastados; terminando por desaparecer devido à pessoas interessadas na destruição dos mesmos.

Nesta segunda medição, aparecem os nomes de vários possuidores de pequenas chácaras na região de Sacopenapan, onde faziam plantações, cujos produtos eram enviados para a cidade por intermédio de canoas ou por via terrestre, através as tropas de muares. “... epenhascoz, e por entre a Serra, co mar Se chegou ao lugar, em que a *Praya de Sacupemapan* (x) say a estrada, que para a Ly vem do Botafogo com mil, trezentaz, e Secenta braçaz detestada,

(56) Anais da Biblioteca Nacional — Volume L — 1928 — pg. 481.

(57) LISBOA, Balthazar da Silva — *Anais do Rio de Janeiro* — Obra reeditada pela PDF. em 1941 pg. 46 (no original de 1834 — 1 Vol. § 28 pgs. 176 e 177).

equinhentaz, eSecenta deSertão, eproseguindo assim a medição, por continuar o impedimento demar, eSerra, Se chegou aultima Penha, indo para *Copacabana*, lugar em que está acruz das Almas com mil, Seizcentaz, equarenta braçaz detestada, enove centaz, enoventa deSertão, cassignalado aquelle lugar, nos recolhemos, por Ser noute. E Sendo no dia trez do dito mez, eanno atraz declarado, pozta a agulha sobre o Padrão, eestefincado no lugar assignalado, proseguiose pela praya a medição datestada, eSertão, Seguindo para este o rumo OesSudueste, eSulsueste para aquelle, eSe chegou ao *Oiteiro de Nossa Senhora da Copacabana* com duaz mil duzentaz e quarenta braçaz completandose estas na rocha, que vay para o mar, em cujo lugar Sepozhum marco de pedra Lavrada com letraz — Senado daCamera para abanda de Nornoroeste o qual marco Sefincou na rocha em beraco abcerto porCanteiro, neste mesmolugar marcado Seperfizerão mil, equarenta braçaz deSertão, medidas pelo rumo doOezSudueste, ficando aqui marcada alargura, etestada nestelado com falta de de dez braçaz, pornão haver terra com que Seencher atestada, porSer esta amaiz Sahida ao mar destaparte nadizlancia deduas Legoas deSertão dadas á Camera pelaSua Sismaria; e porSer noute nos recolhemos. E sendo no dia seiz do dito mez, canno atraz declarado, no referido *Sitio da copacabana*, onde, como ditofica findou atestada para Secontinuar a medir o Sertão, que hé deduaz legoas, como Sedeterminou, epozta a agulha sobre o dito marco, edirigido o rumo deOezSudueste para oSertão, virão ozPilotes, que este feria pelo mar, sem dar em terra na distancia necessaria para o dito Sertão, porcuja razão com emprestinos necesarios Sefoi Seguindo o dito rumo, eporelle a medição, chegando neste dia a Barra da Lagoa commil, Setecentas, eSincoenta braçaz...”. (58)

Pela descrição e leitura dessa medição no seu texto original, ficamos sabendo que a casa de pedra (no Flamengo) foi considerada como peão do meio da testada, medida para o nornoroeste no Valongo, do lado de N. S. da Saúde, onde completaram 2.250 braças. Voltando à casa de pedra rumaram para susueste indo atingir o outro extremo na ponta da Igrejinha em Copacabana. Estavam assim me-

(58) Livro do Tombo das Terras Municipais da Cidade do Rio de Janeiro — P.D.F. Pubc. autorizada pelo Pref. Antônio Prado Junior — 1930 — pgs. 28 e 29.

(*) Os grifos são nossos.

didadas as 4.500 braças, ou légua e meia, da testada da sesmaria.

Os trabalhos de campo em Copacabana estenderam-se por três dias (3 a 6 de Novembro de 1753). Se observarmos o grifos, veremos que as designações variam: *Praya de Sacupemapan, Copacabana, Oiteiro de Nossa Senhora da copacabana e Sitio da copacabana*. Enquanto o local ainda tem denominação variada, já a elevação rochosa onde se acha assente a ermida é o *Oiteiro de N. S. da copacabana*.

Voltemos novamente as nossas atenções para Frei Antônio do Desterro. Após o término das obras de restauração e reedificação da capela, foi a administração da mesma confiada aos monges de S. Bento, a cuja ordem religiosa pertencia Frei Antônio. O abade Frei Manuel do Espírito Santo, recusou a incumbência, conforme nos diz Balthazar Lisboa: “Recusou accitar a offerta do Bispo Diocesano, da administração da Capella de Copa-Cabana”. (59)

Por escritura pública, Frei Antônio doou a capela e suas dependências, ao Convento do Carmo (então situado na praça do mesmo nome, atualmente Quinze de Novembro). Segundo monsenhor Pizarro: “... mas alguns inconvenientes, que sentiu aquella religião, pela residência de alguns de seus indivíduos no sitio deram motivo a cessão da posse, e administração da Capela, em 13 de Julho de 1771”. (60)

Rejeitada novamente a sua administração, foi então doada pela terceira vez por D. Antônio, que lutava sem esmorecimentos pela preservação e conservação da ermida, aos padres do Seminário de Nossa Senhora da Lapa. Monsenhor Pizarro nos fornece a data desta Portaria de doação — 24 de Maio de 1773, registrada no Livro 2.º das Ordens Episcopais fl. 197 (obra citada pg. 238). A data por nós mencionada, remonta a 27 de Maio de 1773 e foi coligida do Jornal do Comércio de 13 de Setembro de 1896, citado por Vieira Fazenda e do qual nos socorremos para levantar alguns subsídios. É o seguinte na íntegra este documento: — “Porquanto tendo nós dado aos Religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo do Convento desta cidade a ca-

(59) LISBOA, Balthazar da Silva — *Annaes do Rio de Janeiro* — Tomo VI — 1835 — pg. 346 — Col. Thereza Christina do Inst. Hist. Geog. Bras.

(60) PIZARRO, José de Souza Azevedo — *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* — Livro V — 1946 — pg. 238.

pella de Nossa Senhora da Copacabana, com todos os seus pertences que fundamos à nossa custa no lugar chamado da Copacabana do distrito da freguezia de S. José desta cidade, nos tornárão os ditos religiosos a entregar a dita capella. Que querendo ora fazer mercê ao Seminario de Nossa Senhora da Lapa, desta cidade, lhe damos e doamos de hoje para sempre a dita capella de Nossa Senhora da Copacabana, com tudo que a ella pertence para que sejam seus administradores os Reys. Reitores que forem do dito Seminario e a fratem e arrolem como cousa pertencente ao mesmo Seminario, e para firmeza deste mandamos passar a presente nossa carta de doação, a qual queremos valha na forma e modo que em direito melhor possa. Dada em nosso Palácio Episcopal desta Cidade S. Sebastião do Rio de Janeiro sob nosso signal e sello, aos 27 de Maio de 1773 + *Frei Antonio do Desterro*".

Segundo VIEIRA FAZENDA, a partir desta doação do Seminário da Lapa, a capella e os terrenos circunvizinhos, passaram a ser considerados pela Câmara, como pertencentes à Mitra.

Após a extinção do Seminário o que ocorreu em 1811, o diocesano nomeou administradores particulares para a preservação do pequeno santuário.

Como complemento dessas digressões pelos séculos XVII e XVIII sobre a Igrejinha, queremos nos referir a um fato ocorrido atualmente, mas cujos testemunhos descobertos remontam àquelas duas centúrias: trata-se do denominado "tesouro do Samarang". Este achado foi divulgado no Correio da Manhã de 25 de julho de 1956; pelo texto em nosso poder fizemos o seguinte resumo do mesmo: No dia 18 do mesmo mês, e ano, o caçador submarino amador Gert Friedrich, mergulhando numa reentrância do Samarang na região do Arpoador, retirou do fundo do mar semi-encoberta pela areia, uma caixa de igreja destinada a coleta de esmolas. No seu interior estavam depositadas vinte moedas de vários metais e épocas diversas. A caixa era de madeira, embora apodrecida pelo tempo que esteve submersa. Ainda se percebiam volutas graciosas entalhadas na mesma. As moedas identificadas pela nossa colega Dulce Ludolf são as seguintes: Série de 2,1 e 1/2 patacas portugêsas (moedas de prata de 640,320 e 160 réis. As duas patacas são oriundas da Casa da Moeda da Bahia fundada a 8 de Março de 1694 e datam de 1696. As de 320 e 160 réis são respectivamente

da época de D. Maria I (1778) e de D. João V (1749) e foram cunhadas nas casas de Lisboa e Rio de Janeiro. Também de prata são as de 600 réis de 1764. Pertencem à chamada série J coroado (época de D. José I) e fazem parte de uma emissão especial da Casa da Moeda do Rio, feita para circular nos distritos de mineração de Minas Gerais. As de cobre são do século XVIII. Além dessas moedas portuguesas, há peças espanholas de prata no valor de 8 reales com a effigie de Carlos III, cunhadas em Potosi. As mais valiosas são as de ouro de 4.000 réis datadas de 1697.

Pela descrição e datas, notamos que existe uma grande discordância de épocas que vão de 1696 a 1778; um espaço de 80 anos portanto. Teria essa caixa pertencido à ermida de N. S. de Copacabana, erigida a pequena distância daquele local? Nenhum outro santuário existia naquela circunvizinhança a não ser a capela da virgem peruana. Teria sido ou não atirada às águas propositadamente? Qual o drama que a envolve e jamais terá solução? De qualquer maneira estes exemplares constituem uma prova irrefutável da ancestralidade da Igrejinha erecta naquele socalco rochoso castigado pelas intempéries.

CAPÍTULO VI

A ERMIDA DE N. S. DE COPACABANA NA ÉPOCA IMPERIAL E COMEÇOS DO SÉCULO XX

Impressões de viajantes ilustres — A Irmandade e a reedificação do santuário — Iconografia e objetos de culto — Reminiscências.

As primeiras referências sobre a capela de N. S. de Copacabana e as belezas da praia, nos foram relatadas pelos viajantes estrangeiros que aqui aportaram após a nossa emancipação política.

— Maria Graham no passeio que fêz a Copacabana no dia 6 de Agosto de 1823, legou-nos o seguinte aspecto: “Depois que voltei, juntei-me a um alegre grupo num passeio à cavalo a Copacabana, pequena fortaleza que defende uma das pequenas baías atrás da Praia Vermelha e de onde se podem ver algumas das mais belas vistas daqui. As matas da vizinhança são belíssimas e produzem grande quantidade

de excelente fruta chamada cambucá, e nos morros o gambá e o tatú encontram-se freqüentemente”. (61)

— Debret é o primeiro a mencionar a ermida de Nossa Senhora: “O primeiro plano, formado pelo prolongamento das montanhas que beíram a costa do Rio de Janeiro, permite verem-se as pequenas ilhas e bancos de areia que assinalam a sua proximidade. Vê-se no meio da areia a pequena igreja de Copacabana, isolada num pequeno platô; mais a direita um segundo plano formado por um grupo de montanhas entrando mar adentro esconde a sinuosidade do banco de areia cuja extremidade reaparece com sua parte cultivada tão reputada pelos seus deliciosos abacaxis. Ai se forma a embocadura de um pequeno lago alimentado pelas águas do mar em maré alta (*a Lagoa*)”. (62) O artista nos descreve um dos seus quadros, a prancha n.º 53 referente ao panorama do Rio de Janeiro obtido do Corcovado. Ele permaneceu no Brasil de 1816 até 1831.

— Schlichthorst, foi um dentre os muitos oficiais e soldados estrangeiros que prestaram serviços no exercito brasileiro da independência, tomando parte nas lutas libertadoras que se estenderam por várias regiões do território, Esteve no Rio de Janeiro em 1825, tendo no ano seguinte retornado para a Alemanha, sua terra natal. Legou-nos uma das mais pormenorizadas descrições da região onde estava assente a capela tradicional: “A monotonia da praia ligeiramente curva se interrompe por um morro solitário, que mais elevado quase perpendicularmente sôbre as ondas, desce em rampa suáve do lado da terra, circundado pelas dunas. Chamam a êsse pequeno promontório *Punto da Cabana*. A base do morro onde as vagas espumam compõe-se de penedos desagregados, com inúmeros buracos e cavernas que servem de moradia aos ouriços do mar, esquisitos entes cobertos de espinhos, parecidos com castanhas, que superam em sabor as melhores ostras. A rocha do cume é duro granito e sôbre ela se ergue uma capela consagrada a Nossa Senhora de *Punto da Cabana*. Ao lado existe uma pequena lagoa circular de águas salobras, o que é muito curioso por se achar a uns cem pés acima do nivel do mar, que troveja

(61) GRAHAM, Maria — *Diário de uma Viagem ao Brasil e de uma Estada nesse País durante Parte dos Anos de 1821, 1822 e 1823* — Pg. 301 — 1956.

(62) DEBRET, Jean Baptiste — *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* — Tomo II (Volume III) — pg. 286.

penetrando em profunda gruta. O local é extremamente romântico. A frente da igreja, um telheiro sustentado por quatro colunas cobre bancos de pedra, que permitem contemplar cômodamente a vasta superfície do Atlântico. Em face, bóia no espelho azul do mar ilhas emplumadas de palmeiras e vestidas de vegetação tropical sob o céu límpido e arqueado até o horizonte. Estirado num daqueles bancos, ouvindo o marulhar das ondas, sonhei que estava novamente a bordo e naveguei, com a velocidade do pensamento, de volta à minha pátria distante”. (63)

— Kidder, missionário protestante norte americano, que aqui esteve de 1836 a 1842, nos dá uma ligeira impressão da beleza natural de Copacabana: “A praia que fica além do Pão de Açúcar, chama-se Copacabana. Algumas choupanas de pescadores e várias moradias antigas pertencentes aos proprietários dos terrenos, abrigam todos os habitantes da região. De acôrdo com os informes que nos prestou o Sr. Domingos Lopes, essa praia foi, antigamente, muito mais habitada que hoje. Travamos conhecimento com êsse sexagenário jovial por ocasião de uma de nossas visitas a Copacabana. A areia dessa praia é tão branca quanto a espuma que sôbre ela o mar lança. Quem quiser se deliciar em ouvir o murmúrio surdo das ondas que vêm do Atlântico, rolando, não poderá escolher ponto mais conveniente; e, tendo-se uma vez apreciado o espetáculo sublime das ondas que nos vêm render homenagem, de rastro, aos pés, sentimos sempre o desejo de novamente contemplar essa beleza imensa”. (64)

* * *

Após a extinção do Seminário da Lapa em 1811, a capela de N. S. de Copacabana passou a ser administrada por particulares, entre os quais destacou-se nessa época D. Aldonsa da Silva Rosa, proprietária da *Fazenda da Copacabana*.

No tempo do Bispo D. Caetano da Silva Coutinho, foram a capela e a casa dos romeiros reedificadas por se

(63) SCHLICHTHORST, Carl — *Rio de Janeiro Como é* — 1824 1826 — Tradução por Emmy Dodt e Gustavo Barroso — páginas ns. 176 e 177.

(64) KIDDER, Daniel Parrish — *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil* — Tradução 1941 — pgs. 103 e 104. A Div. Doct. do M. H. N. possui o original em inglês constando de dois volumes datados de 1845.

acharem em estado de conservação precário. Quando este prelado esteve hospedado na casa dos romeiros em 1827, encarregou da sua administração João da Costa Passos, herdeiro de D. Aldonsa. Depois foi passando por várias administrações até a época do Conde de Santa Marinha.

Uma pública-forma datada de 1861 e passada na Secretaria Episcopal do Rio de Janeiro, nos esclarece sobre os principais eventos ocorridos na primeira metade do século XIX com este santuário! Eis o documento na íntegra: “Attesto que desde o anno de 1821 que entrei para a Residencia Episcopal da Conceição como Secretário do fallecido Bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, sempre ouvi dizer, que a capella de Nossa Senhora de Copacabana pertencia a Mitra deste Bispado desde época mui remota, pois que consta de assentos de livros, que sendo esta capella edificada de novo e construida a casa dos Romeiros, fôra pelo Sr. Bispo D. Frei Antonio do Desterro encarregado de seu culto e decencia o Convento do Carmo, que o mesmo Convento a deixou em 1771, passando o referido Sr. Bispo a encarregar o cuidado e administração della ao Seminario da Lapa, a cujo cargo esteve a administração até a extincção do referido Seminário, passando depois a outras administrações, sempre por mandado do Srs. Bispos. No tempo do Sr. Bispo capellão-mór D. José Caetano, foi esta capella e a casa da Romaria reedificadas pelo virtuoso e sabio padre-mestre Frei José Joaquim de Sant’Anna Laboreira e direcção do mestre de obras Ignacio Ferreira Pinto, para cujo fim além de outras esmolas agenciadas por aquelles religiosos, concorrêra o Sr. Bispo com um conto de réis, além de outros donativos para o seu ornato, encarregando a sua administração, quando alli foi em visita em 1827, e esteve hospedado em casa dos Romeiros, a João da Costa Passos e depois deste tem passado a outras administrações por provisões ou portarias do actual senhor Bispo D. Manoel do Monte Rodrigues de Araujo, Conde de Irajá. Capellão-mór — Rio, 31 de Outubro de 1861. O Secretario do Bispado, cônego José Antônio da Silva Chaves. O tabelião Francisco de Paula Fernandes de São Thiago”. (65)

Devido à dificuldade de comunicações, a capelinha de N. S. de Copacabana só era procurada por poucos devotos,

(65) Extraído do “Jornal do Comércio” de 13 de setembro de 1896.

aos quais se juntavam mais alguns, que, em singela romaria iam festejá-la anualmente.

Muito exposta aos ventos e chuvas, já em 1858 estava em péssimas condições de conservação, quando em fins de Agosto dêste mesmo ano, deu-se o conhecidissimo caso das baleias. Não vendo os cetáceos, os moradores das circunvizinhanças tomaram conhecimento do estado ruinoso do santuário e resolveram providenciar a sua recuperação e soerguimento. Segundo Vieira Fazenda, as imagens foram removidas para a casa de D. Teresa Martins de Araujo Monteiro, que mandou encarná-las e cuidar das vestimentas. Após ter sido oficiada uma missa por alma de D. Pedro I, foram iniciados os trabalhos, tendo sido colocadas as primeiras pedras do alicerce da sacristia ainda em 1858.

* * *

A Irmandade de N. S. de Copacabana teve sua licença concedida pelo Bispo Conde de Irajá e foi regularmente organizada no dia 24 de Setembro de 1858, conforme consta da Crônica Fluminense da Folhinha Laemmert.

O Jornal do Comércio de 13 de Setembro de 1896, do qual aliás socorreu-se Vieira Fazenda para elaborar o seu artigo sôbre a Igrejinha de Copacabana, nos fornece todos os subsídios sôbre a Irmandade. Embora a descrição seja um pouco extensa, faz-se mistér transcrevê-la do modo como se acha no dito matutino, pois em todos os trabalhos que consultamos, não encontramos na íntegra essa passagem de grande valor para a história do santuário.

“A irmandade de N. S. da Copacabana foi fundada em 24 de Outubro de 1858, achando-se reunidos em uma das salas da casa n.º 16 da rua da Copacabana (atual rua da Passagem), freguezia da Lagoa de Rodrigo de Freitas, grande número de devotos desta Santa foi apresentado o projeto de compromisso pela commissão composta do brigadeiro José Mariano de Mattos, Dr. Manoel Antônio de Magalhães Calvet e José Carlos de Almeida Torres. Approvado o compromisso nessa reunião assignarão como fundadores da Irmandade Pedro Ignacio de Miranda, Conde de Iguassú, Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão, Bernardo Casimiro de Freitas, Bernardini José de Abreu, Ernesto A. Harper, Francisco da Cruz Maia, A. J. do Amaral, José Francisco da Costa, João Ferreira Pinto Filgueiras, Luiz Cypriano Pinheiro de Andrade, Cesario dos Passos Mon-

teiro, Antônio Alves dos Santos, Caetano José de Oliveira Roxo, Dr. José Custodio Nunes, Antônio Soares de Miranda, Tenente Lucio Pavolid Menezes, Padre Ezequiel Pereira e Joaquim Luiz Soares de Miranda”.

Conforme podemos constatar, as obras iniciadas em 1858, se estenderam até 1887, isto é, 29 anos depois foi feita a inauguração solene da capelinha. Se depreende que houve uma paralisação das mesmas, só tendo sido atacadas a partir de 1885, sob a direção e risco do benemérito Irmão Provedor Comendador Antônio Teixeira Rodrigues (Conde de Santa Marinha). O citado jornal transcreve o auto que foi lavrado naquela ocasião, cujo teor é o seguinte:

“Aos 31 dias do mez de Julho do anno de 1887, presentes na Capella de Nossa Senhora da Copacabana sita na praia do mesmo nome, Freguezia da Lagôa, o Exm. e Revd. Sr. Conego da Cathedral Manoel Marques de Gouvêa e os irmãos abaixo assignados, dêrão-se por inaugurado o Consistorio e mais dependencias da mesma Capella; em seguida o mesmo Exm. Sr. Conego procedeu ao benzimento de todas as Imagens e paramentos existentes na Capella. Após a benção foi celebrada a missa conventual a que assistio a administração, e para constar, eu, secretario, lavrei o presente termo que vai assignado pelo Exmo. e Rev. Sr. Conego Gouvêa, pela administração e mais irmãos presentes. — Balbino Antonio Ferreira, Secretario; Conego Manoel Marques de Gouvêa; o Provedor, Antônio Teixeira Rodrigues, thesoureiro, Henrique Resse; Procurador, José Antonio Pereira de Araujo; J. M. Pereira de Oliveira, Doutor Alfredo Ceylão, Alexandre José de Carvalho Oliveira e José Joaquim Ferreira”.

Conforme nos revela este jornal, a festa de N. S. de Copacabana era realizada no dia 13 de Setembro.

Até o apagar das luzes do século XIX ocuparam cargos de Provedor, Vice-provedor, Tesoureiro e Secretário em diversas administrações o Visconde de Santa Thereza, Dr. Manoel de Magalhães Calvet, Antônio dos Santos França, Barão de S. Victor, Coronel Antônio José da Silva, Conde de Santa Marinha, Dr. Gustavo Balduino de Moura e Camera, José Ferreira Callão, Dr. José Custodio Nunes, Cesario dos Passos Monteiro, Henrique Resse, Balbino Antonio Ferreira, Ernesto A. Harper e o Visconde do Bom Retiro.

A Administração da Irmandade em 1896 era a seguinte: Provedor, Coronel Antônio José da Silva; Vice-provedor, Barão de Ribeiro de Almeida; Promotor, José Ferreira Callau; Secretário, Balbino Antônio Ferreira; Tesoureiro, Ernesto A. Harper; Procurador, Comendador Fortunato José F. Lopes. Mesarios: Conde de Santa Marinha, Barão de Ipanema, Coronel Malvino Reis, Cesario dos Passos Monteiro, Dr. José Custodio Nunes, Capitão-tenente Sebastião Guillobel, José Maria Pereira de Oliveira, Antônio Barroso Fernandes, Fernando Aleixo Pinto de Souza, Alexandre José de Carvalho Oliveira, João Gomes Guimarães, Bernardo Marques Soares e Augusto Maria Coral.

* * *

Alguns elementos iconográficos impressos em litografias brasileiras e francêsas em fins do século XIX nos fornecem aspectos da imagem de N. S. de Copacabana e da arquitetura da capelinha antes e após as grandes reformas efetuadas até 1887. Analisemos alguns desses exemplares pertencentes a D. Clementina Pimentel Winz.

I — *Diploma de Irmão remido* é o primeiro exemplar iconográfico em preto e branco. Foi impresso na LITH PEREIRA BRAGA E C^a (Fig. VI).

O precioso documento se encontra em perfeito estado de conservação; tem as seguintes medidas extremas 46,4cm x 35cm. A parte impressa corresponde respectivamente a 42,2cm x 30,5cm. Estes diplomas eram retirados de um livro de talão, no qual permaneciam tôdas as anotações referentes aos mesmos.

A vinheta está circundada por uma moldura muito trabalhada, constituída por volutas graciosas com pendões florais; ladeando-a e apoiando-se nos motivos ornamentais, duas crianças desnudas. As dimensões são as seguintes: 12,9cm x 9,1cm.

Ocupando 2/3 da mesma na sua parte superior, notamos a imagem de N. S. de Copacabana rodeada de nuvens e de anjinhos.

Na parte inferior do desenho, destaca-se à frente um rochedo; um pouco além do mesmo e à direita quatro pescadores transportando um mastro. Ainda do mesmo lado e mais distante, uma casa de um só pavimento, que mais tarde foi ocupada pelo restaurante-bar de *Mère Louise*.



*Fig. VIII — Nossa Senhora de Copacabana — Neste registro aparece a capelinha após as obras do período de 1885 a 1887.
Ao lado encontra-se um coreto.*

(Foto: João Oliveira Rocha)

completando êsse cenário, as montanhas que balisam Copacabana, como o Cantagalo, Cabritos, etc., porém muito mal figuradas. No lado esquerdo, um veleiro acossado pela tempestade, na iminência de sossobrar, lembrando o episódio ocorrido com o Bispo D. Frei Antônio do Desterro, quando veio em 1746 tomar posse da prelazia do Rio de Janeiro. Finalmente o motivo central do desenho — A capela de N. S. de Copacabana. Observamos duas tôrres sineiras em forma de guarita ladeando uma rotunda central; êste conjunto que formava naturalmente a fachada estava voltado para a terra. A face oposta que olhava o oceano, constava apenas de um pavimento térreo, tendo uma porta central e duas pequenas janelas nas partes laterais. Um frontão triangular encimado por uma cruz completa a fachada. Uma pequena água furtada é vista à frente da rotunda.

Observando a data do exemplar, notamos que o número 8 está parcialmente encoberto pelo 9. Isto vem provar que os primitivos diplomas da época imperial foram aproveitados ainda no século XX. Tudo nos faz acreditar, que o templo aí figurado é anterior ao originado após as grandes reformas executadas durante os anos de 1885 a 1887, em cuja arquitetura permaneceu inalterável até a demolição em 1918. Que período de reedificação nos apresenta esta vinheta? 1858, época da fundação da Irmandade? 1827, época do Bispo D. José Caetano da Silva Coutinho? 1747, pelo Bispo D. Frei Antônio do Desterro? Ou em 1732 pela Pastoral do Bispo D. Frei Antônio de Guadalupe? Nada podemos afirmar, são apenas suposições; talvez o ano de 1858 com todos os acréscimos e restaurações oriundos das épocas anteriores, nos forneça uma pálida impressão da-quele santuário como devia ter sido em tempos mais remotos.

II — Num estudo feito pelo Dr. Paulo Berger sôbre Copacabana (66), o autor reproduz entre as páginas 44 e 45 uma estampa a respeito de Nossa Senhora de Copacabana e a Igrejinha (Fig. VII). Esta representação iconográfica, provavelmente em diversas côres, foi feita em Paris por Turgis (vê-se com dificuldade a indicação do impressor). A parte inferior da estampa onde se situa o motivo com a Igrejinha, é idêntica em todos os detalhes ao existente na

(66) ENEIDA e PAULO BERGER — *História dos Subúrbios* — Copacabana — Dept. de História e Documentação da P.D.F. — 1959.

vinheta do diploma — é o santuário antes das grandes reformas executadas de 1885 a 1887.

III ---*Nossa Senhora da Copacabana -- Protectera dos Homens do Mar* (Fig. VIII).

Esta gravura policromada foi impressa na França — Paris L. Turgis J^{me}. Imp^r. Edit^r. r des Ecoles 60 -- Maison à New York --- Embora se encontre em bom estado de conservação, observamos que esta estampa foi cortada, sem ofender todavia o desenho reproduzido. Apresenta-se colada sôbre um papel antigo, porém forte, com o fim de preservá-la. Suas medidas extremas são as seguintes: 21,1cm x 14,4cm .A parte colorida possui -- 17cm x 13 cm.A representação de N. S. de Copacaabna ocupa 2/3 da gravura; aliás é idêntica às anteriores, variando apenas na coloração das vestimentas e do cenário. — Na parte inferior do desenho a reprodução do quase naufrágio, o rochedo fronteiro, as montanhas, a casa de *Mère Louise*, as pessoas e animais na praia são análogos aos motivos existentes nas duas gravuras anteriores. Os 4 pescadores com o mastro e os dois personagens próximos à capela não aparecem nesta estampa Notamos um pequeno coreto ao lado da capelinha; ali por ocasião das solenidades ficava a banda de música. O Jornal do Comércio do dia 13 de Setembro de 1896, data da comemoração da festa de N.S. de Copacabana, assim se referia àquele evento:

“A mesa administrativa da Irmandade faz hoje celebrar a grande festividade de sua padroeira, com missa solene, às 11 1/2 horas da manhã. A orchestra que é dirigida pelo professor Joaquim Carvalho, executará a grande missa de Felice Rosse. Uma distincta amadora cantará uma Ave Maria ao prégador. Está encarregado do panegyrico da Virgem de Copacabana o orador sacro, Monsenhor Raymundo de Brito. Às 6 horas da tarde entoar-se-ha o solenne Te-Deum, do maestro Francisco Manoel. Às 8 horas queimar-se-a um lindo fogo de artifício. *Ao lado da capella, em elegante coreto locará uma banda de musica, (x) havendo leilão de prendas. As ruas principais do pittoresco bairro estarão embandeiradas e a Companhia do Jardim Botânico terá carros extraordinários da cidade até Copacabana*”.

Nesta estampa, a ermida apresenta-se bastante modificada, inclusive quanto à posição: encontra-se quase de

(*) Os grifos são nossos.

frente, aparecendo apenas uma parte do lado esquerdo. Nas duas gravuras anteriores se encontra voltada para a esquerda, deixando à mostra sua parede lateral direita. A face voltada para o oceano, nos revela a capela, após as obras realizadas de 1885 a 1887. Ao pavimento térreo existente, foram acrescentados dois corpos laterais, cada um com uma janela. Sobre este conjunto foi erguido o segundo andar que passou a servir de casa dos romeiros, constituído de um vasto salão central ladeado por seis grandes quartos (três de cada lado), uma cozinha e um banheiro. O acesso para o sobrado podia ser feito por uma escadaria que se iniciava na nave da capela (que correspondia em tamanho ao salão de cima e os quartos) ou por uma porta lateral (fronteira ao coreto) onde começava uma escada estreita que conduzia diretamente à ante sala do côro e à casa dos romeiros. O côro ficava no mesmo plano do sobrado, fronteiro ao altar de N. S. de Copacabana que estava situado na pequena capela-mór.

A planta foi levantada, segundo indicações de pessoas contemporâneas da capelinha nos fins de oitocentos e começos do século XX (Fig. IX).

Na gravura apresentada, vemos que as torres foram mantidas e incorporadas à edificação; apenas a rotunda foi aproveitada como capela-mór. A fachada principal passou ser a parte voltada para o oceano.

IV — *Nossa Senhora da Copacabana* — (Fig. X). Estampa policromada, cuja coloração é totalmente diferente da anterior. Foi igualmente impressa na França (embora o local da indicação tenha sido cortado; aparece uma pequena parte da legenda) — Paris L. Turgis J^{me}. Impr. Edit^r. r des Ecoles 60 - Maison à New York. Estado regular de conservação, alguns furos e atacado por fungos; um grande rasgo no centro, mal restaurado. Suas medidas extremas são as seguintes: 46,3cm x 35cm. Como podemos constatar, as suas dimensões seriam ainda maiores se as margens não tivessem sido aparadas. A parte colorida possui 43,3cm x 32cm. Foi impressa num papel encorpado e de ótima qualidade, daí ter sido preservado o colorido que está perfeito, apesar de decorrido mais de meio século. Nesta gravura, cujo motivo é totalmente idêntico ao da anterior, devido apenas ao seu maior tamanho, todos os detalhes estão bem visíveis. Notamos a posição frontal do coreto, que na gravura antecedente se acha voltado para a direita, deixando

ver a sua face lateral esquerda. A capela apresenta-se quase de frente, mostrando apenas um pequeno ângulo da parede lateral direita.

V — *Igreja de Copacabana (Rio de Janeiro)* E. B. grav (Fig. XI) Bilhete Postal da Coleção E. Bevilacqua e C. Suas medidas máximas são as seguintes: 14cm x 9cm. A fotografia ocupa 14cm x 6cm. Vê-se no canto esquerdo a fachada da Igrejinha de N. S. de Copacabana, deixando a descoberto a parede lateral esquerda; em seguida aparecem as penedias da região do Arpoador. Como podemos observar, a capela se achava assente quase no centro daquele pequeno outeiro rochoso e não num dos lados do mesmo, conforme a impressão que temos ao contemplar as estampas anteriores, pelo fato de não reproduzirem aquela face do penedo.

Medalhas devocionais — Três exemplares, conforme podemos verificar (Fig. XII). Dois pertencem a D. Clementina Pimentel Winz e um às coleções do Museu Histórico Nacional.

1.º) A medalha superior é de forma oval, com alça e argola redonda. *Anverso* — No centro a imagem de N. S. de Copacabana com o menino Jesus sobre nuvens; manto com panejamento. Ambos trazem coroa. Na orla, contornando a legenda: *Nossa Senhora da Copacabana*. *Reverso* -- Reprodução da capelinha antes da reforma de 1885-1887, vendo-se o rochedo e os quatro pescadores. Na orla, contornando a legenda: CAPELLA DE N. S. DA COPACABANA. Embaixo uma sigla. Ótimo estado de conservação. Metal dourado, medindo sem a alça 29mm x 25mm.

2.º) Medalha do centro — Anverso e reverso idênticos aos anteriores. Não possui argola e nem a sigla. Estado de conservação: regular. Metal dourado medindo sem a alça 23mm x 19mm.

3.º) Medalha inferior -- Anverso e reverso idênticos aos anteriores, de igual módulo -- Na legenda do reverso lê-se: CAPELLA DE N. S. COPACABANA. Estado de conservação: regular. Metal prateado, medindo sem a alça 23mmx25mm.

Medida de N. S. de Copacabana -- Fita de sêda azul celeste, medindo 85cm de comprimento e tendo 2,3cm de largura. Coladas em diversas distâncias na fita se acham

três letras de papel N. S. C. (Nossa Senhora de Copacabana). Esta fita era dada aos irmãos e as pessoas que o desejassem, poderiam adquiri-la por módica quantia. Como vemos, a primitiva imagem de N. S. de Copacabana tinha de altura 85cm.

* * *

Alguns fatos interessantes se prendem à ancestral Igrejinha.

— Várias famílias ocuparam por aquelas épocas, a nova Casa dos Romeiros, instalada no sobrado, passando semanas e até vários meses, durante os quais aproveitavam as manhãs ensolaradas, para um reconfortante banho de mar nas areias quase desérticas. A não ser a presença dos pescadores e suas famílias que ocupavam casebres naquele local e o bar-restaurant de *Mère Louise*, nada mais havia.

— Em 1895 operou-se um autêntico milagre. Conhecida família residente em Botafogo, passava temporada na Casa dos Romeiros, quando por um descuido qualquer, uma menina de dois anos, afastando-se de sua mãe dirigiu-se à balaustrada do côro. Passando entre o espaço de um balaustre para outro veio projetar-se nos ladrilhos da nave, uma altura de aproximadamente seis metros. Acorreram todos os familiares e constataram que a criança não sofrera nenhuma lesão a não ser o susto que passara.

— O Almanak Laemmert de 1896 dava para a Freguesia de São João Batista da Lagoa uma população de 28.437 pessoas, cuja Igreja Matriz do mesmo nome estava na rua Voluntários da Pátria. O mesmo almanaque indicava ter esta freguesia: “extensas zonas ainda em comêço de povoamento como praia Vermelha(Urca atual), praia da Copacabana, praia do Leme e grande parte do bairro de Botafogo com população ainda rala”.

— A ermida de N. S. de Copacabana, em princípios do nosso século até o seu desaparecimento em 1918, foi uma constante, sempre presente em tôdas as rodas sociais. Por ocasião das festividades ali levadas a efeito, grande número de pessoas da nossa melhor sociedade se deslocavam para Copacabana, com o fim exclusivo de participar da mesma. As môças e senhoras cantavam no seu pequeno côro, o que dava um cunho de realce àquelas festas religiosas. Revendo a correspondência mantida entre meu tio, o General Bias Gomes Pimentel, com a sua irmã (minha mãe) Clementina

Pimentel, encontramos em certo trecho de uma missiva datada de 2-4-1903 o seguinte: “Desconfio que havia gente na Igrejinha quando por lá passamos, pelo menos eu e outros que olhamos com o binóculo, julgamos distinguir alguém”. Noutra carta datada de 21 de Abril de 1903 dizia minha mãe para meu tio: “Domingo vou cantar na Igrejinha de Copacabana, o que dizes à isto?”. Em resposta meu tio perguntava em outra carta: “Fizeste brilhaireto em Copacabana, como sempre?”.

— Elementos femininos de outras famílias também davam o seu concurso cantando ou tocando instrumentos musicais, como D. Constança Bussmeyer, D. Dulce Galo, D. Olívia Cunha, Senhora Figueiredo Maurell da Rocha e até homens como o capitão tenente Fialho (irmão da cantora Alice Fialho) que interpretou a famosa peça de Alessandro Stradella — “Pietà Signore di me dolente”. Era a época áurea da Igrejinha.

— Como corolário dessas reminiscências, sabemos que a administração da Irmandade em 1903 estava constituída dos seguintes Irmãos: Provedor — Adriano Augusto Gallo; Secretário — Carlos Emilio Segond e Tesoureiro — Manoel Ferreira da Silva Mendes.

Segundo os dados obtidos com o General Arcy da Rocha Nóbrega, o seu tio avô Carlos Emilio Segond chamado em família de “Tio Charles”, foi assassinado por um grupo de pescadores italianos, provavelmente por volta do ano de 1904. Juntamente com o sacristão, Carlos Segond contava a fêria que tinha sido apurada numa das festas realizadas, quando foi atacado pelos facinoras, que lhe desferiram várias punhaladas, fugindo em seguida.

Esta nota triste encerra o nosso curto vôo ao passado tranqüilo e acolhedor daquele pequeno e venerando santuário.

CAPÍTULO VII

A IGREJINHA E A DEFESA DO LITORAL

Preocupação permanente na época colonial e imperial — O Forte de Copacabana — Sua demolição em 1918.

Durante mais de 250 anos, aquela praia e suas imediações estiveram praticamente desguarnecidas contra um

eventual ataque externo. Conforme já analisamos, durante a frustrada tentativa de Duclerc, foi a região ocupada por tropas, que após ter passado o perigo, foram retiradas, voltando tudo a ficar como estava anteriormente.

Na época do Marquês do Lavradio (1769-1779), aquêle titular além de fundar o reduto do Leme, construiu na extremidade sul de Copacabana, uma fortificação contendo sete peças de artilharia sendo cinco grandes e duas pequenas “Construi outros reductos no sítio de S. Clemente e Leme para defender os desembarques e passagens da Copacabana, e da Lagôa de Rodrigo de Freitas”. (67)

No tempo de D. João VI (1809), o almirante inglês Sydney Smith elaborou um projeto de fortificar a ponta do Vigia no Leme e o promontório de Copacabana. Existe até um desenho na Diretoria do Patrimônio do Exército, porém este plano não chegou a ser executado.

Na época da Independência, foi o Pontal de Copacabana fortificado. Cessada tal situação, mais tarde na Regência, várias posições artilhadas foram desguarnecidas.

Por ocasião da denominada Questão Christie (1863) vários pontos daqueles locais foram novamente artilhados. Moreira de Azevedo ao referir-se às obras defensivas, dizia o seguinte: “Em 1865 construíram-se uma bateria no morro da Viuva, e as fortificações Guanabara e Vigia aos lados da ponta conhecida com o nome de Annel, podendo a primeira, quando concluída, cruzar seus fogos com as baterias de Santa Cruz, e a segunda proteger contra qualquer desembarque do inimigo a extensa praia da Copacabana..” (68)

Fausto de Souza, descreve essas defesas na sua monumental obra *Fortificações do Brasil* — “Copacabana — Na praia deste nome, ao sul da barra, mandou o vice-rei Marquez do Lavradio levantar várias fortificações com o fim de impedir o desembarque de fôrças, que, desse ponto facilmente penetrarião na cidade; reforçadas com outras em 1822, ficarão guarnecidos os seguintes pontos: o desfiladeiro do *Leme*, o forte abaixo dêsse desfiladeiro, a ponta do *Vigia*, a do *Annel*, e mais para dentro no logar da *Piassaba*, o

(67) Relatório do Marquês do Lavradio Vice-Rei do Brasil entregando o Governo a Luiz de Vasconcellos e Souza seu successor, documento êsse datado de 19 de Junho de 1779 (in Rev. Inst. Hist. Geog. Bras. Tomo 4 Vol. 4) 1863 — pg. 428.

(68) AZEVEDO, Dr. Moreira de — *O Rio de Janeiro* (sua hist. monumentos, etc.) 2.º Volume — Rio — 1877 — B. L. Garnier — pág. 510.

forte de *São Clemente* para guardar a estrada da Lagôa para Botafogo; os quaes fôrão todos desarmados e desguarnecidos em 1831. Em 1863 fôrão projectadas e liverão principio de execução duas obras de defesa aos lados da ponta do Anel, a 1.^a, com o nome de *Guanabara*, fronteira à ilha da Cotunduba, onde havia vestigios de trincheiras, destinada a cruzar os fogos com os de Santa-Cruz, fóra da barra; a 2.^a, no logar da antiga *Vigia* ou *Espia*, para varrer com artilharia a extensa praia. Suspensas depois essas obras, hoje trata-se apenas de conservar a porção construída, cuja continuação e conclusão muito convem, á vista da importância do sítio, em relação muito íntima com a defesa da barra e porto, e na proximidade de um bairro muito considerável da cidade”. (69)

Durante a Revolta da Armada em 1893, já no regimen republicano, foi o promontório de Copacabana guarnecido com canhões de tiro lento, utilizados para melhor segurança da barra e cobertura das fortificações que diàriamente afrontavam as baterias dos navios rebelados.

Em 1902 ainda se encontravam abandonadas e quase soterradas pela areia, as sete peças de artilharia, remanescentes do forte ali instalado pelo Marquês do Lavradio no século XVIII.

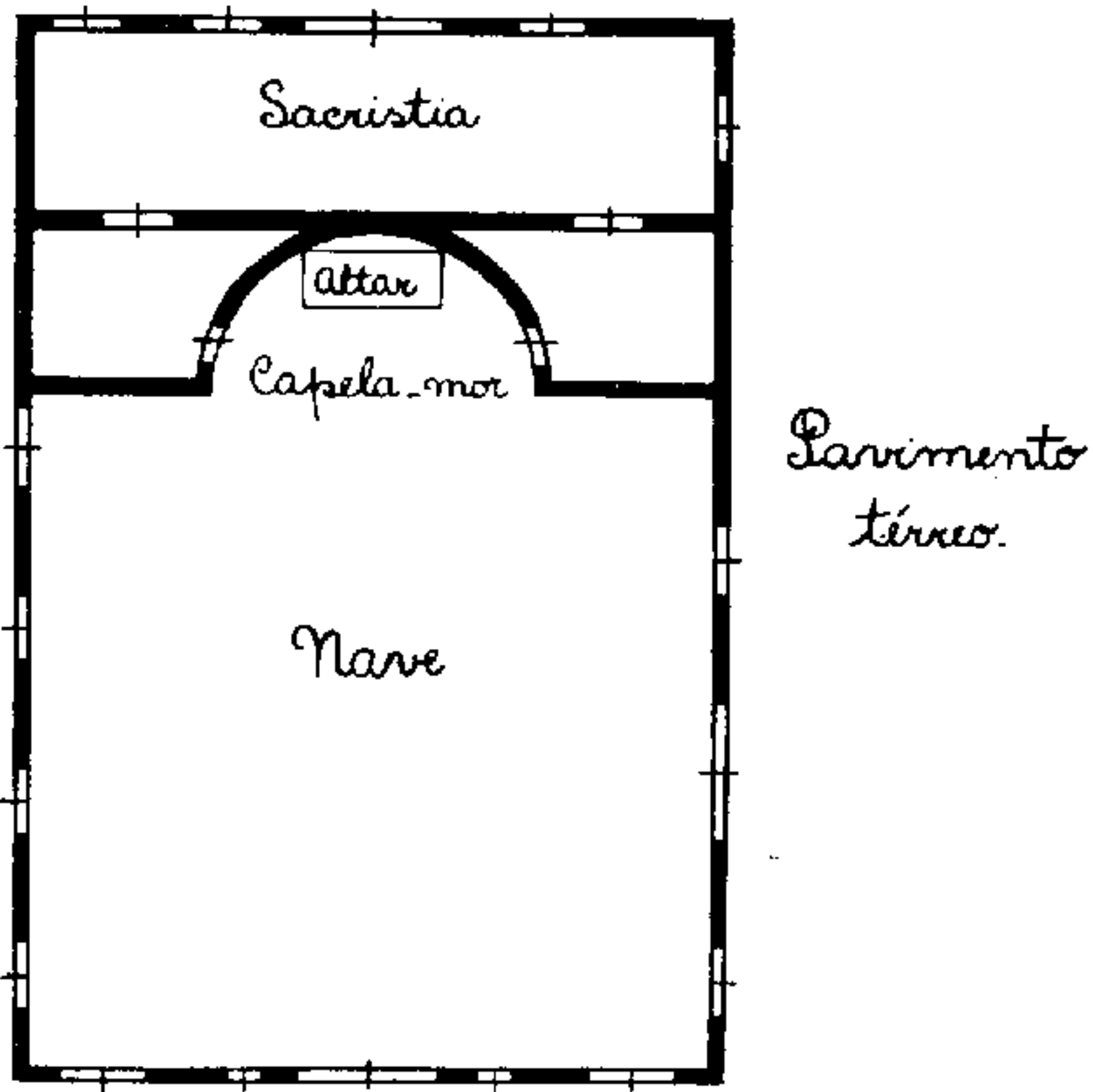
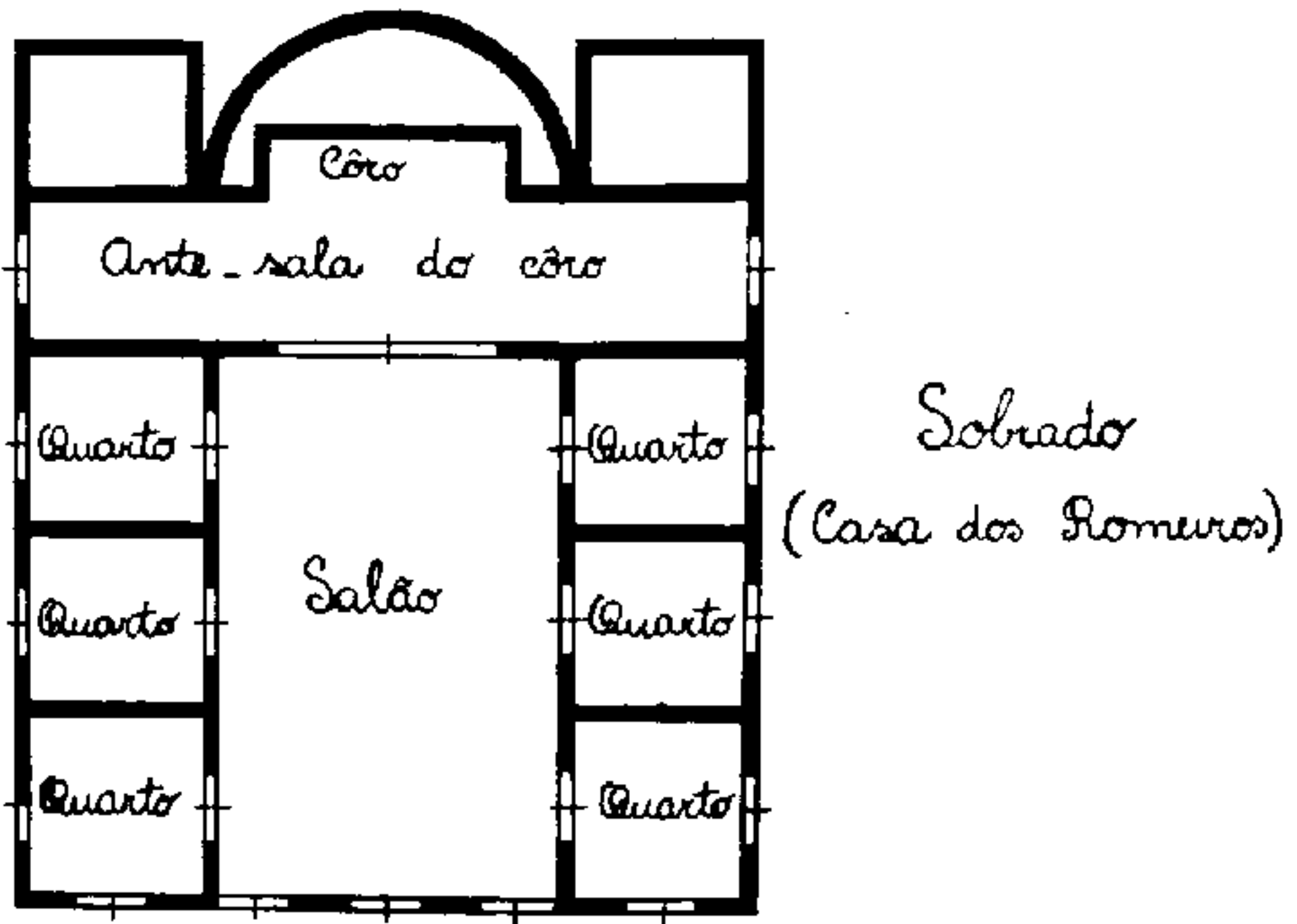
* * *

No período presidencial de Rodrigues Alves (1902-1906) foram iniciados os primeiros estudos para a construção definitiva de uma fortaleza no promontório de Copacabana.

A Comissão de Fortificações a Defesa do Litoral chefiada pelo Tenente-coronel Nicolau A. Muniz Freire, aprovou o projeto apresentado por um dos seus membros, o então Capitão Augusto Tasso Fragoso que previa a construção no pontal situado à frente da Igrejinha, de uma fortaleza guarnecida com canhões calibre 281, considerados naquela ocasião como os mais poderosos.

Pelo Aviso do Ministro da Guerra de 25 de Setembro de 1907, foi o primeiro projeto modificado em relação ao armamento, cujos canhões passaram a ser os de 305, último tipo em uso pelas grandes potências da época. O segundo projeto elaborado pela comissão chefiada pelo Major Luiz

(69) SOUZA, Augusto Fausto de — *Fortificações do Brazil* (in “Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.” Tomo XLVIII — Parte II — 1885 — pg. 112).



Planta da antiga Igrejinha de N. S. de Copacabana.

Fig. IX - - Planta do pavimento térreo e do sobrado da igre-
jinha de N. S. de Copacabana, segundo indicações de pessoas
contemporâneas dos últimos anos daquele santuário.

(Foto: João Oliveira Rocha)

Eugênio Franco Filho, compunha-se dos seguintes membros: Capitães Cornélio Otto Kuhn e Volmer Augusto da Silveira; os Primeiros Tenentes Amaro Marino da Rocha e Honório Campelo de Souza e o Segundo Tenente Armando Eugênio Mariante.

No dia 5 de Janeiro de 1908, teve lugar o lançamento da pedra fundamental da fortaleza, que contou com a presença do Presidente da República e demais autoridades. A ata alusiva ao acontecimento tem o seguinte teor: “Aos cinco dias do mês de janeiro de 1908, com a presença do Exmo. Er. Presidente da República, Dr. Afonso Augusto Moreira Pena, Sr. Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, Ministro da Guerra; Marechal João da Silva Barbosa, Comandante Superior da Guarda Nacional; representantes dos Srs. Ministros da Marinha e do Interior, General Francisco Antônio Rodrigues Sales, diretor geral de Artilharia; General Salustiano dos Reis, General Modestino Augusto de Assis Martins, diretor geral de Engenharia; Coronéis Pedro P. da Fonseca Galvão, Rodolfo Brasil, Nicolau A. Muniz Freire, Guilherme Barbosa Bezerra, deputado federal Joaquim Martins de Mello, representante do Sr. Marechal Chefe do Estado Maior, do Comandante do 4.º Distrito Militar, da Intendencia Geral da Guerra e Coronéis Manuel G. Campelo França, Eduardo Henrique Martins, Feliciano Mendes de Moraes, Chefe da Casa Militar do Sr. Presidente da República; Officiais da Armada e do Exército, representantes da imprensa e pessoas gradas, procedeu-se ao ato solene do lançamento da pedra fundamental da fortaleza, a ser construída na ponta da Igrejinha em Copacabana.

Esta fortaleza foi projetada pela extinta comissão de fortificações e de defesa do litoral, chefiada pelo Tenente-Coronel Nicolau A. Muniz Freire, sendo autor do projeto o Capitão Augusto Tasso Fragoso.

Últimamente por aviso do Ministro da Guerra, de 25 de setembro último foi o dito projeto modificado, em relação ao armamento na 2.ª seção da diretoria geral de engenharia pelo adjunto da mesma seção Major Eugênio Luiz Franco Filho, ora encarregado da respectiva execução e iniciada no Governo do Exmo. Sr. Dr. Afonso A. Moreira Pena, sendo Ministro da Guerra o Sr. Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, diretor de engenharia o Sr. General

Modestino de Assis Martins, chefe da 2.^a seção o Coronel Jaime Martins de Melo.

Em uma caixa de bronze foram encerradas as coleções de selos nacionais, moedas correntes de cobre, níquel, prata e ouro, jornais do dia, sendo a dita caixa depositada nas proximidades da cúpula de 19 metros, sob a pedra fundamental, com as formalidades do estilo se dignou fazer o Senhor Presidente da República.

Para constar lavrou-se a seguinte ata, eu Tenente Coronel Antônio Pinto de Almeida, chefe de Gabinete interino da Direção Geral de Engenharia a escrevi e vai assinada pelas pessoas presentes”.

Após ouvir missa na Igrejinha, o Chefe do Governo procedeu ao ato do lançamento da pedra fundamental. Durante o lanche que lhe foi oferecido, usaram da palavra o General Modestino Martins, o Presidente da República e o Provedor da Irmandade de N. S. de Copacabana.

Em 1908 teve início o arrasamento do morro com o rebaixamento do terreno em quase 20 metros; somente em 1911 ficou terminada a preparação do local para a construção do forte, pois houve “*mister em preparar uma superficie superior a dez mil metros quadrados, cortando rocha viva em certas partes com espessuras de quinze a vinte metros*”. Em 1913-1914 foi feito o trabalho de betonagem e capeamento final, representando um volume de 35.252m³00 com o custo total de 2.906:541\$185.

Já na presidência Nilo Peçanha, previa-se a necessidade de casas e alojamentos para a guarnição do forte. Com o fim de não ser atingida a capela, um dispositivo legal para esse fim exarado, recomendava a desapropriação de casas na rua da Igrejinha (atual Francisco Otaviano).

“Decreto n.º 7.879 de 3 de Março de 1910.

Declara que ficam desapropriados vários terrenos e prédios da rua da Igrejinha, em Copacabana, nesta Capital.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil; verificando a utilidade pública da construção de quartel e casas para officiaes, obras complementares do Forte de Copacabana, e, usando da attribuição que lhe confere o art. 5.º do regulamento approved pelo decreto n.º 4956, de 9 de setembro de 1903, expedido em virtude da autori-

zação legislativa constante da lei n.º 1021, de 26 de agosto do mesmo anno:

Decreta:

Art. 1.º Ficam desapropriados os terrenos sitos à rua da Igrejinha ns. 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27; 29 e 31 e os prédios ns. 11 e 33 conforme a planta que acompanha este decreto e é por elle approvada.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1910, 88.º da Independência e 22.º da República.

J. B. Bormann (70)
NILO PEÇANHA.

Este projeto não foi levado a efeito, pois o Decreto número 8.133 de Agosto do mesmo anno, revogava o anterior. Concluimos que a Igrejinha ficaria contida numa praça de guerra. Por razões estratégicas e medidas de segurança, o acesso à mesma não seria tão fácil; certamente causaria transtornos aos fiéis que frequentavam o santuário. Por outro lado, a capelinha iria constituir um corpo estranho no interior da fortaleza e os alojamentos da guarnição ficariam separados do restante da fortificação.

Após seis anos e oito meses de trabalho, foi concluído o Forte pròpriamente dito, sendo inaugurado no dia 28 de Setembro de 1914 em cerimônia que contou com a presença do então Presidente da República Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, Ministros de Estado, os representantes da Fábrica Krupp (construtora dos canhões) e grande número de convidados.

O Correio da Manhã comentando a obra recém ultimada e prestes a ser inaugurada dizia: "...oferece a máxima resistência na defensiva e o máximo poder na ofensiva; possui tórres e eclipses e cúpulas giratórias; dispõe de canhões de calibre 75, 190 e 305 mm protegidos por confortáveis couraçamentos. Que mencionaremos na parte interna, dessa, como labirinto de corredores e cavidades abobadadas? Lá se encontram alojamentos para os soldados, a guarnição, sala para oficiais e inferiores, gabinete do Co-

(70) Coleção das Leis do Brasil — 1910 — Volume I — Atas do Poder Legislativo — pg. 217.

mandante, refeitório, cozinha, dispensa, banheiros tanto para praças como para a oficialidade; paióis de projetis, de estojos de espoletas, farmácia, recinto para as operações e curativos dos feridos; almoxarifado; usina; depósito de combustível; bateria de acumuladores elétricos: casamatas para acumuladores hidráulicos; oficina de recalibramento. Junta-se a tudo isso ou por outra distribuam-se aqui e ali mecanismo de tãda sorte, aparelhos vários, canalizações elétricas, hidráulicas, pneumáticas, ventiladores, dinamos, molores etc., e ter-se-á uma idéia, confusa naturalmente do interior de um forte couraçado”.

A Gazeta de Notícias do dia 2 de Setembro de 1911 dizia: “...os canhões que ontem foram experimentados tanto têm de formidáveis como de caros. Uma só bala para o canhão 305 custa uma boa soma. Pesa cada uma 100 quilos dos quais 120 são de pólvora. Para levar a bala ao canhão é necessário um guindaste elétrico”.

O alojamento para a guarnição do Forte era insuficiente pois, com o aumento do efetivo, as condições mínimas exigíveis de conforto e higiene indispensáveis para a manutenção da saúde e disposição da tropa, ficavam muito aquém das previsões. Fazia-se mister a construção de um quartel que preenchesse essas condições sanitárias. Voltou-se então o Exército para os terrenos onde estava edificada a Igrejinha.

A Lei n.º 3.454 de 6 de Janeiro de 1918, que fixava a Despesa Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício daquele ano referente ao Ministério da Guerra dizia no art. 52, alínea IX o seguinte: A entrar em accôrdo com a Mitra Archidiocesana para adquirir a igreja de Ipanema, perto do Forte de Copacabana, abrindo para esse fim o crédito especial até a quantia de 80:000\$000”. (71)

O Decreto n.º 12.924 de 20 de Março de 1918 desapropriou a Igrejinha, com o fim de efetuar a demolição, para em seu local serem erigidas as restantes construções que complementariam aquella praça de guerra. O Quartel da Paz ficou ultimado em Outubro de 1920. Observamos que em ambos os dispositivos legais a igreja é mencionada como de *Ipanema*, quando devia ser *Copacabana*.

(71) Coleção das Leis do Brasil — Volume I — 1918 — Atos do Poder Legislativo — pg. 44.



Fig. X — Estampa grande policromada com aspectos da Igrejinha e dos arredores em fins do século XIX.

(Foto: João Oliveira Rocha)

“Decreto n.º 12.924 de 20 de Março de 1918

Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de 80:000\$, para a aquisição da igreja de Ipanema, perto do forte de Copacabana.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida na alínea IX do art. 52 da Lei n.º 3.454, de 6 de janeiro do corrente anno, resolve abrir ao Ministério da Guerra o crédito especial de 80:000\$, para a aquisição da igreja de Ipanema, perto do forte de Copacabana.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1918, 97.º da Independência e 30.º da República.

José Caetano de Faria (72)

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

O primeiro comandante da fortaleza foi o Major Marcos Pradel de Araujo. No início foi o Forte guarnecido pela 6.ª Bateria Independente de Artilharia de Posição; em 1917 foi substituída pela 5.ª Bateria do 2.º Batalhão de Artilharia de Posição. No mesmo ano, com a organização do 4.º Grupo de Artilharia de Costa, a 12.ª Bateria dêsse Corpo passou a guarnecer a fortaleza.

Em 24 de Julho de 1919 foi dissolvido o 4.º Grupo de Artilharia de Costa. A 12.ª Bateria então transformada em 1.ª Bateria Isolada de Artilharia de Costa permaneceu no Forte até 1931. Ainda neste ano foi substituída pela 1.ª Bateria do 6.º Grupo de Artilharia de Costa.

A partir de 23 de Outubro de 1934 o 3.º Grupo de Artilharia de Costa passou a guarnecer a fortaleza, onde se mantém até a época presente. Desde 1938 se encontra instalada no Forte, uma Bateria de defesa Anti-Aérea do distrito de Defesa de Costa.

Vários melhoramentos foram executados: Nôvo Quartel de Paz, Pavilhão destinado à Administração, Salas de Instrução, modernização e recuperação do material de artilharia, etc.

(72) Coleção das Leis do Brasil — Volume 2 — Atos do Poder Executivo — 1918 — pg. 162.

Atualmente seu armamento consta dos Canhões de 305, 190, 75 e de uma Bateria de Projétores. (73)

* * *

No dia 12 de Julho de 1918 a Mitra vendeu à Fazenda Federal, pela quantia de oitenta contos de réis, a Igrejinha de N. S. de Copacabana, já anteriormente desapropriada pelo Decreto n.º 12.924 de 20 de Março dêsse mesmo ano.

O líquido de setenta e cinco contos de réis, que resultou daquela transação, foi empregado nas obras da Igreja de Ipanema (atualmente Igreja de N. S. da Paz, na rua Visconde de Pirajá) e do presbitério da Matriz de N. S. de Copacabana, na Praça Serzedelo Corrêa.

No mesmo ano, foi iniciada a demolição da Igrejinha e em 1919 apenas uma pequena parte estava de pé “como um protesto da crença contra a invasão do senso prático, que costuma saltar por cima de tudo para beneficiar os interesses gerais” (Encida e Paulo Berger - - Copacabana — pág. 44).

A imagem de N. S. de Copacabana e outras peças da Igrejinha, foram para a capela da Fazenda de São Manuel, propriedade da família do diplomata Oscar Teffé em Corrêas.

Em 1927 foi com todo o acervo, vendida a Francisco Serrador, proprietário da Companhia Cinematográfica Brasileira, que desejava instalar ali um estúdio.

Não tendo sido a pretensão levada a bom termo, vendeu a propriedade ao Sr. Vicente Visconti que pouco tempo depois desfêz-se da mesma. Havia sido adquirida pelo Senhor Silvério Ceglia.

Este último proprietário, não se achando digno de ter na sua residência a veneranda imagem, restituiu a mesma ao padre Antonio Lemos Barbosa, atual reitor da nova Igrejinha de Copacabana no dia 7 de Dezembro de 1953.

A imagem foi por nós medida, tendo achado a altura de 85cm (com a coroa) o que vem confirmar exatamente o tamanho da fita azul celeste com idêntica dimensão. (Vide Capítulo VI — Iconografia e objetos de culto).

(73) BARBETTO, Coronel Aníbal — *Fortificações do Brasil* — pgs. 246-47.



F. B. GRAY

IGREJA DE COPACABANA (RIO DE JANEIRO)

Minha querida Zigue - Lá vou eu saindo com
a minha monumental mala às costas. Bem
linda carga mil beijos do teu Pias
Pias, 19-1-04

Fig. XI -- Bilhete Postal da Coleção E. Bevilacqua -- Distingue-se nesta rara fotografia os penedos da região do Arpoador não representados nas outras estampas.

CAPÍTULO VIII

A ATUAL IGREJINHA DE COPACABANA

A Matriz de N. S. de Copacabana — A nova Igrejinha — Considerações sobre as imagens da Virgem Peruana existentes na Guanabara.

Muitas confusões têm surgido com a atual Matriz de N. S. de Copacabana erecta na Praça Serzedelo Corrêa.

Apareceu em consequência de uma rixa havida entre os devotos do Senhor do Bonfim. José Carlos de Carvalho (74), então gerente das Docas do Rio de Janeiro, foi procurado por um grupo de trabalhadores do serviço de embarque do café e das docas e trapiches. Todos os serviçais, devotos do Senhor do Bonfim alegaram não poder mais continuar com essa veneração na Igreja da Praia de São Cristóvão, por incompatibilidade com a Irmandade do Santíssimo Sacramento e o Vigário daquela freguesia. O dinheiro por êles angariado, foi utilizado para a reconstrução da Igreja de São Cristóvão, porém não receberam em troca um altar para o Senhor do Bonfim.

Por esta razão, fundaram no dia 8 de Dezembro de 1892, a Irmandade do Senhor do Bonfim de Copacabana e num terreno situado na Praça Serzedelo Corrêa, ergueram uma modesta capela de madeira em 1894.

A 30 de Agosto de 1908 foi criada a Paróquia de N. S. de Copacabana e Santa Rosa de Lima, limitada pelas antigas paróquias de São João Batista da Lagoa e N. S. da Conceição da Gávea. Enquanto não fôsse construída a Igreja, serviria de Matriz provisória de N. S. de Copacabana a então Capela do Senhor do Bonfim de Copacabana. O decreto determinava ainda que o altar-mór da Matriz ficasse reservado exclusivamente ao Senhor do Bonfim, ocupando N.S. de Copacabana a Santa Rosa de Lima, capelas e altares laterais em lugar de destaque.

O vigário daquela capela humilde, então transformada em Matriz, Cônego Joaquim Soares de Oliveira Alvim procurou através de donativos obter fundos indispensáveis para a edificação do templo. As obras foram iniciadas em Ou-

(74) CARVALHO, José Carlos de — *Igreja do Senhor do Bonfim de Copacabana* — Rio 1917.

tubro de 1909 e em Abril de 1919 foi a Matriz inaugurada solenemente.

Em 1943 um acontecimento de grande relevância teve como palco êsse santuário, quando se deu a entronização solene da imagem de N. S. de Copacabana, cópia fiel da virgem milagrosa do lago Titicaca, que foi doada ao povo brasileiro pelas senhoras da sociedade boliviana. A cerimônia foi descrita por vários jornais da época. No *Jornal do Brasil* (75) encontramos uma circunstanciada notícia, da qual resumimos os trechos mais importantes.

A imagem chegou ao Rio de Janeiro no dia 1 de Agosto de 1943, acompanhada de várias senhoras da mais alta expressão social e política da Bolívia. A iniciativa desta oferta partiu da genitora do Presidente Enrique Peñaranda e da senhora Ruben Terrazas. O Núncio Apostólico, com o fim de tornar condigna a recepção à imagem da gloriosa santa, criou três comissões constituídas de vários membros:

Comissão Executiva — Presidente de Honra, Chanceler Oswaldo Aranha; Presidente, Cônego Castelo Branco, Vigário da Matriz de N. S. de Copacabana; Directores — Senhores Conde Pereira Carneiro, Alceu Amoroso Lima, Afrânio Peixoto, Pedro Calmon, Augusto Frederico Schmidt, Edmundo da Luz Pinto e Afonso Arinos de Melo Franco.

Directoras Efetivas — Sras. Leão Veloso Princesa Maria Teresa de Orleans, José Carlos de Macedo Soares, Condessa Pereira Carneiro, Oscar Teffé, Regis de Oliveira, Lafayette de Carvalho e Silva, Lucila Bueno, Souza Freitas, José Roberto de Macedo Soares, Marquesa de Barral, Herbert Moscs, Augusto Frederico Schmidt, Temistocles Graça Aranha, João Borges, Ana Amelia Carneiro de Mendonça, Levi Carneiro, Afonso Arinos de Melo Franco e José Tomás Nabuco.

Comissão de Honra — Sras. Henrique Dodsworth, Ministros Gaspar Dutra, Aristides Guilhem, Oswaldo Aranha, Gustavo Capanema, Marcondes Filho e Apolonio Sales.

Comissão de Recepção — Sras. Jerônimo de Mesquita, Ismael Moniz Freire, Fernando Melo Viana, Valdemar Falcão, Olga Truda, A. Alvim Menge, Alfredo Siqueira Americo Silva Pinto, Embaixatriz Epaminondas Chermont, Ministro Gastão do Rio Branco, Stela de Faro, Cecilia Luisa

(75) “*Jornal do Brasil*” de 27 de Julho de 1943 — Notícia existente no “*Livro de Recortes de Jornais*” pertencente a Yolanda Marcondes Portugal.

Rangel Pedroso, Hortensia Pinto Martins, Dione Pinto Kiehl, Afonso Bandeira de Melo, Maria Eugenia de Oliveira Castro, Baronesa de Saavedra, Mario Ribeiro, Embaixatriz Neves da Fontoura, Stela S. Brisson, Leontina Licinio Cardoso, Olga Porciuncula e viuva Irineu Marinho, e mais as Sras. Embaixatriz Alvestigui, Medina, Queregozu, Palacios, Muñoz, Ramaldo, Feduchi, Feitosa, Lily del Castillo, Raul Henri, Sanhard, Arce, Menie, Baldioca, Revollo, Saraiva e Senhorita Palacios, tôdas damas da alta sociedade boliviana.

Logo após o desembarque, foi a imagem trasladada para um altar na Catedral Metropolitana. No dia 5 de agosto do mesmo ano, em imponente cortejo, seguiu para a sua Matriz em Copacabana, sendo colocada no altar-mór; no dia seguinte foi celebrada missa festiva pelo então Cônego Castelo Branco.

No dia 8 de agosto foi solenemente coroada e oficialmente entregue à Matriz onde permanece em definitivo.

O repórter ao encerrar a sua narrativa cometeu um erro não só de datas, como também histórico ao procurar estabelecer uma ligação dessa Matriz com a Igrejinha do Forte de Copacabana. Conforme já explanamos detalhadamente, nada existe de comum entre êsses dois templos, que tiveram uma história totalmente diversa desde a fundação dos mesmos até a época presente. Transcrevemos o seguinte trecho com o fim de evitar futuras dúvidas e novas confusões: “A atual Matriz de Copacabana foi construída em 1846 junto ao forte que ali existe. Era então, uma capela modesta e que prestava os benefícios da Santa Igreja a algumas centenas de ovelhas. Em 1918, o Ministério da Guerra para ampliar o Forte de Copacabana, adquiriu à Curia Metropolitana o terreno em que estava instalada a Matriz que foi, posteriormente erguida na Praça Serzedelo Correia”.

Esta padroeira que presentemente ocupa o altar-mór da Matriz de N. S. de Copacabana é uma reprodução fiel da milagrosa e histórica imagem, venerada no seu santuário às margens do lago Titicaca. Tem um metro de altura. Em 1936 as jóias que a adornam foram avaliadas em sete milhões de pesos bolivianos.

Segundo informações colhidas com o atual Vigário da Matriz de N. S. de Copacabana, Monsenhor Aluisio Ewerton de Almeida, ficamos sabendo que a imagem de *Nossa Senhora Auxiliadora* fazia as vezes da virgem peruana. Jamais a que era venerada na Igrejinha, esteve um momento sequer

nesta Matriz, tendo ido diretamente para a Fazenda São Manuel em Corrêas quando se procedeu a sua demolição em 1918.

Este vigário colocou no altar-mór a imagem de N. S. de Copacabana vinda da Bolívia em 1943, substituindo o conjunto do Senhor do Bonfim que foi desfeito.

Por ordem do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro as imagens de Nossa Senhora Auxiliadora, São João Evangelista e Santa Maria Madalena, serão destinadas às novas paróquias a serem fundadas sob essas invocações.

O Crucifixo com o Senhor do Bonfim e Nossa Senhora das Dores permanecerão na Matriz de N. S. de Copacabana.

A imagem da Virgem peruana doada pela Bolívia, é de madeira muito pesada, esculpida singelamente no tocante ao corpo que está totalmente oculto pelas roupagens. Os cabelos são originais e pertenciam à espôsa do então embaixador da Bolívia Dr. Alvestegui.

* * *

No segundo semestre de 1953, era iniciada a construção de uma capela contígua ao Forte de Copacabana — Após 35 anos de ausência a Igrejinha de N. S. de Copacabana retornava às proximidades do penedo onde estivera assente desde os primórdios do século XVIII.

O atual reitor Padre Antônio Lemos Barbosa, com imensa solicitude nos forneceu grande parte dos elementos com os quais foi possível reconstituir esta resenha histórica, que se estende de 1953 a 1964, portanto, os 11 anos iniciais da Igrejinha de N. S. de Copacabana.

1. No 2.º semestre de 1953, o General Osvino Ferreira Alves, comandante da Artilharia de Costa, patrocinou, com auxílio de donativos particulares, a reconstrução da Igrejinha de N. S. de Copacabana junto ao QG da A. Costa, após autorização da Região, da DOF e do Ministro Espírito Santo Cardoso (Bol. da A Cos. I n.º 275, de 2-12-1953).

2. A 8-3-1953, procedeu-se ao lançamento da primeira pedra, na presença de altas patentes das Forças Armadas e diante de grande multidão de fiéis. Voltou para o Forte, em procissão motorizada, a secular imagem. Já então estava em construção uma capela provisória.

O jornal Diário de Notícias do dia 9 de dezembro de 1953 forneceu uma detalhada notícia dêste auspicioso acon-



*Fig. XII — Medalhas devocionais e Medida de Nossa Senhora de Copacabana
— A fita está dobrada, só aparecendo as letras N. S. C.*

(Foto: João Oliveira Rocha)

tecimento, cujo resumo é mais ou menos o seguinte: — A imagem foi transportada da Igreja da Cruz dos Militares onde se organizou o cortejo. O andor que conduzia Nossa Senhora seguiu numa viatura militar com guarda de honra dos Dragões da Independência, acompanhada de inúmeros veículos com representantes das Fôrças Armadas, Bombeiros e Polícia Militar.

Ao atingir o Pôsto 6 em Copacabana, era incontável o número de fiéis que atingiam a vários milhares, ali congregados com o fim de festejar o retôrno da padroeira do bairro.

Fazendo a entrega oficial da imagem ao Exército, discursou o Sr. Silvério Céglia, fundador da Organização Territorial S. A., cujas palavras foram as seguintes: “Exmos. Senhores Representantes das Autoridades Eclesiásticas, Militares e Civis.

Minhas senhoras.

Meus senhores.

Por misteriosos designios, cabe-me hoje, em que, por determinação de Sua Santidade, tem início o Ano Mariano comemorativo do centenário da definição do dogma da Imaculada Conceição, a honra de restituir ao culto público a imagem da Nossa Senhora de Copacabana. Durante quase meio século essa histórica e milagrosa imagem esteve, indevidamente, subtraída à veneração de seus fiéis. E por alguns anos eu tive a honra e a felicidade de tê-la em meu próprio lar, concorrendo, involuntariamente, para que fossem sem proveito pesquisas e indagações feitas sobre seu paradeiro. Alguma coisa, dentro de mim, dizia dos estranhos poderes dessa imagem sagrada. Quantas vêzes não recorri à sua intercessão, em momentos difíceis de minha vida privada e profissional? Quantos momentos de aflição depus a seus pés contrito e confiante? Quantas graças não lhe rendi, quantas orações não lhe dirigi?

Admirava-a como obra de arte religiosa, antiga e comovente: adivinhava que muitos outros, antes de mim, a tinham venerado; pressentia; porém, que ali estava mais que a habilidade e o carinho de um artista, cujo nome e cujas cinzas já se haviam perdido no tempo. Qualquer coisa, naquela imagem, inspirava amor e impunha fé. Fé e amor que passei a sentir, envolvido por indefinível cer-

teza de que possuía coisa muito preciosa, muito além de meus méritos, que não cabia em minha casa e era grande demais para as minhas homenagens.

É que circunstâncias fortuitas me tinham confiado a guarda de uma relíquia da arte cristã, que por mais de trezentos anos havia acolhido as orações da cidade, consolando-a, nas vicissitudes, animando-lhe o progresso, exortando-a à prática da virtude. Trazida das regiões andinas, antes de 1600, essa imagem estabelecera entre nós o culto da Virgem Santíssima sob a invocação de Nossa Senhora de Copacabana, inspirada pelo nome do lugar em que fôra criado, no Vice-Reino de Nova Granada, poucos anos depois da conquista espanhola. E êsse nome passou a um recanto da terra carioca, estendendo-se a tôda orla do litoral em que iria erguer-se o bairro maravilhoso, que deu a esta cidade a fama de que nos orgulhamos. “Virgem do Lago”, era assim a invocação, no século XVI, no altiplano peruano; hoje bem poderíamos dizer: — “Senhora da Guanabara”.

Venerada numa igrejinha entre rochas, desde os meados do século XVII, a imagem aí permaneceu até os primeiros anos dêste século. Quando da construção do Forte de Copacabana, demoliu-se o pequeno templo, passando a sagrada imagem e o altar que lhe era dedicado, à posse da família Teffé, que os conservou em sua propriedade denominada Castelo São Manoel, em Corrêas. Há alguns anos adquirindo êsse imóvel, para uma das emprêsas a que estou ligado, passei a ser o feliz detentor da relíquia e conservei-a em minha residênciã até saber do seu alto valor histórico e religioso, e do interêsse pôsto, pelas autoridades eclesiásticas e militares, em devolvê-la à veneração do povo carioca.

Não é sem tristeza que, cedendo à justiça e à alta significação dêsse desejo, sinto meu lar desprovido de sua maior riqueza. Mais forte, porém, que a privação de sua presença material, é a certeza de que, entre milhões de preces que os habitantes da cidade irão dirigir à Virgem de Copacabana, algumas se hão de lembrar de mim. E, acima de tudo, a convicção de que minha casa não merecia a honra e a glória de hospedá-la.

É, pois, com alma aberta e o coração aliviado, nesta festa magnífica de piedade cristã, a que circunstâncias especiais me emprestam passageiro e imerecido relêvo, que venho entregar ao glorioso Exército de Caxias a imagem veneranda. Entre as inúmeras invocações litúrgicas da Mãe



Fig. XIII — Quadro a óleo de pequenas dimensões representando a face da Igrejinha voltada para a praia, onde pessoas se deslocam pelo caminho de acesso à ermida. Pertence ao patrimônio da atual Capela de N. S. de Copacabana.

(Foto: João Oliveira Rocha)

de Deus, uma há, das mais simples e mais belas, que às Fôrças Armadas Brasileiras deve agradar especialmente: “Rainha da Paz”. Não há em verdade, qualquer choque ou contradição entre as noções de fôrça e de pacifismo. Porque os exércitos já não são organismos à margem da consciência e da tranqüilidade civil; são, pelo contrário adaptação e especialização de uma parcela da cidadania, para a própria proteção e estabilidade. Mutuamente se amparam e integram, como órgãos diversificados de um mesmo ser, na harmonia de sua complementação biológica. Longe vão os tempos do guerreiro mercenário, que alugava as armas e empenhava a existência, a soldo de ambições políticas, empreiteiro do saque e do assassinio, que punha finalidades criminosas na boca dos arcabuzes e no gume das espadas. O soldado digno de sua classe é o defensor desse conjunto de afeições sadias e interêsses legítimos que afeioam e definem as coletividades humanas ligadas por direitos comuns; é o protetor desse estado de alma em que se encontram os seres humanos ligados por afetos e lembranças, que são de todos e de cada um, e constituem a Pátria: palavras de carinho ouvidas de lábios maternos; gestos de adeus dos amigos que se foram, para uma viagem ou para a morte, recordações de momentos felizes, beijos, apertos de mão, carícias nos cabelos de uma criança; as saudades da infância; o culto dos heróis, dos artistas e dos sábios, que fizeram nossa vida mais digna, mais bela e mais verdadeira; as orações rezadas em família; os pais, os irmãos os professôres os amigos... Tudo isso lembrado numa mesma língua e sofrida na mesma terra, — tristezas, alegrias, anseios e glórias comuns, — isso tudo é a Pátria.

E enquanto nós trabalhamos, nas universidades, nos escritórios, nos laboratórios, nas oficinas e nos campos, para o bem e grandeza de todos, é preciso que alguém vele por nós, dia e noite, os vigias e sentinelas infatigáveis; uns a resguardar nossos corpos e o produto do nosso trabalho e de nossa fraternidade. As Fôrças Armadas, na terra, nas águas e no ar; outros a defender almas e consciências, zelando por nossa tranqüilidade temporal e nossa bem-aventurança eterna, — As Fôrças Espirituais, onde se erga uma cruz ou um altar...

Como vivemos, nós os civis, sem segurança para o corpo e confôrto para a alma? Que teriam os homens de

armas a defender, com dignidade e justiça, onde não houvesse coisas dignas de seu respeito? Que fariam os ministros de qualquer culto, onde não houvesse garantia da liberdade espiritual e homens conscientes que a exercessem?

Não. Com a negação dos direitos mais naturais do homem, dessa faculdade de crer, amar, sonhar e trabalhar, já não haverá cidadão, senão escravos já não haverá ordem, senão acovardamento e degradação. E o homem, progredindo embora materialmente terá regredido aos estágios morais mais rudimentares, que talvez não haja vivido mesmo nos tempos mais recuados de sua evolução social. — Perder-se-ão as noções de Pátria, de Direito e de Justiça, o próprio gosto e a razão de viver.

Para garantir essa conquista milenar da vida em comum, sem renúncia da dignidade que os individualizam, os homens precisam do Sacerdote e do Soldado: aquele para confortá-los nos momentos de dôr e de fraqueza, lembrando-lhes as grandes verdades fundamentais; e éste, para assegurar-lhes que a Pátria e a Crença estão a coberto das razões de lobo que ainda andam a invocar os profetas de falsas visões, os pregadores de falsas doutrinas, e os que, por ignorância ou covardia, não sabem ver nem ouvir, senão por olhos e bôcas dos que, miseravelmente, se levam por erros e descaminhos...

Encontramo-nos, neste instante, — religiosos, militares e civis — para reintegração no culto público, da imagem da Virgem, no limiar do Ano Mariano proclamado pela autoridade papal. Na enciclica que ordenou êsse festejo que hoje, precisamente, se inicia, Sua Santidade, — que tanto tem lutado pela harmonia entre as nações, — declarou: — “Pôsto que a paz firme, tranqüila e sincera, ainda não tenha aparecido na almas dos homens e entre os povos, tratemos todos com piedosa oração, de obtê-la plena e frutuosamente, e de consolidá-la, de maneira que, da mesma forma que a mais bendita Virgem produziu o “Príncipe da Paz”, possa também, com a sua proteção e patrocônio, unir os homens em amistoso acôrdo, e que sejam êles capazes de trocar o beijo da paz!”.

A entrega da Santa Imagem de Nossa Senhora de Copacabana às autoridades de nossa Pátria, para reinício do culto, em templo a ser erguido em terras de uma praça-forte, é bem expressivo e representa, com emoção e fidelidade o amor que temos à paz. Nossa história é uma afirmativa de pacifismo e tolerância; defendemos a integridade de

nosso território sem guerras de conquista; não temos lutas de classes, nem preconceitos de raça; acolhemos filhos de outros países; adotâmo-los e permitimos que prosperem e enriqueçam; não conhecemos desavenças religiosas; a vigilância de nossa terra e mar nada tem de agressiva ou desafiadora. Temos ou continuamos a dar, ao mundo, sinceros exemplos de cordialidade e compreensão humana.

Nossa Senhora, já escolhida para padroeira do Brasil, temo-la, agora, sob uma invocação nascida em terras estrangeiras, de volta aos altares, no pé de uma fortaleza, Nesse ato queca todos comove e empolga, está bem a síntese de nossa história e de nossa formação moral: sôbre a piedade da Cruz, a justiça da Espada!

Que Maria Santíssima, neste Ano Santo, hoje começado, em tôda a cristandade, em sua honra e louvor, volte para o mundo seus olhos misericordiosos de Mãe, e imponha aos homens a benção de suas mãos cheias de graças e de perdão.

Em nome e por delegação dos diretores da *Osa Organização Territorial*, Srs. Raul dos Santos Jacintho, Caetano Falciano, Humberto Freire e Antenor Fagundes, todos aqui presentes, tenho a honra de entregar ao Exmo. Sr. General Osvino Ferreira Alves a sagrada imagem de Nossa Senhora de Copacabana, confiada pela população carioca ao zelo e à veneração do Glorioso Exército de nossa Pátria”.

Foi então a imagem entregue ao General Osvino pelo soldado Jeovah Barbosa; aquela autoridade em rápido improviso, assegurou que a santa ficaria sob a guarda do exército até ser reconstruído o nôvo santuário.

O Capelão Geral das Fôrças Armadas, Monsenhor Pheeneey, fêz a bênção litúrgica da primeira pedra. Em seguida teve lugar a missa campal oficiada pelo Vigário de Copacabana.

3. O Cardeal oficiou ao Ministro Zenóbio da Costa, solicitando que antes de se inaugurar a capela o Exército ainda uma vez se definisse entre uma capela interna do quartel ou uma igreja pública. O Ministro respondeu optando pela igreja pública (Processo n.º 114.610-61 do SPU).

4. A 24-11-1954 o Ministro Teixeira Lott, após imponente procissão, entregou ao Cardeal as chaves da capela provisória, que foi então benta.

5. Em despacho de 19-8-1956, o Ministro Teixeira Lott: 1.º) Aprovou a construção de um muro divisório entre o

QG e a igreja. 2.º) Autorizou a construção da nova igreja. 3.º) Mandou processar a cessão do imóvel à Mitra de acôrdo com o § 3.º do art. 64 do Decreto-lei n.º 9.760 de 5 de Setembro 1946.

6. Os órgãos competentes deram parecer favorável. A 4-6-1956, o General Corrêa Lima, comandante da A. Costa, já informara à Região em Ofício n.º 6 - - § 2.º: “o terreno... não faz falta ao Forte de Copacabana e nem a êste QG.”.

7. O Presidente Juscelino Kubitschek autorizou a cessão do terreno pelo: “DECRETO N.º 41.217 --- DE 27 DE MARÇO DE 1957”.

Autoriza a cessão gratuita do terreno que menciona, situado no Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 125 e 126 do Decreto-lei número 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a cessão gratuita, à Cúria Metropolitana, do terreno situado na Praça Coronel Eugênio Franco, junto e antes do n.º 5, da rua Francisco Otaviano, no Forte de Copacabana, no Distrito Federal, com a área de 1.508,64 m² (mil e quinhentos e oito metros quadrados e sessenta e quatro decímetros quadrados) tudo de acôrdo com a planta e demais elementos técnicos, constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o número 325.961, de 1956.

Art. 2.º Destina-se o terreno a que se refere o artigo anterior à construção de uma igreja de culto católico, e reverterá ao patrimônio da União Federal, independentemente de qualquer indenização, se não fôr utilizado dentro do prazo de dois (2) anos, se lhe fôr dada, no todo ou em parte, aplicação diversa da que lhe é destinada ou, ainda, se houver inadimplemento de cláusula do termo contratual, que deverá ser lavrado no Serviço do Patrimônio da União.

Rio de Janeiro, em 27 de março de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.
Henrique Lott.
José Maria Alkimim (76)



NOSSA SENHORA DE COPACABANA
QUE SE VENERA EM SUA MATRIZ NO
RIO DE JANEIRO

*Fig. XIV — Imagem de Nossa Senhora Auxiliadora
— Venerada como Nossa Senhora de Copacabana
até 1943 na Matriz do mesmo nome na Praça
Serzedelo Corrêa.*

(Foto: João Oliveira Rocha)

8. A 4.^a D. do Gabinete do Ministro, em Ofício n.º 150 de 10-3-1958, comunicava à Mitra já ter sido assinado o Decreto n.º 43.278 de 25-2-1958, que autorizava a nova cessão e “revogava” o decreto anterior.

Eis o decreto na íntegra:

“DECRETO N.º 43.278 — DE 25 DE FEVEREIRO DE 1958

Autoriza a cessão gratuita do terreno que menciona situado no Distrito Federal e revoga o Decreto n.º 41.217, de 27 de março de 1957.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º 1, da Constituição e tendo em vista o disposto nos arts. 125 e 126 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a cessão gratuita à Cúria Metropolitana do terreno situado junto e depois do número 93 da rua Francisco Otaviano, no bairro de Copacabana no Distrito Federal com a área de 1.900 metros quadrados, tudo de acôrdo com a planta e demais elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Guerra sob o n.º 638-S-57 - I Exército.

Art. 2.º Destina-se o terreno a que se refere o artigo anterior à construção de uma igreja de culto católico e reverterá ao patrimônio da União Federal, independentemente de qualquer indenização se não fôr utilizado dentro do prazo de dois (2) anos se lhe fôr dada, no todo ou em parte, aplicação inversa da que lhe é destinada ou ainda, se houver inadimplemento de cláusula do termo contratual que deverá ser lavrado no Serviço do Patrimônio da União.

Art. 3.º Fica revogado o Decreto n.º 41.217, de 27 de março de 1957.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1958, 137.º da Independência e 70.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.
Henrique Lott (77).

(77) Coleção das Leis do Brasil — Volume II — 1958 — Atos do Poder Executivo — pg. 227.

9. A publicação dêste decreto provocou grande descontentamento no público. Reuniram-se milhares de assinaturas pedindo a permanência da igreja no mesmo local. Alegava-se: 1.º) Há um compromisso do Exército e da União, não só com a Mitra, mas também com o povo, de favorecer a reconstrução da Igrejinha naquele mesmo lugar em que estava a capela. 2.º) Afastada do mar, a igreja perderia os ultimos elos com a velha igrejinha, ex-voto de navegantes, dos quais N. S. de Copacabana é a padroeira. 3.º) Não há impedimento legal para a construção de igreja junto a um forte. 4.º) Os inconvenientes apontados provêm mais do uso da via pública do que da própria igreja. Com boa vontade, podem ser contornados. Sem boa vontade, repetir-se-ão no nôvo terreno, que é também contíguo a dependência militar. 5.º) A cessão não é revogável por decreto.

10. Entretanto, a situação jurídica é a seguinte: a primeira cessão continua em vigor. Registrada no Tribunal de Contas da União, é ato jurídico perfeito, só podendo ser desfeito administrativamente por acôrdo da Mitra. Esta continua de posse do terreno, e pode nele legalmente construir a nova igreja. É aliás o que confirmou o Dr. José Alfredo Nunes de Azevedo, Chefe da Seção de Contratos da Delegacia do Patrimônio da União, respondendo a uma consulta do Coronel Paiva Coelho, do Patrimônio do Exército, diante do Padre Antônio Lemos Barbosa, reitor da Igrejinha, e do Dr. Célio Borja, professor de Direito Constitucional e acessor jurídico da Igrejinha.

11. Mais prático seria estudar uma fórmula que concilie a permanência da igreja junto à praia com a correção dos inconvenientes alegados. Regulamentar de comum acôrdo e de forma permanente o uso da via pública fronteira à igreja limitando-se a um só lado (a cargo do Serviço de Trânsito) e, transferindo para dentro do quartel os treinamentos que desde 1957 se fazem na rua.

12. Podem-se examinar soluções ainda mais profundas: 1.º) Troca entre os terrenos do QG e da igreja. 2.º) Construção de um nôvo QG à rua Francisco Otaviano 93, às expensas da igreja, em troca do imóvel em que funciona atualmente o QG.

13. De qualquer forma, por ser inoperante e para evitar equívocos, seria conveniente expedir decreto revogando o de n.º 43.278 de 25-2-1958.

An encerrarmos os ligeiros apontamentos sôbre a história da devoção de Nossa Senhora de Copacabana, não podíamos deixar de dizer algumas palavras a respeito das imagens da virgem peruana existentes na Guanabara.

Se percorrermos os diversos capitulos desta pequena memória, onde aparece a representação de N. S. de Copacabana, observaremos que em tôdas as fotografias, estampas e medalhas existe uma discordância flagrante das mesmas. Umás são semelhantes à N. S. da Candelária, outras à da Conceição, etc.

Concluimos que a figuração ou o aspecto da imagem ficava na dependência do gôsto artístico do santeiro que executava a escultura.

Frei Agostinho, nos diversos Títulos de sua monumental obra, discorreu sôbre o fato das imagens de N. S. de Copacabana serem cópias da existente no santuário do lago Titicaca; discordamos bastante e duvidamos mesmos destas réplicas exatas. As características étnicas são totalmente diferentes; basta confrontarmos o rosto da Virgem peruana autêntica (traços incas predominantes) com o de N. S. de Copacabana venerada na Igrejinha do Pôsto Seis (aspecto lusitano perfeito, inclusive dos anjos que estão aos seus pés).

Enquanto a santa verdadeira apresenta um corpo muito pouco trabalhado sob o ponto de vista anatômico e escultórico, com formas rígidas destituídas de proporções, notamos o inverso nas representações de influência portuguesa. O imagem de N. S. de Copacabana, venerada na Igrejinha, nos oferece um exemplo de construção artistica equilibrada, panejamentos esvoaçantes e primorosamente adaptados ao modelo.

A padroeira do Brasil — Nossa Senhora Aparecida é um exemplo desta modelagem. Retirados os ornamentos, vemos uma escultura singela, destituída de panejamentos os mesmos se apresentam como que aderentes ao próprio corpo da santa. Fato semelhante ocorre com a verdadeira imagem do santuário do lago Titicaca.

Pela documentação apresentada e analisada, constatamos que apenas duas imagens são veneradas ainda hoje na Guanabara como Nossa Senhora de Copacabana.

1 — A invocada atualmente na Igrejinha do Pôsto Seis em Copacabana, considerada a verdadeira. Depois de estar assente na ermida de N. S. da Misericórdia antes de 1637

ou 1638, veio aparecer na então praia de Sacopenapan nos começos do século XVIII.

2 — A imagem venerada na Matriz de N. S. de Copacabana na Praça Serzedelo Corrêa, reprodução da verdadeira existente na Bolívia, a qual foi doada ao povo brasileiro pela sociedade daquele país amigo em 1913.

Conforme estudamos, algumas Nossas Senhoras fizeram as vêzes da Virgem peruana, como foi o caso de N. S. Auxiliadora, venerada sob êste título durante muitos anos (até 1913) na atual Matriz de N. S. de Copacabana na Praça Serzedelo Corrêa.

Quanto ao Suruí, provamos por documentação, que existiu no século XVII uma ermida cujo orago era N. S. de Copacabana e que funcionou até como paróquia. Embora não possamos afirmar por falta de documentos comprobatórios, tudo nos faz admitir que a imagem venerada atualmente na Igrejinha, esteve naquela região ao ser retirada do seu altar na Misericórdia em 1637 ou 38 para dar lugar a N. S. do Bonsucesso, indo depois em princípios do setecentismo para a Praia das Pescarias.

No atual Suruí não existe nenhuma imagem com a designação de Nossa Senhora de Copacabana.

Com tais referências encerramos essas despretensiosas notas, procurando dar uma modesta contribuição para a história religiosa do Rio de Janeiro, no transcurso das comemorações do seu quarto centenário de fundação.

O culto, difundido bastante no Rio seiscentista, foi reanimado e desenvolvido no fim do século XIX. Fenecendo nos começos do século atual, tem ultimamente tomado algum incremento nas duas igrejas sob esta invocação localizadas no bairro de Copacabana.

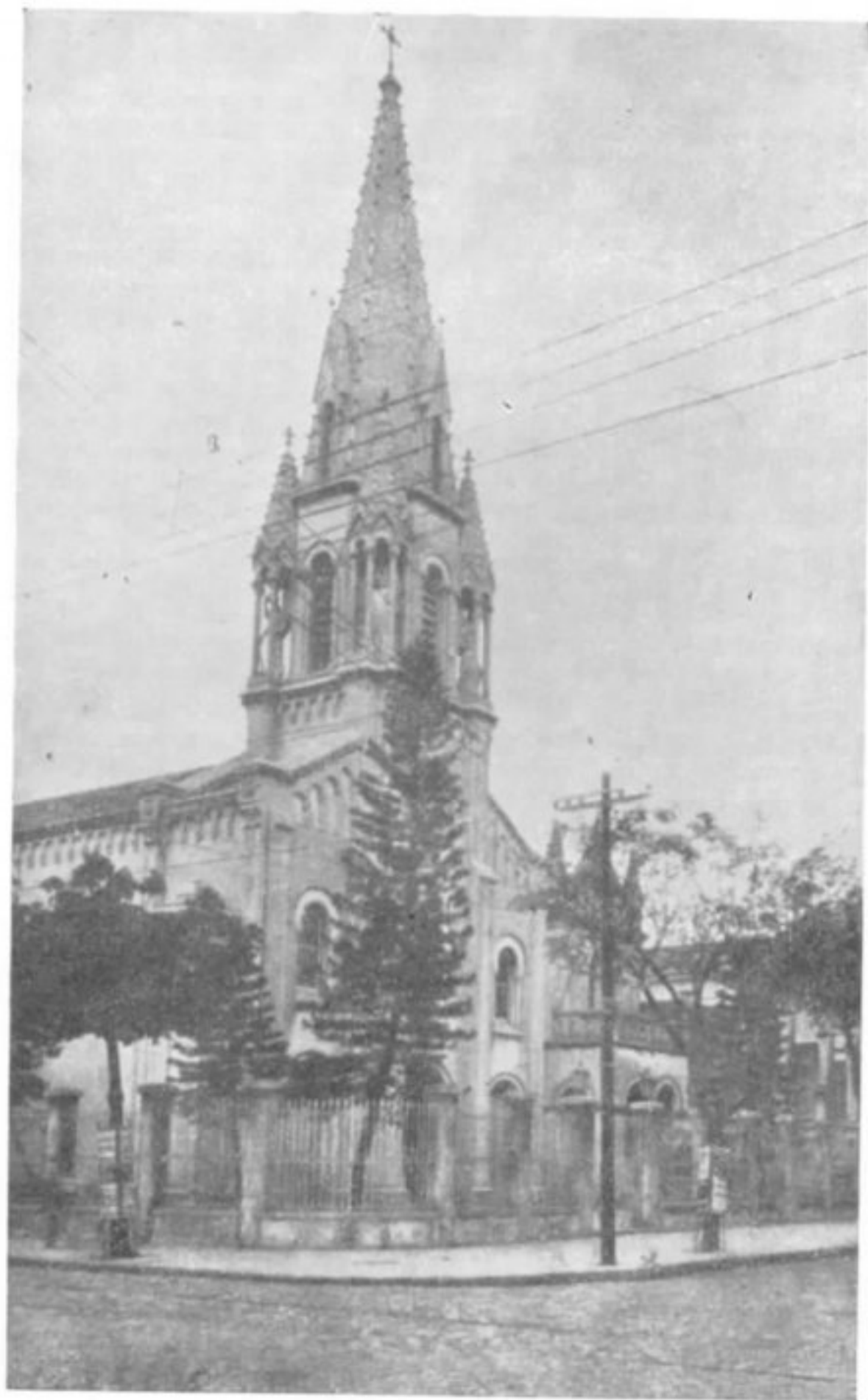
BIBLIOGRAFIA

(Obras e documentos citados nos vários Capítulos)

CAPÍTULO I

Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana, Espasa-Calpe S. A. Tomo XV — (pg. 359).

— *A Triplíce Devoção de Jesus, Maria, José* isto é os três mezes de Junho, Maio e Março coordenada por Um Padre da Congregação da Missão — Fundada por S. Vicente de Paulo. 5.^a Edição — H. Garnier, Livreiro Editor — 1888 — (pgs. 249 a 251).



*Fig. XV — Aspecto da atual Matriz de Nossa Senhora de Copacabana
na Praça Serzedelo Corrêa*

(Foto: João Oliveira Rocha)

CAPÍTULO II

- SANTA MARIA, Frei Agostinho de — *Santuário Mariano* etc. — Lisboa na Officina de Antonio Pedrozo Galvão — Anno de 1707 — Tomo Primeiro — Livro II — Título LXXV — (pg. 476 a 479).
- SANTA MARIA, Frei Agostinho de — *Santuário Mariano* etc. — Ano 1716 — Tomo V — Livro I — Título XXIII — (pg. 56 a 70).
- SANTA MARIA, Frei Agostinho de — *Santuário Mariano* etc. — Ano 1716 — Tomo V — Livro II — Título VIII — (pg. 173 a 178).
- SANTA MARIA, Frei Agostinho de — *Santuário Mariano* etc. — Ano 1723 — Tomo X — Livro I — Título III — (pg. 15).

CAPÍTULO III

- MÚRIAS, Manuel — *Apontamentos para a História dos Domínios Ultramarinos de 1580 a 1640* — in “Revista dos Centenários de Lisboa”, n.º 5, 1, de 31 de maio de 1939, pgs. 1, 2 e 4.
- VIANNA, Hélio — *História Administrativa e Económica do Brasil* — 1951 — (pg. 34).
- FAZENDA, Dr. José Vieira — *A Candelária* — in “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” — Tomo 86 — Volume n.º 140 — 1919 — (pg. 171).
- SANTA MARIA, Frei Agostinho de — *Santuário Mariano* etc. — Ano 1707 — Tomo I — Livro II — Título XXXIII — (pg. 366).
- *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana* — Espasa-Calpe S. A. Tomo 54 — (pg. 611).
- SOARES, Ubaldo — *A Velha Igreja da Misericórdia* — Achegas Históricas — Rio de Janeiro — 1955 — (pg. 8).
- FAZENDA, Dr. José Vieira — *A Sancta Casa (V) Capella* — in “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” — Tomo 89 — Volume 143 — 1921 — (pg. 192).
- CARDIM, Padre Fernão — *Narrativa Epistolar* etc. — in “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” — Tomo XLV — Parte I (1.º e 2.º Trimestres) 1902 — (pg. 54).
- *Peregrinação de Antonio Knivet no Brasil no Século XVI* — Estudo crítico para servir de contribuição á história e geographia do paiz pelo Dr. Theodoro Sampaio — in “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” — Tomo Especial Conseguido ao Primeiro Congresso de História Nacional — Parte II — 1915 — (pg. 359).
- ALMEIDA PAES LEME, Pedro Taques — *Nobiliarquia Paulistana* — ed Taunay, I — (pg. 245).
- MEDINA, Toribio — *Historia del Tribunal del Santo Oficio de la Inquisicion de Lima* — Santiago 1887 — II — (pgs. 48 e 49).
- MACHAIN, R. de Lafuente — *Los Portugueses en Buenos Aires* — Buenos Aires — 1934 — (pg. 86).
- VALEGA, José M. — *El Virreinato del Peru* — Lima — 1939 — (pg. 69).
- CORTESÃO, Jaime — *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil* — Ministério da Educação e Cultura — Coleção Vida Brasileira — pgs. 300 e 301).
- *Documento n.º 245* — in “Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro” — Volume XXXIX — 1917 — (pgs. 27 e 28).

- “*Noticias utilissimas à corôa de Portugal e suas conquistas*” — Lisboa, 31 de Outubro de 1695 — Documento n.º 1.981 — in “*Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* — Volume XXXIX — 1917 — pg. 224).
- SANTA MARIA, Frei Agostinho de — *Santuário Mariano* etc. — Ano 1723 — Tomo X — Livro I — Título III — (pg. 15).
Exposição de Arte Sacra Retrospectiva Brasileira — XXXVI Congresso Eucarístico Internacional — Rio de Janeiro — Julho de 1955.
- SANTA MARIA, Frei Agostinho de — *Santuário Mariano* etc. — Ano 1716 — Tomo V — Livro II — Título VIII — (pg. 177).

CAPÍTULO IV

- SANTA MARIA, Frei Agostinho de — *Santuário Mariano* etc. — Ano 1723 — Tomo X — Livro I — Título II — (pg. 12).
- SANTA MARIA, Frei Agostinho de — *Santuário Mariano* etc. — Ano 1723 — Tomo X — Livro I — Título II — pgs. 11 e 12).
- COARACY, Vivaldo — *O Rio de Janeiro no Século 17* — Col. Documentos Brasileiros — 39 — Liv. José Olímpio Editora — Rio de Janeiro — 1944 — pg. 138).
- *Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro*, etc. feita por Monsenhor Pizarro — in “*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*” — Tomo LXIII — Parte I — (pgs. 93 a 153).
- PIZARRO E ARAUJO, José de Souza Azevedo — *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* — 3.º Volume — (pgs. 438, 70, 65 a 69).
- FAZENDA, Dr. José Vieira — *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro — A Egrejinha da Copacabana* — in “*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*” — Tomo 86 — Volume 140 — 1919 — (pg. 347).
- “*Escrituras e notas de doação da igreja da Candelária, Inhauma, Copacabana, Guaratiba, Surubi e outras*” — Manuscrito pertencente ao Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Arquivo Lata 47 — Manuscrito — 1.102.

CAPÍTULO V

- PIZARRO E ARAUJO, José de Souza Azevedo — *Relação das sesmarias*, etc. — in “*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*” — Tomo LXIII — Parte I — (pg. 113).
- PASSOS, Alexandre — *O Rio no tempo do “Onça”* — Col. Cidade do Rio de Janeiro — (pg. 152).
- COARACY, Vivaldo — *O Rio de Janeiro no Século 17* — 1944 — (pg. 117).
- PIZARRO E ARAUJO, José de Souza Azevedo — *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* — Volume I — 1945 — (pgs. 62 e 63).
- LISBOA, Balthazar da Silva — *Anaes do Rio de Janeiro* — Tomo V — Capítulo IV — 1835 — (pgs. 275 e 276) — Biblioteca do IHGB.
- “*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*” — Tomo n.º LXIX — Parte I — 1908 — pg. 56).
- LIMA JUNIOR, Augusto de — *Notícias Históricas* — Livros de Portugal S. A. — 1953 — (pgs. 77 e 78).

- FAZENDA, Dr. José Vieira — *A Egrejinha de Copacabana* — in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Tomo 86 1919 — (pg. 348).
- *Relaçam da entrada que fêz o exmo. e Revmdo. D. António do Desterro, etc.* — Rio de Janeiro, na Segunda Oficina de Antônio Isidoro da Fonseca, 1747.
- "*Escrituras e notas de doação etc.* — Manuscrito do I. H. G. B. — Lata 17 — Manuscrito 1.102.
- Anais da Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro — *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar, organizado por Eduardo de Castro e Almeida* — Volume L — 1928 — (pg. 481).
- LISBOA, Balthazar da Silva — *Anais do Rio de Janeiro* — Obra editada pela P.D.F. — 1941 — (pg. 46).
- *Livro do Tombo das Terras da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro* — P.D.F. — 1930 (pgs. 28 e 29).
- LISBOA, Balthazar da Silva — *Annaes do Rio de Janeiro* — Tomo n.ºVI — 1835 — (pg. 238).
- *Jornal do Comércio de 13 de Setembro de 1896.*
- *Correio da Manhã de 25 de Julho de 1956.*

CAPÍTULO VI

- GRAHAM, Maria — *Diário de uma Viagem ao Brasil e uma Estada nesse País durante Parte dos Anos de 1821, 1822 e 1823* — 1956 — (pg. 301).
- DEBRET, Jean Baptiste — *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* — Tomo II — (Volume III) — (pg. 286).
- Schlichthorst, Carl — *Rio de Janeiro como é* — 1824 — 1826 — pgs. 176 e 177).
- KIDDER, Daniel Parrish — *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil 1941* — pgs. 103 e 104).
- *Jornal do Comércio de 13 de Setembro de 1896.*
- *Crônica Fluminense da Folhina Laemmert.*
- ENEIDA e PAULO BERGER — *História dos Subúrbios — Copacabana* — Departamento de História e Documentação da P.D.F. — 1959.
- *Almanak Laemmert de 1896.*

CAPÍTULO VII

- *Relatório do Marquês de Lavradio, etc.* — in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Tomo 4 (Volume 4) — 2.ª Edição — 1863 — (pg. 428).
- AZEVEDO, Dr. Moreira de — *O Rio de Janeiro* — 2.º Volume — Rio — 1877 — B. L. Garnier — (pg. 510).
- SOUZA, Augusto Fausto de — *Fortificações do Brasil* — in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Tomo número XLVIII — Parte II — 1885 — (pg. 112).
- PINTO, Odorico Pires — *Da Igrejinha ao Forte de Copacabana* — 1959.
- Album de "*Recortes de Jornais*" coligidos por Antonio Pimentel Winz — Volumes 3 e 4.

- *Coleção das Leis do Brasil* — Atos do Poder Executivo — Volume 1 — 1910 — (pg. 217).
- *Coleção das Leis do Brasil* — Atos do Poder Legislativo — Volume 1 — 1918 — (pg. 44).
- *Coleção das Leis do Brasil* — Atos do Poder Executivo — Volume 2 — 1918 — (pg. 162).
- BARRETTO, Coronel Anibal — *Fortificações do Brasil* — Volumes ns. 250 e 251 — 1958 — (pgs. 246 e 247).
- ENEIDA e PAULO BERGER — *Copacabana* — 1959 — (pg. 44).

CAPÍTULO VIII

- CARVALHO, José Carlos de — *Igreja do Senhor do Bonfim de Copacabana* — Rio — 1917.
- *Jornal do Brasil de 27 de Julho de 1943* — Notícia existente no álbum de “*Recortes de Jornais*” pertencente a Yolanda Marcondes Portugal.
- Álbum de “*Recortes de Jornais*” coligidos por Clementina Pimentel Winz — Volume 1 — *Diário de Notícias de 9 de Dezembro de 1953*.
- *Coleção das Leis do Brasil* — Atos do Poder Executivo — Volume 2 — 1957 — (pg. 662).
- *Coleção das Leis do Brasil* — Atos do Poder Executivo — Volume 2 — 1958 — (pg. 227).

UMA RUA CHAMADA MARRECCAS

GILDA MARINA DE ALMEIDA LOPES

Conservador-chefe da Secção de Pesquisas do Museu da República

Paulo Barreto, o delicioso cronista João do Rio, diz no seu livro "A Alma encantadora das ruas":

"Oh! sim, as ruas têm alma! Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras, infames, ruas sem história, ruas tão velhas que bastam para contar a evolução de uma cidade inteira, ruas guerreiras, revoltosas, medrosas, spleenéticas, snobs, ruas aristocráticas, ruas amorosas, ruas covardes que ficam sem pinga de sangue...".

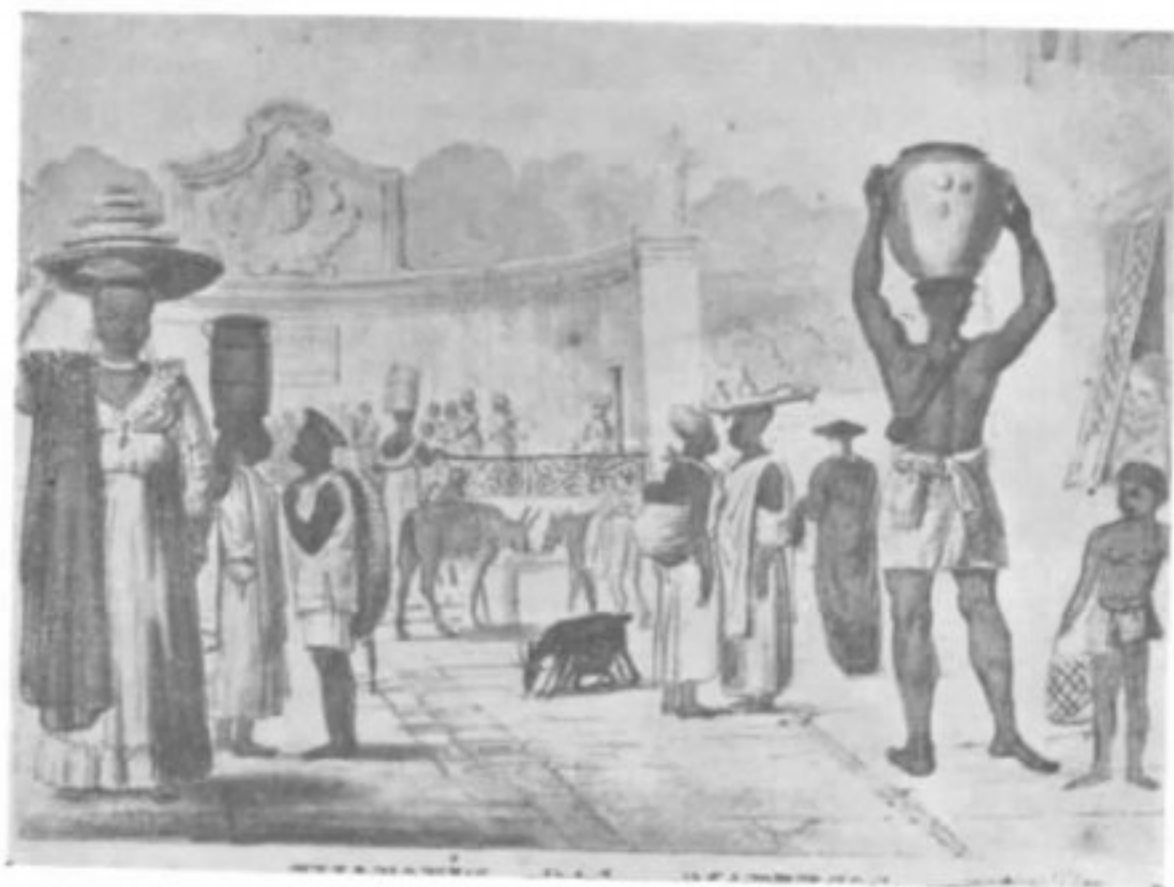
O nosso Rio de Janeiro tem muitas ruas assim, ruas que narram a sua história, ruas tão vivas e palpitantes até hoje, que a estulticia dos seres humanos não consegue aniquilá-las.

Entre essas, incontestavelmente, está a rua das Marrecas. Nasceu, cresceu, desenvolveu-se como qualquer criatura, teve seu apogeu, decaiu, tornou-se uma rua de prostíbulos, mas nunca chegou a morrer, pois tem a defendê-la os manes de Mestre Valentim da Fonseca e Silva.

Foi no ano de 1783 que Mestre Valentim deu por terminadas as obras do Passeio Público das quais fôra encarregado pelo Vice-rei D. Luiz de Vasconcelos.

Joaquim Manoel de Macedo (Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro) narrou as românticas origens desta bela realização do simpático vice-rei.

Além do genial mestiço, Mestre Valentim, responsável por tôda a obra, os conhecidos artistas coloniais Leandro Joaquim, Francisco Xavier Cardoso Caldeira (Xavier dos Pássaros) e Francisco dos Santos Xavier (Xavier das Conchas), contribuíram brilhantemente na decoração dos pa-



*Chafariz das Marrecas — (desenho aquarelado de Armand
Julien Pallière)*

(Gabinete de Fotografia do M. H. N.)

Chamou-se rua André Rebouças, por proposta de José do Patrocínio, nos dias da Abolição. Foi, em duas ocasiões, rua Barão do Ladário (José da Costa Azevedo), último dos Ministros da Marinha de D. Pedro II, único monarquista ferido no dia 15 de novembro. A República iria pagar mais tarde o seu tributo de sangue.

Nos nossos dias, trocaram o nome tradicional pelo de um senhor estrangeiro. Os simpáticos palmídes cederam lugar a Juan Pablo Duarte, prócer da Independência da República Dominicana.

Nada temos contra êste ilustre senhor, mas achamos que o seu nome poderia ter sido dado a qualquer outro logradouro nôvo, que não tivesse um passado, que não fôsse um simbolo vivo das nossas mais caras tradições.

Um país sem tradições está fadado a desaparecer. Portugal conservou todos os seus nomes antigos, lá estão, até hoje, o seu Paço das Necessidades, o seu Cemitério dos Prazeres e uma infinita variedade de denominações pitorescas.

Esse nome "Marrecas" nos lembra, a cada passo, o vulto do Mestre Valentim. Êste, no Rio de Janeiro, o Aleijadinho, em Minas Gerais e o Chagas, na Bahia, formaram o triângulo máximo da nossa arte colonial.

O chafariz foi demolido em 1902, por motivo das obras de ampliação dos quartéis de Polícia que substituíram os Barbadinhos e Roda dos Expostos.

Dêle, temos ainda as duas belas estátuas de Éco e Narciso, recolhidas ao Jardim Botânico, por iniciativa do Doutor Barboza Rodrigues, e duas marrequinhas de bronze, cuidadosamente abrigadas no Museu da Cidade. A lápide com inscrição latina está desaparecida.

As duas marrecas estiveram primeiro no Arquivo Municipal e de lá foram transferidas para o Museu.

Noronha Santos diz que três foram ofertadas pelo Coronel Luís Cintra ao Instituto Arqueológico de Pernambuco. Magalhães Corrêa (Terra Carioca) localiza uma delas na Bahia.

Aí já estaríamos com seis, e não cinco marrequinhas. São precárias essas localizações, não conseguimos comprová-las.

As únicas, até agora encontradas, são mesmo as duas do Museu da Cidade. Elas trazem a data de 1880, ano em



As duas marrequinhas do Mestre Valentim
(Foto gentilmente cedida pela Direção do Museu da Cidade)

Para sua reabilitação, foi “nela” que durante muitos anos, o ilustre médico, há pouco desaparecido, Prof. Agenor Porto teve seu consultório.

A figura austera, as faces coradas, parecendo mais um próspero negociante português, os olhinhos vivos e penetrantes, assim era o homem dos diagnósticos infalíveis, o grande clínico que todo o Rio de Janeiro conheceu e admirou.

Agenor Porto ainda era daqueles médicos que nunca procuraram fazer da Medicina um vil comércio.

Carregada de experiências várias, crestada por uma vida de quase dois séculos, a rua das Marrecas, imagem viva desta nossa encantadora, extraordinária, contraditória cidade se prepara para o Quarto Centenário da sua “urbs” maravilhosa. E se prepara, com uma nova vitória das marrequinhas do Mestre Valentim.

O Governador Lacerda inteligentemente assinou um decreto, devolvendo a alguns logradouros públicos, seus nomes tradicionais. Entre êstes, está a rua Juan Pablo Duarte. O nome episódico vai desaparecer, fica o eterno, o humilde, o delicioso nome que atravessou o lento evolucionar das gerações — Rua das Marrecas!... Rua das Marrecas!...

ESTÁCIO DE SÁ — PRIMEIRO CONQUISTADOR E FUNDADOR DESTA TERRA E CIDADE

CLOVIS BORNAY

Conservador do Museu Histórico Nacional

A posteridade só consagra quem tem realmente valôr.

O tempo é inexorável: mata o que é belo e destrói o que é bom. Sòmente uma personalidade marcante pôde resistir a ação destruidora das gerações que se succedem.

Nessas considerações figura Estácio de Sá, individualidade de escól, máscula, de grande valôr intrínscico, em todos os lances de sua gloriosa e curta vida, deu inequívocas provas de sua coragem de altitude e de imenso destemor.

Era, indubitavelmente, um nobre. Nobre pelo espírito e pelo coração. Sua nunca desmentida bravura o eleva acima da craveira comum. Tem o direito de ser — um homem excepcional.

Inteligente e valoroso, com títulos que comprovam as nossas assertivas, Estácio de Sá, está incorporado definitivamente no patrimônio histórico do Brasil.

Homem de elevada estirpe, saiu de sua terra com a primordial finalidade: expulsar os invasores do nosso litoral.

Católico intransigente, sobrinho de Mem de Sá, o nosso primeiro Governador Geral não podia ficar indiferente a situação em que se encontrava seu tio. Sendo designado para auxiliar o mesmo, atendeu efusivamente às ordens do Rei.

Embarcou sem relutância, demonstrando incomum civismo, enfrentando galhardamente um mundo desconhecido, conservando-se sempre em guerra, até a sua morte, com os Franceses e os Índios Tamoios, aos quais derrotou muitas vêzes por mar e terra. Isso era o início da existência, aventuresca do grande Capitão-Mór. Jovem e idealista não podia fugir a fôrça do seu destino: à predestinação para lutar.

Lutou desassombradamente, numa pujante expressão de coragem, dignificando sua raça lusa e dando uma linda lição aos pósteros.

A Psicologia hodierna diz que o homem é fator de duas coisas: ambiente hereditariedade. Ninguém pode fugir às funções ambientais e as inflexíveis leis atávicas.

O estudo psicológico de Estácio revela o meio em que atuou.

O meio que aperfeiçoa o indivíduo e aprimora o ser. Já se banalisou a afirmativa: “o homem é produto do meio”. Além de revelar o meio em que viveu Estácio de Sá, podemos por ilação, tirar conclusões da beleza do seu caráter.

Se era descendente de nobres, tendo nas suas veias o sangue puro de ancestrais veneráveis, sobrinho de um homem de extraordinárias qualidades positivas, tinha, inelutavelmente, por via de sua ancestralidade de ser dotado de muita grandeza de alma.

Grandeza esta sempre proclamada em todos os seus atos, reconhecida de todos os seus contemporâneos e exaltada pelos estudiosos de nossa história.

Os historiadores não se cansam em louvar a atuação decidida do Capitão-mór. Em todos os lances não transgrediu, nem vacilou. Estava sempre de ânimo varonil, disposto para o combate. Não temia o inimigo. Enfrentava de frente, com segurança, tendo confiança nos seus subordinados.

Nos momentos heróicos não perdia a fé, até no trágico instante de ser ferido traiçociramente com uma flechada no rosto, não esmoreceu, e, a luta continuou.

O designio imprescrutável do seu destino tinha-se realizado: deixou o marco de uma cidade, que seria mais tarde a mais pitoresca e a mais bela cidade do mundo.

Quem nasce predestinado tem que passar pelo tribunal da História. Esse tribunal consagra ou acusa. E Estácio de Sá coluna dórica da nossa nacionalidade está memoravelmente inscrito com letras de bronze nos anais da História.

A vinda dos Jesuitas para o Brasil tem sido paradoxalmente louvada e malsinada. Para uns, êles foram o entrave na civilização brasileira. Para outros, os Jesuitas, foram os pioneiros da nossa evolução, da nossa cultura e do nosso progresso. A cultura, segundo P. A. Bastide, “não pôde senão designar um certo desabrochar da inteligência, em virtude do qual se torna o homem mais humano, isto é, mais apto a compreender e a amar os outros homens. A cultura

é a parte da inteligência na obra da civilização”. Ressalta, assim, a verdade histórica em reconhecer á efficientíssima colaboração desta ordem religiosa na fundação da primeira povoação.

Nóbrega e Anchieta foram incansáveis cooperadores dos portugêses nos minutos culminantes e inesquíveis da luta contra os invasores. Em todos os transes êles estavam presentes com a sua palavra e o seu exemplo. O auxílio dado é inestimável e continua inapagável na gratidão dos brasileiros.

Diz uma autoridade: “a expedição de 1560 não foi completa, porque os franceses se ocultaram com os Tamoios, na terra firme, continuando assim de posse do Rio de Janeiro. Para os expulsar de vez, armou Mem de Sá, outra frota sob o comando de Estácio de Sá, ajudado dos Jesuitas, que lhe forneccram poderosos contingentes indigenas do Espirito Santo (Terminimos) e São Vicente (Goianases). Não se póde perceber a importância do auxílio sem lhe conhecer os comoventes pormenores, quais o apasiguamento do gentio por Nóbrega e Anchieta em Iperoig, e a atração de decididos *Morubixabas*, como Araribóia, que, em canoas, deslizando ao longo da costa, afruiram a guerra aos odiados Tamoios”.

O insigne historiador Damião Perez, no seu conhecido e comentado livro *História de Portugal*, acentua: “O padre Nóbrega que se encontrava com Anchieta no campo portugês, tendo compreendido o perigo de protelar semelhante situação enviou o seu companheiro à Bahia com a incumbência de explicar ao Governador Geral o perigo em que todos se encontravam’...

Os indigenas também prestaram relevante serviço aos portugêses.

Não se póde negar a fundamental contribuição dos gentios na expulsão dos franceses.

O método estratégico de Estácio de Sá estava acima do seu meio e do seu tempo. É espantoso, admirável mesmo, como o moço guerreiro tinha tanta experiência na arte de lutar, apesar de alguns insucessos nos primeiros combates, não arrefeceu o seu entusiasmo, tinha consciência do seu dever e da justa causa que defendia.

Veiga Cabral, incontestável historiógrafo, escreve: “Atendendo ao pedido, aqui chegou em fins de 1564, Estácio de Sá, à frente das fôrças requisitadas, já então aumentadas com a ajuda que recebera de Nóbrega, saltou na Praia

Vermelha, e, no istmo entre os morros Cara de Cão (hoje São João) e o Pão de Açúcar fundou no dia 1 de março de 1565 a povoação que recebeu o nome de São Sebastião, em honra ao Rei de Portugal”.

“Determinado o local para a povoação, cuidou-se antes de tudo afanosamente, dos trabalhos de fortificações, roçando-se no alto e na encosta da colina (de São João) uma boa área, e, construindo-se imediatamente ali uma tranquiera provisória, de onde se desvendava grande parte da baía. Logo que as agressões dos franceses e Tamoios arrefeceram e deixaram os ocupantes, um pouco de calma, ordenou Estácio de Sá que se preparasse na várzea (entre o pico já fortificado e o Pão de Açúcar) um assento mais vasto para a cidade: Apainado o terreno e derrubada as matas contíguas “murou-se o recinto da cidade” e “fez-se um baluarte muito forte de taipa de pilão, com muita artilharia dentro, com 4 ou 5 guaritas de madeira e taipa-de-mão, tôdas cobertas de telhas, trazidas de São Vicente. Improvisaram-se “Casas de madeira e barro”, cobertas de palha (“de umas palmas feitas e cavadas como talhas e telhas que é grande defensão, contra o fogo”).

Uma mera cêrca de pau-a-pique e umas míseras casas de palhas deu início a futura cidade, partindo da várzea, entre São João, do lado do mar e a Urca e o Pão de Açúcar do lado da terra. Em seguida mandou abrir trincheiras, erguer muralhas, construir casas, lançando assim os fundamentos da cidade futura, deixando aquela parte do litoral brasileiro com uma povoação sòlidamente fortificada. A qual, seria depois da sua morte, transferida para o morro do Castelo.

O sítio escolhido era defensável mas acanhado; bom para vigiar a barra, pois os navios que entrassem passariam pelo campo de tiro dos seus canhões, mas não para povoação desejada.

Em honra ao Rei de Portugal, e, sobretudo ao seu celestial patrono recebeu o nome de Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

O padre Gonçalo de Oliveira mandou erigir uma igreja — pequena palhoça. Nela se venerava o santo mártir.

Sua clarividência deu logo armas ao pequeno arraial, não deixando sombra de dúvidas quando a concrêta fundação da “urbis”, futura cidade — capital.



Estácio de Sá — Baixo relêvo, bronze. M.H.N.

Entretanto, só 6 dias após, iniciaram a terrível hostilidade por parte dos Tamóios, que se incorporaram ao grupo inimigo, isto é, os franceses.

Contudo, Estácio, não desejava iniciar a luta. Os franceses, todavia eram implacáveis e constantes nos seus assaltos. A 1 de junho uma grande frota francesa acompanhada de imensa massa indígena, assaltaram a recém fundada cidade. A energia do comandante luso veio a baila: investiu contra as forças estrangeiras tendo conquistado expressivo êxito.

A situação ficou periclitante apesar do sucesso inicial. Assim, durante 1 ano e meio permaneceu a atmosfera com certo constrangimento para os portugueses.

A ação de Nóbrega se fez sentir: enviou Anchieta até a Bahia com a finalidade de argumentar perante o Governador Geral angustiosa situação e o clima moral em que estavam os portugueses.

Imediatamente, Mem de Sá, atendeu a solicitação. Organizou uma expedição e veio pessoalmente comandando em auxílio ao seu sobrinho para culminar com a expulsão dos franceses.

Estácio recebeu a flechada no rosto no auge da luta e de sua carreira militar.

Em fevereiro de 1567, terminava uma vida, tóda ela dedicada ao bem da comunidade e obdiência ao seu Rei. Foi uma existência trágicamente marcada para a glória.

Seu corpo foi sepultado na igreja que tinha fundado na mesma povoação, com tódas as honras funebres que por direito merecia.

Depois de muitos anos foram trasladados os seus restos mortais para a Igreja Matriz de São Sebastião, no morro do Castelo.

Seu primo SALVADOR CORRÊA DE SÁ, mandou lavrar uma lápide, onde se lê o seguinte epitáfio:

“Aqui jaz Estácio de Sá primeiro conquistador d’esta terra e cidade.

E a campa mandou fazer Salvador Corrêa de Sá seu primo; segundo capitão, e governador com suas armas; e essa capela acabou o ano de 1583”.

Estácio de Sá foi insubstituível, basta se verificar que durante 2 anos não teve a novel cidade nenhum governador

particular. Mem de Sá ficou responsável pelos destinos da comunidade até os fins de maio de 1568.

No ano que se comemora pomposamente o 4.^o centenário do Rio de Janeiro não era crível o esquecimento de quem o fundou.

Se o Museu Histórico tem por fundamental escopo venerar as coisas do passado, nós, que somos Museólogos, temos o indeclinável dever de venerar a memória de quem a dignificou.

Até hoje, deploravelmente, a figura insinuante e heróica de Estácio de Sá, tem sido olvidada. Não há, um só monumento, que, condignamente comemore os seus feitos.

Exaltar o seu nome e lembrar a sua lição é tarefa de vera brasilidade.

ESTÁCIO DE SÁ

O fundador da cidade

Não há controversias entre os estudiosos e doutos da nossa História: Estácio de Sá, foi, indiscutivelmente, o fundador da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Além de ter sido a glória de ser o fundador foi o seu primeiro governador.

Estácio de Sá chegou no continente americano a 6 de março de 1565, diz a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, tomo 1 — 1.^o trimestre de 1839, pg. 305. Entretanto, a Enciclopédia Delta Larousse com a sua autoridade, afirma, judiciosamente, na sua pág. 952: (Com as duas náus e oito navios menores, um dos quais, a galé “Conseição”, comandada por seu sobrinho Estácio de Sá (16-1-1560), foi pessoalmente ultimar à rendição a ilha de Willegagnon, governada por Boisle — Comte.”).

Como se verifica há discrepancia entre os historiadores em relação a data da chegada de Estácio ao nosso continente.

Todavia, podemos com visos de verdade, afirmar, que, a fundação da cidade se realizou em 1 de março de 1565. Governou a fortaleza-Cidade entre 1 de março, dia do desembarque, a 18 de janeiro de 1567, quando ali chegou Mem de Sá, para assumir a direção da campanha na fase final.

Consultando as Efemérides Brasileiras encontramos “1565 — Estácio de Sá lança os fundamentos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro na várzea entre o Pão de Açúcar e o morro Cara de Cão.

1567 — Men de Sá transfere o assento da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que Estácio de Sá fundara dois anos antes na várzea entre o Pão de Açúcar e o Cara de Cão, para o morro do Castelo.

Os historiadores unissonos estão de pleno acôrdo com a mencionada data.

A chama vertiginosa do progresso modificou o aspécto topográfico do Rio de Janeiro.

O morro do Castelo por imposição do desenvolvimento teve que ser arrasado. A Igreja Matriz de São Sebastião foi demolida, por isso, os restos mortais do fundador, foram transladados para o templo situado na Tijuca, onde, até hoje se conserva o 1.º marco da cidade e a pedra tumular do grande Capitão-mór.

Convém, ressaltar, que, ainda no morro do Castelo, Estácio de Sá, recebeu comovente homenagem do Imperador do Brasil, D. Pedro II: Com tôda a sua magestade, ajoelhou-se e orou diante da cripta funcbre daquele que foi o verdadeiro fundador e 1.º governador da nossa tão querida cidade.

A análise que empreendemos dos documentos, attribuindo a Estácio, arauto da concepção das armas da cidade, cuja prioridade não há dúvida nenhuma, chegamos a um critério que nos parece obedecer mais imparcial e rigorosamente a verdade histórica.

Adotou as três setas do martírio do seu patrono. Tão bem escolhidas pelo próprio fundador da cidade, deixou dúvidas durante algum tempo aos heraldistas, quanto, a razão das setas como emblema: se as longiquas setas que figuravam nas armas da cidade representavam as históricas setas dos Tomoios ou se eram devidas as setas do santomartír, as quais, é fóra de dúvida ter-se inspirado, uma vez que, São Sebastião, era o padroeiro da cidade que se iniciava.

Atentando na vida e feitos do Capitão-mór, poderíamos concluir, numa acepção mais larga, que as setas, antecipavam seu ingresso na galeria dos heróis, e, o fim da tragédia épica que o conduziu para a morte, para os combates e para a glória.

Finalizando o nosso trabalho sôbre a figura extraordinária de Estácio de Sá, não podemos fugir ao fascínio de

transcrever as suas palavras lapidares, pela sua profunda significação simbólica:

“Assaz justificada está nossa vingança; não será bem que continuem tantos danos, nem que se diga pelo mundo, que, tendo metido na emprêsa tanto poder, Portugal, o Brasil, o Rei e o Estado, ficaram uns e outros frustados. Acabe-se de uma vez esta praga, tirem-se de assombro os moradores, livre-se a terra, levantemos nela cidade e fique esta por memória de nossa resolução e trabalhos”.

BIBLIOGRAFIA

“Revista do Instituto Histórico e Geográfico” — Tomo I — 1.º trimestre 1839.

Dicionário Delta Larousse.

CABRAL, Veiga — *História do Brasil.*

PEREZ, Damião — *História de Portugal* — Vol. V, pág. 406.

Documento existente na Biblioteca Episcopal Fluminense.

RIBEIRO, Clovis — *Brazões e Bandeiras do Brasil.*

RIO BRANCO, Barão — *Efemerides Brasileiras.*

VASCONCELOS, Simão — *Vida do Venerável Padre José de Anchieta.*

ANTUNES, Paranhos — *Estudos de História Carioca.*

BREVE RELATO SÔBRE A IGREJA DO CARMO

THEREZINHA DE MORAES SARMENTO

Conservadora do Museu da República

Dentre as Igrejas do Rio de Janeiro, a da Venerável e Arquiepiscopal Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, cuja história acompanha a da evolução da cidade, é das que se destacam, não só por suas linhas arquitetônicas como ainda mais pelos trabalhos preciosos no seu interior.

A Ordem dos Religiosos Carmelitanos data do princípio do século XII. Seu nome vem do Monte Carmelo, na Síria, onde consta ter sido a morada do profeta Elias, patriarca da Ordem, e construído o primeiro convento da congregação. Tornando-se numerosos em poucos anos, os Carmelitas receberam em 1209, de Alberto, patriarca de Jerusalém, uma regra de observança que, em 1227, foi confirmada por letras do Papa Honório.

Introduzidos na Europa em 1328, por São Luís, só em 1452 foram seguidos das Religiosas observantes da mesma regra que, reformada por Santa Thereza, foi adotada na Espanha a 24 de agosto de 1562, havendo então em Portugal uma filiação àquela Ordem religiosa.

No reinado do cardeal D. Henrique, foi ordenada em Lisboa a expedição de uma esquadra para a colônia recém formada da Paraíba. Nela embarcaram alguns religiosos Carmelitas, a fim de fundar mosteiros para a propagação do culto e fazer a catequese dos índios. A extensão dos Carmelitas ao Brasil, teve geral aprovação em Portugal e Espanha, países que constituíam uma só província de obediência religiosa ao Padre Vigário Geral neste último reino.

Ficaram os religiosos sob os auspícios do Bispo do Brasil, Frei Antônio Barreiros, até que, em 1583, foi determinada a fundação do Convento do Carmo, em Olinda, Per-

nambuco. Depois dêste vários outros foram construídos, e para comissário dêles foi nomeado Frei Pedro Vianna, que foi direto à Santos juntamente com outros religiosos. Em 1589 passou Frei Pedro Vianna à Capitania do Rio de Janeiro, para aqui fundar o Convento do Carmo.

A vinda dos Carmelitas já era esperada, pois, antes da sua chegada, um devoto da Ordem obtivera para êles cessão, por parte de Chrispim da Cunha e outros, de terras para que construíssem o seu convento no morro que logo passou a ser chamado “do Carmo”, e que é hoje o de Santo Antônio. Como essa localização não agradasse aos frades, a sua desistência permitiu que as citadas terras fossem doadas aos Franciscanos.

Em vez de situação nos altos que circundavam a cidade, como haviam preferido as demais ordens monásticas, os Carmelitas optaram pela permanência a beira mar, onde desde o início haviam sido instalados, na Ermida do Ó, por ordem de Salvador Corrêa de Sá. Em 1582, construíram no mesmo lugar uma habitação mais espaçosa, obtendo em seu favor uma ordem régia para que não construíssem naquela praça, já então denominada “do Carmo”, prédios que pudessem tirar a vista que tinham do seu convento para o mar. A Ermida do Ó, que estava situada exatamente onde é hoje a catedral, apesar das obras feitas pelos Carmelitas, não mais os comportava satisfatoriamente. Isto levou os Religiosos a conseguirem, em 1611, mais terras junto à Ermida para edificar o convento, cuja construção teve início em 1619.

A dezenove de julho de 1618, reunidos no convento dos Carmelitas desta cidade os irmãos professos em Portugal, Dr. Balthazar de Castilho de Andrade, André da Rosa e Francisco Nunes, manifestaram ao Reverendo Padre Vigário do mesmo convento, Frei Antônio dos Anjos, a necessidade e desejo que tinham de instituir, como já havia em Portugal, a Ordem Terceira do Carmo. A idéia foi recebida com entusiasmo e, imediatamente, fundada a “Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo”, havendo sido nomeado comissário Frei Inácio da Purificação. Foi eleita a primeira Administração, da nascente Ordem Terceira no Rio de Janeiro, ficando como Prior o Dr. Balthazar de Castilho de Andrade.

Em 1658, instituiu a Ordem Terceira a procissão do Entêrro, na qual, além do esquife do Senhor, eram levados

cinco andores com os Passos da Paixão de Cristo. Foi também criada a procissão do Triunfo que, com o andor da Senhora das Dores, saía na sexta-feira antes do domingo de Ramos. Estas procissões eram muito concorridas e atraíram muitos irmãos para a Ordem.

Com o consentimento dos frades Carmelitas, os Terceiros realizavam o seu culto na igreja do convento. Em princípios de 1661 o Prior, João Dias da Costa, determinou em sessão da Mesa Administrativa, edificar uma capela própria para a Congregação. Construíram-na nos fundos da igreja, dentro da cêrca do convento, sem comunicação externa, cumprindo o que lhes havia prescrito o padre mestre, Frei Inocência da Purificação, nas atas das instruções que os regiam, reformadas pela terceira vez em 1652. A trinta de novembro de 1661, passaram a realizar o culto na capela que denominaram “Capela da Paixão de Cristo”, cujas obras só terminaram em outubro de 1669.

Desejando os Terceiros aumentar o número de imagens para o culto dos Passos do Senhor, e dar mais solenidade às cerimônias da quaresma, sentiram necessidade de maior espaço. Em 1692 pediram licença aos religiosos, e a conseguiram, para construir no claustro oito capelas, sendo quatro de cada lado, comunicando com a Capela da Paixão de Cristo. Cada uma dessas capelas tinha duas chaves; uma para ser guardada pelo Irmão Vigário do Culto Divino e outra pelo Prior do convento. A cinco de dezembro de 1692, foi lavrada uma escritura dêsse contrato.

Aumentando gradativamente o número de Irmãos da Ordem Terceira, e conseqüentemente os bens patrimoniais, resolveu a sua Administração em 1749, sob o priorado de Gonçalo Gonçalves Chaves, edificar uma nova capela com maiores comodidades para os exercícios espirituais. Dificuldades impediram que fôsse começada a obra naquele ano, limitando-se êles a colocar dois marcos no terreno que haviam escolhido, quando o Senado da Câmara alinhou a rua Direita, atual Primeiro de Março.

É somente na Administração seguinte, da qual é prior Pedro da Rocha, que começará a construção da nova igreja. Pediram licença ao Bispo do Rio de Janeiro, D. Frei Antônio do Destêrro, para a edificação da igreja, havendo sido ela concedida a trinta e um de janeiro de 1752. A onze de setembro de 1752, decidiu a Mesa encomendar o mármore para a construção da capela mór, incumbindo o Irmão Procurador, Capitão Pedro Corrêa Lima, que se dirigia a Por-

tugal, que o mandasse de lá. Para as primeiras despesas foram remetidos quatro mil cruzados.

Mas a obra não teve seguimento porque a Administração seguinte não concordou com as deliberações tomadas pela anterior, achando que o culto religioso podia continuar a ser exercido na igreja dos carmelitas.

Sòmente a cinco de maio de 1751, sendo Prior Thomé Gomes Moreira, a Mesa Conjunta resolve a execução da obra da nova capela. Em 1755, principiaram os alicerces da mesma e, a dezesseis de julho do mesmo ano, foi lançada a pedra fundamental com cerimonia imponente. No pergaminho ali colocado, constavam os nomes do então Pontífice da Igreja de Deus, Rei D. José, do Bispo daquela diocese, D. frei Antônio de Destêrro, e do Governador, General Gomes Freire de Andrade.

Progredindo a obra da igreja, os Carmelitas, temerosos da concorrência, pois ao lado tinham o seu convento e a igreja, sendo que esta já bastante arruinada, dirigiram à Ordem uma carta, datada de dois de agosto de 1755, na qual pretextavam sofrer prejuízos em uma janela do seu côro. Debalde procuraram os Terceiros conciliar a situação. Não desistiram os Religiosos dos embargos requeridos contra a obra após terem enviado a carta. A Ordem continuou-a, apesar da luta judicial. O risco que se achava em execução, quanto ao interior da capela, não foi adotado, pois que não comprehendia os dois púlpitos que ali ora se vêem. Em substituição àquêle risco primitivo, alguns irmãos ofereceram novas plantas, sendo preferido, pela Mesa Conjunta de dezesseis de novembro de 1755, o desenho apresentado pelo Irmão Francisco Xavier Vaz de Carvalho.

A contenda entre Terceiros e Religiosos prolongou-se por vários anos. Em 1760, interveio o Governador Geral, Conde de Bobadela, que propôs aos Terceiros oferecerem aos Religiosos determinada quantia a fim de ajudar as despesas da reedificação da sua igreja. Mas, apesar dos Terceiros lhes oferecerem três mil cruzados para que desistissem do embargo, os Religiosos não o fizeram. Não há documentos que provem como terminou a questão mas o fato é que as obras prosseguiram.

Em 1760, foi encomendado em Lisboa o medalhão de mármore que, em alto relêvo, representa a Senhora do Carmo. Era hábito mandar vir de Portugal os materiais es-



Medalhão da porta da fachada da Igreja do Carmo

culpados ou talhados, o que se torna mais frequente no fim do século XVIII e no XIX. Os Terceiros não fogem ao usual e também mandam vir de Lisboa o principal ornamento da fachada da igreja, a grande porta de Lioz, considerada um dos melhores trabalhos coloniais existentes no Rio de Janeiro. Presumia-se que Mestre Valentim houvesse feito o desenho para essa porta, mas os documentos existentes na Ordem do Carmo não provam isto; provam êles que Mestre Valentim só fará a sua primeira obra na igreja do Carmo alguns anos mais tarde.

A quatorze de janeiro de 1761, em presença da Administração e várias outras pessoas, foi benzido o medalhão encomendado no ano anterior, sendo no mesmo dia colocado sobre a porta principal, onde se encontra até hoje. Nota-se nêle a execução excelente dos decoradores portugueses, que haviam aprendido a esculpir com os canteiros de Mafra, a melhor escola no gênero do século XVIII.

Em 1763, as relações entre Religiosos e Terceiros já eram amistosas, pois documento dessa época mostra que, estando quase terminada a parte principal da capela dos Terceiros, os Carmelitas lhes pedem para ali celebrar a missa e demais cerimônias religiosas, devido ao estado deplorável em que se achava a igreja do convento. Negando o pedido, por não achá-lo conveniente, a Mesa oferece aos Religiosos oito mil cruzados para que reconstruam a sua igreja, o que foi por êles accito.

A onze de março de 1764, a Administração ordenou ao mestre encarregado da obra, Manuel Alves Setuval, que fizesse o risco do adro da nova igreja. Concluída a obra do adro foi feito um arco de pedra, a fim de pôr a rua "Detrás do Carmo", atual do Carmo, em comunicação com a nova igreja. Sobre o arco de pedra foi colocado o oratório da Senhora do Cabo da Boa Esperança, que se encontrava à esquina do Hospital da Ordem. Tendo à sua frente uma lamparina que o alumia dia e noite, é atualmente o único existente nas ruas do Rio de Janeiro.

A onze de dezembro de 1768, estando já bastante adiantada a parte externa da igreja, a Mesa entregou ao mestre Luís da Fonseca Rosa, o trabalho de talha do interior, cuja execução foi primorosa.

Em 1770, encontrava-se a igreja gessada. O padre Paulo Mascarenhas Coutinho, irmão da Ordem, incumbiu a Bonifácio José da Trindade que dourasse os altares, mas exigiu do artista que não revelasse quem o mandara fazer, sob

pena de perder metade da quantia estimulada. Falecendo o padre, confessou o dourador à Ordem quem havia pago o seu trabalho.

A dez de julho de 1770 foi a igreja visitada, como mandava a Constituição, para nela se poder celebrar a missa. A onze de julho foi benzida a igreja pelo provincial dos carmelitas, frei Inocência do Desterro de Barros, e foi realizada a primeira missa com a igreja vazia, além dos objetos indispensáveis à celebração do culto.

Na tarde de vinte e dois de julho, houve a transladação da capela velha, das imagens em solene procissão da Ordem com a comunidade e muitos Benedictinos, Franciscanos, pessoas gradas e muitos populares. As ruas foram atapetadas com fôlhas e flôres; as portas e janelas ornadas com cortinas e colchas. Ao entrar da procissão salvaram todos os navios que estavam no pôrto, inclusive duas naus inglêsas que ali se achavam. Em quatro andores foram carregadas as imagens de Nossa Senhora do Amor de Deus, protetora do Noviciado; de Santa Thereza, padroeira do Hospital; do patriarca Santo Elias; e a Senhora do Carmo, que havia sido novamente encarnada, foi ricamente ornamentada de diamantes e pedras preciosas, pelo Irmão Francisco Xavier Vaz de Carvalho. Fechando a procissão ia o Santíssimo Sacramento, conduzido pelo reverendissimo padre provincial dos Carmelitas, sob o pάλio a que pegaram muitos religiosos. Seguiram-se três dias de festas que atraíram a atenção da cidade, e foram assistidas pelo Vice-Rei.

Devido a terem-se esgotado os recursos financeiros, na sessão da Mesa Administrativa de quatro de setembro de 1770, deliberada a interrupção das obras, até que novamente estivessem os Terceiros com posses para continuá-las. Como faltasse terminar a ereção das duas tórres, não tinham sinos e usavam os do convento dos carmelitas.

A primeiro de novembro de 1772, começou a obra da preciosa capela do Noviciado que, ao lado do altar-mór, em relação à posição da sacristia, teve êste nome, por servir para os atos do Noviciado. O mestre das obras foi Manoel Alves Setuval, e Valentim da Fonseca e Silva foi encarregado da obra de talha do altar-mór, em estilo rococó. Foi esta a primeira obra de Mestre Valentim na igreja do Carmo. É provável que êle haja feito também o altar lateral da capela do Noviciado, embora executado quase vinte anos após terminada a sua primeira obra ali. A vinte e cinco

de março de 1773, foi benzida a capela por frei Domingos Corrêa de Sant'Anna Barros. Comunicando-se na frente com o corredor estreito onde há um altar, outrora a capela do Noviciado, tem dois altares: um em frente ao côro, que é o de Nossa Senhora do Amor de Deus e o outro, do lado esquerdo pertencente à Nossa Senhora das Dores.

A quatorze de outubro de 1780, resolveram os Terceiros, colocar o último Passo da Paixão de Cristo no altar-mór da igreja, sendo que nela já existiam seis altares laterais com as imagens que representam os diversos passos, esculpidas por Pedro Luís da Cunha. Foi então colocada a imagem do Senhor crucificado no alto do altar-mór e, na mesma ocasião, feito o trono, uma martineta para a Senhora no meio da última banquetta, e substituídas as colunas do altar-mór, que eram retas, por salomônicas. No fim do trono, foi pôsto um docel com seu espaldar para a imagem do Senhor crucificado. Tudo isto foi executado de acôrdo com o risco, pagando os Terceiros, ao Mestre Valentim, um conto e seiscentos mil réis.

A primeiro de novembro de 1782 o Prior, Capitão Francisco de Araujo Pereira, propôs que fossem colocadas em seus lugares, as duas pias de água benta, de pedra mármore, e o lajeado também de mármore, que, encomendados em Lisboa em 1768, chegaram em 1773, e ainda se encontravam encaixotados, sujeitos portanto a estragos ou perda total.

Primitivamente, era hábito o sepultamento dentro das igrejas e na do Carmo havia, abaixo da capela-mór, o jazigo dos Priores, para o qual se descia por uma escada situada atrás do altar-mór. Em 1782 resolveram os Terceiros construir catacumbas, no lugar onde existia a antiga capela da Paixão de Cristo. Benzidas a quinze de novembro de 1785, foram usadas até dezesseis de março de 1850, quando foram proibidos os enterramentos nos recintos das igrejas. Entre outros, foram ali sepultados o Regente do Império João Braulio Muniz, em vinte e um de setembro de 1835, e José Bonifácio de Andrada e Silva em oito de abril de 1838. Essas catacumbas tinham uma porta que se abria para o corredor, ainda existente entre as igrejas do Carmo e a dos carmelitas.

Com a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, receberam os religiosos carmelitas ordem de mudança para Barbonos, de onde mais tarde passaram à casa do seminário da Lapa. Foi a igreja dos carmelitas transformada

em Capela Real e Catedral do Bispado, pelo alvará de quinze de junho de 1808.

Ficando os sinos da então denominada Capela Real reservados às suas cerimônias, teve a Ordem Terceira que mandar fabricar os seus próprios. Tomada esta deliberação em 1810, foram logo encomendados os sinos que, quando prontos, foram colocados em sineiras de madeira levantadas na base da torre do Evangelho.

Em 1814, sob o priorado do Tenente Coronel Joaquim Ribeiro de Almeida, teve começo a obra das torres. Foram apenas colocados os sinos no campanário da torre do lado da Epístola, tendo a construção sido feita só até a parte utilizada. Na ata de dezanove de junho de 1814, consta que, havendo sido vistoriadas as torres por quatro mestres pedreiros, a fim de nelas se colocarem os sinos, os pareceres foram diversos. Decidiu então a Mesa, pôr os sinos em campanário até haver meios de continuar as torres. Depois disto, foi convocado o arquiteto de Sua Alteza Real, por conselho desta, José da Costa, e os mestres João Coelho Marinho, Fructuoso de Paiva e Joaquim Ferreira que, após examinarem minuciosamente, disseram que, prolongando aquêle pilar de pedra que vai pelo meio da torre acima, era possível continuá-la conforme o risco apresentado. Na mesma sessão, disse o Prior que ajustará com os mestres canteiros, Joaquim de Almeida, Braz Corrêa da Costa e Jeronymo da Silva tôda a cantaria e demais peças necessárias até fechar as sineiras.

A necessidade imediata de fechar o adro interrompeu em 1816 a obra das torres, pois não tinha a Ordem capital suficiente para o dispêndio simultâneo. Foi proposto, a vinte e um de janeiro de 1816, que se fizesse uma grade de ferro para fechar o adro da capela. Encomendaram em Londres o gradil de ferro pelo preço de mil setecentos e sessenta e quatro e cem réis.

Eleito Prior, em quinze de outubro de 1814, o comendador João Baptista Lopes Gonçalves, propôs êste à Mesa continuar a edificação das torres. A primeira começada, estava à altura das sineiras e coberta com telheiro, havendo portanto falta de simetria e de regularidade, o que dava um aspecto desagradável à frente da igreja. Desejando continuar a obra e não encontrando o primitivo risco, incumbira um engenheiro acreditado de fazer um nôvo. Aparecendo entretanto o risco original, que casualmente se achava em poder do Irmão ex-procurador geral, Luiz José Nunes,



Parte da fachada da Igreja do Carmo

porém bastante danificado, incumbiu o mesmo engenheiro de tirar dêle uma cópia. Finalmente, a obra foi executada sôbre o risco da autoria do lente de desenho da Academia das Belas Artes, Manoel Joaquim de Mello Côrte Real. Começaram os trabalhos a dezesseis de julho de 1847, ficando a primeira tôrre pronta a quatorze de julho de 1849 e a segunda, exatamente um ano depois, a quatorze de julho de 1850. Foi terminada, então, a frente da igreja, cuja edificação começara em meados do século XVIII.

O tipo de fachada que a Igreja do Carmo apresenta, deriva de um tipo usado em Portugal na segunda metade do século XVIII. O frontispício em estilo Barroco, inteiramente de cantaria lavrada no “Largo do Paço” (1), e já escurecida pelo passar dos anos, tem um corpo central ligeiramente saliente, dividido das tôrres por duas pilastras jônicas que sustentam o entablamento. O frontão, que é curvilíneo, tem no vértice uma cruz de bronze e no tímpano o mostrador circular de um relógio. As três janelas de sacadas têm balaústres de ferro e portadas de mármore. O pórtico de Lioz tem um medalhão sobreposto de mármore, que representa a Senhora do Carmo com o menino Jesus ao colo, fazendo entrega do escapulário à São Simão Stock. As tôrres têm pináculos esféricos cobertos de azulejo azul. O telhado é circundado por um terraço.

Na parte lateral, que dá para o “Beco dos Barbeiros”, há uma bellissima porta, bem menor que a da fachada, obra de Mestre Valentim da Fonseca e Silva. Em pedra de Lioz, vinda de Lisboa, tem acima um medalhão emoldurado de florões e volutas, representando a Senhora do Carmo com o menino Jesus ao colo.

Concluída a parte externa da igreja, dedicaram-se os Terceiros ao seu interior. Em 1852 foi dourada a obra de talha que ornava a capela do Noviciado, restaurados os seus retábulos, e colocada em frente ao altar-mór uma grade de jacarandá. Nesse mesmo ano, pavimentaram a sacristia com pedra mármore.

Em 1854 o Prior, João Teixeira Bastos, mandou gessar e adornar a igreja, revestindo de talha as pilastras que separam os altares, incumbindo o artista Antônio de Padua e Castro, que harmonizou a sua obra com a que ali já existia. Bento Francisco Chagas e Calistro foram encarregados dos dourados.

(1) Atual Praça Quinze de Novembro.

Ficando pronta a igreja, a quatorze de outubro de 1854 foi benzida com cerimonial imponente.

Em 1855 foi consertado o trono da capela-mór, feita já no século XIX, e aberta sôbre ela uma clarabóia para lhe dar mais claridade. Esta clarabóia foi posteriormente pintada pelo artista brasileiro Bernardino de Sá Ferreira, sofrendo depois outras modificações. Ainda neste ano, foi feita uma casa forte com o fim de guardar a prataria que ornamentava a igreja e servia nas procissões e cerimônias dos Terceiros.

Em 1872 foram colocados abaixo do arco cruzeiro vinte bancos de palha, e na capela-mór dois bancos de forma circular. Foram feitos dois portões de ferro com bandeiras e ornamentos também de ferro, para substituir os de madeira já estragados, que existiam na rua Direita (2). A arcada lateral do templo recebeu portões de ferro, que permitiam fechar o claustro, vedando assim a entrada a indivíduos que ali se alojavam.

Necessitando a igreja de obras, foram votadas, na sessão de primeiro de outubro de 1879, as que seriam feitas. Em reunião, de dezanove de dezembro de 1879, foi resolvido que, devido à quantidade de obras que seriam feitas no templo e dependências, ficassem suspensas as festividades durante aquêle ano. Para mestre das obras, que começaram a dois de janeiro de 1880, foi escolhido Antônio Alves Moreira Couto. Na sessão de vinte e cinco de fevereiro de 1880, foi proposto que ficassem suprimidas as festividades no templo, enquanto durassem as obras que mudaram em grande parte a aparência primitiva da igreja do Carmo.

Havendo tratado com a Companhia de Gás a iluminação da igreja e suas dependências, foram colocados em todo o edificio os necessários encanamentos.

Entre as várias obras que fizeram, na secretaria collocaram uma soleira de mármore e, no ladrilhamento de mármore existente, puseram um nôvo florão. Entre outras modificações, o teto que era abobadado foi desmanchado e corrido de nôvo, liso e de estuque, com um florão ao centro para receber um lustre. As três janelas que existiam foram substituídas por portas, e collocaram-se grades de ferro em lugar dos antigos postigos.

(2) Atual rua Primeiro de Março.

A sacristia, teve o azulejo antigo substituído por fôrro de mármore. O arcaz ali existente foi consertado e lustrado. O bellissimo lavabo de mármore, maravilhosamente esculpido com um movimento barroco, tendo na sua base golfinhos, considerado “um dos mais ricos da côrte”, foi limpo a cinzel. Colocaram portas novas nos armários e fizeram um nôvo florão no teto.

Foram limpos à cinzel, os pórticos da porta da fachada e, a da que fica do lado do Beco dos Barbeiros. Proce-deu-se à lavagem e reparação da cantaria, tanto na frente do templo como nas partes laterais.

Colocaram na frente da passagem que separa a igreja do Carmo da capela Imperial, no lado da rua Primeiro de Março, um frontão de cantaria ricamente lavrada, acima do portão de ferro que ali já existia.

No corpo da igreja, foi completada a obra de talha, não só da cimalha como das partes laterais. Escolheram os lugares onde seriam postos os dez quadros a óleo já encomendados, resolvendo pôr cinco em cada parede lateral. Consertaram a grade que separa os altares do corpo da igreja. A porta principal e o tapavento foram raspados até à madeira e restauraram a sua ornamentação.

A capela-mór teve as divisões de madeira forradas de papel, que formam o camarim da imagem da Senhora da Agonia, substituídas por estuque para serem pintadas. Foi também colocada na parte interna uma gambiarra para gás. O trono, que estava completamente deteriorado pelo cupim, foi novamente feito. Nos nichos de Santa Thereza e de Santa Emerenciana, colocaram-se portas de vidro para preservar as imagens do pó e da fumaça. Os claros da obra de talha foram guarnecidos, e as portadas internas de mármore limpas a cinzel. O zimbório foi pintado a meias côres, e douradas as guarnições dos quadros e festões de abóbada.

As grades que dividem a capela-mór do corpo da igreja foram reparadas, colocando-se uma corrediça de metal para não estragar o mármore do ladrilho. O pavimento do altar-mór, em mármore português, com os degraus trabalhados em estilo florentino, foi todo limpo.

Na capela do Noviciado foram substituídos todos os rodapés. A capela foi pintada e gessada, retocando-se todos os quadros e os dourados da obra de talha, que também foi restaurada em diversos pontos estragados pelo cupim. O altar de Nossa Senhora das Dores foi consertado e dourado de nôvo.

O côro teve parte do assoalho reconstruído, e foi feita nova arquibancada lustrada para os músicos, colocando-se também as estantes complementares. A parede de fundo, que era despida de ornatos, foi guarnecida de obra de talha, com florões sôbre as janelas. Ao órgão foram adicionados quatro anjos; dois tocando campainhas e dois tocando cornetas, trabalho feito por Antônio José.

Foram encarnadas várias imagens. Douraram-se as banquetas dos altares, castiçais do trono, caranguejas e serpentinhas de madeira, modificando-as para a iluminação a gás.

As grandes lâmpadas de prata, foram completamente restauradas. Consertaram-se e poliram-se as banquetas de prata do altar da Senhora do Carmo, e as credências da capela-mór.

O claustro foi todo ladrilhado a mosaico. O azulejo foi reparado, e guarnecidos de mármore os nichos que receberão as estátuas da Caridade e Religião, e o busto do benfeitor José Maria Pinto Guerra.

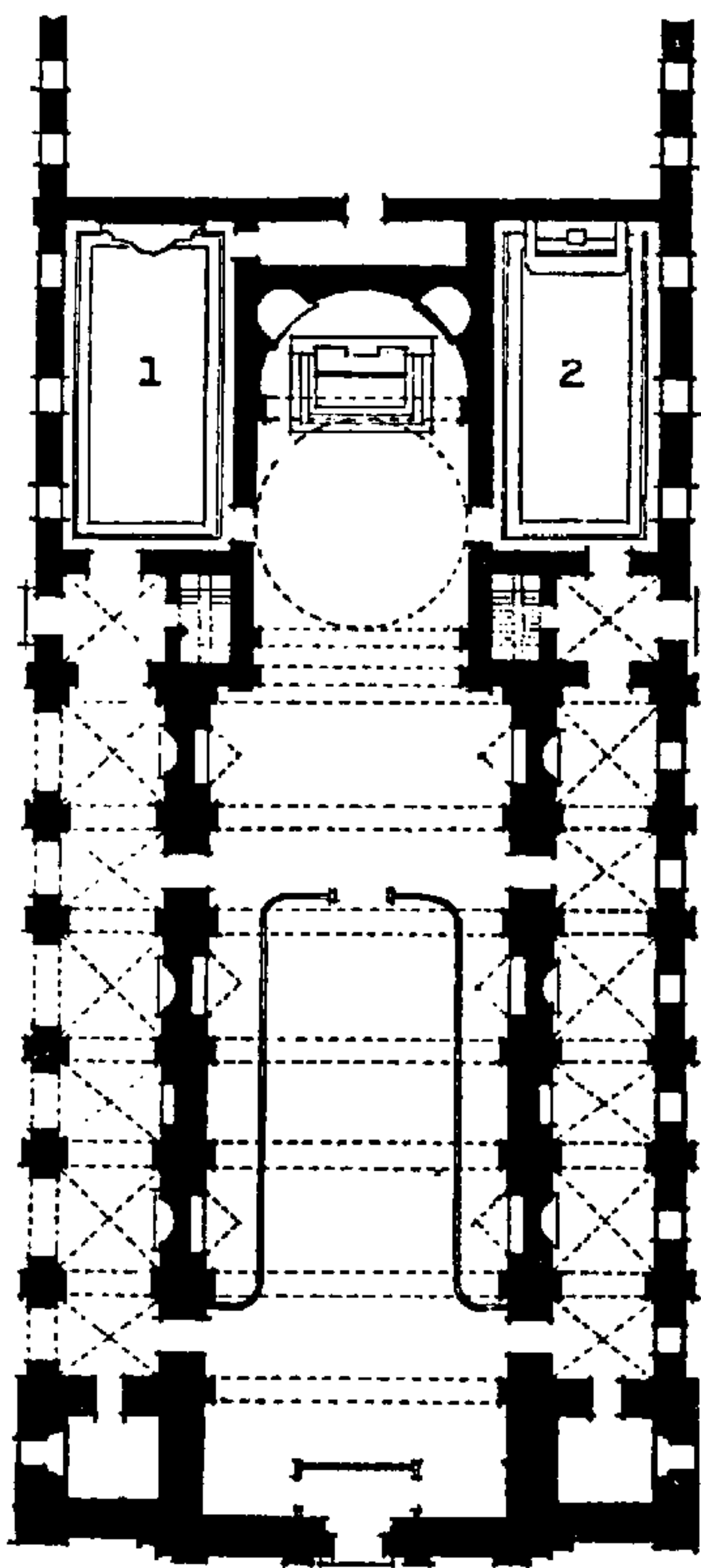
Terminaram a colocação do gradil na frente do adro e do lado do Beco dos Barbeiros.

Concluídas as grandes obras de reparação do templo, trabalho de quatro Administrações, houve com grande solenidade a bênção da igreja, capelas e imagens, a quatorze de julho de 1883. A seis de agosto do mesmo ano, S.M. o Imperador D. Pedro II e S.M. a Imperatriz, S.S.A.A.I.I. os Senhores Conde e Condessa d'Eu, visitaram a igreja do Carmo e assistiram à experiência geral da iluminação a gás, no templo e suas dependências. Percorrendo todo o edificio, mostraram-se satisfeitos com as obras que vinham de ser terminadas e com o surpreendente efeito da iluminação a gás, de que foi a Venerável Ordem Terceira do Monte do Carmo a iniciadora do Rio de Janeiro.

Às dezenove horas de nove de agosto de 1883, houve solene Te-Deum, que inaugurou o Culto Divino interrompido, há quase quatro anos, com as obras de reparação do templo.

O tempo passa, a cidade vai evoluindo, pessoas e fatos transpõem os umbrais da Igreja do Carmo, sem que ali sejam feitas modificações de grande importância, a não ser a da instalação da luz elétrica.

Com o decorrer dos anos, foram aos poucos se tornando necessárias as obras que tiveram início em 1942. Sob assistência do arquiteto Paulo Barreto e supervisão do Patri-



*Planta aproximada da Igreja da Ordem Terceira do Carmo: 1 — Sacristia
2 — Capela do Noviciado*

mônio Histórico e Artístico Nacional, os empreiteiros Santos Filho & Cia. executaram as obras de restauração da igreja com que, a par da segurança, procuraram restituir ao templo a sua primitiva beleza arquitetônica, em muitos dos seus aspectos deploravelmente deformada, em virtude de reformas executadas no passado sem a conveniente orientação técnica.

A Igreja do Carmo, idealizada dentro do plano tradicional português, apresenta corredores laterais do comprimento da nave, sendo um deles, o que dá para a Catedral, aberto em arcaria de pedra.

A Capela-mór tem, do lado do Evangelho, uma porta que se abre para a sacristia, onde se encontra um bellissimo lavabo esculpido, em pedra mármore, por Mestre Valentim. Ali vemos também o altar de São Miguel, cuja imagem veio de Roma. Uma das portas da sacristia, abre-se para a galeria aberta onde estão colocadas as estátuas que representam a Caridade, a Esperança e a Religião. A porta da capela-mór do lado da Epístola abre-se para a capela do Noviciado, abobadada, coberta de talha; abrigo de obras preciosas. A porta desta capela, em frente ao altar-mór, dá para um corredor onde se encontra a bela porta lateral da igreja, obra de Mestre Valentim. Um pequeno corredor, atrás da capela-mór, liga a Capela do Noviciado à sacristia. Tem a capela-mór, que recebe luz de uma clarabóia, duas portas de jacarandá com portadas de mármore. Dois grandes lampadários de prata, tendo o emblema da Ordem do Carmo ao centro, estão ali suspensos. Há duas credências com as frentes de prata e quatro tocheiros também de prata. É a capela-mór separada da nave por uma grade de jacarandá.

O altar-mór, do século XVIII, tem o frontal e o contra-frontal de prata. Sobre o altar há seis castiçais e uma cruz de prata, peças executadas em 1814 por Antônio Gomes da Silva. Ainda sobre o altar, intercalando os castiçais, há seis palmas de prata ornadas com pedras semi-preciosas. O pavimento do altar-mór é de mármore português, com os degraus em estilo florentino. Ladeando o altar-mór, há nas paredes dois nichos, vedados com vidros, tendo o do lado esquerdo a imagem de Santa Thereza e o da direita a de Santa Emerenciana, mãe de Sant'Ana. Ao fundo do altar-mór, sobre vários degraus e sob docel de madeira, está a imagem do Senhor crucificado, que recebe luz de uma pequena clarabóia.

O interior da igreja do Carmo, em estilo barroco, com primorosa obra de talha em branco e poucos dourados, tem um aspecto leve e gracioso. O corpo central tem quatro portas de jacarandá com portadas de mármore. O teto, além da obra de talha em branco tem seis medalhões pintados, sendo três de cada lado. Os seis altares laterais têm imagens que representam os Passos da Paixão de Cristo, devoção de influência espanhola e portuguesa. De um lado temos: Jesus no horto, Jesus na prisão e Jesus na coluna. De outro: Jesus no sudário, Senhor da Cana-Verde e o Senhor dos Passos. Acima de cada altar lateral há uma tribuna, de onde pende um lampadário de prata, de menor tamanho e de diferente desenho dos existentes na capela-mór. Dêstes seis lampadários, três foram feitos por Bernardino Alexandre da Silva, que foi contra-mestre das obras de prata da Casa Real, aproveitando o desenho dos três já existentes, obra de Mestre Valetim.

Dos dez painéis com pinturas relativas à história da Ordem do Carmo, que ornamentam as paredes laterais da nave, dois estão acima de cada uma das quatro portas laterais, e um acima de cada púlpito. Recebe a nave claridade de seis janelas, sendo três de cada lado.

Sobre o arco-cruzeiro, esculpido a côres e em alto relêvo, está o emblema da Ordem do Carmo: De azul, com um monte do mesmo carregado de uma estrêla de ouro, e ladeado em chefe por duas estrêlas do mesmo. Abaixo, um listel com a legenda: Decor Carmeli. Tudo isto encimado por uma corôa real. Acima dêste emblema, também a côres e em alto relêvo, aparece a Senhora do Carmo com o menino Jesus ao colo, rodeada de anjos, tendo abaixo várias figuras que a reverenciam.

Ao fundo da nave, vemos o órgão que substituiu o antigo. Sendo o primeiro a ser construído no Brasil, foi inaugurado a dois de julho de 1944, em cerimônia solene, tendo como organista frei D. Plácido de Oliveira.

A dezesseis de julho de 1960, sob o Priorado de Gumerindo Nobre Fernandes, foi inaugurado o Museu da Ordem Terceira do Carmo, instalado em dois Salões no primeiro andar da igreja, dando frente para a rua do Carmo. Estão ali expostas peças valiosíssimas do opulento e precioso patrimônio artístico, legado de tantas gerações de Irmãos Terceiros. Vêem-se ali magníficos jarrões de porcelana, tocheiros dourados, crucifixos, alguns móveis e várias telas.



Altar-Mor da Igreja do Carmo



Interior da Igreja do Carmo

Guardadas na casa-forte, cuja porta se abre para uma das salas do atual museu, encontram-se peças de maior valor intrínseco e de não menor qualidade artística. Bacias, navetas, lanternas de procissão, custódias, copos, turíbulos e gomis de prata, são ali vistos juntamente com outras peças de prata dourada. Encontram-se ainda baldaquênos de talha dourada, paramentos e o esquife do Senhor morto, tantas vêzes usado na Procissão do Entêrro.

No consistório há, ao fundo um altar e, nas paredes, várias telas que retratam os diversos Priores da Ordem Terceira do Carmo.

O templo dos Terceiros dá frente para a rua Primeiro de Março e fundos para a rua do Carmo. É separado da Catedral por um corredor e faz esquina com o Beco dos Barbeiros, estreita passagem entre a ruas do Carmo e Primeiro de Março, aberta pela Ordem Terceira ao construir a sua igreja.

Conhecer a Igreja do Carmo, relicário de valores artísticos, merecendo cada um dêles estudos detalhados, é realizar que, além de ser dos antigos templos do Rio de Janeiro, é verdadeiro repositório artístico e histórico, pois que, pelos seus umbrais, passaram as figuras mais expressivas da Colônia, do Vice-Reino, do Império e da República.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Moreira de — "O Rio de Janeiro" — Vol. I e II — B. L. Garnier — Rio 1877.
- BARROSO, Gustavo — "A mais bela porta do Rio de Janeiro" — *in* "O Cruzeiro" de 20 de maio de 1950.
- BATISTA, Nair — "Valentim da Fonseca e Silva" — *in* "Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional" — N. 4 — 1940 — Rio de Janeiro.
- BAZIN, Germain — "L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil" — Tome I e II — Librairie Plon — Paris.
- COARACY, Vivaldo — "O Rio de Janeiro no século XVII" — Livraria José Olympio Editora' — 1944 — Rio de Janeiro.
- LIMA JUNIOR, Augusto — "Evolução do Barrôco no Brasil" — *in* Estudos Brasileiros — Ano I n.º 6 — maio, junho de 1939.
- LÛBKE, W. — "Leitfaden für den Unterricht in der Kunstgeschichte" — Stuttgart 1870.
- Relatório da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo no Terceiro anno do priorado do Illmo. Sr. Comendador José Antônio Moreira Filho. Apresentado na Posse da Nova Mesa Administrativa Pelo Irmão Secretário José João Martins de Pinho. Em 30 de novembro de 1880.

Relatório da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo no Primeiro anno do Priorado de S. Excia. o Senhor Visconde de Sistello, apresentado na Posse da Nova Mesa Administrativa pelo Irmão Secretário e Prior Graduado Manoel Pedro da Cunha Vasconcellos. Em 30 de novembro de 1881.

Relatório da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo no Segundo anno do Priorado do Sr. Visconde de Sistello. Apresentado na posse da Nova Mesa Administrativa pelo Irmão Secretário Antônio Francisco Goulart. Em 30 de novembro de 1882.

Relatório da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo no Terceiro anno do Priorado do Sr. Visconde de Sistello (Prior Jubilado) Apresentado na Posse da Nova Mesa Administrativa pelo Irmão Secretário Antônio Francisco Goulart. Em 30 de novembro de 1883.

Relatório da Venerável e Arquepiscopal Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo Apresentado pelo Irmão Prior Francisco Cabral Peixoto. Em 30 de novembro de 1942.

Relatório da Venerável e Arquepiscopal Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo Apresentado pelo Irmão Prior Francisco Cabral Peixoto. Em 30 de novembro de 1943. Posse da Mesa Administrativa.

Relatório da Venerável e Arquepiscopal Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo Apresentado pelo Irmão Prior Francisco Cabral Peixoto. Em 30 de novembro de 1944. Posse da Mesa Administrativa.

Relatório da Venerável e Arquepiscopal Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo Apresentado pelo Irmão Prior Alberto Tavares Ferreira. Em 30 de novembro de 1945.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca) — “Memórias para servir à História do Reino do Brasil” — Livraria Editôra Zelio Valverde — Rio 1943.

SERZEDELLO, Comendador Bento José Barbosa — “Arquivo Histórico da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo” — Desde a sua fundação em 1648 até 1872 — Typografia Perseverança — Rio 1873.

VIEIRA FAZENDA, Dr. José — “Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro” — *in* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Tomo 93 — Vol. 143 (1923) — Rio 1927.

ANTIGA FAZENDA REAL DE SANTA CRUZ UM POUCO DE HISTÓRIA E DE LENDAS

MARFA BARBOSA VIANA

Conservador 17-A

A Fazenda de Santa Cruz, que pertenceu aos jesuitas, no período colonial, tinha os seguintes limites — freguesia da Sacra Família do Tinguá, em Vassouras. Linha do Curral Falso, contígua à freguesia de Guaratiba, até o mar. Terrenos de Marapicú a leste e, com as terras de Mangaratiba, no ponto de Itaguassú a oeste. Eram dez léguas em quadra, assim distribuídas: 4 em Guaratiba e 6 na cabeceira do Guandu.

Há cerca de quatrocentos anos, Christovão Monteiro, um dos primeiros habitantes daquelas paragens, casado com a Marquesa Ferreira, doou metade de suas terras à Companhia de Jesus. A data exata é 2 de dezembro de 1589. Era costume, nestas épocas remotas, pessoas piedosas doar bens a religiosos, por questão de promessas feitas a santos, falta de descendência direta ou mesmo por filantropia, convicções religiosas arraigadas ou amizade a determinadas ordens monásticas.

Em 1616, os jesuitas compraram um terreno de grande extensão, perto de Guaratiba, que era propriedade dos herdeiros de Manuel Veloso de Espinho. E, para termos uma idéia mais completa da extensão da enorme fazenda, basta dizer que ia do mar à Serra dos Matacões, em Vassouras.

Um inventário feito em 1768 discrimina 22 currais. Vinte e seis anos antes, havia, naquela enorme propriedade rural dos padres, 7.658 cabeças de gado. 700 servos cuidavam de tudo, em atividades de pastoreio, cultivo da terra, serviços de olaria e madeirame.

É bem possível que os jesuitas tenham sido dos primeiros a organizar uma espécie de açougue no Brasil Colonial.

Quando havia falta de carne (já naquele tempo), os padres abriam açougues transitórios para venda de carne verde.

A organização da vida e trabalhos da Fazenda de Santa Cruz era tipicamente jesuíta, bem organizada e lucrativa. Era uma verdadeira comunidade, uma povoação independente, digamos. Havia a igreja, uma grande casa de sobrado, hoje, muito reformada e adulterada, é sede do Regimento Vilagran Cabrita, uma hospedaria, escola primária e de catequese, hospital, cadeia, oficinas de carpintaria, prata lavrada, olaria, casa de cal, casa de farinha, cortume, engenho de açúcar, engenho de aguardente, estaleiro, onde eram construídas até sumacas e roças de feijão, algodão e mandioca.

A igreja tinha três altares.

Havia 232 senzalas e os padres faziam casamentos entre os escravos, proibindo naturalmente dissolução de costumes.

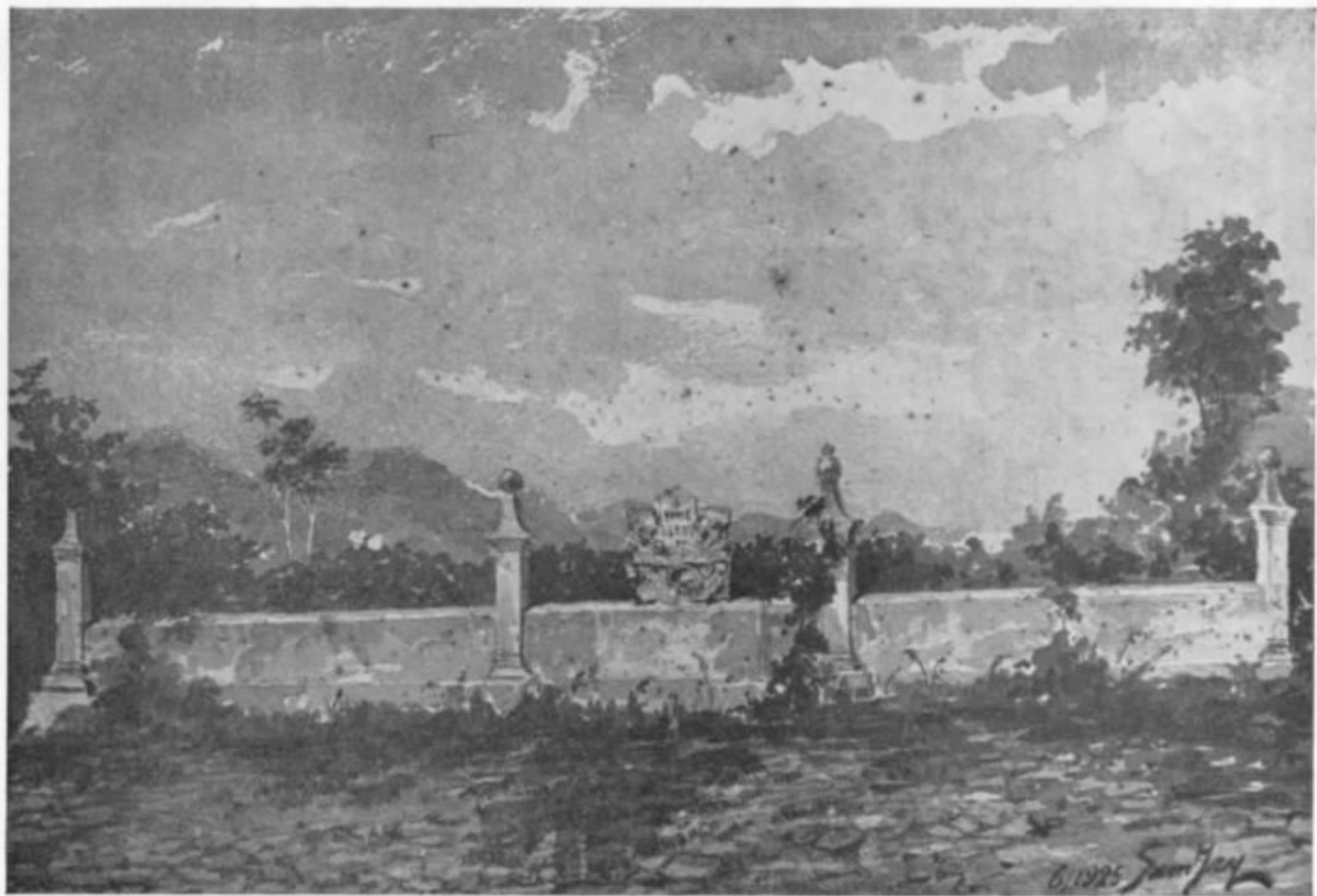
O imperador D. Pedro I gostava de passar temporadas em Santa Cruz e os diplomatas estrangeiros iam até lá, em liteiras ou a lombo de mulas, para cortejar Sua Magestade. Era obrigatório. Todos se encantavam com a propriedade, magistralmente dirigida pelos jesuitas, o que se pode verificar pela iconografia da época, mostrando o vasto casarão assobradado e belo.

Atualmente, para compreender-se qual foi a grandeza de Santa Cruz no passado, só a imaginação.

Somente um marco da estrada imperial e real foi tombado pelo Patrimônio Histórico, assim como a ponte dos Jesuitas, da qual falaremos adiante. A casa da fazenda, onde ainda se pode admirar os aposentos preferidos de Dom Pedro I, de assoalho de pinho de Riga e paredes de mais de metro de espessura, foi totalmente modificada, está irreconhecível.

Os cariocas desconhecem quase completamente a zona rural, por diversas razões, sendo uma das principais a dificuldade de transporte e o descaso generalizado pelos fatos de nossa História.

Há, inclusive, uma série de lendas a respeito de um suposto tesouro dos jesuitas, escondido em túneis cavados há mais de trezentos anos em Santa Cruz. A origem destes boatos e histórias é a expulsão dos jesuitas, pela Carta Régia de 3 de Setembro de 1759. Neste documento, os regulares da Companhia de Jesus foram denominados rebeldes, trai-



Ponte do Rio Guandú — Aquarela de Sam Jey

dores, proscritos, exterminados, desnaturalizados e expulsos de Portugal e seus domínios. Gomes Freire de Andrade, o governador mais interessante e enérgico que tivemos, figura ainda mal estudada e definida por nossos historiadores, foi o encarregado de executar tão severas ordens no Rio de Janeiro.

Retirando-se do Brasil, naturalmente os jesuitas levaram bens, alfaias e documentos. E a fértil imaginação popular criou logo histórias de fabulosos tesouros escondidos no subsolo de Santa Cruz.

Segundo lendas locais, os padres ligaram a casa da fazenda à ponte do Guandu-Mirim, morro do Redondo, Caixa d'Água (antigo Morro do Mirante, onde os imperadores apreciavam permanecer em caramanchão ali construído para apreciar a paisagem) e outros pontos de Santa Cruz.

Estivemos no Morro do Mirante, examinamos tudo que foi possível e não descobrimos vestígios de qualquer espécie que indicassem uma boca de túnel. Entretanto, a igreja da localidade, relativamente recente e construída sobre os alicerces da primitiva, tem algo na sacristia que nos fez pensar na realidade da lenda. O chão da sacristia é completamente ôco, ressonante, indicando a existência de uma cripta. Duas hipóteses apresentam-se, com certa lógica - - podem ser catacumbas ou... a entrada de um túnel. Sabemos da existência de túneis antigos no Rio, já entramos em alguns. Mas, voltemos ao assunto.

O quartel, conforme já dissemos, era a casa da fazenda, e está muito modificado. Entretanto, existe mesmo um túnel lá dentro, cuja entrada é por debaixo da cozinha. Acontece que descer até lá é muito perigoso, devido a gases e desmoronamentos, e a boca foi interdita.

Os jesuitas queriam construir uma grande igreja em Santa Cruz e pode-se vêr, jogadas num terreno, enormes colunas de pedra, destinadas ao templo. Bem perto dali, existe uma curiosa construção, de cantaria colonial, uma espécie de câmara. Um exame superficial das paredes revelou que as pedras são ligadas por óleo de baleia e conchas. Alguns acham que esta construção deveria ser uma cripta da futura igreja. Outros julgam que a câmara não passa de um disfarce para a entrada das misteriosas galerias subterrâneas.

O trabalho preliminar, de desobstrução do entulho, foi tremendo. Participamos dêle, passando diversos domingos

em serviço pesado, de picareta e lâmpada de mineiro à testa. Achamos cacos de telha, vidros e os restos de antiga escada de ferro, bastante estragados. A primeira pedra retirada pesava cêrca de cinqüenta quilos. No Patrimônio Histórico há uma série de referências a escravos que cavaram túneis para os padres. Era pessoal da riquíssima fazenda, que abrigava um total de 430 famílias de africanos. Mas o prosseguimento dos trabalhos depende, principalmente, de máquinas apropriadas.

Pensamos também, que a ponte explica muita coisa, o que veremos a seguir.

Praticamente todo mundo, em Santa Cruz, fala assim — “moro perto dos Jesuitas, dali avista-se os jesuitas”. O belo monumento, um pouco abandonado, tem história que merece divulgação.

Antes, falemos da rêde fluvial que banha Santa Cruz. Atualmente, os rios estão mais ou menos dominados. Porém, durante o período colonial eram uma calamidade. Vejamos.

O Guandu ou Ribeirão das Lages, antes de chegar às terras de Santa Cruz, divide-se em dois — rio da Guarda e rio Guandu. Êste subdivide-se, denominando-se Guandu-Mirim. Durante o verão, copiosas chuvas enchiam êstes rios, alagando tudo, destruindo a lavoura e matando o gado. Os rios desapareciam praticamente, a região virava um enorme lago. Os jesuitas ficavam ilhados na fazenda, durante longos períodos.

Resolveram então abrir uma longa vala, de cêrca de 14 quilômetros de extensão, navegável. Servia também de bebedouro para os animais e saneamento da região. Cavaram outro canal, o de S. Francisco, entre os rios Guandu e da Guarda ou Itaguaí, além de mais dois, também extensos. Foi uma estupenda obra de engenharia hidráulica. Fizeram também uma série de diques de taipa, de diversas alturas, dominando completamente as enchentes periódicas, que a tudo arruinavam no passado. O dique principal era chamado de Taipa do Frutuoso, protegendo pastos riquíssimos e indispensáveis ao gado. Nas terras do Furado, os padres construíram uma abertura engenhosa, denominada Óculo dos Espanhóis, por onde a água passava durante a sêca. Na chegada das enxurradas fechavam o óculo por intermédio de uma porta de ferro.

Como complementação desta fabulosa obra, os jesuitas abriram um enorme canal entre os rios Guandu e Itaguaí

e construíram uma ponte de cantaria, ponto-chave de uma série de comportas que, fechadas, obrigavam as águas do Itaguaí a se desviarem para o mar, acabando com as prejudiciais inundações.

O padre Pedro Fernandes, espanhol de origem, era o superior de Santa Cruz na época da expulsão dos jesuitas. Anos antes, estivera na Holanda, onde estudou detidamente a construção de diques — voltou ao Brasil e ergueu a ponte, verdadeira maravilha, tóda de cantaria, com arcos desiguais em estilo barrôco. No frontão da direita, numa cartela, lê-se a seguinte inscrição latina: “I.H.S. Flecte Genu, Tanto Sub Nomine, Flecte Viator: / Hic Etiam Reflua Flectitur Annis Acqua”. Tradução: “Dobra o joelho, a tão grande nome, dobra-o, tu que passas. Porque também aqui, refluindo as águas, se dobra o rio”.

Qual a razão dêsses dizeres? É simples. Quando a enchente surgia, ameaçando inundar as terras, o sistema de comportas do qual falamos, dominava-a. As águas desviadas passavam para o grande canal cavado pelos jesuitas, escoando-se pelo rio Itaguaí, até o mar.

As terras de Piracema, nome antigo de Santa Cruz, tornaram-se portanto em 1759, data da construção da ponte-comporta, as precursoras da Baixada Fluminense”, celeiro do Império”, hoje abandonadas.

A ponte é pavimentada e tem, num dos ângulos, uma escadinha oculta, de granito. Conseguimos penetrar em seu interior, encolhendo o corpo. Olhamos atentamente, com o auxílio de uma lanterna e vimos nitidamente a boca de um túnel, que está obstruído. Segundo a lógica, tem de passar por debaixo do rio, e deve haver muita infiltração. Entrar neste túnel constitui um problema de engenharia e de assistência técnica. Em seu estado atual é perigoso.

Quando o Guandu-mirim foi desviado, no tempo do governo Getúlio Vargas, a ponte foi restaurada e tombada pelo DPHAN. Agora está cercada de arame farpado, protegida da melhor forma possível. Entretanto, o monumento, um dos mais belos que nos legaram os jesuitas, é um problema apaixonante. O túnel pode ser para escoamento de águas. Mas, pode também ser uma passagem, porque, com o auxílio de bússola e cálculos verificamos que está norteado na direção da casa grande da antiga fazenda. É possível que os jesuitas tivessem mesmo construído corredores subterrâneos para controlarem o funcionamento das com-

portas, ligados à fazenda. Mas, partir desta premissa para a caça ao tesouro já é possuir muita imaginação...

Há mesmo um mistério circundante. O monumento, para o povo da localidade, é algo estranho e assombrado. A ponte destaca-se na paisagem, com os seus arcos desiguais e belas linhas sóbrias, tão ao gosto jesuítico. Seria um excelente ponto de atração turística para os festejos do IV Centenário.

Aliás, ao falarmos de Santa Cruz, não poderíamos deixar de citar o marco. A Estrada Real de Santa Cruz, ladeada por palmeiras altíssimas, foi o caminho seguido por D. João VI e nossos imperadores, quando iam passar temporadas no casarão.

Na época de D. Pedro I, até a marquesa de Santos viajava para Santa Cruz. O solar que Domitla possuía, segundo tradição, foi destruído há tempos, conseguimos visitar as ruínas. É dizem que era ligado à fazenda por extensa galeria subterrânea. Quanto ao marco de granito, pode ser visto na rua Filipe Cardoso, esquina da Avenida Isabel número 11. É um testemunho da grandeza antiga da Real Fazenda de Santa Cruz.

A fazenda foi transformada, em 1760, em Fazenda Real, depois em Fazenda Imperial.

Expulsos os jesuitas, foi encarregado de tomar conta da propriedade, assim como da aldeia de Itaguaí o desembargador Nunes Vieira. Mas o inventário, feito por outros, só ficou pronto em 1768. Seguiu-se, com o correr dos anos, a decadência e destruição da monumental obra jesuítica, verdadeiro modelo de comunidade agro-pecuária muito adiantada para a época.

A título de curiosidade, reproduzimos as primeiras estrofes de um poema de Rodrigues de Melo, sobre a ponte do Guandum-mirim:

“Sobre arcos quatro, levantada e firme,
Arcos de viva penha, dois recebem,
Abertos de continuo, a justa força
Da corrente, que traz no rio a madre.
Os outros dois, porém, quando releva,
Fechados vedam as supérfluas águas,
E com ferrado obstáculo as refreiam,
Fazendo o rio recuar o passo.
Terreno marachão, de ingente mole,

Das extremas da Ponte deduzido,
Prosseguindo encostado àquelas margens
Por uma e outra parte se prolonga.
E reprimindo a túrgida corrente
Não dá, que, sucrescendo a cheia, alague
Os baixos Vales, os jacentes Campos.
Mas onde havia represadas linfas,
Por grandes trilhos, e canais longíquos
À equórea Vastidão se encaminharam”.

O poema expressa perfeitamente a finalidade da ponte.
E o tesouro dos jesuitas existirá mesmo? Que entrem em
campo os pesquisadores.

BIBLIOGRAFIA

- PADRE SERAFIM LEITE S. I. — *História da Companhia de Jesus no Brasil*
- BALTHAZAR DA SILVA LISBOA — *Anais do Rio de Janeiro.*
- VIEIRA FERREIRA — *Antigas inscrições do Rio de Janeiro e Niterói*
— Tomo 106 — Volume 160 da “Revista do Instituto Histórico
e Geográfico Brasileiro”.
- DEBRET — *Voyage Pittoresque au Brésil.*
- JOSÉ DE SALDANHA DA GAMA — *História da Imperial Fazenda de Santa
Cruz, in RIHGB — Tomo XXXVIII.*
- ROCHA POMBO — *História do Brasil.*
- MAGALHÃES CORRÊA — *À Margem do Sertão Carioca e O Sertão Ca-
rioca.* — Arquivo do DPHAN.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
1965